

**ECONOMIA E SOCIEDADE
DO RIO GRANDE DO SUL
Século XVIII**

EDITORA DO BRASIL S.A. - SÃO PAULO

1977

2

BRASILIANA
Volume 379

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Prêmio Literário Nacional do Instituto Nacional do Livro – 1983

Comissão julgadora:
Adalgisa Maria Vieira do Rosário
Arthur César Ferreira Reis
Djacir Lima Menezes

CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS

**ECONOMIA E
SOCIEDADE DO
RIO GRANDE DO SUL**

Século XVIII

Prêmio Literário Nacional do Instituto Nacional do Livro – 1983

Em convênio com o

**INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA**

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

S234e

Santos, Corcino Medeiros dos, 1931-

Economia e sociedade do Rio Grande do Sul : século XVIII / Corcino Medeiros dos Santos. - São Paulo : Ed. Nacional ; [Brasília] : INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

(Brasília ; v. 379)

Bibliografia.

ISBN 85-04-00203-9

1. Rio Grande do Sul - Condições econômicas - Século 18
 2. Rio Grande do Sul - Condições sociais - Século 18
- I. Instituto Nacional do Livro. II. Título. III. Série.

CDD: 330.9816503

: 309.1816503

CDU: 33(816.5)"17"

CCF/CBL/SP-84-1608

Índices para catálogo sistemático (CDD):

1. Século 18 : Rio Grande do Sul : Condições econômicas 330.9816503
2. Século 18 : Rio Grande do Sul : Condições sociais 309.1816503

ISBN 85-04-00203-9

Foi feito o depósito legal

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Distribuição e promoção:

Rua Joli, 294 - Fone: 291-2355 (PABX)

Caixa Postal 5.312 - CEP 03016 - São Paulo, SP - Brasil

1984

Impresso no Brasil

Para meus filhos
Júlio César
Cibele
Cornélia
e
Mariana

AGRADECIMENTOS

As pesquisas de que resultou o presente trabalho tornaram-se possíveis graças ao apoio de algumas instituições e pessoas, a quem fazemos questão de agradecer.

À Universidade de Brasília, na pessoa do seu reitor, professor José Carlos de Almeida Azevedo, os nossos agradecimentos pelas facilidades e recursos que foram colocados à nossa disposição.

À Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa do seu diretor-presidente, Dr. José de Azeredo Perdigão, e dos administradores do Serviço Internacional, Drs. José Blanco e Maria Clara Farinha, pela bolsa de pesquisas que nos concedeu e pelas atenções com que nos cercaram, os nossos agradecimentos.

Os nossos agradecimentos aos senhores Isaú Santos, diretor do Arquivo Histórico Ultramarino; Darci Damasceno e Waldir da Cunha, da Biblioteca Nacional; Trajano Garcia Quinhões, do Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico da Cidade do Rio de Janeiro; Raul Lima e Maria Luísa Fernandes de Carvalho, do Arquivo Nacional; Moacir Domingues, do Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul, por todas as facilidades que colocaram à nossa disposição.

Ao professor Amado Luiz Cervo, pela leitura dos originais e pelas críticas e sugestões.

A Hermínia Alvim de Oliveira, pela dedicação e desvelo com que nos acompanhou na difícil tarefa de datilografia, os nossos mais sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIII
INTRODUÇÃO	XIX
1. A COLONIZAÇÃO	1
1.1. Os primeiros povoadores	1
1.2. A colonização açoriana	16
1.3. Povoamento e população	25
1.4. Ocupação do solo e estrutura fundiária	43
2. A PECUÁRIA	59
2.1. Os primórdios	59
2.2. A iniciativa estatal	64
2.3. Entraves ao desenvolvimento do rebanho	71
2.4. O crescimento e a economia do rebanho	74
3. A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO	89
3.1. A agricultura	89
3.2. Os portos e o trânsito de mercadorias	99
3.3. O Rio Grande do Sul como entreposto de comércio com o Vice-Reino do Prata	146
3.4. A Fazenda Real	154
CONCLUSÕES	173
Apêndice documental	177

Documento 1: — Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil	177
Documento 2: — Carta de Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro	189
Documento 3: — Regulamento para a conservação dos animais das fazendas e estâncias dos particulares	193
Documento 4: — Memórias sobre o Porto de São Pedro do Rio Grande	203
Fontes e bibliografia	209

ÍNDICE DAS TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

<i>Tabela 1:</i> Plantação e colheita de trigo na Colônia do Sacramento no ano de 1718	4
<i>Tabela 2:</i> Relação das vilas da costa, da praça de Santos ao Rio Grande de São Pedro (1727)	8
<i>Tabela 3:</i> População do Rio Grande do Sul em 1780	32
<i>Tabela 4:</i> Mapa da população da capitania do Rio Grande no ano de 1798	35
<i>Tabela 5:</i> Mapa da população da capitania do Rio Grande no ano de 1802	36
<i>Tabela 6:</i> Cor e status da população do Rio Grande do Sul nos anos de 1798 e 1802	37
<i>Tabela 7:</i> Repartição percentual da população do Rio Grande do Sul, segundo a cor da pele, nos anos de 1798 e 1802	37
<i>Tabela 8:</i> Repartição da população do Rio Grande do Sul, por sexo, nos anos de 1798 e 1802	37
<i>Tabela 9:</i> Distribuição da propriedade rural por distrito no ano de 1785	53
<i>Tabela 10:</i> Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul, no ano de 1785 (tamanho e número)	54
<i>Tabela 11:</i> Rebanho das missões no ano de 1768	63

Tabela 12:	Relação dos animais que existiam no continente do Rio-Grande de 1793 a 1798	76
Tabela 13:	Animais que possuem os moradores e donos de estâncias do distrito do Rio Grande de São Pedro (1780) . .	79
Tabela 14:	Relação dos animais que existiam no continente do Rio Grande em 1784	81
Tabela 15:	Animais de diversas espécies que existiam no continente do Rio Grande em 1787	82
Tabela 16:	Valor do rebanho no ano de 1780	83
Tabela 17:	Valor do rebanho no Rio Grande do Sul em 1784	83
Tabela 18:	Valor do rebanho no Rio Grande do Sul em 1787	83
Tabela 19:	Quantidade de trigo que foi semeada no ano de 1780 .	95
Tabela 20:	Situação da agricultura do trigo em 1787	97
Tabela 21:	Importação da capitania do Rio Grande de São Pedro em 1802	108
Tabela 22:	Exportação da capitania do Rio Grande de São Pedro em 1802	130
Tabela 23:	Movimento de exportação do porto do Rio Grande de 1790 a 1797	135
Tabela 24:	Movimento de embarcações do porto do Rio de Janeiro com os portos meridionais	136
Tabela 25:	Movimento de embarcações do porto do Rio de Janeiro com os do Rio Grande e Porto Alegre	138
Tabela 26:	Exportações da capitania, pelos portos do Rio Grande e Porto Alegre para o Rio de Janeiro	138
Tabela 27:	Preços do trigo e do charque	140
Tabela 28:	Exportações da capitania pelos portos do Rio Grande e Porto Alegre, de 1805 a 1820	141
Tabela 29:	Exportações de trigo, charque e couros, de 1790 a 1820	142
Tabela 30:	Despesa e rendimento anual do continente do Rio Grande	156
Tabela 31:	Relação do que a Fazenda Real do continente do Rio Grande fica devendo até o último de dezembro de 1784	168

Tabela 32:	Relação do que a Fazenda Real do continente do Rio Grande fica devendo até o último de dezembro de 1785	169
Tabela 33:	Extrato do que a Fazenda Real do continente do Rio Grande de São Pedro fica devendo no ano de 1788 . . .	170

Gráficos

Representação percentual do número e área das propriedades rurais do Rio Grande do Sul em 1785	55
Movimento de navios entre os portos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul	137
Preços do trigo e do charque	139
Exportação de trigo do Rio Grande	143
Exportação de charque do Rio Grande	144

PREFÁCIO

Corcino Medeiros dos Santos é conhecido como pesquisador e como professor. Suas publicações lhe conferem uma posição de destaque na historiografia brasileira. Referência especial deve ser feita a *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa, 1763-1808* (Rio de Janeiro, 1980), descrito por Eulália M. L. Lobo como “um livro de grande importância pelo levantamento e descoberta de fontes, revisão bibliográfica e sobretudo pela importância de temas fundamentais da História do Brasil”.

Nos planos de trabalho do pesquisador Corcino Medeiros, as perspectivas são tão amplas que pretende amarrar economia e sociedade, do século XVIII ao início do século XIX, entre o norte e o sul do Brasil; entre o Brasil e a região platina, entre o Brasil e o mundo europeu. Após aquela publicação, contempla agora o meio acadêmico com *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul (século XVIII)*, obra premiada pelo Instituto Nacional do Livro, e espera concluir três outros trabalhos da mesma envergadura: economia e sociedade do Maranhão e Grão-Pará, economia e sociedade da Bahia (segunda metade do século XVIII) e relações comerciais do Brasil com o Rio da Prata (1763-1822).

A produção científica de Corcino Medeiros dos Santos ilustra a situação de contraste que se configura na Universidade brasileira de hoje: dispondo de recursos escassos que lhe confere o Estado, conta em seus quadros, ao lado de alguns indolentes, com profissionais responsáveis e competentes, que devolvem à sociedade com lucro o investimento realizado. Corcino Medeiros figura entre esses últimos, e os frutos culturais de seu esforço estão sendo recolhidos.

Neste livro sobre o Rio Grande do Sul no século XVIII, nosso historiador analisa as formas induzidas e espontâneas do povoamento daquele “continente” — espaço vazio entre o Prata e a colônia portuguesa das capitâneas —, a chegada e a disseminação do reino animal — vacas, bois, cavalos, éguas, ovelhas —, as primeiras culturas do trigo, do linho-cânhamo; os contatos amigáveis e hostis, entre brancos e índios, portugueses e espanhóis, a inserção do sistema produtivo no quadro das necessidades locais, das demandas brasileiras em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e das expectativas coloniais da metrópole portuguesa. Corcino descreve, numa palavra, a epopéia da integração do Rio Grande ao mundo português, sob o prisma econômico, social e político. Para o gaúcho, é bom saber que seu Estado nasceu comendo muita carne e exportando logo excedentes para o Brasil e até para o exterior, fornecendo animais para a economia de mineração central, comerciando com o Prata à revelia do monopólio imposto pelo pacto colonial, valorizando a terra e defendendo com ela a identidade luso-brasileira. É bom saber também que o Rio Grande nasceu dando prejuízos à metrópole, como um enclave não ortodoxo no espírito de lucro que presidia à expansão européia, impondo-se como peça-chave de uma estratégia que subordinava variáveis geográficas, demográficas e políticas ao plano de consolidação do império português neste lado do Atlântico.

Para chegar a resultados tão expressivos, Corcino Medeiros percorreu arquivos brasileiros e portugueses, recolhendo e interpretando documentos originais. Suas conclusões enriquecem o conhecimento histórico e vão se aliar aos trabalhos de Rubens Barcelos, Jorge Salis Goulart, Manoelito Omellas, Moysés Vellinho, Guilhermino César, Dante de Laytano e outros que já estudaram o Rio Grande do Sul. O trabalho não se apresenta de forma acabada; nosso historiador indica algumas direções de pesquisa que o complementariam: o papel das guarnições militares, o papel da real feitoria do linho-cânhamo — uma interessante e fracassada alternativa econômica para o continente de São Pedro —, as relações do índio com o mundo dos brancos, o estranho comércio com Buenos Aires, onde a prata espanhola e o escravo português eram objeto de troca.

Economia e sociedade do Rio Grande do Sul (século XVIII) prende a atenção do leitor de início a fim. São informações objetivas, ligadas às fontes históricas e ordenadas logicamente, linha após linha. Corcino tem seu método: faz uma história simples e consistente, mais próxima do empírico do que da abstração universalizante. Usa uma quantidade enorme de dados estatísticos, como gosta de fazer a nova história, quando pode. Não é, porém, um quantitativista radical, ao estilo da *New Economic History*. Está mais próximo da *Histoire Sérielle* definida e defendida por Pierre Chaunu do que da economia retrospectiva de Jean Marczewski.

Para o Rio Grande do Sul do século XVIII, a opção metodológica está correta. Atende aos anseios da historiografia brasileira, necessitada, conforme Ciro Flamarion Cardoso, de monografias sérias e ligadas, através das fontes, ao real, que venham sepultar não só a crônica superficial como também a compilação estereotipada e estéril, baseada em fontes de segunda ordem e na indolência mental.

Além de pesquisador, Corcino é um grande colega. Nós que temos o privilégio de trabalhar a seu lado, na Universidade de Brasília, sabemos como é precioso contar com um companheiro correto, honesto e simpático. A historiografia brasileira e a vida universitária teriam a lucrar se de todos pudéssemos dizer o que dizemos, sinceramente, do professor Corcino Medeiros do Santos.

Brasília, julho de 1984.

AMADO LUIZ CERVO

ABREVIATURAS

A.G.I.S.	– Archivo General de Indias de Sevilla – España
A.I.H.G.B.	– Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
A.H.U.	– Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
A.N. Rio	– Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
A.P.H.A.E.G.	– Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara
B.N. Rio	– Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Cod.	– Códice
Mss.	– Manuscrito
Op.	– Obra
Cit.	– Citada
P.	– Página

INTRODUÇÃO

A nossa época é rica em transformações e surpresas. Por isto, a realidade do social, a realidade profunda do homem descobre-se nova aos nossos olhos, e assim o trabalho do historiador se renova constantemente.

Desta maneira, não podemos mais acreditar na explicação da história por tal ou qual fator dominante. Não a dominam exclusivamente nem os conflitos raciais; nem os poderosos ritmos econômicos, fatores de progresso ou de desastre; nem as constantes tensões sociais ou luta de classes; nem o espiritualismo difuso de um Ranke, pelo qual se sublima o indivíduo; nem o reinado da tecnologia; nem o crescimento demográfico, este crescimento vegetativo com suas conseqüências na vida das coletividades. O homem é muito mais complexo, e a história o estuda em toda a sua complexidade. Contudo, estas tentativas para reduzir o múltiplo ao simples representaram, desde há mais de um século, um grande enriquecimento dos estudos históricos. Colocaram-nos progressivamente no caminho do ultrapassamento do indivíduo e do acontecimento. O indivíduo é, muitas vezes, na história, uma abstração. Não existe na realidade viva um indivíduo, um herói fechado em si mesmo; todas as realizações individuais se fundem numa realidade mais complexa e total, a do social.

O conhecimento histórico não pode desprezar nenhum dos aspectos das sociedades. Tem interesse tanto pelos instrumentos como pelas emoções; tanto pelos ricos como pelos pobres; tanto pela vida cotidiana como pelas grandes festas; tanto pelas formas de governo como pelos estilos artísticos; tanto pelos movimentos operários como pelos totalitários.

Os historiadores começaram, há 30 anos, a tomar consciência de uma história nova, uma história cujo tempo já não se conjuga com as nossas

antigas medidas. A história demográfica, a história social, a história política, a história das mentalidades, a história quantitativa e serial, enfim a história total, são exemplos concretos das preocupações metodológicas que têm dominado a historiografia nos últimos 30 ou 40 anos. Assim, o progresso rápido do conhecimento histórico tornou-se para o nosso sistema de civilização, ameaçado, uma questão de vida e morte.

Existem entre as ciências sociais dois ramos muito importantes que estudam a vida social em toda a sua complexidade, no seu conjunto e em todas as suas manifestações. Estas ciências constituem, de um lado, a história, e de outro, a sociologia.

O neo-historicismo não reconhece à história outra possibilidade que não seja desvendar a intriga, a história do conhecimento específico e do particular. Mas essa construção apressada não nos deve desviar da procura da objetividade histórica e de uma crítica rigorosa.

Esta é a visão que temos da história e é dentro deste contexto metodológico que desenvolvemos as pesquisas de que resultou o presente trabalho. Não se trata de um trabalho completo, acabado, definitivo. Mesmo porque em história, nas ciências humanas em geral, existe uma constante renovação, e todo trabalho poderá ser refeito, enriquecido ou ter outro enfoque metodológico.

Uma coisa é certa: com o presente estudo estamos acrescentando à historiografia regional do Rio Grande e brasileira uma contribuição nova não só no que diz respeito ao enfoque metodológico como também quanto ao conteúdo. O que fizemos foi uma tentativa honesta de interpretar o processo de integração do Rio Grande do Sul à economia atlântica.

A integração do Rio Grande ao mundo lusitano coincidiu com a chamada expansão geográfica do Brasil. Essa empresa da expansão luso-brasileira não se processou ao acaso, mas com base numa unidade geográfica, econômica e cultural que já antes do descobrimento vinha sendo vivida pela experiência tupi-guarani e que compreendia todo o espaço entre o Amazonas e o Prata. Esse fato, inclusive, é assinalado por Jaime Cortesão em *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. A incorporação do Rio Grande foi, portanto, um grande esforço de afirmação do mundo luso-brasileiro perante um outro totalmente adverso, o hispano-americano, ambos expandindo-se agressivamente sobre a mesma área.

Para a compreensão desse esforço de integração se procurou explicar neste trabalho o povoamento, as atividades econômicas, a demografia, a ocupação da terra (a propriedade fundiária), enfim vários aspectos da política ultramarina e pombalina em relação ao Rio Grande do Sul.

Alguns aspectos, entretanto, ainda continuam a merecer estudos especiais, tais como a ocupação militar, especialmente nos seus aspectos

políticos e sociais; e a Real Feitoria do Linho-Cânhamo, uma instituição que teve uma vida de pelo menos 40 anos. É preciso saber o que ela representou, nesse esforço de integração, os resultados positivos e negativos dessa iniciativa estatal. Um outro aspecto que está a merecer estudos mais profundos é o trabalho de integração dos índios no mundo dos brancos, ou seja, o processo de europeização do continente do Rio Grande. Neste aspecto, a iniciativa governamental se fez sentir de maneira mais acentuada na organização da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, das famílias guarani.

No que diz respeito à Real Feitoria do Linho-Cânhamo e à aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, já iniciamos pesquisas com o objetivo de escrever e publicar posteriormente um outro trabalho, que não caberia no espaço deste que ora trazemos a público. Poderia perfeitamente caber dentro do título escolhido, mas o tornaria por demais extenso.

Esperamos, todavia, que este trabalho possa despertar o interesse de outros pesquisadores para a realização de estudos monográficos sobre o setecentismo brasileiro. Estudos que possam contribuir, de algum modo, para a compreensão do processo de integração dos mais variados segmentos na economia atlântica. Que contribuam, por outro lado, para uma explicação da conjuntura regional (Rio Grande), nacional e internacional e ainda como se inter-relacionaram ou interpenetraram os diversos acontecimentos que marcaram as crises de acomodação, de definição do século XVIII. Consideramo-lo um dos períodos mais ricos da história do Brasil. É o período de definição do Rio Grande como parte do mundo lusotropical, bem como da conquista da Amazônia. É também o período em que o sistema colonial português apresenta os primeiros sinais de crise, de desagregação.

As pesquisas de que resultou o presente trabalho foram realizadas no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo e Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul. No estrangeiro, dados foram coletados no Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca Nacional de Lisboa e ainda no Archivo General de Indias de Sevilla.

1

A COLONIZAÇÃO

1.1. OS PRIMEIROS POVOADORES

O território do atual Estado do Rio Grande do Sul era povoado primitivamente por indígenas da grande família Tupi-Guarani, entre os quais se destacavam os tape, carijó, arachane e guaianá, que se localizavam ao norte e nordeste. Os guaicura, com os guenoa, minuano e charrua, a oeste e sul. Foram os dois últimos grupos que tiveram maior influência "na formação do tipo humano a que se daria o nome de gaúcho, legando-nos um certo número de hábitos, objetos de uso e mesmo algumas características pessoais"¹.

Mais tarde o indígena juntou-se ao imigrante africano na formação étnica sul-rio-grandense, como ocorrera em todo o território brasileiro. Contudo, o percentual de sangue indígena e africano variou de acordo com as regiões. No litoral nordestino, graças ao tipo de atividade econômica, predominou a influência do negro. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro e planaltos centrais, para onde a mineração levou grande número de escravos negros no século XVIII. No Rio Grande do Sul, o negro não teve a mesma influência que em outras áreas do país. As condições sócio-econômicas eram diferentes. A ocupação do território fez-se inicialmente por militares, e por medidas estratégicas. De outro lado, as condições do trabalho (pecuária especialmente) não exigiam o braço africano e além do mais havia a forte concorrência do Rio da Prata na demanda de mão-de-obra africana. O número de negros teria sido avultado no Rio Grande somente a partir de 1780, em consequência da instalação das charqueadas. O elemento branco seria constituído pelos portugueses da metrópole,

de outras partes da América Portuguesa, como Laguna, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro e ainda os dos Açores². O açoriano merecerá atenção mais demorada, logo adiante.

No último quartel do século, quando os bandeirantes paulistas já haviam ultrapassado o meridiano de Tordesilhas na direção sul, a Coroa portuguesa manifesta clara intenção de fazer do Rio da Prata uma fronteira natural de seus domínios. É assim que em 1676 D. Pedro faz outorga de capitânicas nas terras do sul até a boca do Rio da Prata. Com este fato começa a política expansionista naquela direção, cuja concretização se faz em 1680, quando D. Manuel Lobo funda a Colônia do Santíssimo Sacramento em frente a Buenos Aires, num verdadeiro desafio aos espanhóis. Visando lançar as bases da conquista daquele território, na mesma data em que concedia sesmarias, o governo português conseguia do papa uma bula que criava o bispado do Rio de Janeiro e estabelecia como seu limite meridional o estuário do Prata. Ao mesmo tempo, a Câmara do Rio de Janeiro pedia ao príncipe que fixasse no Prata a fronteira e fortificasse a sua margem esquerda³. Ainda naquele ano, Domingos de Brito Peixoto parte para o sul com o objetivo de fundar Laguna, primeira sentinela avançada, antes da Colônia do Sacramento. Assim escreve o pioneiro paulista: "Me animei a fazer a conquista da Laguna, terras muito férteis e abundantes de pescado e carnes e para a mais lavoura, com a vizinhança de Buenos Aires, donde me parece haverá maiores haveres; pelo que resolvi fazer duas embarcações, uma que perdi haverá já 4 anos, outra em que de presente vou à minha custa com meus filhos, parentes e amigos, com desígnio de mandar fazer diligência por prata, . . ."⁴

Para tão arriscada empresa levou da vila de Santos sua embarcação carregada de ferramentas, gente e muitos escravos. Entre as pessoas que o acompanhavam estavam seus dois filhos Sebastião de Brito Guerra e Francisco de Brito Peixoto. Depois de fundar a vila, nas muitas escaramuças que tivera com os índios, morreu juntamente com o filho Sebastião de Brito Guerra. Mas a obra desbravadora é continuada pelo outro filho que descobriu e fez o reconhecimento de extensas campanhas. Os paulistas plantaram no primeiro ano e a colheita foi abundante, mostrando a grande fertilidade da terra. Em consequência mandou Francisco Brito Peixoto a diversas vilas de São Paulo convidar gente que viesse engrossar a povoação, bem como trazer de várias partes gado, cavalos, ovelhas e cabras. Referindo-se talvez aos animais, cuja criação tinha sido iniciada pelos jesuítas em território do atual Rio Grande do Sul, dizia: ". . . e já de muitos anos vem daquele sítio todo o gado vacuum que se gasta com a maior parte destas vilas do sul, e fora delas vão para a cidade do Rio de Janeiro continuamente muitas embarcações de carnes salgadas . . . e inumeráveis couros de bois . . ."⁵ No início do século XVIII, Santo Antônio da Laguna era

elevada à categoria de vila, contando então com 42 casas e 300 pessoas adultas.

Mas a verdade é que entre a Colônia do Sacramento e o Rio de Janeiro havia um imenso vazio demográfico. Em tais circunstâncias sua manutenção era muito difícil. De outro lado, os luso-brasileiros, além de estarem no firme propósito de mantê-la como ponta de lança de penetração comercial no Vice-Reino do Prata, desejavam também criar uma barreira à expansão castelhana que se fizera na direção do Pacífico para o Atlântico. Essa política, pelo menos nos últimos anos do século XVII e primeiros do século XVIII, exigiu grandes sacrifícios em recursos humanos e materiais. Daí a necessidade de povoar.

O primeiro esforço foi endereçado à Colônia. Ela não podia ficar (e subsistir) na dependência exclusiva dos suprimentos que viessem do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de Minas. Era preciso que ao lado da atividade militar, da comercial, houvesse também uma classe produtora de bens de consumo, ou seja, de gêneros alimentícios essenciais. Em outras palavras, era necessário que a Colônia, uma praça de guerra, possuísse o seu cinturão verde. Assim, em 1718, foi feita a remessa de 61 casais vindos de Portugal e destinados a cultivar o solo. No ano seguinte, o novo governador da praça, Manuel Gomes Barbosa, em correspondência para a Corte⁶, nos fornece informações pormenorizadas sobre esses primeiros povoadores, bem como das condições de defesa da Colônia. Informa terem falecido entre os casais vindos de Portugal as seguintes pessoas: "a mãe do sargento-mor da praça, Sebastião João, cabeça de casal; Brites, a mulher de Manuel de Sá; Cristóvão, do casal Antônio Vieira; e Antônio da Silva, do casal Manuel do Couto; de Matias de Sousa, faleceram 3 filhos; de Antônio Henriques faleceu um filho; de Domingos da Silva, faleceram 2 filhos; de Antônio Vieira, faleceu um filho". Continuando, informa que das crianças, filhas dos casais, nascidas na Colônia já haviam (em 6 de abril de 1719) falecido 8 e igual número estava vivo.

São dados alarmantes, que dizem bem das condições sanitárias, habitacionais e até alimentícias que enfrentaram os pioneiros. Foi grande a desilusão que muitos sofreram e por isto mesmo, um ano depois de sua chegada, informa Manuel Gomes Barbosa, 14 pessoas desertaram para a América Espanhola na esperança de encontrar, certamente, melhores condições de vida. Eram dois casais, sendo os outros moços solteiros que vieram agregados aos diferentes casais.

De acordo com o esquema previamente estabelecido, com os casais vieram sementes de trigo e outros cereais que foram distribuídas proporcionalmente a cada um deles. A primeira plantação foi um fracasso quase total, conforme se verá pelo quadro que apresentaremos a seguir, preparado com dados fornecidos por Manuel Gomes Barbosa, no documento citado.

Isto pode ser notado comparando o rendimento das sementes de Portugal com as que foram compradas em Buenos Aires. A causa principal foi o plantio fora de tempo, além da má qualidade das sementes. A maioria dos casais nem sequer viu nascer as sementes que plantaram. A cada um dos casais se forneceram 2,5 alqueires* de trigo, que correspondem a 5 alqueires de Portugal. Além das sementes, receberam também os casais juntas de bois para lavrarem a terra e mais assistência necessária. Vamos aos dados.

Tabela I
PLANTAÇÃO E COLHEITA DE TRIGO NA COLÔNIA, NO ANO DE 1718

Cabeça de casal	Semeadura (alqueires)	Colheita (alqueires)
João Meireles	2,5	0,75
Bernardo Carneiro	2,5	0,5
José Gomes	2,5	0,5
Miguel da Costa	2,5	0,75
Francisco Ruiz	2,5	1,0
Tomás de Macedo	2,5	2,0
Francisco de Almeida	2,5	2,0

TRIGO QUE COMPRARAM DE BUENOS AIRES

Cap. Plácido Álvares	0,5	3,0
Cap. João Meireles	0,75	5,0
Bernardo Carneiro	1,0	15,5
Domingos de Siqueira	0,5	20,0
Sebastião João	1,0	10,5
Domingos da Silva	0,25	0,75
Antônio Marques	1,0	1,5
Alexandre de Magalhães	0,5	1,5
Nicolau de Sousa	0,5	1,5
José de Azevedo	1,0	2,5

TRIGO QUE SEMEARAM OS PARTICULARES FORA DOS CASAIS

Leonel da Gama	5,0	90,0
Elenir de Almeida	4,0	100,0
Manuel Gomes	2,0	17,0
João Luís	2,0	18,0
Sargento Guerreiros	2,0	4,0
Cap. Estêvão	4,0	60,0

* Antiga medida para secos e líquidos equivalente a 13,8 litros. Não confundir com o alqueire medida agrária, que equivale a 24.200 metros quadrados de terra. (N. do R.)

Cabeça de casal	Semeadura (alqueires)	Colheita (alqueires)
Jerônimo de Freitas	4,0	20,0
José Ribeiro	0,75	4,0
João Golçalves Vieira	0,75	10,0
O padre vigário	0,5	8,0
O des. da Campanha	3,0	30,0
Geraldo José Vieira	1,0	8,0
Manuel Pereira	1,0	4,0
O governador	14,0	160,0
Manuel Botelho	2,0	15,0

Continuando ainda a trabalhar com os dados fornecidos por Manuel Gomes Barbosa em documento já mencionado, apresentaremos um quadro com as juntas de bois destinados ao trabalho, a quantidade de cavalos e o número de praças a quem estava confiada a defesa da Colônia do Sacramento, por onde se vê quão frágil era a defesa daquele estabelecimento fronteiriço.

Cabeça de casal	Juntas de bois
BOIS MANSOS DADOS AOS CASAIS	
Ao sargento-mor da praça	2
Ao cap. Francisco Xavier	1
Ao cap. Plácido Álvares	1
Ao cap. João Meireles	1
Ao escrivão Domingos da Siqueira	1
A José H. Ruiz Pinto	1
Ao alferes Manuel do Couto	1
A Antônio de Carvalho	1
A Antônio Henriques	1
A José Gomes	1
A Bernardo Carneiro	1
A Pedro Lopes	1
A Inácio Gonçalves	1
A Antônio do Rego	1
A Antônio de Sousa	1
A Nicolau de Sousa	1
Ao alferes Francisco de Sousa	1
A Manuel Ruiz	1
A Francisco Ruiz	1

BOIS MANSOS COMPRADOS PELOS CASAIS

Manuel de Freitas	1
Francisco Ruiz de Matos	1
Antônio Lopes	1
Inácio Gonçalves	1
Antônio do Rego	1
Francisco Gonçalves	1
Vicente Pereira	1
Matias de Sousa	1
Domingos da Silva	1
Tomé Ribeiro	1
Francisco de Azevedo	1
Antônio Teixeira	1
Francisco Sampaio	1
Rafael Ribeiro	1

BOIS PERTENCENTES AOS PARTICULARES

João Gonçalves	1
João Luís	1
Luís de Almeida	2
Leonel da Gama	2
Antônio Paes	1
Manuel Gomes	2
Estevam Ruiz	3
Manuel Félix	4
José Ruiz de Matos	1
Manuel Botelho	2
João da Silva	2
João Gonçalves Vieira	2
Francisco Xavier	1
Sargento-mor da praça	3
Manuel de Macedo	1
Manuel Pereira	1
de El-Rei	4

Ao todo, temos 67 juntas que perfazem 134 bois. Quanto aos cavalos, além dos 510 que foram furtados pelos índios tape dos diversos proprietários, temos um total de 1.825, assim distribuídos:

El-Rei	126
sargento-mor da praça	65
sargento-mor do terço	56
cap. Estevam Ruiz	60
cap. João Gonçalves Vieira	30
cap. Manuel de Macedo	50
cap. José Ruiz de Matos	40
cap. Antônio de Pontes	12

Cabeça de casal	Juntas de bois
cap. Francisco Xavier	50
cap. Antônio do Rego	40
João Luís	9
Alferes Francisco Gomes	8
o furriel do terço	8
o cap. da Campanha	2
o furriel José Ruiz Maia	14
os alferes do terço	45
os sargentos	60
os soldados	360
Jerônimo de Ceuta	760
	1.825

A guarnição possuía, em 1719, distribuídos entre as diversas especialidades e categorias, 308 praças⁷. O que é um número significativamente baixo, considerando a importância estratégica e econômica da Colônia do Sacramento, que devia ser mantida a todo custo.

Como se vê, o primeiro esforço foi o de manutenção da Colônia do Sacramento, e para isto não bastava a fortificação da praça e o aumento de sua população com a vinda de casais de agricultores. Era preciso também criar outros núcleos de povoamento para encurtar a distância entre aquela praça e o Rio de Janeiro, bem como para fornecer socorros em caso de ataques castelhanos.

Os portugueses conheciam a região desde o século XVI. No século seguinte, os bandeirantes preadores de índios a percorreram, mas somente no século XVIII é que a região que compreende o atual Rio Grande do Sul se incorporou ao território luso-brasileiro. Paranaguá, já visitado pelos paulistas no final do século XVI, desenvolveu seu povoamento e por volta de 1656 era criada a capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Mais ou menos pela mesma época, iniciou-se o povoamento dos campos de Curitiba. De Paranaguá, pelo litoral, e dos campos de Curitiba, pelo planalto, afirma Manuel Diegues Júnior, prosseguiu a marcha da conquista e ocupação do território meridional⁸.

Realmente, por volta de 1658, Manuel Lourenço de Andrade assentou os fundamentos de São Francisco⁹. O ponto seguinte, pelo litoral ainda, seria a ilha de Santa Catarina, depois Nossa Senhora do Desterro e atualmente Florianópolis, onde foi estabelecido um outro núcleo de povoamento. Ao mesmo tempo, o povoamento dos campos curitibanos progredia com a irradiação da criação de gado. Continuando a marcha para o sul

Tabela 2
RELAÇÃO DAS VILAS DA COSTA, DA PRAÇA DE SANTOS AO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1727)

Vilas	Igrejas	Vigários	Capitão-mor	Utilidade que tem a fazenda real (por ano)	Casais brancos	Casais bastardos	Homens prontos p/ a guerra
Laguna	S. Antônio dos Anjos	Antônio da Silva Cardoso	Francisco de Brito Peixoto	233 cruzados c/ SF e SC	25	40	42
São Francisco	N. Sra. da Graça	Antônio Ferreira da Cruz	Antônio de Oliveira Leal	dízimos 233 junto c/ Laguna e SC	94	21	100
Santa Catarina	N. Sra. do Desterro	Francisco Justo Santiago	Sebastião Ruiz de Bragança	dízimos 233 junto c/ SF e Laguna	26	16	31
Paranaguá	N. Sra. do Rosário	Cristóvão da Costa Oliveira	André Gonçalves Pinheiro	dízimos 2.000 cruzados	400	44	260
Iguape	N. Sra. das Neves	Luís Cardoso	Luís Cardoso	650\$000 c/ Cananéia	37	20	49
São Vicente	São Vicente	Gregório Lopes Miranda	João Pinheiro Guerra	133 cruzados	48	21	51
Cananéia	São João	Manuel da Silva	Inácio de Freitas Trancoso	650\$000 c/ Iguape	35	28	36
Itanhaém	N. Sra da Conceição	Manuel Gonçalves Souto	Não tem	167 cruzados	42	30	47
Santos	Santos	Antônio Ruiz França	Antônio Gatozo Vergueiro	200 cruzados	450	42	300

atingiram Laguna, que se constituiu, ainda em fins do século XVII, no último ponto de referência nas comunicações com a Colônia do Sacramento e como tal permanecendo no primeiro quartel do século XVIII. O crescimento populacional desses primeiros núcleos não foi tão grande como se poderia esperar. É o que depreendemos de informações colhidas entre 1726 e 1727 pelo mestre-de-campo Davi Marques Pereira, por ordem do governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses¹⁰. Com os dados fornecidos pelo referido cidadão, elaboramos a tabela 2, que nos dá uma visão clara do povoamento do litoral sul do Brasil até aquela época. A preocupação do governador de São Paulo era certamente a preocupação da Metrópole. O levantamento fora feito para se avaliar as reais condições, a fim de se prevenir contra possíveis ataques castelhanos.

Nesta altura, Laguna ainda era a última povoação da costa, entre o Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento. Mas já no ano seguinte, enquanto outros caminhos se procuravam abrir pelo planalto, pelos campos e campinas próprias para a criação, abria-se também o caminho dos conventos, que tiveram grande importância no desenvolvimento dos contatos de São Paulo com o extremo sul¹¹.

Pelo planalto, o caminho torna-se intensivamente freqüentado; "por ele cruzam boiadas e os grupos humanos; por ele iam-se incrementando as relações entre os núcleos paulistas e sulinos. Campos de Curitiba, Lapa, Mafra, Lajes e São Joaquim são pontos de referência, marcando as fases das jornadas para alcançar o sul do Brasil"¹².

No que diz respeito a Curitiba, Romário Martins, baseado nas informações do ouvidor Pardinho, diz que ela fora criada por volta de 1641 por moradores que subiram de Paranaguá com algumas cabeças de gado vacum e algumas éguas que se multiplicaram em muitos currais. E acrescenta: "Disso viviam os moradores ao redor da vila em distância até 7 léguas pelo caminho que vai para São Paulo". E continua: "Para São Paulo e para as Minas levaram os curitibanos, uns pelos os outros, de 800 a 1.000 cabeças de bois e cavalos".

Em 1721, Curitiba possuía duas freguesias — São José e Bom Jesus dos Perdões — e um só termo com 200 casais e mais de 1.400 pessoas de confissão¹³. O que significa dizer ter sido ultrapassada apenas por Paranaguá e Santos.

Em 1727 ainda não existia a povoação do Rio Grande de São Pedro, mas desde 1721 o seu sítio estava escolhido como o mais apropriado "para dar aumento da nova colônia e prontidão para os seus socorros..."¹⁴ É o próprio Davi Marques Pereira que escreve acerca da conveniência do sítio: "As utilidades que a Fazenda Real pode ter neste posto são o domínio da campanha; o negócio com os castelhanos, índios tape e mi-

nuano; a courama da campanha; os dízimos dos lavradores e criadores; o peixe e carnes que virão para todos os postos do Brasil; as passagens de cinco rios que há até a ilha de Santa Catarina; o gado e cavalgaduras que poderão entrar para toda a capitania de São Paulo, abrindo-se o caminho para os campos de Caraituva, pela picada que se acha feita para os ditos campos com o que se utilizarão todas as minas com tanta abundância que havendo gente para este exercício se poderão mui bem tirar milhões e milhões de gado para estas capitanias”¹⁵.

Para socorrer a Colônia do Sacramento, principalmente por terra, a Corte de Lisboa ordenou ao governador do Rio de Janeiro a fundação de um presídio militar, o que se deu no porto de São Pedro. Para tal empreendimento Gomes Freire de Andrade deu instruções ao brigadeiro José da Silva Paes em 18 de junho de 1736. Com isto tinha em vista fazer a posse oficial do território rio-grandense com os seguintes objetivos: “a) defesa da Colônia do Sacramento; b) expulsão dos castelhanos das ilhas de São Gabriel; c) ocupação e fortificação de Montevidéu; d) exame da posição de Maldonado para servir de escoadouro dos navios que se destinassem à Colônia; e) ocupação e fortificação do porto do Rio Grande de São Pedro”¹⁶.

A região não estava inteiramente desocupada. Os entreveros com os espanhóis de Buenos Aires já haviam provocado o retrocesso de alguns povoadores da Colônia. Além disso, duas expedições, por ordem do Rio de Janeiro, haviam partido de Laguna entre 1715 e 1720, sob a direção do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, para examinar as campanhas até a Colônia¹⁷. João de Magalhães, em 1725, com 30 homens, partiu para povoar o Rio Grande pelo norte, estabelecendo-se junto ao Tramandaí com criação de gado. Eram os pioneiros e, entre eles, contam-se Cosme da Silveira que se estabeleceu nos campos de Viamão, Antônio de Sousa, Fernando de tál e João Garcia Dutra nos campos do Capivari. Em 1731, “Cristóvão Pereira de Abreu pôs 800 cabeças de cavalos nos campos recém-descobertos e voltando com 300 cavalgaduras e 500 vacas, suas e das 130 pessoas que o seguiam, em treze meses alcançou Curitiba, deixando muito transitável a picada”¹⁸. Quando chegou ao Rio Grande em fevereiro de 1737, Silva Paes aí já encontrou Cristóvão Pereira de Abreu, com quem se entendeu a respeito da ocupação, além de muitos outros estancieros. O povoamento seria feito por moradores do Rio de Janeiro, onde já em 1735 havia muitas pessoas interessadas em seguir para aquela região. A expedição de Silva Paes constava de 254 homens das tropas auxiliares do Rio de Janeiro, da Bahia e Minas Gerais que, em 10 embarcações, foram conduzidos juntamente com os apetrechos de guerra, ferramentas e todo o instrumental indispensável para a construção da fortaleza e início do povoamento. Depois dos soldados, do Rio de Janeiro também vieram recrutas, casais e mulheres desimpedidas¹⁹.

Em outras palavras, tropas de voluntários e de recrutas do Rio, de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia ocuparam a terra e com as mulheres desimpedidas iniciaram o povoamento que foi continuado pelo minhoto* e pelos casais de açorianos e madeirenses. Repetia-se o mesmo expediente sugerido pelos jesuítas para o povoamento do Brasil no século XVI, ao pleitearem a vinda de mulheres de Portugal, mesmo que erradas²⁰. Silva Paes achava que da capitania de São Paulo, por ser mais próxima, devia mandar mais gente, mas o núcleo inicial se compõe mais do povo do Rio de Janeiro do que daquela capitania. Aliás, a remessa de recrutas, de casais, de mulheres livres ou moças para o sul foi constante. De lá “vinham apelos com novos pedidos de mulheres . . . ”²¹

Era a ocupação oficial em marcha, mas ela foi precedida, como já se viu, pela particular que tivera início com a expedição de João de Magalhães que se fixou no porto de São Pedro e “nesse porto, em 1727, foi lavrado pelo escrivão de Laguna um contrato para a passagem do gado”²². “Em 1732 e 1733, foram concedidas sesmarias nos campos de Tramandaí, na paragem das Conchas, ao cap. Manuel Gonçalves Ribeiro, juiz ordinário em Laguna, e a Francisco Xavier Ribeiro”, que ali se estabeleceram antes de 1732²³.

Em 1735, o conde de Sarzedas negou a Francisco de Brito Peixoto as terras ao longo da praia que ia acabar no Rio Grande de São Pedro, porque aí já se achavam povos estabelecidos com fazendas de gado vacum e cavalar “nas distâncias de 45 léguas mais ou menos que há de ter de Tramandaí ao Rio Grande”²⁴. De fato, muitos estancieiros localizaram-se entre o Estreito e o Chuí, antes de 1737, e a eles foram concedidas sesmarias de acordo com instruções do governo português datadas de 24 de março de 1736. Entre os estancieiros relacionados em 1739 pelo comandante do presídio, a maioria se fixara antes da ocupação oficial. São eles Domingos Martins, na estância dos Palmares; Francisco de Seixas, na estância da Alagoa; Manuel de Barros, Alexandre de Magalhães, Pedro Romeiro, na estância de São João; José da Silva, na estância da Banda do Arroio; o coronel Cristóvão Pereira e Manuel Gonçalves Brandão, na estância do Rincão; Miguel Moreira, na estância de Caiubá; Francisco Xavier Ruiz, na estância do Capão de Caiubá; Domingos Roballo, na estância da Banda de Mirim; Francisco Pinto Bandeira e Pedro Martins, na estância diante do Arroio do Agudo; Fernando Ribeiro, na estância Mangueira, e José Veloso, na estância do Rincão, do coronel Cristóvão²⁵.

Como uma das finalidades principais da fixação dos portugueses no Rio Grande era estabelecer as comunicações com a Colônia e ao mesmo

* Natural do Minho, região de Portugal

tempo fortalecer a defesa da mesma, cuidou-se logo de criar um corpo de cavalaria, o que não podia fazer na Colônia em virtude da exigüidade de espaço para as pastagens. Com esse objetivo em vista, os portugueses começaram a ajuntar grande quantidade de gado vacum e cavalar, fazendo passar a maior parte deles para a margem norte do rio, iniciando a organização da grande estância real de Bojuru²⁶. Era necessária para a manutenção e criação da cavallhada destinada ao serviço de rondas e do gado para o consumo das tropas. Desse modo, teriam os animais nas proximidades do presídio. Para assegurar a sua conservação e facilitar o trabalho de arrebancar maior número de animais, tratou o brigadeiro José da Silva Paes, que era homem de larga visão, de estabelecer duas guardas avançadas na distância de cerca de 15 léguas, no Arroio Taim e no Albardão. Feito isto, Silva Paes mandou vir da Colônia do Sacramento 150 homens já adestrados nas lides campeiras, tais como as tropadas, domaões, rodeios, preparo do charque etc., substituindo-os por outros de infantaria recém-chegados do norte ou de Portugal. Estes elementos tinham também a tarefa de adestrar os recrutas do famoso estrategista no manejo do cavalo, pois desejava fazer de seus soldados hábeis cavaleiros. É daí que nasceu o apego do gaúcho ao cavalo, tornando-o instrumento quase indispensável para o trabalho ou para a guerra. A união do homem com o cavalo, a combinação de esforços, tanto na guerra como nas lides campeiras, eram tão perfeitas a ponto de poder confundirem-se homem e cavalo numa só peça, num só conjunto uniforme. A coordenação de movimentos era tão perfeita como se fossem membros de um só corpo.

Os homens eram acostumados a longas marchas, de mais de 20 léguas, tocando diante dos corpos a cavallhada da qual se serviam para os ataques rápidos e inesperados. Daí serem a cavalaria e a artilharia a cavalo as armas mais adequadas ao *gaúcho*.

“A maior parte destes cavaleiros faz exercícius e ligeirezas tão bem a cavalo que parecem sobrenaturais. Os arreios, à moda do país, são de uma simplicidade extraordinária, de pouca despesa e mais cômodos para a liberdade do cavaleiro, assim como menos pesados ao cavalo, a que dão o nome de lombilhos, nele trazem o coxonilho que serve de cama ao cavaleiro, e o capote a que dão o nome de ponche, que tem a figura de uma casula que agasalhando o peito e as costas do soldado, deixando-lhe os braços livres para todas as ações. Além das armas ordinárias usam de uma defensiva para a qual não é necessária a forja, a corda. Não erra jamais a pontaria ou o golpe de uma corda que fazem do couro de boi com um laço numa extremidade, com outra presa ao lombilho é arrojado na carreira por um destes cavaleiros à distância de 30 passos com a velocidade da bala e com a mesma é seguro ou arrastado ao objeto lançado”²⁷.

O andar a pé parecia-lhe uma atitude desprezível e degradante. Quando o gaúcho imaginava um castigo para o bravateiro, valentão arrogante sem nobreza, diz Oliveira Viana, "apresenta-o pura e simplesmente como um sujeito desmontado, trazendo na mão os apetrechos da montaria:

'Ninguém abuse dos outros,
Por mais que seja pimpão,
Pois sucede ver-se um quera,
A pé, de freio na mão'²⁸.

O estabelecimento de natureza militar em pouco tempo converteu-se em colônia de povoamento. Aliás, é um fato que se repetiu com outros quartéis e fortificações criados ao longo do século XVIII e que representaram as células iniciais de prósperos núcleos de povoamento.

Os moradores de Laguna começaram a encaminhar-se para o sul e essa corrente de povoadores foi engrossada a partir de 1742 com a chegada dos açorianos. O fato é que 10 anos depois de sua fundação o presídio do Rio Grande já era um próspero povoado. Por carta régia de 17 de junho de 1747, foi elevado à categoria de vila, cuja instalação só se realizou em 16 de dezembro de 1751, pelo ouvidor-geral da ilha de Santa Catarina²⁹.

As primeiras sesmarias foram concedidas em 1732 e ficavam no litoral, onde assentariam moradas os primeiros proprietários a título legal. Acompanhando a estrada que ia de Laguna para a Colônia do Sacramento, os pioneiros foram lançando os fundamentos da posse definitiva por parte de Portugal, os pontos de partida das linhas de penetração. Com eles, e depois os açorianos, cobriram pouco a pouco, num desenvolvimento gradual e inteligente que obedeceu a um plano admirável, pela envergadura e pela previdência, o território do Rio Grande do Sul³⁰.

A partir do registro de Torres, os portugueses, com o elemento lagunista e outros que se associaram naquela aventura, avançaram pelo litoral e formaram as células primárias, Rio Grande, Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio. Numa segunda fase, Estreito, Mostardas e São José do Norte surgiram como pontos de ligação entre o presídio do Rio Grande e Viamão. "E a penetração vai desenvolver-se no sentido das correntes fluviais: Guaíba, desdobrando-se para o Camaquan, Jacuí e Taquari"³¹. Às margens do Jacuí, já em 1737, nascia a pequena tranqueira de Santo Amaro; e em 1752 a de Rio Pardo, que representou o núcleo central e inviolável da defesa contra os castelhanos. Triunfo seria a mais resistente e densa linha de comunicações com o centro, e em 1779 São João da Cachoeira ampliava a linha de penetração e defesa do Jacuí³². Estabelecidas as linhas defensivas, os povoadores foram se espalhando em todas as direções.

A apropriação das terras da bacia do Jacuí se fez efetivamente a partir de 1750, depois da posse portuguesa assegurada pelo Tratado de Madri e pela fortificação de Rio Pardo. O grande estimulador dessa ocupação foi o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade. Para tanto, procurou assegurar a retaguarda da tranqueira de Rio Pardo, "estimulando a fixação de pioneiros como o cap. Francisco Xavier de Azambuja (1754), Pedro Lopes Soares (1759), Manuel Machado de Borba e Antônio de Brito Leme (1754), em Taquari e Santo Amaro; de Antônio da Silveira Ávila (1757) e Manuel Pereira dos Santos (1757), no Rio Pardo, e que foram seguidos por Lourenço Biendo (Taquari, 1761), Francisco Machado Fagundes da Silveira (Taquari, 1762), Mateus Simões Pires (Rio Pardo, 1761), Félix José Pereira (Rio Pardo, 1762) e José R. Vasconcelos (Rio Pardo, 1761)"³³

O povoamento geral do continente do Rio Grande, entretanto, só iria se efetivar a partir de 1764, provocado pela invasão de D. Pedro Cebalhos. Parte da população, em fuga, dirigiu-se para o norte, cujas terras estavam em parte ocupadas pela estância real de Bojuru. Esses refugiados foram se espalhando pelos campos de Viamão e pelas terras virgens da fronteira do Rio Pardo onde eram assistidos pela Fazenda Real. Até então as grandes propriedades medravam sem ser questionadas, mas a partir desse momento passam a representar um óbice para a colonização. É o que depreendemos do regimento dado ao governador J. C. S. Faria, em 23/02/1764, pelo conde da cunha e edital do mesmo governador, de 8/9/1764, que diz "... a maior parte dos moradores e possuidores das estâncias deste continente sem se lembrarem de dar execução às cláusulas impostas por S. M. quando lhes concedeu as mercês das terras que possuem, que são as de tomar posse delas judicialmente de demarcarem-nas na conformidade das sesmarias que se lhes passaram, do que tem resultado chamarem-se à posse de grande porção de terreno que lhes não toca, possuindo cada um o que quer segundo a sua vontade e ambição lhe dita, em grave prejuízo dos mais moradores que ainda que pobres seriam mais úteis ao serviço de S. M. e seu Reais Direitos se tivessem terra para lavrar, pois a maior parte dos donos das estâncias nem têm gado com que as povoem nem cuidam em lavouras como deviam; . . ."³⁴

NOTAS

- 1) ROSA, Otelo - "A formação do Rio Grande do Sul", *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1957, p. 15.
- 2) ROSA, Otelo - op. cit., p. 15

- 3) CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da – “Política e Administração 1610 a 1740”. In *História geral da civilização brasileira*, tomo I, 2^o vol. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1960, p. 20.
- 4) FERREIRA, Tito Lívio – *História de São Paulo*, 1^o vol. São Paulo, Gráfica Biblos Editora, 1973, p. 319.
- 5) FERREIRA, Tito Lívio – op. cit., p. 321.
- 6) Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, caixa 10.
- 7) Veja-se carta de Manuel Gomes Barbosa para a Corte, datada da Colônia do Sacramento em 6 de abril de 1719 – A.H.U. Rio de Janeiro, caixa 10.
- 8) DIEGUES JÚNIOR, Manuel – *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, I.N.E.P., 1960, p. 304.
- 9) TAUNAY, Afonso de E. – “Em Santa Catarina colonial”, *Anais de Museu Paulista*, tomo VII. São Paulo, 1936, p. 586.
- 10) “Relação das vilas da costa do mar do Rio Grande de São Pedro até a praça de Santos”. A.H.U. Rio de Janeiro, caixa 4.
- 11) TAUNAY, Afonso de E. – *Relatos sertanistas*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1953, p. 139.
- 12) DIEGUES JÚNIOR, Manuel – op. cit., p. 306.
- 13) MARTINS, Romário – *História do Paraná*. São Paulo, Editora Rumo Ltda., 1939, p. 302.
- 14) “Notícias práticas da costa e povoações do mar do sul”. In TAUNAY, Afonso de E. – op. cit., p. 225.
- 15) PEREIRA, Davi Marques – “Relação das vilas da costa do mar do Rio Grande até a praça de Santos”. A.H.U. Rio de Janeiro, caixa 4 (1726-1727).
- 16) SOUSA DOCA, E. F. de – *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Edição da Organização Simões, 1954, p. 37.
- 17) ALMEIDA, Aluísio de – “Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1945, vol. 186, p. 110/111.
- 18) ALMEIDA, Aluísio de – op. cit., p. 111.
- 19) RODRIGUES, José Honório – *O continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro, Edições São José, 1954, p. 33.
- 20) RODRIGUES, José Honório – op. cit., p. 34.
- 21) RODRIGUES, José Honório – op. cit., p. 35.
- 22) SOUSA DOCA, E. F. – op. cit., p. 40.
- 23) Idem.
- 24) Idem.
- 25) PORTO, Aurélio – “A Real Feitoria do Linho-Cânhamo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano II. Porto Alegre, 1922, p. 502.
- 26) RODRIGUES, Alfredo Ferreira – *Estudos históricos sobre o Rio Grande do Sul*. Rio Grande, Livraria Americana, 1897, p. 7.
- 27) ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de – *Memória sobre a influência da Conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e os meios de prevenir os seus efeitos*. A.H.U. Rio de Janeiro, caixa 236, doc. 16.
- 28) OLIVEIRA VIANA – *Populações meridionais do Brasil*, vol. II. Rio, Paz e Terra, 1974, p. 205.
- 29) RODRIGUES, Alfredo Ferreira – op. cit., p. 8.
- 30) ROSA, Otelo – op. cit., p. 18.
- 31) Idem.
- 32) ROSA, Otelo – op. cit., p. 19.

- 33) RUDIGER, Sebalt — *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul, século XVIII*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1965, p. 26.
- 34) RUDIGER, Sebalt — op. cit., p. 27.

1.2. A COLONIZAÇÃO AÇORIANA

A colonização do Rio Grande do Sul começou quase dois séculos mais tarde em relação ao nordeste açucareiro. Isto por uma razão muito simples: colonizar significava integrar a Colônia na economia européia. Em outras palavras, a Colônia devia tornar-se patrimônio exclusivo da Metrópole colonizadora. Devia existir e produzir em função das necessidades metropolitanas. Devia tornar-se mercado consumidor de produtos ou gêneros europeus e produzir os que a Metrópole precisasse para o seu próprio sustento ou para exportar para outras nações européias.

No Brasil, não havia, quando os portugueses aqui chegaram, mercado consumidor e muito menos algo mercantilizável que os nativos pudessem oferecer. Para integrá-lo na economia européia, era preciso criar necessidades para que houvesse também um mercado de consumo ao lado do mercado fornecedor de algum produto tropical de que a Europa precisava. A colonização seria uma empresa comercial; por isso a mercadoria a ser produzida devia ter grande aceitação e amplas possibilidades de expansão de mercados, para poder compensar os investimentos a médio e a longo prazos. Foi por isto que escolheram o açúcar. Para ele havia possibilidades de expansão e era uma atividade à qual os portugueses já estavam acostumados, pois a desenvolviam nas ilhas do Atlântico. A produção era para exportação e por isto mesmo devia estar próxima do litoral, uma vez que o oceano era a única via de transporte. O nordeste e leste brasileiros ficavam muito mais perto da Metrópole. É exatamente por isto que, embora conhecendo o território do atual Estado do Rio Grande do Sul desde a expedição de Martim Afonso, os portugueses o ignoraram durante quase dois séculos. Em todo esse espaço de tempo, o território permaneceu como terra de ninguém, entre os domínios de Espanha e Portugal.

É curioso observar que a expansão territorial das duas Coroas ibéricas convergia para o centro do Continente. O avanço espanhol fazia-se na direção do Pacífico para o Atlântico e o português do Atlântico para o Pacífico, o que significa dizer que ainda haveriam de se encontrar. De fato encontraram-se, e o encontro não foi amistoso. E, o que é mais interessante, o encontro se deu no território do atual Rio Grande do Sul. A conquista e povoamento do território se inserem no contexto das lutas provocadas pelo encontro luso-espanhol. Daí o processo de coloni-

zação e povoamento do Rio Grande se revestir de características próprias. Inteiramente diferente do que ocorreu noutras áreas da América Portuguesa.

Os portugueses passaram a dar considerável importância à região a partir da descoberta do ouro de Paranaguá, Jaraguá e dos planaltos centrais de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Então, passaram a suspeitar da existência de minérios naquela direção. Chegou-se mesmo a suspeitar da existência de prata no território gaúcho. Depois, com a valorização do mear e do gado para o abastecimento das áreas de mineração, o Rio Grande poderia funcionar como economia dependente.

Para conquistar e assegurar a posse por meio do povoamento, os avanços verificados a partir da segunda metade do século XVII e primeiro quartel do século XVIII foram pouco significativos. Imensa área geográfica entre a capitania de São Paulo e a Colônia do Sacramento permanecia como um verdadeiro deserto demográfico.

O governo metropolitano, decidido a ocupar efetivamente a área, agiu com muita sabedoria. Enquanto o Rio Grande constituía um vazio demográfico, as ilhas da Madeira, Cabo Verde e Açores já estavam superpovoadas. Os habitantes dos Açores, especialmente, já haviam feito representações pelas quais pediam ao Rei a graça de serem transportados para a América Portuguesa. Juntaram-se, então, os dois fatores, a necessidade de povoar o Rio Grande com a de reduzir a densidade demográfica das Ilhas. Diante dessa dupla necessidade, a Coroa tomou a sábia decisão de promover o transporte de casais das Ilhas para o Brasil com o claro objetivo de conduzi-los para o sul da Colônia.

Foi assim que em 31 de agosto de 1746 foi publicado nas Ilhas um edital abrindo inscrições para os casais que desejassem partir para o Brasil¹. Por esse documento, o Rei prometia uma série de privilégios e regalias aos que quisessem transferir-se para a América. Entre esses privilégios, incluía-se o transporte por conta da Fazenda Real, isto é, das Ilhas até o seu lugar de destino. Para a transferência, porém, os homens não deviam ter mais de 40 anos de idade e as mulheres 30.

Logo que desembarcassem no Brasil, as mulheres que tivessem idade superior a 12 anos e inferior a 20, casadas ou solteiras, receberiam cada uma 2\$400 de ajuda de custo. Os casais receberiam 1\$000 por filho. Os artífices receberiam 7\$200 réis de ajuda. Além do mais, quando chegavam ao sítio para eles destinado, cada qual devia receber "uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com uma lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua". Também, enquanto preparavam as suas roças e esperavam as primeiras colheitas, eram sustentados pela Fazenda Real. Por isto, no primeiro

ano, dizia o edital: "se lhes dará a farinha que se entende basta para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mês para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres, mas não às crianças que não tiverem sete anos; e, aos que tiverem até quatorze, se lhes dará quarta e meia para cada mês"². O referido edital prometia também isenção do serviço militar para os homens que viessem. Cada casal deveria receber uma data de terra de um quarto de légua quadrado, ou seja, 272 ha. Aqueles cuja família fosse mais numerosa e tivesse necessidade de maior quantidade de terras para cultivar podiam solicitá-las ao governador do distrito. Poderiam também ser incluídos nestes privilégios especificados no edital casais de estrangeiros, desde que não pertencessem a outras nações que tivessem domínios na América.

Para melhor disciplinar o assunto, a Coroa resolveu estabelecer em 4.000 o número máximo de casais que deviam ser transportados; e para facilitar, bem como ordenar o referido transporte, arrematou-se a Feliciano Velho Oldenberg que no ano seguinte desembarcava no Rio de Janeiro os primeiros contingentes.

O único critério de seleção era o limite de idade e a prática da religião católica. Dadas aquelas providências, outro documento disciplinou o seu estabelecimento no Brasil³. Por ele se vê que os casais deveriam ser fixados em número de 60 em cada localidade nas terras devolutas, onde se faria a distribuição das datas. Entre as datas assim distribuídas, no lugar de maior comodidade deveria destinar-se uma légua quadrada para logradouro público. Nele deveria ser assinalado o quadrado da praça que seria de quinhentos palmos de face e num dos lados deveria edificar a igreja. Como se vê, trata-se do planejamento de núcleos habitacionais que seriam as futuras cidades.

Cultivadores de trigo, de cevada, de legumes, de vinho, de frutas, de hortaliças, criadores de ovelhas e de gado, agricultores, esses açorianos eram todos pequenos agricultores ou pequenos proprietários. Agricultores de tradição, entre eles, os homens se distinguiam quase que exclusivamente pela sua maior ou menor riqueza agrícola. Dos senhores de vastos domínios, a opulência era avaliada pela quantidade de trigo que recebiam dos seus rendeiros. No Brasil (sul), pela mesma época, era o gado e não o trigo o critério pelo qual se aferia a riqueza de cada um.

O território da antiga Colônia do Sacramento repartia-se por regiões pertencentes atualmente ao Uruguai e Rio Grande do Sul. Sua economia baseava-se na criação de gado, com o conseqüente aproveitamento e comércio de couros⁴. Dessa atividade econômica participavam os habitantes de uma unidade geográfica em que se incluíam portugueses do Sacramento e espanhóis de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes. Por isso mesmo, em 1695, o porto do Rio de Janeiro exportava 5.000 couros de

procedência platina e sul-rio-grandense. Dois anos depois, em 1697, D. Francisco Nayer ofereceu-se ao Rei de Portugal para introduzir, pela Colônia do Sacramento, muita prata, e remeter todos os anos 5.000 couros⁵.

Um outro documento, do mesmo ano, acrescenta que vinham anualmente da Colônia para o Rio de Janeiro, e daí para Lisboa, de 4 a 5.000 couros, que rendiam de 9 a 10 mil cruzados⁶. Por outro lado, Roberto Simonsen assinala que a época do couro no extremo sul começou com a fundação da Colônia do Sacramento. Diz ele: "Na nova Colônia do Sacramento, a maioria dos couros exportados eram provenientes de gado bravo caçado nos pampas, quando não do contrabando das possessões espanholas para ali levados pelos índios"⁷. Entre 1726 e 1734, segundo C. R. Boxer, a exportação dessa mercadoria do Rio de Janeiro para o Reino variou entre 400 a 500.000 unidades, a maior parte das quais vinha de território espanhol⁸.

Os conflitos entre espanhóis e portugueses pela posse da Colônia do Sacramento determinaram a ocupação do território do Rio Grande do Sul, cujo valor econômico foi muito bem acentuado pelo brigadeiro José da Silva Paes, quando disse: "Ainda não se sabe lá dos grandes e fertilíssimos campos debaixo de seus domínios desde o Rio Grande e Serra de São Miguel a Passo de Chuí . . ."⁹ A defesa da Colônia, já onerosa até 1735, tornava-se demasiado pesada se defendida somente por soldados enviados de Lisboa e de outras capitânias do Brasil. Era preciso ocupar o imenso vazio demográfico para formar uma barreira à expansão espanhola. Daí a iniciativa de promover o povoamento com ilhéus, conforme já se notou.

O início dessa emigração data de 1747, começando por Santa Catarina. O primeiro contingente a chegar ao Rio Grande do Sul parece ter acontecido em janeiro de 1752, pois em fevereiro desse ano, conforme nota P. Rubem Neis, já se encontravam arranchados num arraial considerável. O local escolhido para esse primeiro estabelecimento de 60 casais foi o sítio de Viamão, onde já se encontravam fixados vários estancieiros. Estabelecido no Morro de Santana, a cavaleiro do porto do Viamão, estava o patriarca Jerônimo Dornelas de Vasconcelos e Meneses, cuja posse foi legalizada de acordo com as exigências legais da época¹⁰.

Ao serem estabelecidos os primeiros 60 casais no porto de Viamão, foi nomeado seu comandante o capitão Francisco Pereira Pinto, a quem o governador Pascoal de Azevedo remete em 29 de maio de 1753 a quantia de 640\$000 réis para fazer frente às despesas com os referidos casais¹¹. Falamos em 60 casais, mas os autores não são unânimes quanto ao número que compôs a primeira leva. As relações apresentadas por Borges Fortes mencionam 60 pessoas, das quais metade eram cabeças de casal. Por outro lado, P. Rubem Neis, baseado nas datas que foram distribuídas,

encontrou nomes de 45 cabeças de casal. Não podemos perder de vista o fato de que as datas foram distribuídas somente em 1772, portanto muitos anos depois da chegada dos primeiros casais. Tempo suficiente para que muitos desiludidos da miséria em que viviam, entregues à sua própria sorte, desertassem para o lado dos espanhóis ou procurassem melhor sorte ao lado dos aventureiros que vagavam pelas campanhas.

O documento oficial disciplinador dos núcleos de povoadores fala de povoados de 60 casais, mas não exige que a sua chegada seja de uma só vez. Mesmo porque na época isso era difícil, dadas as condições da navegação das Ilhas para o Rio de Janeiro e daí para o sul. Tudo indica que foram chegando aos poucos, à medida que havia possibilidades de serem transportados do Rio de Janeiro. Acompanhando o ofício de 22 de setembro de 1780, do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa para o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara¹², há um documento que transcrevemos, dada a sua importância para esclarecimento do assunto. Ei-lo: "Relação dos primeiros casais e filhos dos ditos que foram para o Rio Grande na Sumaca N. Sra. da Conceição, Santo Antônio e Almas, de que é mestre José Joaquim de Freitas Lisboa.

1. José Rodrigues e sua mulher Ana Jacinta.
Filhos: Manuel, Maria, Ana e Rosa.
2. João Duarte e sua mulher Teresa Maria.
Filhos: Manuel, José, Antônio, João, Maria, Teresa e Catarina.

Cada um destes cabeças de casal recebeu uma enxada, uma espingarda, uma serra, uma foice, um machado, uma picareta, uma enxó, uma fechadura e um martelo.

Casais que ficam para ir na primeira ocasião que se oferecer:

1. Jorge da Serra e sua mulher Josefa Teresa.
Filhos: Francisca, Antônia, José, Ana e Maria.
2. Manuel Francisco e sua mulher Maria Rosa.
Filhos: José, Manuel, Maria, Ana e Rosa.
3. José Antônio e sua mulher Rosa Clara.
Filhos: Francisca, Antônio, Catarina e Maria.
4. Antônio Inácio da Silveira e sua mulher Maria Jacinta.
Filhos: Manuel, Diogo, Mariano, Antônia.
5. João Francisco de Sousa e sua mulher Genoveva Inácia.
Filhos: José, Manuel, Clara, Teresa, Mariana, e Mariana Rosa, cunhada dos ditos.
6. Antônio Alvarás, solteiro¹³.

Por outro lado, da mesma maneira que nem todos os ilhéus vieram para o Rio de Janeiro de acordo com as determinações régias, também nem todos se estabeleceram em povoados segundo as mesmas determinações. Foram muitos os que vieram das Ilhas por conta própria, e apenas do Rio de Janeiro para o sul eram transportados por conta da Fazenda Real. No Rio Grande nem sempre houve possibilidade de estabelecê-los aos grupos de 60. Às vezes, as terras já estavam ocupadas por estancieiros, e quando estes tinham títulos legítimos de posse não eram incomodados, mas quando isso não ocorria eram despejados das terras. Numa relação de posseiros despejados, feita por ordem do comandante do Continente, em 25 de junho de 1789, há dois casos cujas terras passaram a ser ocupadas por casais das Ilhas. O primeiro é o caso dos "herdeiros do falecido Salvador Bueno da Fonseca", que ocupavam sem título legítimo e por isso foram despejados "de três léguas de comprimento e meia légua de largo, e em partes um quarto e menos, junto ao Serro Pelado — e neste terreno ficaram acomodados 19 casais das Ilhas"¹⁴. O segundo é o de José Antônio Alves, que foi despejado "de três léguas e meia de comprimento e uma e quarto de largo, entre dois ramos do Piratini menor, e neste terreno ficaram acomodados 52 casais das Ilhas"¹⁵.

Os primeiros casais que chegaram e foram arranchados em Viamão esperaram vinte anos para ver cumpridas as promessas que lhes foram feitas de que receberiam uma data de terra com título legítimo, além de muitos outros favores. Devem ter passado muita penúria, e por isto não foram poucos os que se desiludiram. Vieram para o Brasil fugindo da miséria em que viviam nas Ilhas e aqui a sua sorte não melhorou muito, pelo menos enquanto não receberam a assistência prometida. Por volta de 1761, um dos cabeças de casal foi assassinado pelo filho de Jerônimo Dornelas, e o pároco local, que forneceu o atestado de óbito, registrou que era um dos casais de número e era muito pobre¹⁶. O lugar por eles ocupado era o logradouro público da estância de Jerônimo Dornelas. O que significa dizer que viviam muito mal acomodados e oprimidos pelo grande senhor, cujas terras os envolviam. Depois do assassinato mencionado, Jerônimo Dornelas, por desgosto ou por temer uma vingança da parte dos casais, vendeu sua sesmaria, que possuía três léguas quadradas, a Inácio Francisco pela quantia de 8:000\$000 réis. Somente em 1772 é que se fez a demarcação das terras há tantos anos prometida.

A estância do Morro de Santana era o local adequado, em virtude de sua posição privilegiada em relação ao rio Guaíba e o mar, para a fundação de um povoado. O diário de viagem de Gomes Freire de Andrade, de 1754, registra: "Disto o porto de Viamão 70 léguas para a parte do norte do Rio Grande e a ele se encaminharão todas as embarcações para entrar no rio Guaíba que fica fronteiro ao tal porto, onde se tinha feito

havia pouco tempo um grande arraial de ilhéus¹⁷. Por isto, a autoridade régia decidiu fixar os colonos açorianos ali mesmo, e para isso fez a desapropriação da estância de Inácio Francisco, para cujo efeito suas benfeitorias foram avaliadas em 570\$720 réis. O local passou a chamar-se Porto dos Casais e posteriormente Porto Alegre. Era um ponto estratégico tanto do ponto de vista militar como geo-econômico. Fato que contribuiu decisivamente para o progresso do povoado que não demorou a ultrapassar ao do Rio Grande. Repetia-se o que já acontecia com Recife em relação a Olinda e Santos em relação a São Vicente.

Durante toda a segunda metade do século XVIII vieram casais das Ilhas para o Brasil; não sabemos o número exato de casais que foram transportados, mas acreditamos que aquele limite de 4.000 tenha sido ultrapassado em muito, pois vieram de todas as Ilhas. A solução da dúvida só se obterá depois de encontrados os registros de desembarque no porto do Rio de Janeiro e de remessa para o Rio Grande do Sul ou para Santa Catarina.

Conforme Guilhermino César, em 1748 chegou ao Desterro (Santa Catarina) o primeiro comboio conduzindo 461 pessoas. O segundo chegou no ano seguinte, com 600, e o terceiro no mesmo ano, com 1.066 pessoas. O quarto chegou em 20 de janeiro de 1750 e o último em fins de 1753, com 500 pessoas¹⁸. Oswaldo R. Cabral corrige para 520 o número transportado em 1753 e o total de quatro viagens. Também corrige para 4.485 o número de açorianos que desembarcaram em Santa Catarina e de lá mandados para o Rio Grande do Sul¹⁹. A verdade é que não foi pequena a emigração das Ilhas para o Brasil. Ela se manteve durante toda a segunda metade do século XVIII, conforme já afirmamos. Mas na história dessa colonização, especialmente do Rio Grande pelos ilhéus, há períodos de intensa atividade emigratória como também épocas de pequena emigração. As oscilações eram determinadas por circunstâncias internacionais, como as de ordem militar e econômica, que ditaram a política colonial portuguesa.

O povoamento feito com a remessa de casais no período de 1751 a 56 prosperou até 1763, quando o Rio Grande foi invadido pelos castelhanos. Nesta data, os invasores promoveram a transferência de muitos para Buenos Aires. No entanto, as terras desde Laguna até o Rio Grande podiam acomodar, segundo a opinião de um cronista da época, entre um a dois milhões de casais, e esse povo em muito pouco tempo depois de estabelecido podia fazer aos castelhanos uma frente de tal valor que nunca mais poderiam se atrever a entrar armados em nosso território sem correr o risco de serem destruídos.

Os emigrantes eram geralmente gente jovem, porque nas Ilhas o ciclo vital era curto. Os jovens eram os mais inconformados com a miséria em que viviam e também porque havia exigência de ordem legal. Isto

não quer dizer que não tenham vindo velhos e doentes inúteis; também vieram, mas em número insignificante, uma vez que as Ilhas possuíam, em termos demográficos, uma população jovem. Esse fato é comprovado pelos dados apresentados por Virgínia Rau, referentes à Ilha da Madeira. Compulsando os livros de inscrição, chegou-se à conclusão de que, dentre 1.348 pessoas adultas inscritas, havia 731 homens, dos quais 490 tinham idade inferior a 28 anos. Havia igualmente 617 mulheres, entre as quais 406 não tinham 28 anos. Outro fato assinalado para comprovar a existência de bastantes casais jovens é o de os acompanharem 438 crianças com menos de 9 anos de idade²⁰.

Estabelecendo-se primeiramente nos campos de Viamão, a colonização açoriana procura uma direção contrária ao oceano, dirige-se para os lados do Jacuí e firma-se nas margens do Guaíba como ponto de partida²¹. Estabeleceram-se aí porque seguiu a direção em que vieram os pioneiros de São Paulo e de outros pontos do Brasil. É por isso que as primeiras povoações foram Vianão, Vacaria, Santo Antônio da Patrulha, e na estrada que margeava o litoral, palmilhada pelos negociantes de mueres e gado, Mostardas e Estreito. Avançando para o interior, a fronteira portuguesa passa a ser garantida por uma guarnição sediada em Santa Maria. O centro do território adquire maior superioridade sobre o litoral a partir do momento em que a estrada de São Paulo, desviando-se do rumo de Lajes e Vacaria, procura o centro-oeste do Rio Grande do Sul²². Fato semelhante ocorrera no Piauí em que também o gado teve grande importância na conquista do interior. Como no Rio Grande, lá também o interior foi mais importante que o litoral. O contrário aconteceu nas áreas cuja atividade inicial foi a indústria açucareira e tabaqueira. (É curioso observar que a colonização alemã introduzida no Rio Grande do Sul no começo do século passado tivesse seguido a mesma direção dos açorianos. É como se houvesse um verdadeiro determinismo geográfico.)

O período decisivo para o povoamento e conquista definitiva do território do atual Estado do Rio Grande do Sul foi o dos governos do brigadeiro Marcelino de Figueiredo (1769-1780) e do brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral e Câmara (1780-1801). Quando o primeiro foi nomeado, em 1769, no Rio Grande havia apenas 8 freguesias ou paróquias, e durante sua administração foram criadas mais 7, passando então para 15 o número das freguesias. Data do início do seu governo o estabelecimento dos açorianos que há 20 anos viviam abandonados à sua própria sorte, sem que o governo lhes desse as terras e os auxílios prometidos. A única povoação de açorianos organizada antes do seu governo foi a de Taquari²³. Durante sua administração muitas povoações foram organizadas. Por isso, no final do governo, pôde declarar ter fundado por ordem superior

a freguesia e vila de Porto Alegre, a vila dos Índios de N. Sra. dos Anjos (Gravataí), as freguesias de Santana do Morro Grande de Viamão, Conceição da Serra (Osório), São Luís das Mostardas, Santo Amaro e São Nicolau do Jacuí (Cachoeira)²⁴.

A administração do seu sucessor foi de intensa atividade não só no que diz respeito à demarcação das fronteiras como principalmente procurando estabelecer alguma ordem na ocupação das terras e dando especial atenção à política fomentista de procura de novos produtos. Nesta linha de trabalho, realizou alguns ensaios com o cultivo e exploração da coxoniha e teve muito trabalho com a Real Feitoria do Linho-Cânhamo, cuja produção foi significativa no seu governo.

NOTAS

- 1) "Registro do edital que Sua Majestade mandou imprimir para os moradores das Ilhas dos Açores e casais, e todos os mais que se quisessem alistar para povoadores deste estabelecimento e Santa Catarina". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877, t. 40, I, p. 217.
- 2) Documento referenciado em nota anterior.
- 3) "Registro das ordens de Sua Majestade para o situado dos casais neste estabelecimento". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 40, I, p. 215.
- 4) RAU, Virgínia (e outros) — "Dados sobre a emigração madeirense para o Brasil no século XVIII". In *ACTAS*, vol. V. *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra, 1964.
- 5) ALMEIDA, Luís Ferrand de — *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. Coimbra, 1957, vol. I, p. 247.
- 6) ALMEIDA, Luís Ferrand de — op. cit., p. 253.
- 7) SIMONSEN, Roberto C. — *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p. 169.
- 8) BOXER, C. R. — *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963, p. 218.
- 9) RAU, Virgínia (e outros) — op. cit., p. 497.
- 10) Para legitimá-la, dirigiu-se ao governador de Minas e São Paulo, solicitando a posse, nos seguintes termos: "Ilmo. Sr. diz Jerônimo Dornellas de Menezes, morador em Viamão que ele se acha com sua fazenda estabelecida de animais, assim vacuns como cavalos, há 8 para 9 anos com assistência atual nela plantando vários mantimentos e fez várias benfeitorias, sendo dos primeiros povoadores que se estabeleceram com família em dita fazenda chamada o Morro de Santana que faz parte do norte com o ten. Francisco Pinto Bandeira e a divide o Rio Gravataí e do Sul com o ten. Sebastião Francisco Chaves, a leste com Francisco Xavier de Azambuja . . ." ANTUNES, De Paranhos — "Porto Alegre no século XVIII", in *Anais do III Cong. Sul-rio-grandense de Hist. e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1940, t. III, p. 1041.
- 11) "Registro de uma portaria do ten. coronel, governador, pela qual manda remeter 640\$000 para Viamão". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877, t. 40, I, p. 225.

- 12) Correspondência com o governador do Continente do Rio Grande – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 104, vol. 2.
- 13) *Idem*.
- 14) Relação das pessoas que, em consequência das ordens do vice-rei, tiveram que desocupar os terrenos em que estavam sem ter títulos legítimos, no distrito de Serro Pelado até Camaquan. Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A. N. Rio – Cod. 104, vol. 11.
- 15) *Idem*.
- 16) ANTUNES, De Paranhos – op. cit., p. 1047.
- 17) CALDAS, Jaci Antônio Lousada Tupi – “Porto Alegre: síntese histórica – De estância a capital”. In *Anais do III Cong. Sul-rio-grandense de Hist. e Geog.* Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1940, vol. 3, p. 1539.
- 18) CÉSAR, Guilhermino – *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970, p. 129.
- 19) CABRAL, Oswaldo R. – *Santa Catarina*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, p. 94.
- 20) RAU, Virgínia (e outros) – op. cit., p. 500.
- 21) GOULART, Jorge Salis – *Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1933, p. 13.
- 22) GOULART, Jorge Salis – op. cit., p. 14.
- 23) NEIS, P. Rubem – *Porto dos Casais*. P. Alegre, IHGRGS, 1972, p. 11.
- 24) ROSA, Otelo – op. cit., p. 19.

1.3. POVOAMENTO E POPULAÇÃO

Os indígenas dos diversos grupos foram os primitivos habitantes do território. As reduções jesuítas constituíram o primeiro ensaio de europeização em terras do Rio Grande do Sul.

Para essa região lançaram suas vistas os castelhanos de Buenos Aires e de Assunção, por isso, em 1619 os missionários espanhóis procuravam se estabelecer a leste do rio Uruguai. A região era densamente povoada e, com a sua chegada, os grupos humanos do vale do rio Uruguai foram se espalhando. Os padres seguem o seu passo e procuram reuni-los em aldeamentos. Como para tais estabelecimentos não traziam índios de muito longe, a multiplicação deles que se observa a cada passo indica que os religiosos é que se deslocavam de um ponto para outro em busca do nativo¹. Mais tarde, são ainda os padres que balizam as correntes migratórias, fazendo surgir nos vales dos rios secundários novos estabelecimentos e com isto invadem os vales dos rios Ibicuí e do Vacacaí, passando da bacia do Uruguai para a do Jacuí.

Depois do padre Roque Gonzales, em 1619, primeiro jesuíta a penetrar no território do atual Estado do Rio Grande do Sul, muitos outros seguiram-lhe os passos. Procurando reunir os indígenas ali encon-

trados, o próprio padre Roque Gonzales fundou na bacia do rio Uruguai os povoados de Nossa Senhora da Conceição e da Ibitacua, em 1619, data de sua primeira penetração; São Nicolau, sobre o rio Piratini, em 1626; São Francisco Xavier, também em 1626; e ainda o de Nossa Senhora da Candelária, sobre o Ibicuí, no mesmo ano. No ano de 1628, fundou Nossa Senhora de Assunção sobre o Ijuí e, assim, sucessivamente². Desse modo, as reduções, que já não eram poucas nas margens ocidentais do Uruguai, multiplicaram-se na margem oposta, na banda oriental do referido rio, entre os afluentes Ijuí e Piratini e mais para o sul, na direção do Ibicuí. Depois, os pontos de apoio — capelas, estâncias e vacarias — são lançados longe. Santa Tecla, junto da atual cidade de Bajé, onde se diz terem existido 50.000 cabeças de gado vacum. Assim se explica também São Vicente, junto ao rio Toropi, São Luís no Alegrete etc.

Foram sete os mais importantes centros populosos criados pelos jesuítas aquém do rio Uruguai: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo. O primeiro reunia índios charrua e os outros, tape e guarani³. Mas, entre 1635 e 1685, esses povoados foram devastados pelas incursões dos bandeirantes paulistas, cuja atividade cessou no último quartel do século XVII, permitindo aos jesuítas, no final daquele século e já no início do século XVIII, a reconstrução dos povoados.

Numa grande iniciativa de caráter político, econômico e militar, os portugueses fundaram a Colônia do Santíssimo Sacramento. Para essa colônia, além dos militares sem família, dos aventureiros do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram encaminhados muitos casais de minhotos e tramontanos. Era o primeiro passo para a conquista definitiva do imenso território que ficava entre aquela colônia e a vila de Paranaguá. Acrescidos os núcleos de Laguna e ilha de Santa Catarina, além de São Francisco, ainda continuava a existir um imenso território de ninguém. Contudo, a penetração a partir desses núcleos de povoamento se faz sentir lenta mas contínua. Paulistas, lagunistas etc. vão aos poucos se apossando das terras e se estabelecendo nelas como criadores de gado. Aos poucos, também, vão solicitando e obtendo títulos legítimos (sesmarias) das terras. Esse processo de ocupação ganha novo ritmo a partir do momento em que a presença de uma pequena guarnição no Rio Grande representa mais segurança. Multiplicam-se, então, a partir daí, as entradas. Muitos trazem os seus haveres, notadamente escravos, o que significa o intuito de permanecer efetivamente na terra, aconteça o que acontecer. Desce, a partir dessa época, afirma Paula Cidade: “Uma onda de pretos e mulatos sobre as campinas do sul e em menos de um século já equivalem em número à metade dos habitantes brancos”⁴. Cruzam-se as três raças, e uma delas, a indígena, começa logo a ser absorvida pela raça branca, o

que se explica pela beleza das “chinas”, mulheres mestiças, resultado do cruzamento dos brancos com as índias. As uniões dos brancos com as índias, quer ocasionais, quer permanentes, eram comuns. Era uma necessidade do povoamento, pois havia muita falta de mulheres brancas, como já assinalamos no primeiro capítulo. Um outro fator que não pode ser ignorado é que tal processo de incorporação e absorção dos nativos fazia parte da mentalidade e da política colonial portuguesa. Era a estratégia oficial.

Acreditavam os dirigentes metropolitanos portugueses que assim como os romanos iniciaram a sua expansão com o rapto das sabinas e promoveram, depois, a romanização das regiões conquistadas, estimulando os casamentos dos romanos com as nativas, aqui poderiam fazer o mesmo. Foi assim que procederam na ocupação da Índia com Afonso de Albuquerque, na conquista do planalto de Piratininga, no povoamento de outras áreas da América Portuguesa e, ainda, na conquista e incorporação do território do Rio Grande do Sul ao patrimônio português.

As mulheres nativas, por interesse ou conduzidas a força, encheram de larga descendência de mestiços os primeiros ranchos rio-grandenses. Surgiram assim dois tipos bem caracterizados: o caboclo e a “china”. “Um é o herói, o façanhudo autor de mil proezas equestres e guerreiras; a outra, a amorosa e humilde servidora do seu homem”⁵. Parece que, além da ocorrência de uniões espontâneas, chegou-se mesmo a conceder prêmio, um dote especial aos brancos que se casassem com índias.

Referindo-se ao trabalho de integração dos índios da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, dizia o vice-rei Luís de Vasconcelos: “As índias, porém, para as quais foi fundado o recolhimento, parece igualmente acertado que se hajam de ir casando com portugueses, europeus e americanos que se acham já civilizados e de modo nenhum com os da sua própria nação, fazendo-se-lhes bons todos os privilégios que Sua Majestade tem sido servida fazê-los. Este foi o que praticaram os romanos com as sabinas e com as mais nações que depois foram incluindo ao seu império . . . Já no ano de 1751 foi lembrada ao governador Gomes Freire de Andrade esta regularidade, de que até o presente não tenho notícia se puseste em execução; também não tenho visto que os privilégios tivessem ocasião de aparecerem francos como se determina; donde é fácil conjecturar-se que sobre esta importantíssima matéria não tem havido aquela eficácia que se requer, e que por isso não há tanta povoação naqueles vastos domínios, como se devia esperar se os fins correspondessem ao menos com que a Real Grandeza de Sua Majestade tem procurado atender a tantos miseráveis.

Mas para que de uma vez se dê toda a providência, que me lembra a este respeito, se faz necessário que se estabeleçam dotes para as índias

casarem, pois só à sombra dos privilégios não há um só que voluntariamente queira aparentar-se com elas, vivendo a pobreza e indigência que o desvia da própria inclinação, e faz a sua figura inteiramente desprezível. Estes dotes podem ser regulados a 150, até 200\$000 réis, e ainda que parte desta importância pode ser retirada do rendimento dos cursos da estância da Aldeia . . .” E, continuando, diz: “As índias, porém, que não estiverem já em estado de tomarem algum ensino, parece igualmente muito conveniente que hajam de ser alugadas para servirem aos moradores do continente de melhor conceito e probidade para as corrigir e ensinar com caridade cristã, satisfazendo-lhes os seus jornais conforme aquele préstimo e serviço em que forem ocupadas”⁶.

Mais adiante, falando sobre a má distribuição das terras como uma das causas da dispersão e, portanto, da marginalização dos grupos indígenas, diz o vice-rei: “A falta de regularidade que se tem observado na distribuição das terras tem igualmente confundido toda a boa ordem que se deve seguir na mesma distribuição de modo que uns se acham ocupando muitas datas e outros andam dispersos e sem domicílio e quase por necessidade se entregam ao modo de vida que lhes facilita a liberdade daquelas vastas campanhas, imitando aos índios, que, sendo uns indivíduos que necessitam de toda a cultura e do maior cuidado para os reduzir a uma vida laboriosa, andam sem sujeição, sem disciplina e sem religião, de modo que ainda com os que se acham aldeados tem havido tanta indolência no seu ensino que deles se não podem tirar as grandes utilidades que se deviam esperar . . .”⁷

Contudo, em contraste com o que acontecia nas planícies platinas, onde os indígenas constituíam pelo número e pela agressividade um sério obstáculo ao conquistador, no Rio Grande as condições eram inteiramente diferentes. Na época do desembarque de Silva Paes, o indígena já era pouco representativo numericamente. Ainda assim, a tumultuosa preia de gado na banda oriental, levada ao extremo pelas proximidades dos focos de contrabando e comércio de couro, exerceu poderosa força de atração nas velhas tribos do Rio Grande, que passaram a engrossar os bandos de nômades e aventureiros⁸. Enquanto o indígena teve papel decisivo na formação étnica e moral do gaúcho platino, no Rio Grande do Sul ele é quase insignificante. Basta dizer que na área missioneira, que concentrava o maior número na época de sua anexação em 1801, a população guarani não ia além de 14.000 indivíduos⁹.

Quanto aos índios desgarrados de suas tribos, já em desagregação, particularmente os minuano e charrua, que vagavam pelas campanhas indivisas, os portugueses tudo faziam para captar-lhes a simpatia e torná-los seus aliados. É assim que aos poucos eles vão sendo absorvidos pela civilização lusa. O processo de integração foi diferente do que aconteceu no

Prata, onde Sarmiento o encontra e descreve como o "gaúcho mau"¹⁰. Mas a incorporação daqueles elementos dispersos, no Rio Grande, não foi tão simples. Ela se deu lenta, contínua e demoradamente.

Dai, em 1785, encontrar o vice-rei Luís de Vasconcelos motivos para escrever: "De não menos providência necessitam os índios daquele continente, a maior parte dos quais faz o excessivo número de indivíduos vagos e dispersos, que vivendo à lei da natureza, sem disciplina e sem religião, se fazem quando não autores dos delitos mais atrozes ao menos sócios de todos os crimes a que os convida uma vil e insignificante recompensa. Na campanha, eles são os que concorrem para as extorsões, furtos e contrabandos; nos campos e nos estabelecimentos dos moradores, eles dão todo o auxílio para os furtos de muitos animais; nas vilas e em povoados, eles são os que fazem as mortes mais cruéis, de modo que em toda a qualidade de delitos sempre esta casta de gente faz figura e coopera para se cometerem com mais ou menos crueldade, e como não são tão conhecidos raros são, entre tantos, os que sentem o castigo para a emenda dos outros, ficando por isso sempre dispostos a auxiliá-los em qualquer lugar e contra todos. Ao mesmo passo que deles se conhecem a maior inclinação para todos os vícios e uma preguiça e frouxidão desmascarada a todo o gênero de trabalho, não deixa também de se distinguir que estes homens são robustos e sofredores daquelas fadigas a que a força os obriga, do que se segue que a falta de diligência para os reduzir a um modo de vida regular tem concorrido efetivamente para haverem tantos vassallos inúteis e que se com eles se praticasse a mesma providência de serem matriculados nas fazendas dos particulares, sendo estes encarregados de os administrar e reger como bons pais de família . . . Este meio serviria não só de os animar e conciliar a uma vida laboriosa, mas ainda de os separar da comunicação de outros com que se unem para cometerem as continuadas desordens a que sempre os incita a liberdade dos seus costumes"¹¹.

Como se vê, era freqüente a presença de grupos de índios e de mestiços assimilados, mas marginalizados, a vagar pelas imensas campanhas e entregues a toda sorte de crimes. Vagavam como bandoleiros, fora da lei, dedicando-se à preia do gado alçado como atividade de subsistência, ou ainda como agentes de algum estancieiro poderoso ou algum contrabandista. De qualquer forma, a presença desse elemento instável, intermediário entre a civilização européia e a primitiva que se chocavam, é incontestável. Sua contribuição na formação antropológica, sociológica e psicológica do gaúcho não foi tão desprezível.

Convém lembrar que o cognome de *gaúcho* era aplicado inicialmente a esses bandos socialmente instáveis e economicamente também marginalizados. Era o indivíduo sem família, sem terra e sem tradição, que

morava no lombo do seu cavalo. Sim, esse não podia faltar. Sem o cavalo ele não era ninguém. Andar a pé era terrivelmente degradante. A pior condição social a que podia chegar o indivíduo era a de não poder adquirir um cavalo para se locomover.

Esse cavaleiro andante, geralmente um exímio manejador do laço e da boleadeira, estava presente nos rodeios, nos furtos e contrabandos de gado e de cavalos. Assim sendo, o termo *gaúcho* tinha uma conotação desprezível. Chamar a um patriarca estancieiro de *gaúcho* era grave ofensa. No entanto, com o passar do tempo, o emprego do termo generalizou-se e por isso deixou de ter aquela conotação pejorativa.

A maioria dos historiadores do Rio Grande do Sul são mais ou menos unânimes em afirmar que a presença do negro na formação histórica do Rio Grande é insignificante. Para tal conclusão, alegam que os negros começaram a ser importados a partir de 1780 com a criação das charqueadas e da Real Fitoria do Linho-Cânhamo, também criada na mesma década.

É bem verdade que lá o escravo não podia ter e não teve o mesmo papel que tivera nas áreas de economia de exportação. Mas, desde o primeiro momento da história gaúcha, ele está presente como componente indispensável. E não poderia ser de outra forma, pois há 200 anos os portugueses empregavam no Brasil o trabalho escravo. Criaram a mentalidade de que qualquer tipo de trabalho manual era destinado ao escravo e não ao homem branco europeu. Este viera ao novo mundo não para lavrar a terra como camponês, mas para dirigir, para mandar, dominar e enriquecer-se à custa do trabalho escravo. Os pioneiros que se estabeleceram nos territórios do atual Estado do Rio Grande do Sul não eram infensos a estas idéias. É por isto que já nas expedições de Brito Peixoto e João de Magalhães encontramos a presença de escravos. Poderíamos alegar como fator que teria contribuído para minimizar a influência do escravo negro a existência de uma colonização militar.

De fato, não se pode negar a poderosa influência que tiveram as guarnições militares na colonização do Rio Grande do Sul. Essas guarnições exerceram marcada influência na criação e no desenvolvimento das povoações e vilas. Quase todas as velhas cidades e vilas do Rio Grande nasceram geralmente de um acampamento ou de um posto militar. Rio Pardo é um exemplo típico. São Gabriel surgiu nas imediações da capela de Batovi, onde houve uma guarda; Pelotas, Jaguarão, Bajé, Santana, Alegrete e tantas outras localidades tiveram a mesma origem. Mas nesses acampamentos militares também havia escravos. Basta dizer que na época da rendição da Colônia do Sacramento, em 1763, os portugueses que foram levados para Buenos Aires conduziram consigo 342 escravos¹². De outro lado, foi mais ou menos comum a fuga de escravos

dos domínios de Portugal para os da Espanha, o que prova a sua existência em número considerável.

CANOAS	PROPRIETÁRIOS	ESCRAVOS
1	do cap. José Monteiro	2
1	de Pedro de Almeida	3
1	do cap. Francisco Antônio	1
1	de Francisco dos Santos	4
1	de Pedro Lopes	5
1	do cap. Francisco Borges	3
1	de Caetano Alberto	2
<hr/> 7		<hr/> 20

Além dos numerosos escravos que apreenderam na armação da pesca das baleias (Itapocoróia), os espanhóis fizeram presas de guerra em 1770 7 canoas de pescadores do Rio Grande e levaram com elas, além de seus capitães, 20 escravos que as tripulavam¹³.

Para efeito de indenização, as canoas foram avaliadas a 90\$000 cada uma e os escravos a 132\$000 réis cada um, que totalizam 3:270\$000 réis. Também os portugueses apresentaram às autoridades espanholas uma relação nominal de 278 escravos que desertaram para a América Espanhola em consequência da desorganização provocada pela guerra de 1763¹⁴. A deserção ocorreu no período de dominação do continente do Rio Grande pelas forças espanholas. Os escravos desertores foram avaliados a 120\$000 réis cada um, o que equivale a 33:360\$000 réis. Comparando com o preço dos escravos canoeiros mencionados anteriormente, vê-se que o preço do escravo variava conforme as suas habilidades profissionais. Ora adicionando estes escravos aos pescadores aprisionados e os que os portugueses trouxeram, temos 640 escravos negros. Os que certamente os espanhóis aprisionaram tanto na Colônia do Sacramento como nas outras vilas do continente não são mencionados.

Outro dado que podemos arrolar para confirmar a considerável movimentação de escravos negros na Colônia do Sacramento e continente do Rio Grande já no alvorecer do século XVIII é o fato de haver armadores que realizavam viagens em direitura do porto de Luanda para a Colônia do Sacramento e vice-versa. Nessas viagens, traziam carga de escravos, arqueação superior a 400 cabeças provavelmente, e na torna-viagem levavam cavalos. Afirma Baltasar dos Reis, que fazia esse giro comercial, haver transportado em cada viagem 21 cavalos¹⁵. Estes fatos provam a existência de considerável número de escravos no Rio Grande.

Por outro lado, um mapa de população do Rio Grande em 1780¹⁶ nos dá uma clara visão do problema.

Tabela 3
POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1780

Freguesias,	Branços	Índios	Pretos	Total
Madre de Deus	871	96	545	1.512
Rio Grande	1.643	182	596	2.421
Estreito	880	97	277	1.254
Mostardas	360	40	291	591
Viamão	1.028	114	749	1.891
Santo Antônio	828	91	270	1.189
Conceição do Arroio	234	25	158	417
Aldeia dos Anjos	210	1.890	255	2.355
Vacaria	291	32	248	571
Triunfo	637	—	640	1.277
Taquari	580	—	109	689
Santo Amaro	512	—	208	720
Rio Pardo	1.317	438	619	2.374
Cachoeira	42	383	237	662
Totais	9.433	3.388	5.102	17.923

Por esse mapa, vê-se que em termos percentuais a população estava assim distribuída: brancos, 52,60%, pretos, 28,50% e índios, 18,90%. O que significa estar a população branca com uma maioria insignificante. O fato é confirmado por Aurélio Porto que afirmou, com base em estudos exaustivos, haver em 1787 para cada mil habitantes do Rio Grande 526 brancos, 285 pretos e 189 índios¹⁷. Percentualmente, a população mantém a mesma distribuição de 1780. Se é verdade que os negros começaram a ser introduzidos em maior número a partir de 1780, nesta ocasião o quadro populacional já devia apresentar uma significativa alteração. É sabido que o período decisivo para a conquista pelo povoamento do território do Rio Grande é o que se segue ao ano de 1780, isto é, o último quartel do século XVIII. É o período em que se verifica indiscutivelmente a incorporação do Rio Grande do Sul à economia atlântica. Logo, é de se concluir que neste período a população negra tenha aumentado naquele território.

De fato, em 1788, os escravos negros matriculados nas freguesias relacionadas eram os seguintes:

Cachoeira	364
Triunfo	771
Viamão	685
Mostardas	385
Vila do Rio Grande	18
	<hr/>
	2.143 ¹⁸

Não dispomos de dados referentes a todas as freguesias, mas os que apresentamos nos indicam que a população negra, do Rio Grande, continua em crescimento. Por outro lado, a mesma fonte apresenta um movimento de entrada de escravos em lento mas contínuo crescimento. Assim, em 1795, registrou-se a entrada de mais 376 negros escravos na vila do Rio Grande, procedentes, em sua maioria, do Rio de Janeiro. Em 1798 a entrada teria sido de 48 para subir a 216 em 1803.

Os mapas de população dos anos de 1798 e 1802¹⁹ transcritos a seguir apresentam alguns dados que precisam ser comentados:

- 1º) em relação ao ano de 1780, a população branca cresceu apenas 3%, enquanto a população negra passou de 28,50 para 41,40%;
- 2º) a população indígena, recenseada, diminuiu de 18 para 3%;
- 3º) o número de pardos e negros libertos, em relação ao total da população, era quase nulo;
- 4º) o índice de casamentos era relativamente baixo.

O crescimento da população de um modo geral é grande. Como se pode ver pelos mapas apresentados nas págs. 35 e 36 ela passou de 17.923 habitantes em 1780 para 31.644 habitantes em 1798, para 36.721 habitantes em 1802 e para 50.000 habitantes em 1808²⁰.

De fato, Saint-Hilaire²¹ utilizando provavelmente dados do recenseamento de 1814, fornecidos por Feliciano Fernandes Pinheiro, diz que a população do Rio Grande era de 32.000 brancos, 5.399 pretos livres; 20.611 pretos escravos, 8.655 índios, que totalizam 66.665. Nas Missões, Sete Povos incorporados em 1801, afirma existir 824 brancos e 6.395 índios. É curioso que o referido autor não assinala a presença de negros nas Missões, enquanto Aurélio Porto os encontra lá, desde a data de sua incorporação²².

Os dados de Saint-Hilaire, tomados sem considerar os Sete Povos, nos dão a seguinte distribuição percentual: brancos, 48,0%, pretos, 39,0%, índios, 13,0%, mas se se levar em conta a população das Missões, então estes índices seriam alterados para 44,5%, 35,2% e 20,3%, respectivamente. Da mesma maneira que o índio, menos significativo demografi-

camente, exerceu influência na formação histórica do gaúcho, também o negro com suas tradições, seus costumes e cultura deu a sua contribuição como já o fizera noutras áreas da América Portuguesa.

Os açorianos aparecem em pequena escala na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Amazonas, Pará e Paraíba²³. É no Rio Grande do Sul e Santa Catarina que o açoriano aparece em grande escala como solução colonizadora. No Rio Grande, como já assinalamos no primeiro capítulo, ele veio não só resolver o problema do povoamento como também o do abastecimento, produção e ocupação da terra gaúcha²⁴. A ocupação do território sul-rio-grandense, iniciada no último quartel do século XVII, completou-se no século XVIII, quando se iniciou com certa agressividade o povoamento da faixa litorânea. Mas essa ocupação não se fez sem lances de heroísmo e de aventura. As condições específicas da formação regional determinaram a predominância do povoamento no interior²⁵. Além disso, como observa Jorge Salis Goulart: "A costa do Rio Grande do Sul, enquadrando-se no rol das costas retilíneas, não é propícia à concentração das populações: sem ancoradouros, sem enseadas, sem portos, baixa e por isso mesmo alagadiça e desabrigada, jamais ofereceu aos colonizadores sólidas garantias de êxito"²⁶.

Tabela 4

MAPA DE TODOS OS HABITANTES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL, O QUAL EXPRESSA AS SUAS CONDIÇÕES, ESTADOS E SEXOS DIVIDIDOS PELOS INÚMEROS DAS FREGUESIAS ATUAIS DA MESMA CAPITANIA NO ANO DE 1798

Nomem das freguesias	Homens de todas as condições, estados e idades												Mulheres de todas as condições, estados e idades												Somma parcial dos habitantes de cada freguesia	Nº dos nasc. em cada freguesia	Nº dos mortos de cada freguesia	
	Branços		Indios		Pardos forras		Pretos forras		Pardos cativos		Pretos cativos		Branços		Indios		Pardos forras		Pretos forras		Pardos cativos		Pretos cativos					
	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.				
Capital do continente ou vila de Porto Alegre	N. Sra. de Madre de Deus, de Porto Alegre	310	433	8	7	35	61	13	29	7	56	22	796	310	419	8	16	35	81	13	57	7	71	22	437	3.268	225	80
	N. Sra. da Conceição de Viamão	224	409	2	7	9	26	20	15	3	33	28	445	234	303	2	6	9	17	20	37	3	40	28	215	2.119	112	59
	N. Sra. dos Anjos	141	210	141	152	15	28	6	17	5	34	51	336	141	174	141	169	15	38	6	22	5	33	51	65	1.996	151	43
	N. Sra. da Conceição do Arco	107	203	-	-	13	38	-	-	-	29	-	200	107	168	-	-	13	38	-	-	-	21	-	126	1.063	59	13
	Santo Antônio de Guarita Velha	196	278	4	-	11	2	9	7	8	18	18	284	196	497	4	3	11	8	9	2	8	13	18	148	1.752	75	23
	N. Sra. Sant'Ana da Serra	63	121	-	-	35	60	-	-	-	18	-	118	63	86	-	-	35	50	-	-	-	27	-	70	746	36	8
Fronteira do Rio Pardo	N. Sra. do Rosário do Rio Pardo	388	650	-	-	-	-	-	-	107	-	943	388	834	-	-	-	-	-	-	-	-	78	-	526	3.914	327	117
	N. Sra. da Conceição da Cachoeira	253	475	7	4	9	2	2	1	32	60	621	253	583	7	9	9	-	2	4	1	-	39	60	200	2.633	157	68
	Senhor Bom Jesus do Trizão	260	578	5	3	12	59	12	20	16	48	55	555	260	497	5	6	12	46	12	32	16	33	55	323	2.860	140	53
	Santo Amaro	146	141	-	-	7	7	1	-	-	14	-	317	146	96	-	-	7	10	1	-	-	21	-	181	1.113	47	38
	São José de Taquari	133	164	-	-	5	8	-	-	-	13	-	179	133	204	-	-	5	12	-	-	-	10	-	88	954	66	18
Fronteira do Rio Grande	São Pedro do Rio Grande	775	1.248	-	-	25	38	10	41	10	37	80	1.002	775	1.452	-	-	25	22	10	19	10	43	80	798	6.500	220	130
	N. Sra. da Conceição do Estreito	224	321	-	-	12	46	8	11	-	15	28	295	225	275	-	-	11	35	11	14	-	21	26	149	1.727	57	36
	São Luís das Mostardas	102	145	-	-	12	20	1	1	-	9	-	274	102	198	-	-	12	20	1	-	-	1	-	162	1.060	69	16
	Somma parcial	3.322	5.305	167	173	200	394	82	142	81	491	903	5.937	3.671	5.230	169	209	190	379	87	184	49	451	340	3.488	1.741	699	
Somma de todos os habitantes	8.627		340		394		224		572		6.840		8.901		378		569		271		500		3.828		31.644	Total dos nascidos	Total dos mortos	

MAPA DE TODOS OS HABITANTES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL, NO ANO DE 1802

Freguesias	Branços								Índios		Líbertos				Cativos				Cansos								
	Sexo Masculino				Sexo Femenino																						
	De 1 ano a 7	De 7 a 15	De 15 a 40	De 40 para cima	De 1 ano a 7	De 7 a 14	De 14 a 40	De 40 para cima	Homens	Mulheres	Perdidos	Perdidas	Preitos	Preitas	Perdidos	Perdidas	Preitos	Preitas	Total	Branços	Índios	Perdidos flocos	Preitos cativos	Perdidos flocos	Preitos estivas	Nascidos no dito ano	Fallecidos no dito ano
N. Sra. da Madem de Deus de Porto Alegre	218	243	566	52	205	194	410	120	16	28	110	86	45	64	60	72	912	526	3.927	392	10	46	11	26	54	256	178
N. Sra. da Conceição da Viçosa	178	113	285	57	143	151	114	20	—	—	14	20	32	34	27	37	546	294	2.065	223	—	12	3	10	26	117	50
N. Sra. dos Anjos	192	23	320	83	198	102	314	121	286	328	13	15	11	12	41	52	295	242	2.648	158	59	7	21	6	69	54	32
N. Sra. da Conceição do Arroio	76	72	66	4	44	68	50	6	13	19	87	89	2	12	27	22	250	134	1.041	80	13	87	26	7	192	41	10
Santo António da Patrulha	142	206	242	84	195	249	195	99	—	—	29	52	41	66	61	18	309	211	2.199	446	—	16	2	31	62	56	37
N. Sra. da Oliveira da Vacaria	56	32	100	10	48	25	81	19	7	6	75	62	31	38	7	13	120	115	845	40	3	14	4	5	18	36	6
N. Sra. do Rosário do Rio Pardo	344	150	401	205	358	170	401	102	89	89	15	27	9	15	69	64	681	550	3.739	385	89	13	20	17	41	254	123
N. Sra. da Conceição da Cachoeira	257	180	629	22	225	165	331	79	74	54	137	101	38	18	57	57	551	309	3.284	310	13	35	6	10	30	112	71
Senhor Bom Jesus do Trianfo	208	145	400	50	210	130	388	85	30	25	88	63	53	39	56	26	687	353	3.036	250	26	53	30	28	44	165	37
Santo Amaro	50	76	237	62	75	103	274	78	43	51	24	29	7	9	31	35	279	298	1.761	161	35	13	8	5	73	67	—
São José de Taquari	74	64	103	21	76	88	110	32	—	—	7	5	5	5	2	2	139	183	916	136	—	1	—	3	53	29	18
São Pedro do Rio Grande	923	458	976	152	697	559	830	232	29	22	112	116	29	59	111	86	2.242	757	8.390	939	51	228	197	88	899	410	240
N. Sra. da Conceição do Estreito	93	175	187	39	116	123	208	50	9	6	7	8	22	21	8	20	371	244	1.707	125	7	7	18	22	357	42	28
São Luís das Mosteiras	69	80	127	33	85	54	115	48	21	19	47	58	8	12	14	8	234	155	1.187	106	20	95	11	8	155	48	13
Total dos habitantes	2.880	2.087	4.639	874	2.675	2.187	3.821	1.091	617	647	765	731	333	404	571	512	7.616	4.371	36.745	3.751	326	627	335	266	2.073	1.697	843

Na total da população somente não são incluídos os 1.697 nascidos, por não terem ano completo.

Tabela 6
COR E STATUS DA POPULAÇÃO

	1798			1802		
	Lívrés	Escravos	Total	Lívrés	Escravos	Total
Branços	17.528	—	17.528	20.254	—	20.254
Pardos	1.163	1.072	2.235	1.496	1.083	2.579
Négrós	495	10.668	11.163	737	11.887	12.624
Índios	718	—	718	1.264	—	1.264
Total	19.904	11.740	31.644	23.751	12.970	36.721

Tabela 7
REPARTIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO

	1798			1802		
	Lívrés	Escravos	Total	Lívrés	Escravos	Total
Branços	55,39	—	55,39	55,16	—	55,16
Pardos	3,68	3,39	7,07	4,07	2,95	7,02
Négrós	1,56	33,71	35,27	2,01	32,37	34,38
Índios	2,27	—	2,27	3,44	—	3,44
Total	62,90	37,10	100,00	64,68	35,32	100,00

Tabela 8
REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO

	1798				1802			
	Branços	Índios	Lívrés de cor	Escravos	Branços	Índios	Lívrés de cor	Escravos
Sexo masc.	8.627	340	818	6.840	10.480	617	765	8.187
Sexo fem.	8.901	378	840	3.828	9.774	647	731	4.271
Total	17.528	718	1.658	10.668	20.254	1.264	1.496	12.970

Para a sua fixação quer no litoral, quer no interior, para onde mais facilmente se dirigem, afirma Dante de Laytano: "O primeiro passo foi transformá-lo e mantê-lo como agricultor. A segunda geração e muitos casos até a primeira geração, os imigrantes reagiram violentos e transformaram-se em fazendeiros e criadores de gado, senhores de estância"²⁷. Essa reação de muitos era devida também ao abandono em que eram deixados e à largueza dos campos de ninguém, povoados de gado açado. Essa mudança deu-lhes uma situação completamente diferente. Aumentou-lhes a riqueza, transformou o seu padrão social e assegurou-lhes a oportunidade de ascensão econômica e social. O mesmo fenômeno se repetirá com os alemães que vieram no segundo quartel do século XIX. Vieram especialmente destinados à agricultura, fixaram-se nesse tipo de atividade econômica, mas com o tempo foram se transferindo para a indústria e o comércio²⁸.

Os açorianos povoaram não só a faixa litorânea do Rio Grande como a de Santa Catarina. Tanto num como noutro lugar, iniciaram a prática de uma atividade agrícola para a qual não estavam preparados. Oswaldo Cabral encontra como justificativa do seu fracasso como agricultores o fato de não serem eles lavradores afeitos ao trato da terra. Mas eram pessoas que, antes de tudo, fugiam da miséria das Ilhas. Além do mais, como todo bom português da época, repugnava-lhes o trabalho braçal, que era para o negro escravo. João Pinto da Silva acredita que se tem exagerado muito o alcance da vinda dos açorianos. Para defender o seu ponto de vista afirma: "Não só estes não foram numerosos como também a sua área de atividade ou disseminação foi relativamente pequena, adstrita, além disso, a uma nesga de território por assim dizer isolada da zona onde, com mais intensidade, se forjava, no entrechoque de exércitos e de interesses, o caráter rio-grandense". E continua: "Porque eram pacatos e sedentários, numa terra de pastores e soldados, mantinham-se ou eram mantidos na margem. Das rudimentares técnicas de agricultura que nos deram, pouco frutificou"²⁹. Pelo lado intelectual, acrescenta o citado autor, "não consta tenham deixado algum traço durável. Esses ilhéus eram ainda mais atrasados que o português da Península. Nos Açores daquele século, reinava o analfabetismo integral, com a mais alarmante penúria. É o soldado o que teve mais íntimo contato, no tempo e no espaço, com a terra e com as gentes".

Tem razão o autor quando acentua a miséria e o atraso das Ilhas, mas não tem quando afirma ter sido insignificante a sua influência. Não só nos legaram uma tradição agrícola como também trouxeram hábitos e costumes tradicionais. Costumes que a riqueza proveniente da exploração comercial do império ultramarino corrompeu na Metrópole, nas Ilhas mantinha intactos, graças sobretudo ao seu isolamento. É verdade

que o militar teve um contato permanente e por isso mesmo de grande importância; mas também é verdade que o açoriano representou o elemento estabilizador, o elo de ligação entre o militar e o indígena. Segundo a opinião de outros autores, a influência açoriana foi preponderante na formação do gaúcho, ou seja, do povo rio-grandense. Nesse caso, ele teria sido o núcleo central do nosso povoamento, marcando decisivamente com suas peculiaridades raciais, psicológicas e culturais o caráter do povo sul-rio-grandense.

O habitante do Rio Grande, embora ligado por traços culturais ao gaúcho da região do Uruguai ou da Argentina, pela participação lusitana oferece alguns traços que o distinguem. Ele foi, antes, "uma resultante das condições do meio onde se misturavam, nas vastas campanhas platinas, vários grupos étnicos", onde predominou o de origem espanhola³⁰. Mas não foi estranho o elemento português que veio situar-se mais predominantemente no território do atual Rio Grande do Sul. Foi o açoriano principalmente que contribuiu para diferenciar o gaúcho brasileiro do outro de origem puramente castelhana. Elementos de costumes sedentários e conservadores, infiltrados na sociedade pastoril, "quaisquer que tenham sido as influências sofridas pelas novas levas, não podiam deixar de contribuir, dada a alta proporção em que se operaram, para moderar e disciplinar, em gerações sucessivas, os impulsos do gaúcho primitivo"³¹.

Um cronista do século XVIII, descrevendo o habitante do Rio Grande, diz: "Os nacionais deste continente são dóceis, amáveis, sinceros e muito vigorosos para o trabalho"³². Amáveis, mas não subservientes. Não apresentam aquela atitude humilde que caracterizou as populações centrais. O gaúcho sul-rio-grandense não se aproxima do abastado proprietário para fugir da ação da justiça. Não se une ao estancieiro por um sentimento de temor e de insegurança, como aconteceu a populações de outras regiões, tímidas diante das violências dos capitães-mores e dos juizes de fora. O rio-grandense não tem aquele aspecto humilde e desconfiado; ele é ativo, independente e individualista, é mais um amigo do que um subordinado³³.

Entre as populações da campanha e dos centros urbanos não houve barreira social. Sendo fraco o comércio e inexistente a indústria, era nas atividades pastoris que repousava a estabilidade econômica das cidades, as quais, principalmente quando localizadas na campanha, podiam ser consideradas como nódulos de condensação do próprio campo. Os sentimentos da gente do campo e das populações urbanas, alimentados por laços de parentesco ou de amizade, eram os mesmos. Os viajantes estrangeiros observam que, nos domingos e nos dias de festas religiosas, os moradores do campo se juntavam aos da cidade para cumprir os deveres da religião.

Ou então eram os moradores da cidade que invertendo a situação se reuniam nos dias de carreira ou rodeio aos estancieiros, capatazes, posteiros e à peonada e ao longo das canchas viviam juntos os mesmos momentos de alegria³⁴. “A população rural do Rio Grande do Sul não constituiu nunca, nem mesmo nos primórdios de sua formação como coletividade luso-brasileira, um aglomerado informe, sem lei e sem rumo, agindo e reagindo por conta própria, obscuramente entregue àquele estado de anarquia e de rebelião crônica . . .”³⁵

O gaúcho descende principalmente da massa de pioneiros. Lagunenses, paulistas e gente de várias capitâneas, os reinóis, os retirantes da Colônia do Sacramento, as numerosas famílias de açorianos — esses foram os troncos dominantes do homem que se largou nas planícies do Rio Grande do Sul e se fez campeador e soldado³⁶. O fator que imprimiu feição e destino social à comunidade campeira foi a estância, que centralizava todas as atividades do campo e da qual saía o patrão para os trabalhos pacíficos ou para a guerra, competindo com a gauchada nos mesmos lances de agilidade e de coragem.

A verdade é que os fronteiros do Rio Grande estiveram desde logo enquadrados no amplo movimento de integração da nacionalidade, que arrastava no mesmo impulso construtivo elementos da mais variada condição e procedência. Assim, em proporção variável, negros, índios e brancos, todos contribuíram com a sua parcela para a obra comum e para a elaboração do tipo social, em cujas veias todos esses sangue se misturaram.

Dotado de excepcionais qualidades, o sul-rio-grandense do século XVIII não é rico e nem orgulhoso e gastador, como é o senhor de engenho do nordeste no século XVII. Dele diz Fernão Cardim: “A gente da terra é honrada; há muitos grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu; alguns davam muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhe morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se as mulheres e filhos de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto em grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem frequentam as missas, pregões, confissões etc. Os homens são briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados; alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma moça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias cores, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas de que iam vestidos”³⁷. Mais requintada e luxuosa era a sociedade das áreas de mineração no século XVIII, de que nos dão uma visão bastante realista os cronistas de *Triunfo eucarístico* e de *Áureo trono episcopal*³⁸.

O gaúcho, pelo contrário, era modesto no trajar, simples nos costumes e não possuía a mesma riqueza, por ser formado num outro contexto sócio-econômico. Por mais rico que fosse, seus bens não possuíam o mesmo valor que os do senhor do engenho dos recôncavos ou do contratador de diamantes. Para bem avaliar comparativamente as condições econômicas de um rico estancieiro, reproduzimos um inventário do ano de 1800 que foi apresentado por Jorge Salis Goulart sem indicar a sua procedência, ou a quem pertencia. Ei-lo: "1 cuia de mate guarnecida de prata com a bomba; 1 bule de cobre; 1 tacho grande de cobre; 1 tacho velho furado; 1 tacho pequeno; 2 lâminas de latão usadas; 1 bacia e jarra de estanho; 1 bacia usada, de arame; 2 machados velhos; 2 enxadas velhas; 2 foices de ceifar; 2 foices de roçar; 1 enxó; 1 martelo; 1 mesa de jacarandá; 1 mesa velha; 1 canapé quebrado; 6 poltronas a 2\$400; 6 mochos de assento de sola; 2 bancos de encosto; 1 estrado ordinário; 1 estrado velho; 1 catre de pernas de tesoura; 3 catres tecidos de guascas; 1 dúzia de tabuletas muito velhas; 1 caixa grande; 1 caixa de pinho quebrada; 1 armário de pinho; 1 armário de cedro; 6 frascos de vidro; 7 garrafas de vidro; 1 copo de vidro; 18 pratos de pó-de-pedra; 1 prato grande de louça; 1 dito menor; 1 moinho velho; 1 carro de madeira e pertences.

Animais vacuns, cavallares e muares

3.505 reses de rodeio; 450 touros; 320 reses alçadas; 30 vacas mansas; 20 bois mansos; 8 bois mansos velhos; 25 cavalos mansos; 15 cavalos velhos; 8 redomões de recolher; 11 éguas mansas; 3 bestas mansas; 1 besta redomona; 24 bestas xucras; 4 burros hechores; 6 burras; 72 éguas de cria; 29 potros; 16 couros vacuns; 4 porcos beneficiados; 4 porcos menores³⁹.

Pelo modo de vida do gaúcho, afirma Diegues Jr., "incorporaram-se à paisagem brasileira novos valores culturais, traduzidos particularmente nas atitudes cavalheirescas e no espírito bravio; nos usos ligados à atividade da campanha; nos costumes peculiares à região, entre estes o papel essencial que cabe ao cavalo; no vestuário, caracterizado pelo sombreiro de feltro, com abas largas e barbicacho passando pelo queixo, o lenço no pescoço, a bombacha de pano riscado ou de quadros, ampla, abotoada à altura dos tornozelos, o chiripá, as botas russilhonas de couro; o poncho; na alimentação, baseada no churrasco e no chimarrão . . ." E continua: "Gaúcho rigorosamente falando é o peño, vaqueiro das estâncias . . ."⁴⁰

NOTAS

- 1) CIDADE, Coronel F. de Paula – “Rio Grande do Sul, explicação da história pela geografia”. In *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1940, 2º vol. p. 716.
- 2) CIDADE, Coronel F. de Paula – op. cit., p. 717.
- 3) Idem.
- 4) CIDADE, Coronel F. de Paula – op. cit., p. 725.
- 5) Idem.
- 6) Ofício do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza a Martinho de Melo e Castro, de 1784 ou 1785, A.H.U. Rio de Janeiro, caixa (1784-1785).
- 7) Ofício citado em nota anterior.
- 8) VELLINHO, Moysés – “Formação histórica do gaúcho”. In *Rio Grande do Sul, terra e povo*. Porto Alegre, Editora Globo, 1969, p. 51.
- 9) VELLINHO, Moysés – op. cit., p. 52.
- 10) Veja-se SARMIENTO, Domingos Faustino – *Facundo*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- 11) Ofício do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza a Martinho de Melo e Castro, de 1784 ou 1785, A.H.U. Rio de Janeiro, caixa (1784-1785).
- 12) CARDOSO, Fernando Henrique – *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, p. 41.
- 13) Relação das embarcações tomadas no Rio Grande de São Pedro – A.H.U. Rio de Janeiro, caixa 14.
- 14) Relação dos escravos que desertaram da praça da Colônia para o arraial espanhol desde o ano de 1763, e que depois foram restituídos – A.H.U. Rio de Janeiro, caixa 14.
- 15) SANTOS, Corcino Medeiros dos – “Relações de Angola com o Rio de Janeiro (1736-1808)”. In *Estudos Históricos*, nº 12, Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.
- 16) CARDOSO, Fernando Henrique – op. cit., p. 41.
- 17) BETAMIO, S. Francisco – *Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul* – Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 949 nº 134.
- 18) Veja-se PORTO, Aurélio – “O elemento africano na formação étnica do Rio Grande do Sul”. In *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15/11/1942.
- 19) A. N. Rio – IJ⁶, 934.
- 20) A. H. U. – Rio Grande do Sul, caixa 6.
- 21) Reflexões políticas . . . sobre o estado atual da capital do Rio Grande do Sul. Arq. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 43, doc. 9.
- 22) SAINT-HILAIRE, Auguste de – *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 84.
- 23) PCERTO, Aurélio – *História das missões orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, p. 563.
- 24) REIS, Artur César Ferreira – “Casais, soldados e degredados na colonização da Amazônia”. In *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1940.
- 25) LAYTANO, Dante de – “A colonização açoriana no Rio Grande do Sul”. In *Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo, 1969, p. 392.
- 26) DIEGUES JÚNIOR, Manuel – op. cit., p. 309.
- 27) GOULART, Jorge Salis – *Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1933, p. 15.

- 27) LAYTANO, Dante de – op. cit., p. 392.
- 28) Idem.
- 29) SILVA, João Pinto da – *A província de São Pedro*. Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, 1930, p. 55.
- 30) DIEGUES JÚNIOR, Manuel – op. cit., p. 319.
- 31) DIEGUES JÚNIOR, Manuel – op. cit., p. 320.
- 32) BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz – *Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro*. Mss. da Biblioteca Nacional de Lisboa.
- 33) GOULART, Jorge Salis – op. cit., p. 30.
- 34) DREYS, Nicolau – *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro, Villeneuve, 1839.
- 35) VELLINHO, Moysés – op. cit., p. 55.
- 36) VELLINHO, Moysés – op. cit., p. 60.
- 37) CARDIM, Fernão – *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 295.
- 38) Veja-se ÁVILA, Afonso – *Resíduos sescentistas em Minas*. Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 2º vol., 1967.
- 39) GOULART, Jorge Salis – op. cit., p. 51/52.
- 40) DIEGUES JÚNIOR, Manuel – op. cit., p. 320.

1.4. OCUPAÇÃO DO SOLO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

No Brasil, a posse e a propriedade da terra resultavam de simples doação, na forma de sesmarias. Originariamente, sesmaria era o nome que se dava às doações de terras que estavam abandonadas e das quais os respectivos senhores não cuidavam. A Coroa dava então estas propriedades de sesmaria ou autorizava às Câmaras que as dessem, pagando o beneficiário a sexta parte dos frutos. Foi o rei D. Fernando I quem promulgou a lei das sesmarias, que muito contribuíram para o desenvolvimento da agricultura em Portugal. D. João I não só confirmou como também deu aos sesmeiros vários outros privilégios, a título de estímulo.

Para povoar o Brasil e estabelecer a grande lavoura voltada para os mercados europeus, era preciso estímulos e o primeiro seria o oferecimento de terras, graciosamente, àqueles que quisessem se estabelecer nelas. Por isso, a instituição das sesmarias foi transplantada para o Brasil.

Parece que a carta-patente de Martim Afonso de Sousa foi o documento que registrou pela primeira vez o transplante da referida instituição para o Brasil, estabelecendo-se a doação como um dos atrativos mais importantes. Diz o texto: “Para que ele dito Martim Afonso de Sousa possa dar às pessoas que consigo levar e às que na dita terra quiserem viver e povoar aquela parte das ditas terras que bem lhe parecer, e segundo lhe o merecer por seus serviços e qualidades, e das terras que assim se der será para eles e todos os seus descendentes, e das que assim der às ditas

peçoas lhe passará suas cartas e que dentro de dois anos da data cada aproveite a sua e no dito tempo assim não fizer, as poderá dar a outras peçoas para que as aproveitem com a dita condição”¹.

O preceito das ordenações do Reino que proibia que se desse a uma peçoas mais terras do que as que pudesse aproveitar, assumiu aqui no Brasil uma feição particular. Havia quantidades imensas de terras e por isso há muitos casos de concentração de dezenas de léguas de terras nas mãos de um único colono. Embora tal fato ocorresse com razoável frequência, a tendência geral foi de concessão de sesmarias de uma, duas, três ou quatro léguas de testada. Os sesmeiros podiam repartir a terra em outras concessões, tendo em vista a necessidade de povoar e colonizar. A doação era feita, pelo menos teoricamente, sob a condição de que o beneficiado deveria aproveitá-la dentro de um certo prazo previamente estabelecido, em geral 5 anos. Quem recebia a sesmaria não deveria pagar pela terra coisa alguma. Por isso, expressa o documento: “. . . a qual lha dou forra e isenta para si e todos os seus herdeiros e descendentes”². Além disso, gozavam de alguns outros privilégios, tais como isenções de alguns tributos, comércio com a Metrópole, livre de direitos, e na terra deveriam pagar apenas o dízimo da Ordem de Cristo.

Entretanto, esta distribuição nem sempre se fez dentro dos preceitos legais e morais. Na Bahia e em Pernambuco, por exemplo, cartas de sesmarias eram dadas pelas autoridades coloniais a fazendeiros das vilas litorâneas, que reclamavam áreas imensas do interior para criar o gado à solta. De acordo com C. R. Boxer, esses proprietários são divididos em três tipos bem caracterizados: “O primeiro, no qual podemos incluir a família Ravasco, que se manteve na secretaria do governo do Brasil durante duas gerações. gastava todo o seu tempo nas cidades litorâneas; o segundo, do qual Francisco Dias d’Ávila pode ser tomado como representante típico, dividia seu tempo entre suas sedes numa cidade costeira e suas propriedades no interior; o terceiro tipo passava virtualmente a vida inteira em suas propriedades”³.

Diante dos exageros e do desvirtuamento da instituição, a administração colonial começou a perceber o que estava ocorrendo no interior da Colônia. Foi então que procurou corrigir as distorções por meio de leis apropriadas ao caso específico do Brasil. Foi assim que um decreto régio de 27 de dezembro de 1695 estipulou que, no futuro, uma peçoas individualmente não poderia receber terra que medisse mais de quatro léguas de comprimento por uma de largura⁴. Esta lei, entretanto, não tinha efeito retroativo; assim aqueles que já tinham entrado na posse de grandes extensões não teriam tal doação revogada, desde que as terras fossem utilizadas. Dois anos mais tarde, outro decreto reduzia ainda mais o tamanho da sesmaria, porquanto fixava que o tamanho máximo devia ser

de três léguas de comprimento por uma de largura. Estipulava ainda a existência de um espaço de uma légua entre uma sesmaria e outra. "Essas medidas foram mantidas em terceiro e mais vigoroso decreto, promulgado no dia 20 de janeiro de 1699. Em termos que faziam lembrar a lei original das sesmarias, de 1375, aquele ato legislativo ameaçava os proprietários de terra de expropriação dos terrenos, que não pudessem ou não quisessem cultivar, em benefício de outras pessoas que isso fizessem"⁵.

De nada ou de quase nada adiantou essa legislação repressora e disciplinadora da distribuição das terras no Brasil. A grande lavoura tropical era uma exigência do capitalismo comercial europeu. Logo, tornava-se indispensável a posse de muita terra. No Rio Grande do Sul, cujo processo de colonização e povoamento foi diferente, a posse e propriedade da terra eram da mesma maneira. Não existia a grande lavoura, mas havia a criação de gado vacum, cavalar e muar em larga escala e extensivamente, e que por isso mesmo requeria grandes extensões de terra. Se é verdade que o processo de integração do Rio Grande na economia atlântica só ocorreu no final do século XVIII, também é verdade que desde o alvorecer de sua história funcionou como economia dependente.

Dissemos que o decreto de 20 de janeiro de 1699 não produziu os efeitos desejados. De fato, o governador Paulo José da Silva Gama, em carta datada de Porto Alegre, em 25 de julho de 1803, ao visconde de Anadia, lamenta profundamente a situação e vê na irregular distribuição das terras a responsabilidade por uma série de males de que padecia a capitania. O primeiro deles seria o fracasso do povoamento do Rio Grande por casais das Ilhas. A maioria dos casais, fugindo aos maus tratos, foram para Montevidéu e Buenos Aires, com graves prejuízos para a Coroa portuguesa. Diz ele: "Famílias inteiras há que estão possuindo 15 a 18 léguas de terras. Os pais conseguem três, e os filhos, que vivem ainda no pátrio poder, conseguem, cada um, outro tanto. Do mesmo modo, se têm dado sesmarias de 3 léguas a irmãos e irmãs a cada um por cabeça cedendo depois todos em benefício de um só... Há possuidores de extensas terras desta capitania que nunca vieram aqui, estabelecidos em diferentes capitanias da América, outros mesmo em Lisboa.

Têm se expulsado com toda a crueldade famílias e mesmo casais vindos das Ilhas, de pequenas terras, incluindo-as nas sesmarias grandes, posteriormente conseguidas"⁶. E acrescenta, raciocinando com os fisiocratas: "Um só casal com tantas terras e um possuidor ausente não podem promover a agricultura fundamental, base da manutenção dos Estados".

Estes grandes proprietários não sabiam o que era a agricultura e enchiam as suas terras de imensos rebanhos de gado, contentando-se com a sua produção que era de baixa produtividade, mas que dado o pequeno investimento lhes permitia viver ociosamente em suas casas.

Por outro lado, Antônio Gonçalves Chaves, escrevendo posteriormente, apontou os seguintes inconvenientes do sistema de distribuição de terras: 1º) o crescimento populacional em relação à quantidade de terras foi quase nulo nos três primeiros séculos de colonização; 2º) as terras foram quase todas distribuídas; 3º) os açambarcadores possuíam até 20 léguas de terreno, e raras vezes consentiam no estabelecimento de famílias de lavradores em suas terras; 4º) em consequência, existiam muitas famílias pobres vagando de lugar em lugar segundo o favor e capricho dos proprietários de terras; 5º) nossa agricultura permanecia no maior atraso e desânimo⁷.

Desde o primeiro momento da instalação das estâncias nos campos de Curitiba, de Lajes e de Viamão, assistimos à fixação definitiva do homem luso-brasileiro, amando a terra e constituindo-se na grande propriedade rural. "Os dirigentes da administração colonial, no século XVIII, naturalmente orientados por uma visão de conjunto, aplaudiram as iniciativas dos paulistas na sua marcha para o sul, sudeste e ocidente . . ."⁸ Assim, à medida que promoviam a conquista dos territórios meridionais, fazendo-se a penetração pelo interior e pelo litoral, iam promovendo a distribuição de sesmarias, tendo em vista a fixação dos pioneiros, paulistas ou não. Partindo de alguns pontos de irradiação como Paranaguá, Laguna, Santa Catarina (Florianópolis), São Francisco do Sul e posteriormente o presídio do Rio Grande, os colonizadores-povoadores foram ocupando o Continente. Persiste a regulamentação na distribuição das sesmarias; mas elas lançando mão de muitos subterfúgios, conseguiam apossar-se de grandes áreas de terras para a criação de gado. A sesmaria oficial será de duas, três ou quatro léguas de testada, mas conseguiam muitas vezes reunir duas, três ou mais sesmarias nas mãos de uma só pessoa. Contudo, no sistema de apropriação das terras do Rio Grande do Sul, aparecem dois aspectos: "A zona de predominância açoriana, e pequena propriedade — nascida das datas de terra, tornou-se comum, ao passo que a estância, sistema de grande propriedade, caracterizou a área gaúcha. A estância teve papel importante na articulação do Rio Grande do Sul, pois representou o regime inicial de fracionamento do território em estabelecimentos pastoris, através da forma de sesmarias"⁹.

Como se vê, os colonizadores portugueses tinham para assegurar sua ação construtora o amparo de uma legislação adiantada. Por isso, fixando-se nos campos de Viamão e noutras áreas do Continente, os novos fronteireros procuravam normalizar a situação de proprietários rurais perante as autoridades da vila de Laguna, durante a primeira fase de ocupação. As propriedades assim adquiridas permitiram ao estancieiro agir de modo permanente e estável e por outro lado garantiram o estabelecimento do comércio dos gados bovinos, cavalar e muar, ao lado de algumas iniciativas agrícolas de considerável importância.

Na segunda fase de ocupação do território, segunda metade do século XVIII, houve uma verdadeira corrida em busca de sesmarias. Eram numerosos os pedidos de concessão por parte de antigos aventureiros, de pequenos agricultores desiludidos e principalmente de militares que voluntariamente se afastavam das funções para tornar-se estancieiros. Para tanto, bastava escolher o terreno e fixar-se nele com a construção de um rancho e algumas cabeças de gado, e depois solicitar o título de posse. Como costuma acontecer nestas ocasiões, não havia nenhum dispositivo acautelador nas doações, ocasionando complicadas questões de terras no futuro. Casos houve em que a mesma terra foi doada a mais de uma pessoa. Entretanto, o problema mais comum era mesmo o da posse ilegal e posterior venda da terra sem título legítimo. Neste caso, o segundo ou o terceiro proprietário poderia ser despejado de sua terra pela própria autoridade régia.

Ao governo interessava muito organizar a propriedade fundiária dessa vasta região, porque a demarcação das divisas entre os domínios espanhol e português ainda estava por fazer. Neste caso, a existência de um povoamento estável serviria como argumento decisivo nas negociações. A colonização decorria, portanto, de circunstâncias militares e estratégicas. Assim, a sociedade sulina ia se formando sob o controle de uma classe de estancieiros-soldados. Eram originários das tropas regulares ou não, e seus serviços lhes garantiam o privilégio de ocupação dos campos que ganhavam ao inimigo. De fato, a maioria dos requerentes e concessionários de terras alegavam a prestação de serviços militares ou administrativos durante a guerra de 1763/1777, período de ocupação dos campos de Serro Pelado, Triunfo, Santo Amaro, Encruzilhada, Rio Pardo e Cachoeira¹⁰. A transcrição dos registros de terras entre os rios Irapuá e Capané dá uma idéia clara de todo o processo de posse das terras no Rio Grande colonial¹¹. A corrida para a posse de terras, além do aspecto econômico, envolve também um aspecto social, pois a concessão de sesmaria representava acesso na hierarquia social. Além disso, redimia de culpas e supria a ausência de tradições familiares.

A falta de regularidade na distribuição das terras provocou alguma desordem, de modo que enquanto uns ocupavam grandes extensões de terras outros andavam dispersos e sem domicílio e quase por necessidade se entregavam ao modo de vida dos índios e mestiços que vagavam pelas vastas campanhas. A desordem não ficou desconhecida das autoridades, chegando até o conhecimento do vice-rei Luís de Vasconcelos que vislumbrou como solução o seguinte: "Para se prevenirem as conseqüências que resultam de tanta irregularidade e se ir remediando pouco a pouco o mal que se conhece, se faz necessário primeiro que tudo dar outra nova forma à distribuição das terras que se acham repartidas contra as ordens de Sua

Majestade, e acautelar as desordens que têm precedido dos notórios enganos e simulações com que mal e indevidamente se conservam muitos moradores na posse da maior parte daqueles terrenos. Por isso me pareceu determinar ao provedor da Fazenda Real a diligência que devia ir fazendo para se conhecer o verdadeiro estado daquele continente”¹².

Uma das principais causas do envolvimento de muitos em contendas e pleitos entre vizinhos confrontantes era o fato de não haver um tomo exato de cada distrito pelo qual se pudesse conhecer o verdadeiro título dos possuidores e as balizas certas das suas possessões. Por isso, o Vice-rei preconiza a existência no Rio Grande de um ministro com disposição e saúde, designado especialmente para fazer o tombamento das terras. A solução foi expressa nos seguintes termos: “. . . me parece seria muito conveniente que devia atender a todas as terras do Brasil se estabelecesse imediatamente no Rio Grande, despachando Sua Majestade um ministro escolhido, com gênio e saúde própria para este trabalho e com o ordenado e predicamento que for servido para tombar todas as terras daquele continente e assinalar os limites certos de cada um dos possuidores, conforme os títulos que se acharem nas circunstâncias de se poder legitimar, havendo também por devolutas todas as mais que o abuso tivesse introduzido ou o dolo e enganos confirmados na parte com que se acharem”¹³.

Com isto pretendia o Vice-rei acabar com a grande desigualdade que vinha acontecendo na distribuição das terras. É que havia moradores que em seu próprio nome ou no de outros se achavam na posse de muitas datas para depois venderem-nas. O vice-rei Luís de Vasconcelos tomou conhecimento também dessa situação e a denunciou ao ministro Martinho de Melo e Castro, tanto em seu famoso relatório¹⁴ como no documento que vimos citando. Ao tratar deste assunto, o Vice-rei escreve: “Neste gênero de negócio escandalosíssimo, há aí muitos que se têm feito proprietários da maior parte daqueles terrenos e das suas melhores situações, para os poderem vender por alto preço a outras pessoas que vão continuando igualmente na posse ilegítima, por ter sido fantástico e ilusório o primeiro título de sua concessão com que mais é com ela se contentam por ser impraticável entrar neste exame de outro diferente modo pela grande confusão e desordem em que se acham os mesmos terrenos”¹⁵.

O pior de tudo é que os principais comandantes militares estavam quase sempre envolvidos não só nos negócios desonestos das terras como nos contrabandos. Era esse o caso do coronel Rafael Pinto Bandeira, comandante do continente do Rio Grande. Homem cujos feitos militares enobrecem o seu nome, profundo conhecedor da terra e da gente da região, pôde com muita coragem e bravura defender os interesses luso-brasileiros nas muitas refregas que teve com os espanhóis. Mas não podemos negar que se utilizou de seus conhecimentos não só para participar

dos negócios escusos, que então se faziam para a obtenção de sesmarias, como também dos contrabandos de gado e de couros. A esse respeito expressa o Vice-rei: "Um daqueles escandalosíssimos proprietários que têm feito por este estranho modo as maiores usurpações é o coronel Rafael Pinto Bandeira que, fazendo-se absoluto e temido de todos, em razão do autorizado posto que ocupa e aproveitando-se daqueles conhecimentos que tem do país, para fazer a sua escolha livremente, se acha com a sua numerosa parentela ocupando grandes extensões de terrenos e os mais bem situados, estabelecendo com duas largas estâncias para a criação de animais e tirando de outros a utilidade da venda que faz a diversas pessoas. Para poder assim praticar com mais reбуço não lhe tem esquecido o estratagemma de requerer as sesmarias em nome de outros supostos que só fazem figura no requerimento sobre o qual talvez ele pode ser ouvido como comandante da fronteira do Rio Grande, mas verdadeiramente é ele que se empossa do terreno, que o desfruta e que vende"¹⁶.

Como se vê, há um desvirtuamento da instituição das sesmarias. Seus objetivos eram ocupar, povoar a terra e fazê-la produzir. Nestas condições, o sesmeiro havia de possuir algum recurso em dinheiro e escravos para cultivar a terra. Aliás, esta era uma exigência de ordem legal que geralmente não era cumprida no Brasil. Mas no Rio Grande do Sul a posse das terras já estava provocando tamanha confusão que se tornava necessário providências urgentes. Sobre este assunto, dizia o Vice-rei: "Além de se verificarem as condições com que Sua Majestade concede as sesmarias e ser indispensável que os sesmeiros tenham escravos para cultivar as terras como esta última cláusula não pode deixar de faltar em muitos dos pretendentes por nem terem estes sempre trabalhadores próprios, nem naquele país haver semelhante uso em todas as concessões antigas. Seria muito conveniente que todos aqueles sesmeiros fossem obrigados à proporção das suas sesmarias a conservar nelas aquele número de indivíduos que parecesse necessário a cada uma, regulado conforme os diversos serviços da lavoura e da criação de animais"¹⁷.

Para o cumprimento dessas finalidades, sugeria o Vice-rei que nenhum requerimento fosse aceito sem que primeiro constasse o número de indivíduos que deviam ficar na gleba. Deveriam ser registrados em livro, no qual deviam constar nomes, local de nascimento e filiação. Por outro lado, esses indivíduos deveriam ser matriculados no livro próprio da provedoria: "A onde se deve obrigar o sesmeiro a conservar os mesmos indivíduos e a continuar também o serviço ou da lavoura ou da criação de animais, para o que lhe foram concedidos e assinalados os terrenos nos seus próprios limites e confrontações"¹⁸.

O sistema proposto pelo diligente Vice-rei, além de possibilitar maior progresso da lavoura e dos rebanhos, permitia às autoridades um conhe-

cimento perfeito e atualizado da verdadeira situação econômica do Rio Grande. De outro lado, permitia-lhes em caso de urgência resolver com segurança os problemas militares do Continente. Além disso, as sugestões referidas, no contexto da política de fomento ultramarino, tinham em vista promover o giro comercial com a circulação de dinheiro e mercadorias. Se não todas, pelo menos parte das sugestões do Vice-rei foram postas em prática no Rio Grande. Uma delas, de grande alcance, que parece ter sido praticada, foi o tombamento das terras com a respectiva conferência dos títulos de posse. No período de 1784 a 1786, todos os comandantes de distritos fizeram relações de todos os moradores que possuíam terras, bem como dos animais que criavam nelas. Das referidas relações constavam ainda as medidas da sesmaria e também as confrontações¹⁹. Feito isto, as pessoas que fossem encontradas na posse ilegal de terras, de acordo com o interesse público, seriam despejadas delas.

A medida saneadora parece que foi realmente cumprida, pois é o que deduzimos da seguinte declaração: "Para estabelecer a feitoria no Faxinal do Courita foram despejados os moradores que na maior parte eram intrusos naqueles terrenos. Foram encaminhados para outros terrenos devolutos que lhes podiam pertencer por títulos legítimos"²⁰. Mas daí decorria um outro problema difícil de solução, ao qual se referiu o Vice-rei: "Daí procede outra desordem que custa a acreditar-se, de não haver terras devolutas para se acomodarem muitos indivíduos e principalmente os casais das Ilhas, que por isso andam dispersos e sem domicílio e quase por necessidade se entregam ao modo de vida do país, a roubos e a contrabandos e a outras muitas prevaricações, que podem facilitar aquelas larguíssimas campanhas"²¹. De qualquer forma, muitos tiveram que desocupar as glebas, cuja posse era ilegítima, sem que conste tenham recebido outras terras. Datada de 25 de junho de 1789, encontramos a relação que segue, pela qual podemos verificar não só o tamanho das possessões como também as confrontações e destino que tiveram algumas delas.

"Relação das pessoas que, em consequência das ordens do Vice-rei, tiveram que desocupar os terrenos em que estavam sem ter títulos legítimos, no distrito do Serro Pelado até Camaquan, pertencente à freguesia da vila de São Pedro"²².

1. Afonso Pereira Chaves, de 3 léguas de comprimento e légua e meia de frente, na vizinhança do Serro de S. Maria em um Arroio do Piratini.
2. João Pereira Chaves, de 3 léguas de comprimento e légua e meia de largo, na Orqueta Grande do Piratini, fazendo frente com o Serro de Santa Maria.

3. Herdeiros do falecido Salvador Bueno da Fonseca, de 3 léguas de comprido e meia légua de largo, e em partes um quarto e menos, junto ao Serro Pelado e neste terreno ficam acomodados 19 casais das Ilhas.
4. Miguel Arias, de légua e meia de comprido e uma de largo, nas vertentes do Piratini menor.
5. O ten. de cavalaria auxiliar Sebastião Francisco da Cunha, de 3 léguas de comprido e meia de largo, que havia comprado ao sargento da legião de cavalaria ligeira, Francisco Pinto de Moraes, na margem ocidental do rio Camaquan, entre 2 arroios que deságuam no mesmo rio.
6. Joaquim Bartolomeu dos Passos, de 2 léguas e meia de comprido e uma de largo, que havia comprado a Jerônimo Gonçalves Meireles, no Arroio das Pedras, que deságua em Camaquan.
7. João Ferreira Bica, de duas léguas de comprido, no lugar denominado o Passo dos Padrões.
8. Ana Maria, viúva do falecido João Gonçalves Salgado, de duas léguas de comprido e uma de largo, no Arroio das Pedras, que deságua no Camaquan.
9. O furriel de cavalaria auxiliar Joaquim Antônio de Oliveira, de uma légua de comprido e igual quantidade de largo, fazendo frente à coxilha de Santa Maria.
10. José Vieira da Cunha ou Martinho José da Costa, de légua e meia de comprido e uma de largo, que havia comprado a Miguel Pereira de Lemos em um ramo do Piratini.
11. Manuel Martinez Guedes, de légua e meia de comprido e três quartas de largo, em um ramo do Piratini menor.
12. José da Silveira, de légua e meia de comprido e uma de largo, em um Serro.
13. Rosa Maria e seus filhos Tomás Pimentel e João Pimentel, de 3 léguas de comprido e mais uma de largo, entre 2 ramos do Piratini menor, e frente à coxilha por onde passou a expedição.
14. Manuel da Silveira, de 3 léguas de comprido e quase duas de largo, na coxilha de Santo Antônio, vertentes do Piratini menor.
15. José Antônio Alves, de três léguas e meia de comprido e uma e quarto de largo, entre dois ramos do Piratini menor, e nesse terreno ficam acomodados 52 casais das Ilhas.
16. João Câmara Leal, de 3 léguas de comprido e uma e meia de largo, na coxilha, e fundos a um arroio que deságua em Camaquan. Neste terreno, ficaram acomodados o furriel de cavalaria auxiliar Luís Leite de Oliveira, Francisco Rodrigues Goulart, Eusébio José Machado, Antônio da Silva Barros e os herdeiros do falecido Pe. Manuel Rodrigues Basto, em compensação das terras que por ordem do Exmo. Sr.

Vice-rei do Estado se lhes tomaram para a nova estância da Real Feitoria do Linho-Cânhamo.

17. Antônio Francisco de Camargo, de 2 léguas de comprimento e légua e meia de largo, entre 2 ramos de Camaquan, no Serro Grande.
18. O sargento de cavalaria ligeira José de Figueiredo, de 2 léguas de comprimento por uma de largo, entre 2 ramos de Camaquan frente à coxilha de Santo Antônio.
19. Domingos do Couto Carneiro, de uma porção de terreno que não se sabe com certeza a quantidade, entre dois ramos de Camaquan frente à coxilha de Santo Antônio.
20. O capitão Bernardo José Pereira de sociedade com o espanhol João de Medina, de 5 léguas de comprimento e 3 de largo, na coxilha de Santo Antônio, junto ao Serrito."

As medidas saneadoras, naturalmente, tiveram limitado efeito. No começo do século XIX, um dos males do Rio Grande ainda era a grande propriedade territorial, o que foi notado inclusive pelos viajantes estrangeiros. Luccock, por exemplo, observou que as menores propriedades possuíam quatro léguas quadradas²³. Por aí se vê que, embora o tamanho da sesmaria fosse normalmente de três léguas de comprimento por uma de largura (13.068 ha.²), o processo de incorporação de várias dessas propriedades nas mãos de uma só pessoa continuou. Aliás, este fato é confirmado por Manuel Antônio de Magalhães, quando diz: "O abuso que há nesta capitania de terem alguns moradores tomado três, quatro sesmarias com dez, doze e mais léguas de terras, é prejudicialíssimo não só a S.A.R., mas aos povos em geral. Ao mesmo tempo, há os que não possuem um palmo, e tudo isto com falsos enganos feitos a S.A.R. e aos seus delegados. Um homem que tinha a proteção do governo tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome do filho e filha que ainda estavam no berço"²⁴, e assim sucessivamente.

De tudo que se expôs, fica claro que o Rio Grande do Sul como todo o Brasil estava fadado ao domínio da grande propriedade rural. Houve, é verdade, tentativas sérias de estabelecimento da pequena propriedade (minifúndio), com os casais das Ilhas. Mas no cômputo geral o que predominou mesmo na integração territorial do Rio Grande do Sul foi a grande propriedade territorial, a estância.

Apesar de todas as providências tomadas pelo vice-rei Luís de Vasconcelos, conforme já notamos, o problema das demarcações, do estabelecimento das confrontações deve ter perdurado por muito tempo ainda. De fato, em 1802 havia apenas 539 proprietários de terrenos demarcados judicialmente²⁵.

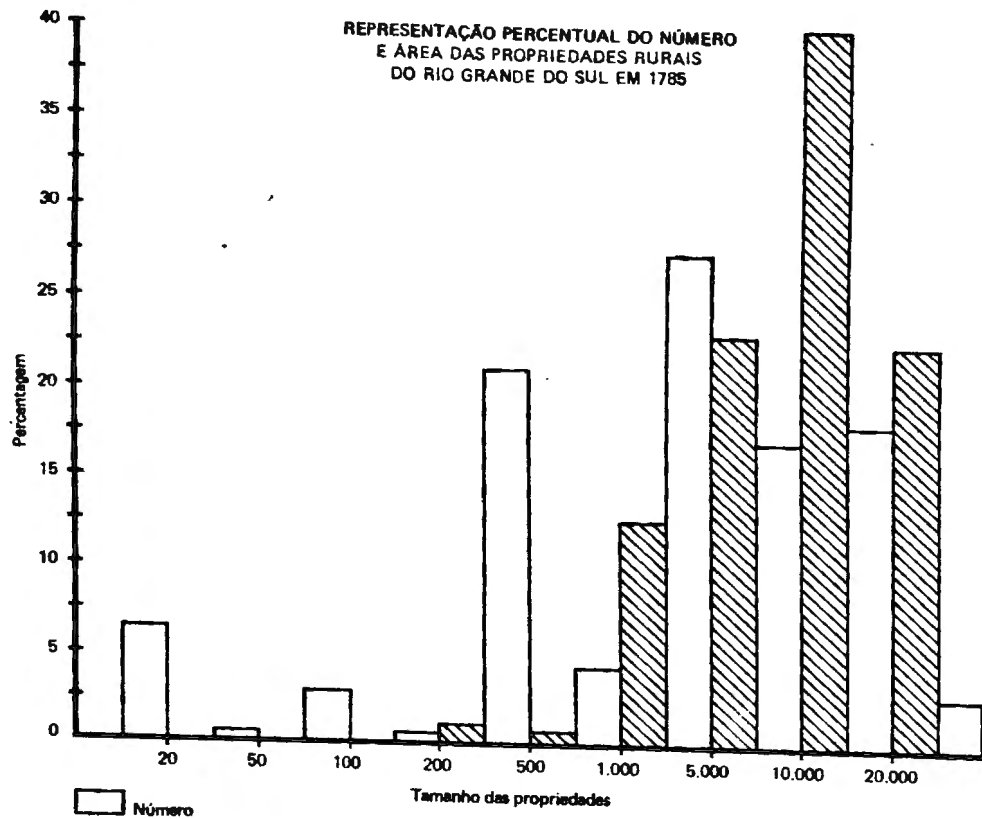
Tabela 9
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL POR DISTRITO NO ANO DE 1785

Grupo de área (ha.)	Cachoeira	Rio Pardo	Vacaria	Viamão	Triunfo	Encruzilhada	Mostardas	Taquari	Estreito	Totais
Menos de 20	6	18	—	—	—	—	—	19	10	53
De 20 a 50	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2
De 50 a 100	—	16	—	—	—	—	—	—	6	22
De 100 a 200	—	3	—	—	—	—	—	—	—	3
De 200 a 500	2	7	1	32	4	—	49	31	51	177
De 500 a 1.000	3	—	5	4	9	—	1	8	6	36
De 1.000 a 5.000	37	37	8	26	56	23	19	13	13	232
De 5.000 a 10.000	42	12	24	7	31	14	—	12	1	143
De 10.000 a 20.000	53	5	16	8	29	22	6	10	2	151
De mais de 20.000	3	1	4	1	4	5	2	1	1	22
Totais	146	99	58	78	133	64	77	94	92	841

Analisando a documentação em nosso poder²⁶, pudemos determinar uma distribuição regional da propriedade conforme mostra a tabela 9. Por aí se vê que o distrito que possuía maior número de propriedades era o de Cachoeira e o que possuía o maior número de pequenas propriedades era o de Mostardas. A grande propriedade predominava em Cachoeira, mas de um modo geral o maior número de propriedades está entre 1.000 e 5.000 ha. Mas, voltando nossa atenção para a tabela 10, podemos ter uma clara idéia da distribuição da propriedade fundiária no Rio Grande do Sul em 1785. Vejamos: enquanto 22 propriedades de 50 a 100 ha. correspondem a 2,6% do número total, somando 1.531 ha., corresponderá apenas a 0,03% da área total ocupada. No entanto, 151 propriedades de 10.000 a 20.000 ha., correspondendo a 17,95% do número (841), representavam 40,20% da área total ocupada (5.048.868 ha.).

Tabela 10
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE TERRITORIAL NO
RIO GRANDE DO SUL, NO ANO DE 1785

Grupo de área (ha.)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha.)	%
Menos de 20	53	6,30	111	0,00
De 20 a 50	2	0,24	86	0,00
De 50 a 100	22	2,61	1.531	0,03
De 100 a 200	3	0,35	397	0,01
De 200 a 500	177	21,05	46.379	0,93
De 500 a 1.000	36	4,28	24.380	0,48
De 1.000 a 5.000	232	27,59	626.980	12,43
De 5.000 a 10.000	143	17,00	1.173.941	23,26
De 10.000 a 20.000	151	17,95	2.029.435	40,20
De mais de 20.000	22	2,61	1.145.628	22,69
Totais	841	100,00	5.048.868	100,00



Por af se vê que havia predomnio absoluto da grande propriedade territorial como em todo o Brasil. Considerando que a terra era utilizada quase que exclusivamente para a criação de gado extensivamente em pastagens naturais, é compreensível a necessidade de grandes extensões de terra nas mãos de cada posseiro.

Até 1785, segundo documentação oficial que utilizamos, estavam ocupados somente 5.048.868 ha. das terras contra 20.441.815 ha. em 1940, de um total de 26.745.500 ha. que compõem o território do atual Estado do Rio Grande do Sul. Em 1785, a área ocupada, segundo declaração dos seus ocupantes, representava pouco menos de 1/4 de todo o território. Mas convém lembrar que os limites e as distâncias apresentadas em léguas eram vagos, pois até então não havia ainda nenhuma demarcação judicial. Providências a esse respeito foram tomadas a partir desta data. A legalização e demarcação foi um processo lento, pois em 1802 havia apenas 539 propriedades demarcadas judicialmente.

O que há de comum no Rio Grande do Sul com as outras áreas do Brasil é o monopólio da propriedade territorial como o mais importante dos meios de produção. Lá, como em todo o Brasil colonial, dominar a terra, açambarcá-la, significava ter praticamente o domínio absoluto dos meios de produção agrícola.

No Rio Grande, as fazendas em geral eram menores que as dos engenhos e os proprietários dirigiam diretamente a exploração, embora Paulo Gama tenha denunciado os proprietários ausentes. O trabalho livre predominava e era executado pela família do proprietário e seus agregados. O trabalho escravo era empregado somente como acessório. As próprias características da produção pastoril, a baixa densidade de mão-de-obra que exige e sua fraca composição econômica determinaram o menor emprego do trabalho escravo²⁷.

A propriedade pecuária subdividindo sua exploração naturalmente dá lugar ao aparecimento do arrendatário, do vaqueiro ou capataz que ganha uma em cada 4 crias do rebanho. Com isto, o modo de produção da pecuária permitia o acesso à exploração e mais tarde o acesso à propriedade a homens de menores recursos²⁸. É um modo de produção mais próximo do capitalismo e representa um passo à frente em relação ao engenho. Há maior emprego do trabalho assalariado (os peões), e nisto o índio é largamente utilizado. Os estancieiros, os vaqueiros, são trabalhadores socialmente mais independentes e economicamente melhor retribuídos que os do engenho. Mas o fator decisivo da superioridade desta região fora o deslocamento dos mercados ou mais propriamente o nascimento de um mercado interno nas vizinhanças da criação, dando ensejo ao aproveitamento de subprodutos do gado, inclusive da carne²⁹. Convém notar que inicialmente o rebanho era destinado à subsistência das popula-

ções indígenas especialmente aldeadas pelos jesuítas, depois foi necessário para o sustento da tropa e somente mais tarde é que se destinou ao comércio. De um modo geral, a ocupação do território pelo gado precedeu a ocupação humana.

Verificamos que na segunda metade do século XVIII há ainda uma grande desproporção entre a área territorial ocupada, o número de habitantes e o número de cabeças de animais. Senão vejamos: em 1780, a população do Rio Grande era de 17.923 habitantes³⁰ contra uma área ocupada de 5.048.868 ha., o que equivale aproximadamente a 285 ha. para cada habitante. Em compensação o rebanho era imenso. Baseados em dados do ano de 1787, apresentamos a tabela 15 (p. 82), que contém um total de 882.331 cabeças de animais, entre bovino, equino, muar e ovino. Assim, teríamos uma distribuição de uma rês para cada 5 ha. aproximadamente. Com estes dados, concluímos que a ocupação e exploração da terra no Rio Grande, no século XVIII, ainda era precária. No que diz respeito à produção agrícola, temos informação apenas sobre a produção comerciável, a do trigo, que era de 106.794 alqueires anuais.

NOTAS

- 1) CANABRAVA, Alice P. "A grande propriedade rural". In *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, t. I, 2º vol., p. 199.
- 2) Veja-se Documento nº 9 - "Carta de doação da Ilha de Santo Antônio a Duarte de Lemos". In TAPAJÓS, Vicente - *História Administrativa do Brasil*. Brasília, D.A.S.P. - Serviço de Documentação, 1966, vol. II, p. 211/214.
- 3) BOXER, C. R. - *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963, p. 202.
- 4) BOXER, C. R. - op. cit., p. 203.
- 5) BOXER, C. R. - op. cit., p. 204.
- 6) A. H. U. Rio de Janeiro, caixa (1803).
- 7) CHAVES, Antônio Gonçalves - "Memórias políticas sobre a administração pública do Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano II, Porto Alegre, 1922, p. 70.
- 8) CALDAS, Jaci Antônio Lousada Tupi - op. cit., p. 1532.
- 9) DIEGUES JÚNIOR, Manuel - op. cit., p. 313.
- 10) RUDIGER, Sebalt. - op. cit., p. 70.
- 11) RUDIGER, Sebalt. - op. cit., p. 70/79.
- 12) Ofício do vice-rei Luís de Vasconcelos para Martinho de Melo e Castro - A.H.U. Rio de Janeiro, caixa (1784-85).
- 13) Veja-se documento citado em nota anterior.
- 14) Veja-se Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa - A. N. Rio, cod. 72 ou *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 23, Rio, 1860.
- 15) Ofício do vice-rei Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro - A.H.U. Rio de Janeiro, caixa (1784-85).

- 16) Offício do vice-rei Luís de Vasconcelos, doc. cit.
- 17) Idem.
- 18) Idem.
- 19) Veja-se Correspondência com os governadores do continente do Rio Grande – A.N., Rio, cod. 104, vols. 2 a 10.
- 20) Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa.
- 21) Idem.
- 22) Correspondência com os governadores do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 11.
- 23) LUCOCK, J. – *Aspectos sul-rio-grandenses*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1935, p. 82.
- 24) MAGALHÃES, Manuel Antônio de – “Almanak da Vila de Porto Alegre”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1867, tomo 30.
- 25) CASAL, Manuel Aires de – *Corografia brasílica*, São Paulo, Edições Cultura, 1943, p. 96.
- 26) “Relação dos moradores que têm campos e animais no Continente”. In *Correspondência com os governadores do continente do Rio Grande* – Arquivo Nacional, cod. 104, vols. 6 e 7.
- 27) SCHILLING, P. R. – “O trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul”. *Revista Brasiliense*, nº 18, São Paulo, julho/agosto, 1958, p. 80. Veja-se também OHLWEILEIR, Otto Alcides – “Sobre o processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul”. *Revista Brasiliense*, nºs 18 e 19.
- 28) GUIMARÃES, Alberto Passos – *Quatro séculos de latifúndio*. Rio, Paz e Terra, 1968, p. 69.
- 29) GUIMARÃES, Alberto Passos – op. cit., p. 75.
- 30) CARDOSO, Fernando Henrique – *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, p. 41.

2 A PECUÁRIA

2.1. OS PRIMÓRDIOS

Durante muito tempo houve dúvidas quanto à introdução do gado no Rio Grande do Sul. Para uns, a origem estaria nas reses deixadas em Santa Catarina por Alvarez Nufes Cabeza de Vaca; para outros, nas que João Dias de Solis teria lançado em ambas as margens do rio da Prata. Mas estudos realizados por Dante de Laytano¹ resolveram o problema. O citado autor afirma categoricamente que "o gado foi ter no Paraguai levado de São Vicente por Juan de Salazar, tropa de propriedade dos irmãos Scipião e Vicente de Góes. As manadas se multiplicaram e os jesuítas foram os introdutores do gado no Rio Grande do Sul e, assim, de Assunção para Corrientes, atravessa o rio Uruguai e entra no Brasil". Nestas condições fica claro que o gado vicentino é que de fato constituiu a matriz. Mas, continua Laytano: "Quanto ao gado menor, o suíno procede de Buenos Aires e a ovelha veio do Peru para Assunção e daí para o Rio Grande. O cavalo, da Argentina, para onde Pedro de Mendoza o tinha levado ao fundar Buenos Aires, e de Assunção, onde chegara por intermédio de Cabeza de Vaca, mas precedente dessas tropas no Rio Grande trazido pelos padres jesuítas, por Corrientes". Aliás, todos esses fatos foram exaustivamente estudados também por Aurélio Porto².

No segundo quartel do século XVII, sob a pressão dos mamelucos paulistas, ocorreu a transmigração das reduções do Uruguai. Precisamente em 1638, acentua Aurélio Porto, os jesuítas "trocaram grande quantidade de tecido de algodão por 6 a 7.000 vacas compradas a Manuel Barbosa,

de Corrientes"³. O gado encontrou nessa região condições propícias ao seu desenvolvimento. Pastagem boa, abundante, além de largas campanhas onde era criado em plena liberdade, inteiramente à lei da natureza.

O rebanho de gado progrediu tanto que devia constituir um elemento de decoração das paisagens campineiras. De fato, o padre Antônio Sepp descreve as campinas povoadas de enormes rebanhos como uma paisagem agradável aos olhos. Diz ele: "Pelo meio-dia, à tardinha, não se vê da minha aldeia outra coisa senão um campo infinitamente extenso, bem liso e plano, sobre o qual rebanhos incontáveis de gado, inverno e verão, dia e noite, no campo, tão pouco ceifamos e não fazemos feno, mas o capim de quase um côvado serve o ano todo de pastagem"⁴. Informa ainda que havia tantos bois, vacas, bezerros e cavalos nos campos de Aldeia que o visitante nada mais via de tanto gado gordo e bonito⁵.

O gado não foi introduzido aí com objetivos econômicos. Era destinado apenas ao sustento dos indígenas aldeados. Não tinha praticamente valor monetário. Com o tempo, devido ao seu grande desenvolvimento, foi utilizado como objeto de trocas. Tanto o gado como outros produtos do trabalho indígena eram trocados por peças e utensílios de procedência européia. Nessas transações não havia dinheiro, que entrava apenas como valor simbólico. Em relação aos nativos, os utensílios tinham um valor extraordinário. Um machado, uma foice, uma faca, por exemplo, valiam vários bois ou cavalos. Um freio em que houvesse alguma peça de ferro valia três cavalos. Essas vendas só se realizavam de uma aldeia para outra ou para os espanhóis, porque dentro dos aldeamentos todos trabalhavam igualmente para a comunidade e tudo que os nativos precisavam era distribuído gratuitamente pelos padres. Em outras palavras, os indígenas precisavam apenas do que vestir e do que se alimentar. Como se vê, estamos em presença de uma economia natural.

A quantidade de cabeças de gado anualmente abatido para o sustento dos indígenas era extraordinariamente grande. Basta dizer que para a alimentação diária de uma aldeia no período de um ano foram reunidas 50.000 cabeças. É o que nos informa Sepp, quando diz: "Há pouco minha aldeia saiu campo afora para arranjar vacas para a alimentação diária deste ano. Em dois meses, reuniram 50.000 vacas e as trouxeram para o meu aldeamento. Tivesse eu mandado, eles também teriam trazido 70, 80 ou até 90.000. Para esses 50.000 animais não gastei um ceitil"⁶. E acrescenta que a informação era válida para as 26 reduções. Por aí se pode avaliar a quantidade de gado existente nos campos e a que era abatida anualmente para sustento dos indígenas, que eram carnívoros. Uma outra informação que Sepp nos dá e que é de grande valia para o cálculo da quantidade de reses abatidas é a de que, naquele ano (1698), os três navios das missões levaram para a Espanha 300.000 couros. Ora, adicio-

nando a esta quantidade pouco mais de 10% que seria a quantidade de couros utilizada para utensílios das aldeias, teríamos aproximadamente 300.500 reses abatidas num ano.

O gado criado à solta desenvolveu-se incontrolavelmente, mas o gado selvagem surgiu após as incursões dos bandeirantes, que obrigaram os jesuítas a abandoná-los em diversas paragens. A vacaria do mar, que ocupava o território que se estende do litoral atlântico até o rio Uruguai, foi formada pela dispersão do primeiro gado abandonado pelos jesuítas em 1637. Quarenta anos depois, quando os indígenas descobriram essa vacaria, começaram a tirar dela gado para a sua subsistência e nesse trabalho cruzavam o rio Negro, na direção da estância de Japeju. No trajeto por onde passavam, iam deixando milhares de cabeças de vacas cansadas que acabaram por formar outro grande rebanho sem dono, a vacaria do rio Negro. A vacaria do mar teve sua origem em 400 vacas leiteiras que os jesuítas lançaram naquelas campanhas rio-grandenses para que não caíssem nas mãos dos bandeirantes⁷.

Os padres que dirigiam os aldeamentos criaram em vários pontos do interior, partindo do Prata, numerosos rebanhos alçados. Algumas cabeças foram deixadas sem mais cuidados nas imensas pastagens naturais, e se multiplicaram. "Os sítios escolhidos para o início da criação eram as confluências dos rios, os chamados rincões. Ali, os rebanhos ficavam mais ou menos detidos pelas águas e encontravam os mais tenros pastos."⁸ Dessa maneira foram criadas as famosas vacarias e as estâncias jesuíticas. A falta de mercado de consumo da carne determinou mais tarde a sua desvalorização. Então os caçadores, ou fazedores de couros, matavam o gado para aproveitar apenas o couro que podia ser exportado.

Do rio Camaquan para o sul, a famosa vacaria do mar passa a ser um grande atrativo, a partir do momento em que o consumo de animais de carga e as necessidades de abastecimento das áreas de mineração fizeram delas bons mercados para os produtos da pecuária sulina.

Além das 400 vacas leiteiras a que já fizemos referência, foram introduzidas na vacaria do rio Negro 4.000 cabeças de gado do povo de Santos Reis, 10 a 12.000 cabeças do de São Tomé e 30.000 cabeças em duas vezes, do da Cruz e na vacaria primitiva; entre os rios Negro e Yi, lançaram em 1702 os povos de São Borja 14 a 15.000 vacas; o de São Nicolau, 20.000; e o de São Miguel, de 10 a 12.000⁹.

Em 1705, quando as tropas castelhanas sitiavam a Colônia do Sacramento, aliás tropas compostas de grande contingente de índios tape, os suprimentos de gado ficaram esgotados. Foi então que, por ordens superiores, 62 vaqueiros saíram a vaquear nas vacarias dos padres. Nessa vaqueação, foram até as cabeceiras do rio Santa Luzia, de onde retornaram com 9.000 vacas. Outras incursões foram realizadas, permitindo que as

tropas espanholas juntamente com os índios que as auxiliavam consumissem um total de 184.000 vacas¹⁰.

Somente a partir de então os espanhóis tomaram conhecimento da existência desse gado, iniciando daí o processo de depredação. Muitos aventureiros se apressaram em obter licença para vaquear, com a finalidade de fazer couros e promover o abastecimento de carne de Buenos Aires. O primeiro que teve o privilégio de receber licença do cabildo de Buenos Aires para vaquear na Banda Oriental foi o capitão Juan de San Martín. A licença o autorizava à preia de até 20.000 cabeças. É claro que o limite estabelecido nem sempre foi obedecido, pois a partir dessa autorização continuavam a caça até que alguma circunstância viesse alterar a situação, fazendo com que o negócio deixasse de ser interessante. Além dos que vaqueavam por conta própria, sem autorização, muitas delas foram concedidas, calculando-se que nesta ocasião havia na Banda Oriental 400 espanhóis com 2.000 cavalos ocupados na tarefa de preia do gado. Nos anos seguintes, o número de licenças e de pessoas ocupadas nisto era ainda maior.

Assim, o primeiro quartel do século assistiu não só ao início da depredação sistemática da vacaria do mar como ao início da construção da vacaria do Rio Grande do Sul, a antiga vacaria dos Pinhais. Desse modo, os previdentes jesuítas procuraram criar nos campos distantes outra vacaria, antes que acabasse a do mar. "E para que o gado se multiplicasse resolveram que não se tocasse nessa invernada por oito anos, providência com que, segundo experiência feita em outras ocasiões"¹¹, fez com que ao findar o referido prazo a vacaria dos Pinhais pudesse contar com cerca de 500.000 cabeças de gado, podendo dessa maneira começar a prover-se todos os povos das missões. O rebanho havia crescido e crescia em tal ritmo que as retiradas normais para o consumo, as contínuas depredações feitas pelos índios infieis que iam arrebanhar o gado para vender aos portugueses, não o diminuía.

De acordo com Aurélio Porto, quando os jesuítas foram expulsos em 1768, a quantidade do rebanho era superior a 500.000 cabeças de gado vacum, 4.000 cavalos e 70.000 ovelhas, somente na estância de Japeju, enquanto a da Cruz contava com 40.000 vacas e 60.000 cavalos. A de São Miguel contava então com 30.000 vacas e 300 cavalos. Somam portanto 605.148 vacas, 70.484 cavalos e 85.083 ovelhas. Mas um outro inventário da mesma época citado também pelo autor referenciado reduz terrivelmente a quantidade do rebanho jesuítico, conforme demonstra a tabela da pág. 63¹².

Há uma diferença muito grande de um inventário para o outro, o que desorienta o pesquisador. Como o objetivo deste capítulo é apenas mostrar o papel que as reduções jesuíticas tiveram na introdução do gado no Rio Grande do Sul, não nos preocupamos com aquela diferença.

Tabela 11
REBANHO DAS MISSÕES NO ANO DE 1768

Aldeias	Vacum	Cavaliar	Muar	Ovelhas
São Nicolau	20.376	1.031	195	18.471
São Luís	7.579	838	174	1.966
São Lourenço	4.824	471	67	1.056
São Miguel	20.288	2.095	164	1.961
São João	4.235	313	200	713
Santo Ângelo	3.685	436	138	408
São Borja	11.922	1.630	166	13.245
Estância Japeju	62.679	8.998	2.140	46.118
Estância Cruz	36.600	5.800	140	2.700
Soma	172.168	21.612	3.384	86.638

No ano em que o território das missões foi incorporado ao Rio Grande, aqueles aldeamentos já se encontravam em completa decadência. A população indígena havia diminuído muito e o rebanho de animais estava terrivelmente devastado.

Além de outros fatores, foram principalmente os rebanhos que concorreram para precipitar a derrocada da construção jesuítica. "A crise encontra suas raízes na fundação da Colônia do Sacramento, que se convertera, de pronto, em foco de intenso contrabando de gado. A imensa capacidade de absorção desse comércio clandestino alimentava-se do rebanho que povoava as vacarias do mar, e nele tomavam parte os portugueses, o gentio amigo, aventureiros castelhanos e até mesmo os índios cristãos que conseguiam iludir a vigilância dos padres."¹³ A devastação não tinha limites e levou à ruína total o rebanho que se multiplicou livremente durante mais de meio século. Tanto é assim que, ao ser anexado em 1801, o território das missões contava apenas com a reduzida quantidade de 24.400 reses de criar, 6.000 alçadas, 2.110 éguas, 130 bois e 310 cavalos mansos¹⁴.

A verdade é que os pioneiros luso-brasileiros quando iniciaram a ocupação já encontraram os campos repletos de gado. "Sousa Faria quando em 1729 aí chegou (refere-se aos campos de Vacaria) encontrou esses campos repletos de gado. Cristóvão Pereira, quando dois anos depois chegou ao alto da Serra, que domina essas paragens, onde se demorou dois dias, só viu campos e gados, segundo suas próprias expressões."¹⁵

NOTAS

- 1) LAYTANO, Dante de – *A estância gaúcha*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1952. “Notícia sobre a pecuária no Rio Grande do Sul no século XVIII”, *Rev. Inst. Hist. Geog. do Rio Grande do Sul*, nº 100, Porto Alegre, 1946.
- 2) PORTO, Aurélio – *História das missões do Uruguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.
- 3) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 204.
- 4) SEPP, Padre Antônio – *Viagem das missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1951, p. 128.
- 5) SEPP, Padre Antônio – op. cit., p. 130.
- 6) SEPP, Padre Antônio – op. cit., p. 131.
- 7) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 207.
- 8) CIDADE, Coronel F. de Paula – “Rio Grande do Sul, explicação da história pela geografia”. In *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1940, p. 722.
- 9) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 209.
- 10) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 210.
- 11) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 411.
- 12) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 412.
- 13) VELLINHO, Moysés – “Os jesuítas no Rio Grande do Sul”. In *Fundamentos da Cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1960, p. 119.
- 14) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 556.
- 15) DOCA, Coronel Sousa – *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Edição Organização Simões, 1954, p. 99.

2.2. A INICIATIVA ESTATAL

Tendo sido nomeado para comandar as tropas portuguesas que defendiam as fronteiras, depois de fundar o presídio do Rio Grande, origem da atual cidade do Rio Grande, o brigadeiro José da Silva Paes compreendeu desde logo a importância do gado para alimentação e a dos cavalos para montaria das tropas. E por compreender a necessidade de manter a tropa e as famílias que pela perda de seus bens na Colônia do Sacramento concorriam para povoar o Rio Grande recorreu a este meio, estabelecendo para essa finalidade a Fazenda Real de criação.

Estando tão longe dos centros de abastecimento especialmente do Rio de Janeiro, era preciso preparar-se para poder dispor e contar somente com recursos locais em caso de emergência. Daí a necessidade de possuir gado em abundância e ao alcance da mão. De outro lado, Silva Paes, conhecendo os hábitos regionais, pôde compreender a importância dos cavalos para montaria, e por isso procurou desenvolver em seus comanda-

dos o gosto pela cavalaria. Foi assim que a tropa de cavalaria adquiriu tamanha importância e prestígio, a ponto de tornar-se a principal arma de ataque e defesa naquele Continente. Ainda em meados do século passado, quando os líderes da Revolução Farroupilha precisaram de infantaria, tiveram que lançar mão dos escravos. É que andar a pé e combater a pé era por demais desprezível e degradante.

Por compreender o presente e antever o futuro, José da Silva Paes teve a iniciativa de organizar as estâncias reais. Foi assim que em 1737 teve início a organização das estâncias reais de Bojuru e Capão Comprido ao norte do Rio Grande. Em 12 de abril desse ano, Silva Paes escrevia a Gomes Freire: "Já se acham corridas mais de 2.000 vacas; espero cresça o número e já se acham marcadas para Sua Majestade mais de mil que faço conta passá-las para a outra parte para um rincão de admiráveis pastos, donde andam também as cavalhadas; quero ver se pode ajuntar alguma eguada para que pela produção destes gados, se sustente a guarnição e sobeje e haja cavalaria para todo o serviço"¹. De fato continuou o trabalho de adquirir vacas para a propriedade real; tanto é verdade que em 21 de junho de 1737 dizia possuir já 3.000 vacas para passar à estância de Bojuru.

Para administrar a estância real, Silva Paes nomeou Cosme da Silveira com o benefício do quinto de toda a produção. A estância real de Bojuru prosperou muito nos seus primeiros anos. Alimentava-a o grande rebanho que existia entre a Lagoa Mirim e o oceano, calculado por Silva Paes em mais de 8.000 cabeças. Em 1738, dizia ele a Gomes Freire: "A estância de Sua Majestade se acha com mais de 1.500 éguas e mais de 2.500 vacas e já se acham corridas mais de 8.000 para completar as 45.000 que deve ter a mesma estância"².

Tudo indica que o alvo pretendido deve ter sido alcançado, mas o abandono e as más administrações vieram destruir os projetos daquele zeloso governador. Referindo-se ao fato, em tom de desencanto, o vice-rei Luís de Vasconcelos diz: "Se os projetos deste zeloso governador se tivessem adiantado e se os meios correspondessem aos seus fins, não se teria tudo perdido, porque ainda existem memórias de que não se cuidando naquele estabelecimento, como devia ser, foi o número de animais tão grande e estes por falta de providência cheios de tanta ferocidade que o governador Gomes Freire achou melhor destruir inteiramente esta fazenda do que tentar outra experiência"³.

Na época, havia significativa valorização do couro no comércio da Colônia com a Metrópole, e então Gomes Freire pensou em aumentar as exportações dessa mercadoria ao mesmo tempo em que promoveria a eliminação do gado selvagem na estância real de Bojuru. Para essa finalidade, como se aqueles animais fossem verdadeiros inimigos do homem,

mandou matá-los a tiro, desperdiçando-se a carne para aproveitar apenas os couros. Do mesmo modo, os caçadores autorizados não se embarçavam com os cavalos e éguas que acabaram por ter a mesma sorte. "Com este sucesso ficou reduzida aquela formidável fazenda a uns campos devolutos, que ainda conservam restos daqueles animais que puderam escapar de tão horrorosa carniçaria, os quais fazendo-se muito rebeldes com a fartura daquelas vastas campanhas se embrenharam de tal modo que não puderam ser vistos . . ."⁴

Ficou provado que a providência de Gomes Freire com relação à estância real de Bojuru foi errada. Ela atendia apenas ao interesse imediato. A partir de 1762, quando as tropas castelhanas iniciaram a invasão do Rio Grande, a Fazenda Real teve que arcar com sérias despesas para a manutenção das tropas portuguesas. Além disso, a não-existência daquele estabelecimento em condições de fornecer cavalos e carnes para a tropa criou um outro óbice ao desenvolvimento do Rio Grande. É que a manutenção das tropas era feita por meio de requisições aos particulares. Isto representava um grande desestímulo porque estes viam desaparecer seus animais sem receber dinheiro algum para a reposição. Quando a Fazenda Real pagava, era com muito atraso.

Se este estabelecimento tivesse sido tratado como o de um particular, teria produzido as utilidades desejadas e a Fazenda Real não só teria carne em "abundância para o fornecimento de todos os indivíduos que sustenta, porém ainda outra tanta quantidade de couros para maior rendimento daquele Continente. Mas como só se cuidou então de estabelecer ordenados avultados a administradores pouco zelosos, que procuravam os seus particulares interesses e não se embarçavam com o que tinham a seu cargo, não podia deixar de produzir péssimas conseqüências o mesmo que sendo bem regulado daria grandes utilidades"⁵. O fato foi também denunciado pelo Vice-rei em seu famoso relatório, quando diz que podia ser útil fazer criações nas fazendas de Sua Majestade, para o que só se faziam precisas as importâncias do primeiro custo dos animais com que se houvesse de principiar a prover as mesmas fazendas com o aumento das suas produções. E acrescenta: "Ainda existem memórias do quanto se fez opulenta e abastada de animais a Fazenda Real de Bojuru no tempo do governador brigadeiro José da Silva Paes, que se vendo na necessidade de manter a tropa e famílias que pela perda de seus bens na Colônia do Sacramento concorreram a povoar o Rio Grande teve o acordo de recorrer a esse meio e de meter logo de entrada quase o número de 2.000 vacas com uma boa porção de eguada para a criação de cavalos para a tropa"⁶.

Conhecido o erro, era preciso todo o esforço para corrigi-lo. Para isso, o vice-rei Luís de Vasconcelos sugere um plano de recuperação, que merece ser lembrado. Devia-se fazer um regulamento sólido pelo qual se

devia orientar o administrador. Referindo-se a esta matéria, diz o Vice-rei: "O que naquele tempo se não procurou seguir é o mesmo que pode servir de governo e demonstração para a precisa regularidade que se deve presentemente praticar, atendida a grande importância merece o seu objeto e conhecidos os interesses que dele podem resultar a Sua Majestade. A exemplo do excessivo lucro dos animais, que se tira naquele Continente, se pode fazer um cálculo menos incerto, dos que podem ser provenientes das fazendas de Sua Majestade bem administradas e melhor estabelecidas, pois tanto os da carne que se distribuir como os dos couros, que não só vêm a ser grandes pelo que toca às despesas, que se evitam mas ainda maiores pelo que respeita ao rendimento mais permanente, que pode ali subsistir. Além disto, acresce igualmente a circunstância não menos importante de haver em tempo de guerra gado suficiente para o sustento da tropa sem vexame do povo, como aconteceu nesta última em que muitos ficaram sem ter meios com que principiar a seguir aquele modo de vida, e outros tão destituídos de forças que não têm podido se estabelecer . . ."⁷

De fato, tinha muita razão o Vice-rei, porquanto as despesas que a Fazenda Real tinha com as carnes e farinhas para o sustento da tropa e mais gente que vivia às suas expensas eram muito avultadas. Este fato pode ser verificado pelo interesse que tinham os arrematadores dos contratos do quinto dos couros e do fornecimento de farinha-de-guerra e carnes frescas para a tropa. Se dispuséssemos de todos esses contratos, poderíamos fazer um cálculo do quanto representou em prejuízo para a Fazenda Real a desorganização da estância de Bojuru. Pelo contrato da farinha-de-guerra e carne que teve vigência no triênio de 1790 a 1792, os contratadores se comprometiam a entregar a carne a 200 réis por arroba e a farinha a 640 réis por alqueire⁸. Esses preços foram mantidos no triênio seguinte de 1793 a 1796⁹.

O fracasso da iniciativa estatal na criação de gado é lamentado também por Sebastião Francisco Betamio que, em 1780, dizia que não se estava produzindo nenhum rendimento em relação aos gastos com administradores, capatazes e peões¹⁰. Continuando na sua notícia particular, informa textualmente: "Aos capatazes pertence a utilidade se há nas estâncias, porque além do soldo plantam para si e aproveitam-se das leiterias das vacas que fazem mansas, porque a Fazenda Real só tira algum gado para o sustento de tropa, vendendo os couros. Nestas estâncias se matam muitas reses diariamente para o sustento da peonada . . ." O capataz prestava contas pelos couros que entregava, não lhe interessando a sorte do rebanho real. Aumentando ou diminuindo a quantidade de animais, a sua posição era a mesma; por isso pouco se lhe dava se matassem — o que quase sempre acontecia — maior número do que o necessário para o sustento da peonada. Informa ainda Betamio que havia grande

número de cavalos imprestáveis. Os melhores eram utilizados pela peonada que os deixava depois de maltratados.

Já que não havia nas estâncias uma produção suficiente, as cavahadas reais eram conseguidas de duas maneiras: a primeira era comprando aos particulares e a segunda era quintando ou confiscando todos os animais que dos castelhanos viessem para os domínios portugueses. Comprados ou tomados, os cavalos a seguir eram marcados. Essa marca consistia cortar-lhes a metade da orelha direita, o que chamavam de *reiuunar*, ficando os cavalos conhecidos pela denominação de *reiuunos*. Isto é, pertencentes ao Rei. Todo o cavalo que tivesse essa marca não podia ser vendido e nem utilizado senão pelos soldados dos regimentos ou por aqueles que tivessem licença dos governadores. Na época em que Betamio escreveu, as estâncias reais possuíam 600 cavalos, dos quais apenas uma minoria estava em condições de ser utilizada. O número total já seria insuficiente, quanto mais estando imprestáveis, pois da mesma maneira que o gado, os cavalos não recebiam os cuidados devidos. Desse modo, as tropas não dispunham de cavalos suficientes e quando os tinham não eram os melhores. Para resolver o problema da falta de cavalos para a tropa, Betamio sugere que cada comandante de companhia tivesse a sua própria cavahada e que tivesse plena liberdade na sua administração. Podiam comprar, vender, enfim, que pudessem tomar todas as providências para o bom andamento do negócio.

Para a organização das cavahadas, o número seria calculado à proporção do número de soldados na razão de três cavalos e uma mula para cada praça ou oficial. O capitão administrador deveria receber para compra e tratamento dos cavalos 60 réis por mês por indivíduo, ou para cada três cavalos e uma mula, e também a quantia de 4\$000 réis mensais para um peão que devia ter para cuidar da cavahada. Além disso, deveria o capitão receber por ano mais o valor de dois em 50, sendo os cavalos avaliados, para esse efeito, em 3\$000 réis cada e as mulas a 4\$000 réis. Essa quantia seria destinada às reposições normais.

Como os cavalos do exército não deveriam ser usados em outras atividades, sugeria que os dizimeiros e outros funcionários da administração tivessem os seus cavalos nas seguintes proporções: "Sargento-mor, 6 cavalos e 1 mula; ajudante, 3 cavalos e 1 mula; quartel-mestre, 3 cavalos e 1 mula; auditor, 3 cavalos e 1 mula; capelão, 3 cavalos e 1 mula; cirurgia-mor, 3 cavalos e 1 mula; quatro adjuntos do dito, 12 cavalos e 4 mulas; armeiro, 3 cavalos e 1 mula; coronheiro, 3 cavalos e 1 mula; correiro, 3 cavalos e 1 mula"¹¹, totalizando 42 cavalos e 14 mulas.

Cada companhia de 50 praças e 1 peão deveria ter 153 cavalos e 60 mulas, totalizando 213 animais. Assim, para cada companhia, além da despesa inicial da compra dos animais, deveria a Fazenda Real despende

anualmente a soma de 157\$580 réis. Conforme descrição anterior, a discriminação era de 43\$260 para cura e compra; 48\$000 para soldo do peão; 18\$360 para reposição; 8\$480 para reposição das mulas e 39\$480 para os concertos dos arreios¹². De acordo com sua opinião, esse era o modo de fazer economia para a Fazenda Real, o que significa dizer que as despesas com as estâncias reais deviam ser bem superiores.

Não sabemos se essas providências foram colocadas em prática, mas sabemos que a iniciativa estatal nessa direção foi fracassada, pois a manutenção das tropas do Rio Grande ficou sempre à mercê de outras providências. A compra de munições de boca e cavalos para as praças representou, durante todo o século XVIII, uma enorme sangria para a Fazenda Real.

Apesar do malogro das estâncias reais destinadas ao sustento das tropas, algumas outras iniciativas foram tentadas com algum resultado. Uma foi com a organização da estância real das famílias guaranis da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. A despesa da Fazenda Real com a manutenção desses índios era grande e então, para diminuí-la, foi que criaram a estância. Nesta estância, em 1784, havia 10.298 cabeças de gado de criar, 40 vacas leiteiras, 42 bois mansos, 207 cavalos, 45 muares, 36 potros, que juntamente com a terra e benfeitorias eram avaliados em 13.827\$080 réis¹³.

Com este número de animais, essa estância estava em completa decadência. Escrevendo em 1780, a esse respeito, diz Betamio: "Nas ditas terras, havia uma estância, que, segundo me informaram, era mui numerosa de gado, e hoje se acha despovoada, porque os índios, sendo insaciáveis de carne, não obstante fornecer-se-lhes pela Fazenda Real a necessária para o seu sustento, foram roubando e matando o gado da dita estância, que extinguiram de todo, fazendo o mesmo com as outras estâncias circunvizinhas. Na dita estância consta haver para cima de 12 mil cabeças de gado, e contudo parece que não é bastante para evitar a despesa da Fazenda Real"¹⁴.

A outra iniciativa desse gênero foi para resolver o problema do abastecimento do pessoal que trabalhava na Real Feitoria do Linho-Cânhamo. Quando esta foi transferida do rincão do Cangucu para o Faxinal do Courita, as autoridades desapropriaram e despejaram alguns moradores de umas terras próximas para nelas estabelecer uma estância. Esta foi organizada com a finalidade de abastecer o pessoal da feitoria com leite, manteiga, queijos e carne, além de fornecer animais de tiro. Consta que no ano de 1789 havia na referida estância 3.433 animais entre vacuns, cavalares e muares¹⁵. Com este número, ela estava apenas no começo, sendo que deve ter aumentado muito mais, pois as necessidades da feitoria eram enormes. Para o sustento dos escravos e mais pessoas que lá trabalha-

vam, matavam-se duas reses por dia, o que no final de um ano totalizaria 720 aproximadamente¹⁶.

Além das tropas, das famílias guaranis e do pessoal da Feitoria do Linho-Cânhamo, a Fazenda Real tinha que sustentar o pessoal civil que abandonava a Colônia do Sacramento. Em 1782, esse pessoal somava 101 adultos e 207 crianças, que consumiam mensalmente por conta da Fazenda Real 515 quartas de farinha e 14.770 libras de carne, o que representava uma despesa mensal de 174\$392 réis.

Em conclusão, podemos afirmar que a iniciativa estatal na criação de animais foi um malogro quase completo. Ao invés de representar um alívio para a Fazenda Real, representou ônus. As condições naturais eram inteiramente favoráveis a uma iniciativa dessa natureza. Mas a má administração, o descaso da coisa pública e o roubo contínuo a condenaram ao fracasso. Contudo, ela não terá sido totalmente inútil, como se demonstrou nas páginas anteriores.

Por outro lado, a iniciativa estatal não se resumiu apenas nisto. Conforme lembrou o Vice-rei, em seu relatório, foram elaborados um conjunto de regulamentos para a criação e conservação dos animais nas fazendas de Sua Majestade e outro para a conservação dos animais nas estâncias dos particulares¹⁷. No que diz respeito a estes, o referido regulamento procurou estabelecer um rígido controle sobre os mesmos, de modo a coibir as depredações, tomar conhecimento do abate e ter conhecimento real do número de animais existentes no Continente. Que os regulamentos eram minuciosos e severos, não resta a menor dúvida. Basta ler o texto. Mas há uma grande distância entre a letra e a sua aplicação. Temos dúvidas quanto à sua entrada em vigor. Não sabemos nada a respeito. Mesmo que tenham entrado em vigor, não deve ter havido fiscalização do cumprimento de todos os seus dispositivos, pois os fatos o demonstram. Há, entretanto, um fato inegável: a prosperidade dos estancieiros particulares. Com regulamento ou não, prosperaram.

NOTAS

- 1) FORTES, General Borges – *O brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. Porto Alegre, Livraria Globo, 1983, p. 73.
- 2) FORTES, General Borges – op. cit., p. 74.
- 3) Ofício do vice-rei Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro – A.H.U. Rio de Janeiro, caixa (1784-85).
- 4) Idem.
- 5) Idem.
- 6) “Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1860, t. 3, p. 216.

- 7) *Ofício do vice-rei Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro* – A.H.U. Rio de Janeiro, caixa (1784-85).
- 8) *Contrato da farinha-de-guerra e carne que se hão de dar às tropas do continente do Rio Grande, pelos 3 anos, de 1790 a 1792* – A.N. Rio, caixa 486, pac. 3.
- 9) *Idem, pelos 3 anos, de 1793 a 1796* – A.N. Rio, caixa 486, pac. 3.
- 10) BETAMIO, Sebastião Francisco – “Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1858, t. 21, p. 240.
- 11) BETAMIO, Sebastião Francisco – op. cit., p. 245.
- 12) BETAMIO, Sebastião Francisco – op. cit., p. 246/247.
- 13) *Correspondência com o governador do continente do Rio Grande* – A. N. Rio, cod. 104, vol. 6.
- 14) BETAMIO, Sebastião Francisco – op. cit., p. 222.
- 15) *Mapa dos animais vacuns, cavallares e muares, que possui o novo estabelecimento da Real Feitoria do Linho-Cânhamo* – A.N. Rio, cod. 104, vol. 10.
- 16) *Carta do feitor para o Vice-rei* – A.N. Rio, cod. 104, vol. 6.
- 17) A.H.U. Rio Grande, caixa 3.

2.3. ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO DO REBANHO

Desde o final do século XVII, com a fundação da Colônia do Sacramento, o couro dos pampas sulino começou a ter importância. Então, para se fazerem couros nas famosas vacarias, matava-se indiscriminadamente o gado. Vacas nas vésperas de dar cria, bezerras e bezerras, todos eram incluídos nessa devastação. Esse procedimento era duplamente negativo; se por um lado impedia o progresso do rebanho, por outro desvalorizava os couros, que qualitativamente eram inferiores aos do lado espanhol, que eram principalmente de touros, vacas ou novilhos. Isto não quer dizer que nos domínios da Espanha não houvesse também períodos de matança indiscriminada. Houve sim, mas parece que mais cedo que as autoridades portuguesas as espanholas procuraram coibir os abusos.

Realmente, é o que nos deixa entrever esta afirmação do marquês do Lavradio: “Para que se possa conhecer a precisa necessidade do sobre-dito regulamento, ainda existe a tradição do que aconteceu entre os espanhóis no ano de 1750, tempo em que entrou a governar Montevidéu D. José Joaquim Viene, o qual vendo as funestas consequências que se haviam seguido e as que esperava como iminentes das desordens que se praticavam a este respeito, estabeleceu em todo o distrito do seu governo, debaixo de gravíssimas penas, e de condenações pecuniárias, a providência que proibia a venda de vacas e vitelas nos públicos açougues, destinou novilhos para o sustento dos povos e touros de 5 e 6 anos para o comércio dos couros, resultando destas prevenções a feliz consequência de aparece-

rem grandes porções de animais por todas aquelas dilatadíssimas campanhas, que já se achavam desertas pela negligência e descuido dos seus habitantes”¹.

O Vice-rei conta o caso espanhol para encarecer a necessidade de aplicação de um rigoroso regulamento para a preservação do rebanho gaúcho. Continuando nesta linha de considerações, ele historia a situação do rebanho do Rio Grande, dizendo: “Custa a compreender como sendo aquele continente do Rio Grande povoado com criações de animais desde 1721 e com mais força desde 1735, a esta parte, e tendo aqueles estancieros vendido para os distritos da capitania de São Paulo e Minas Gerais grandes porções de animais cavalares, e para esta capitania havendo feito exportar avultadas quantidades de couros continuamente, só se tenha experimentado uma sensível falta de tudo nos tempos de maiores precisões, não podendo conseguir uma abundância tal que faça duráveis e permanentes os seus estabelecimentos”².

Como se vê, havia mesmo necessidade de um regulamento que disciplinasse a matança e caça de gado. Além do regulamento, para seu cumprimento devia haver rigorosa fiscalização. O Vice-rei chegou a elaborar um anteprojeto de regulamento, de cuja aplicação não temos notícia. Essa situação é denunciada por ele também em seu relatório³.

O primeiro a dar o mau exemplo foi o próprio governador do Rio de Janeiro e Repartições do Sul, Gomes Freire de Andrade, que mandou matar a tiros indiscriminadamente todo o gado da estância de Bojuru. Se ele que era o representante legal do Rei praticava esse crime, os seus subordinados ficavam livres para agir como bem entendessem.

Azeredo Coutinho, referindo-se ao problema, diz: “Aquele precioso torrão produz imenso gado de toda a espécie: o vacuum é tanto que a maior parte dele só se mata para se lhe tirar a pele; os muitos milhares de couros que todos os anos vêm daquele Continente fazem ver esta verdade”⁴.

As carnes que consumiam representavam apenas uma insignificância em relação com as que se desperdiçavam. Acredita Azeredo Coutinho, com razão, que uma das causas desse desperdício era devida à carestia do sal. Dizia ele: “O sal com que naqueles sertões se salga um boi custa duas ou três vezes mais do que vale o mesmo boi”⁵. Ora, nestas condições era mesmo preferível aproveitar somente o couro. Convém lembrar que as charqueadas aparecem no Rio Grande a partir de 1780, e somente a partir desse fato é que apareceu o comércio regular de carnes salgadas, valorizando por outro lado o rebanho sulino.

Antes de Vasconcelos, já o marquês do Lavradio havia denunciado a matança indiscriminada para fazer couros, o que considerava uma grande irregularidade. Para completar o número que desejavam, matavam tanto

bois como vacas e bezerros ou bezerras que ainda não estavam na idade de apresentar um couro razoável. Neste caso, contavam dois daqueles couros por um⁶.

Havia ainda outros males que prejudicavam o desenvolvimento do rebanho gaúcho. Aires do Casal fala do estrago que faziam nos rebanhos os indígenas e as onças, e acrescenta que os conquistadores provocavam ainda maiores estragos. A destruição chegava às raias do absurdo, e para comprovar esta afirmação, diz Casal: "Toda a guerra era contra as vitelas, e de ordinário uma não chegava para o jantar de dois camaradas, porque acontecendo quererem ambos a língua tinham por mais acertado matar a segunda do que repartir a da primeira. Havia homem que matava uma rês pela manhã para comer-lhe um rim assado e para não ter o incômodo de carregar uma posta de carne para o jantar, onde quer que parava. fazia o mesmo àquela que melhor lhe enchia os olhos"⁷.

As vitelinhas também eram abatidas, de tal modo que não havia banquete onde não aparecia um prato de vitela recém-nascida. O gaúcho, isto é, o mestiço campeiro, gostava de churrasqueá-la inteira. Muitas vezes iam mais longe, pois matavam as vacas que estavam nas vésperas de parir apenas para comer as crias. Não raras vezes, a peonada reunida matava várias vacas para retirar do ventre as crias e comerem juntos comemorando algum acontecimento auspicioso, geralmente alguma façanha equestre. Esse costume, apesar de todo o libelo contra ele, persistiu através dos tempos, pois os viajantes estrangeiros que visitaram o Rio Grande no primeiro quartel do século XIX o notaram com alguma estranheza⁸.

Aires do Casal lembrou muito bem a presença do indígena como elemento de destruição dos rebanhos. Já em página anterior, citando Sebastião Francisco Betamio, afirmamos que os indígenas eram insaciáveis comedores de carne. E, falando da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, vimos que eles não só dizimaram o gado de sua estância como o das estâncias vizinhas. Apesar de todos esses estragos, o rebanho de gado no Rio Grande do Sul ia crescendo. Enquanto o elemento humano era predador, a natureza era excessivamente dadivosa, pois não só oferecia abundantes e boas pastagens como aguada em todo o ano.

Não podemos ignorar tampouco que a produção de carne charqueada, bem como de couros e sebo em Montevideu e Buenos Aires, fez séria concorrência à produção brasileira do Rio Grande do Sul no final do século XVIII e começo do século XIX. Essa concorrência atuava como desestímulo ao desenvolvimento dos rebanhos.

Os navios de Montevideu e Buenos Aires vinham aos portos brasileiros do Rio Grande, Porto Alegre, Rio de Janeiro e até Bahia e Pernambuco especificamente com a finalidade de comprar escravos, mas conduziam cargas de charque, couros e sebo que eram negociados por preço

muito inferior à produção brasileira. Tratando do assunto, Manuel Antônio de Magalhães expressa: "Todos sabem que uma arroba de carne salgada nesta capitania custa mais barato 440 a 480 (réis), nem os charqueadores a podem vender por menos, paga de fretes e direitos 280, por consequência para não perder deve dar nesta cidade (Rio de Janeiro) 720, mas chegando todos os dias barcos de Montevidéu, que pela necessidade que têm de botar aquele gênero para fora a vendem nesta a 400 e a 480 põem em precipício todo o comércio desta capitania, que bem se sabe ser a maior força dele a carne, por isso parece que a exportação deste gênero de um país estrangeiro deve ser proibida . . ."⁹. Também o tributo de 320 réis por cada uma das reses abatidas era por demais oneroso.

NOTAS

- 1) Ofício do vice-rei Luís de Vasconcelos para Martinho de Melo e Castro – A.H.N. Rio de Janeiro, caixa (1784-85).
- 2) Documento citado em nota 1.
- 3) Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 23, Rio de Janeiro, 1860.
- 4) COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo – *Obras econômicas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966, p. 75.
- 5) Idem.
- 6) Relatório do vice-rei marquês do Lavradio. In CARNAXIDE, Visconde de – *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 327.
- 7) CASAL, Manuel Aires do – *Corografia Brasílica*. São Paulo, Edições Cultura, 1943, p. 95.
- 8) Veja-se LUCOCK, J. – *Aspectos sul-rio-grandenses*. Rio de Janeiro, Record, 1935.
SAINT-HILAIRE, A. de – *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo, Comp. Ed. Nac., 1939.
DREYS, Nicolau – *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro, Villeneuve, 1839.
- 9) MAGALHÃES, Manuel Antônio de – "Almanak da vila de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul". *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1867, t. 30, p. 49.

2.4. O CRESCIMENTO E A ECONOMIA DO REBANHO

O processo de devastação pelo qual passou o rebanho gaúcho desde o início da colonização não impediu o seu crescimento. Da mesma maneira que a destruição sistemática é denunciada pelos cronistas, também o

crescimento é assinalado. Muniz Barreto, falando sobre o desenvolvimento do rebanho do Rio Grande, diz: "Os moradores mais ricos e poderosos deste Continente são os que possuem algumas fazendas que denominam estâncias. Estas abundam em gados, não tendo estes ali maior valor. O terreno, desde a vila de São Pedro até o Povo Novo, tem suas campanhas retalhadas de muitos ribeiros e de excelentes pastos para gados, pelas muitas estâncias que estão ali estabelecidas. Pelo que pertence às terras situadas da parte do norte, ou para mais bem dizer, ali chamadas do Estreito de São José do Norte, de que só estávamos de posse até a guerra de 1774, em que invadimos as terras do sul, são as mais férteis daquele Continente. Está todo povoado de estâncias de gado. É capaz para produzir muita abundância de todas as sementes de grãos e muito particularmente para cultura do linho. Os moradores da freguesia do Rio Pardo levam vantagem sobre os outros em estâncias de gados, bestas e cavalos, e nisto empregam todo o seu cuidado"¹.

E continua dizendo que "a grande multiplicação que há destes animais faz que sem embargo da grande extração que tem para as diferentes capitanias do Brasil, e principalmente para a de São Paulo, pelo muito pouco que custa cada besta, se não sinta por isso falta alguma". De fato, a exportação de animais do Rio Grande para São Paulo começou bem cedo e continuou em ritmo crescente durante todo o século XVIII e primeira metade do século XIX. Aluísio de Almeida nos fornece algumas cifras que são bastante esclarecedoras. Diz ele que nos anos de 1724, 1725 e 1726 a importação paulista teria sido da ordem de 1.000 muares por ano, mas entre 1731 a 1750 ela teria subido para mais de 2.000 anuais; de 1750 a 1780 ela fora superior a 5.000 cabeças por ano; de 1780 a 1800 foi superior a 10.000; de 1800 a 1826, acima de 20.000; de 1826 a 1845, acima de 30.000; e de 1845 a 1855 ela foi superior a 50.000 cabeças por ano².

Note-se que ele faz referência apenas ao muar. O cavalari e vacum também não foram importados pelos paulistas? Foram sim, e tiveram sua importância, mas não equivalente ao muar que dada a sua resistência para o transporte de cargas por estradas montanhosas era muito solicitado pelos tropeiros. Por isso valia bem mais que o cavalari e o vacum. Contudo, é bem possível que naqueles números estejam incluídos também os cavalos. Por sua vez, Alfredo Elis Júnior fala no ciclo do muar, sem nenhuma referência ao cavalo e ao boi³. Mas é Gilberto Leite de Barros que corrige essa injustiça contra o boi e o cavalo, com os números que transcrevemos na tabela 12 (pág. 76).

Por esses números podemos verificar que os muares correspondiam apenas a 49,86% dos animais transportados do Rio Grande para São Paulo; os bois, a 28,02%; e os cavalos, a 22,12%.

Tabela 12

Ano	Bestas	Cavalos	Bois
1793	3.860	2.214	1.886
1794	5.380	3.100	3.492
1795	8.983	2.817	3.063
1796	3.610	1.606	1.662
1797	4.465	2.971	4.485
1798	11.498	4.037	6.654
Totais	37.796	16.745	21.242
Média anual	6.300	2.795	3.540

Se o aumento do volume das importações correspondesse ao crescimento do rebanho, o que em parte é verdade, a taxa de crescimento do rebanho gaúcho seria muito grande. Mas se tomássemos por base apenas esses elementos estaríamos apenas com meia verdade. O que parece ter acontecido é que o mercado de consumo cresceu em progressão aritmética. Aluísio de Almeida diz ainda que em 1780 “havia no Rio Grande, 180.000 bovinos, 113.644 cavaleares, 6.528 muares, 4.002 burros e 3.218 lanígeros”⁵, com o que perfazem o total de 307.392 cabeças de animais. Os números apresentados por ele são exatamente os que encontramos nos totais da tabela 13, apresentada logo adiante, sendo provável que A. de Almeida tenha se utilizado da mesma fonte. Entretanto, os dados oferecidos por Sousa Doca para a mesma época não concordam com os acima mencionados. Diz ele: “A quantidade de gado alçado era igual ou talvez maior do que a do gado marcado. Atingia a mais de um milhão a população bovina no decênio de 1780. A estatística consigna 651.619 cabeças somente para as estâncias do litoral, localizadas nas margens do Jacuí e seus afluentes”⁶. Um fato digno de consideração, lembrado por Sousa Doca, é a quantidade de gado alçado. Talvez não fosse tão grande assim, a ponto de representar número igual ou superior ao do gado marcado. Nas estatísticas, como é natural, não figura esse gado alçado.

No que diz respeito ao gado alçado, Sousa Doca parece ter razão quando diz que igual número ou mais era criado dessa maneira. Essa sua informação é confirmada por Aires de Casal, que diz: “Comumente tem cem vacas de leite o fazendeiro que possui 4.000 cabeças de gado bravo. O alimento que sustenta 4.000 cabeças de gado bravo pode sustentar 8.000 do manso. Os mesmos fazendeiros também criam gado cavalari e

muar; e porque este é mais lucroso, valendo um macho ao menos o dobro de um cavalo, por isso é mais numerosa a sua espécie, ainda que maiores não passam de criar 200 cabeças por ano ordinariamente”⁷. Por outro lado, o número que ele diz ser consignado pelas estatísticas é discutível, pois fala em decênio sem dizer a que ano se refere e sem mencionar a fonte de onde extraiu aquele número. Numa coisa, porém, ele estava certo: o crescimento do rebanho sulino era surpreendente. De fato, Saint-Hilaire, baseado em informações obtidas no convívio com os criadores, diz: “Quando um estancieiro possui 4.000 bovinos pode marcar anualmente 1.000 novos, donde saem 100 para os dizimeiros. Das 900 restantes, as vacas (450) ocuparão o lugar das que são abatidas ou morrem. Dos 450 machos, são deduzidos 50 que morrem de moléstias naturais . . .”⁸. Neste caso, a taxa anual de crescimento do rebanho bovino seria da ordem de 25%.

No estado atual da questão, não temos dados para comprovar ou desmentir esta afirmação. Contudo, podemos afirmar que ela é lógica e portanto aceitável. Mas, contrariando Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, que também viajou pelo Rio-Grande e colheu pessoalmente informações, afirma: “Cada 1.000 cabeças, havendo vacas em proporção suficiente, produzem a média de 400 cabeças por ano”⁹. Com esses dados, verifica-se um crescimento da ordem de 40%, enquanto a de Saint-Hilaire seria de 25%. Qual era então a taxa anual de crescimento do rebanho sulino? É difícil saber. Numa coisa todos estavam certos, o rebanho crescia em ritmo acelerado.

Um documento anônimo, encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, dizia: “É cálculo regular e racional entre todos os estancieiros, previstas todas as circunstâncias que podem ocorrer, que mil reses produzem 250 crias”. Nestas condições quem iniciasse uma estância com 1.000 cabeças de gado ao final de 9 anos teria seguramente 8.450 cabeças.

Um outro elemento que deve ser considerado para a avaliação do crescimento e da importância do rebanho é o interesse pelo contrato do quinto dos couros e do gado em pé do Rio Grande. De fato, o referido contrato foi rematado por José Caetano Álvares e Manuel de Sousa Meireles pelo triênio de 1784-86 pelo preço de 12:000\$000, que no triênio seguinte, 1787-89, tornaram a rematá-lo pelo mesmo preço; mas para o triênio de 1790-92 o interesse era maior e os mesmos contratadores para não perder o negócio tiveram que pagar 20:210\$000 réis pelo mesmo contrato¹⁰.

De acordo com dados extraídos do trapiche da Ordem 3ª de São Francisco, na Pracinha, a quantidade de couros vindos do Rio Grande pertencentes aos rematantes que deram entrada é a seguinte: no ano de 1788, 24.168 couros; 1789, 14.042; 1790, 11.729, que totalizam

49.934 couros nos três anos. Sabendo-se que o seu preço médio era de 1\$600 réis, temos 79:849\$400 réis. A esta soma deve ser acrescentado o resultado dos 240 réis por cabeça de gado em pé exportados do Rio Grande para a capitania de São Paulo, que eram cobrados pelos contratadores nos registros da Serra, e cujo rendimento não encontramos.

Dos 79:894\$400 réis devem ser abatidas as despesas referentes aos fretes e os direitos da alfândega, além do aluguel do trapiche e mais os salários dos administradores, que somam 19:981\$500. Eram devedores à Fazenda Real da quantia de 14:736\$666, referentes à terça parte do preço do contrato, isto é, 1788, 4:000\$000; 1789, 4:000\$000; e 1790, 6:736\$666 réis. Deviam também 1% para obra pia, 147\$367 e a propina das municipalidades, 100\$000, resultando uma obrigação de 14:984\$033, que soma com a despesa 34:965\$533 réis, de que resulta um lucro de 44:928\$867 réis, além da cobrança dos registros.

Para mostrar a importância dos criadores, informa Dreys que havia estancieros que podiam dispor de 6.000 cabeças por ano. Ora, se em 1.000 podia tirar 400, nas mesmas proporções, para tirar 6.000 precisaria possuir 15.000 cabeças. Talvez no primeiro quartel do século XIX houvesse de fato muitos estancieros nestas condições. Pelas relações que compulsamos, pelos dados que conseguimos referentes ao século, não encontramos nenhum estancieiro que possuísse 15.000 cabeças de gado bovino marcado. Continuando com suas informações, Dreys afirma que nas estâncias, em cada légua quadrada, se podiam criar de 1.500 a 2.000 cabeças de gado, informações estas que concordam plenamente com as de Aires de Casal.

Outro elemento que poderia ser de grande utilidade para o cálculo do rebanho do Rio Grande seria a geografia. Conhecendo a área do território e descontando as partes dessa área que são inadequadas para a criação e sabendo de acordo com a natureza da pastagem o número de cabeças que comporta cada hectare, pode-se facilmente calcular o número total. Para nos ajudar nesta tarefa, Aires de Casal diz: "Num terreno plano, ou campo de 3 léguas, criam-se de 4 a 5.000 cabeças". E continua: "Para custear uma fazenda de 5.000 cabeças, bastam 6 homens com 100 cavalos"¹¹.

Para melhor elucidar o assunto, reproduzimos o mapa dos animais que possuíam os moradores do continente do Rio Grande no ano de 1780 (tabela 13, pág. 79). Por ela se poderá ver a distribuição por distritos e por espécie. Assim é que encontramos o rebanho gaúcho constituído de 58,47% de gado vacum; 40,49% de cavalos e muias; e 1,04% de ovelhas.

Tabela 13
ANIMAIS QUE POSSUEM OS MORADORES E DONOS DE ESTÂNCIAS DO DISTRITO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1780)¹²

Distritos	Vacas, novilhos e touros	Bodas mansos	Cavalos mansos	Potros	Rodombões	Eguas	Mulas	Burros	Burros	Ovelhas	Total
De Porto Alegre	5.934	951	753	526	—	5.054	161	70	89	—	13.538
De Viamão	7.459	618	504	493	—	2.414	171	40	104	—	11.803
Da Conceição da Serra	10.319	588	495	442	—	2.465	202	119	274	—	14.904
De Mostardas	21.904	1.215	979	295	74	2.529	190	48	44	—	27.272
Do Norte do Rio Grande	10.793	853	666	305	—	2.179	499	18	40	—	15.358
Da vila do Rio Grande	12.333	1.249	1.112	233	—	3.801	321	256	410	400	20.315
De Caí e Freguesia Nova	9.975	244	798	1.467	—	9.100	930	160	367	2.818	25.859
De Santo Amaro	17.911	223	979	2.617	88	16.298	874	223	444	—	39.657
Do Rio Pardo	31.489	1.452	2.431	3.903	—	15.718	905	172	232	—	56.302
De Jacuí	18.885	254	1.053	2.105	—	14.952	1.021	184	294	—	38.748
De Sto. Antônio	5.176	686	487	252	—	1.808	205	23	65	—	8.702
De Cima da Serra	12.201	66	718	763	114	5.323	444	89	81	—	19.799
De Vacaria	6.582	40	377	803	—	6.171	405	64	98	—	14.540
Soma	170.966	8.439	11.352	14.204	276	87.812	6.528	1.460	2.542	3.218	307.392

Num esforço de mostrar através dos números a importância econômica e social do rebanho gaúcho, reproduzimos uma relação de todos os moradores que possuíam animais nos campos. Essa relação foi elaborada pelo provedor da Fazenda Real, obedecendo a instruções superiores e de acordo com as declarações dos proprietários. Essa providência foi tomada visando a estabelecer alguma ordem na ocupação da terra. Por ela se pode ver que muitos criadores não possuíam título legítimo de posse das terras onde criavam os seus animais.

Nas relações, confeccionadas de acordo com as declarações dos sesmeiros, existem informações importantes para o estudo da propriedade fundiária no Rio Grande, pois além de declarar o número de cabeças de animais de cada espécie declaravam o tamanho da propriedade ocupada, as suas confrontações e a data de ocupação¹³.

Os números dessa relação não podem ser absolutos, pois admitimos que nas declarações muitos proprietários não tenham sido rigorosamente fiéis. Além disso, não figuram nela as ovelhas, cujo número arbitramos em 10.000, para efeito de cálculo da representação de cada espécie. No resumo que apresentamos (tabela 16), notamos que a taxa de crescimento em relação ao ano de 1780 foi 59,39%. A distribuição por espécie é a seguinte: vacum, 68,35%; cavalari e muar, 29,61%; e ovelhas, 2,04%.

A seguir, apresentamos a relação de animais que existiam no continente do Rio Grande no ano de 1787¹⁴. Por ela se pode verificar que, em relação ao ano de 1784, houve um crescimento da ordem de 80%. A percentagem de cada espécie era a seguinte: vacum, 73,85%; cavalari e muar, 22,42%; ovelhas, 3,73%.

Tabela 14
RELAÇÃO DOS ANIMAIS QUE EXISTIAM NO CONTINENTE DO RIO GRANDE EM 1784

Freguesias	Gado	Bois	Cavalos	Éguas	Potros	Mulas	Burros	Burras	Total
Cachoeira	42.604	362	1.128	17.930	1.579	1.311	245	383	65.542
Encruzilhada	52.496	535	1.131	19.142	2.968	819	198	188	77.279
Rio Pardo	15.046	554	924	5.833	939	102	31	48	23.477
Taquari	3.278	201	218	900	31	16	6	2	4.652
Triunfo	82.469	609	2.060	37.581	1.917	1.392	766	380	127.174
Santo Amaro e Taquari	30.100	452	1.148	17.222	2.015	796	118	355	52.206
Mostardas	33.270	1.353	1.046	3.190	243	23	25	73	39.223
Estreito	15.066	1.198	1.084	2.796	290	46	35	27	20.507
Vacaria	26.238	86	1.342	15.534	942	112	202	286	44.742
Viamão	28.516	484	589	4.678	575	-	37	110	34.989
Soma	329.083	5.834	10.670	124.806	11.499	4.617	1.626	1.852	489.791

Tabela 15
ANIMAIS DE DIVERSAS ESPÉCIES QUE EXISTIAM NO CONTINENTE DO RIO GRANDE EM 1787

		Bois mansos	Gado vacum	Animais cavallares	Animais muares	Burros Burras	Ovelhas	Total
Rio Grande	Distrito da vila de S. Pedro	946	19.170	6.531	47	8	200	26.902
	Distrito do Povo Novo	784	7.765	3.431	19	10	108	12.117
	Distrito do Serro Pelado	746	59.200	14.899	475	31	3.385	78.736
	Distrito do Estreito	1.611	21.602	5.880	89	85	462	29.729
	Distrito de Mostardas	2.014	57.866	6.551	726	74	507	67.738
Rio Pardo	Distrito do Rio Pardo	315	6.404	2.309	125	24	80	9.257
	Distrito de Jacuí e Piqueri	582	103.049	36.655	2.372	336	2.288	145.282
	Distrito do Coito	305	7.528	3.064	30	40	1.070	12.037
	Distrito da Encruzilhada	440	104.616	27.342	1.428	218	4.672	138.716
	Distrito de Santo Amaro	426	61.226	28.564	1.693	471	7.146	99.526
	Distrito de Taquari	332	4.861	2.108	100	8	1.752	9.161
	Distrito do Triunfo	440	94.894	23.775	1.061	252	6.080	126.502
Porto Alegre	Distrito de N. Sra. Mãe de Deus	465	5.621	1.599	—	10	109	7.804
	Distrito de Caí	381	23.417	7.618	517	181	3.002	35.116
	Distrito de N. Sra. dos Anjos	480	7.516	5.305	262	41	1.090	14.694
	Distrito de Viamão	981	35.487	5.673	216	58	502	42.917
	Distrito de Sto. Antônio da Serra	791	10.457	2.914	44	10	86	14.302
	Dist. de N. Sra. da Conc. da Serra	416	8.485	2.252	167	69	406	11.793
Soma		12.455	639.164	186.470	9.371	1.926	32.945	882.331

Tabela 16
VALOR DO REBANHO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1780

Espécie	Quantidade	Preço corrente	Valor
Gado vacum	170.966	1\$ 150	196:610\$ 900
Bois mansos	8.439	2\$ 600	21:941\$ 400
Cavalos	11.352	3\$ 580	40:640\$ 160
Éguas	87.812	\$ 450	39:515\$ 400
Potros	14.204	1\$ 100	15:624\$ 400
Mulas	6.528	2\$ 600	16:972\$ 800
Burros e burras	4.002	2\$ 000	8:004\$ 000
Ovelhas	3.218	\$ 480	1:544\$ 640
Soma	306.521		340:853\$ 700

Tabela 17
VALOR DO REBANHO NO RIO GRANDE DO SUL EM 1784

Espécie	Quantidade	Preço corrente	Valor
Gado vacum	329.083	1\$ 100	361:981\$ 300
Bois mansos	5.834	2\$ 500	14:585\$ 000
Cavalos	10.670	3\$ 500	37:345\$ 000
Éguas	124.806	\$ 500	62:403\$ 000
Potros	11.499	1\$ 000	11:499\$ 000
Bestas	4.617	2\$ 560	11:819\$ 520
Burros e burras	3.852	2\$ 000	7:704\$ 000
Ovelhas	10.000	\$ 450	4:500\$ 000
Soma	500.361		511:836\$ 820

Tabela 18
VALOR DO REBANHO NO RIO GRANDE DO SUL EM 1787

Espécie	Quantidade	Preço corrente	Valor
Gado vacum	639.164	1\$ 200	766:996\$ 800
Bois mansos	12.455	2\$ 560	31:884\$ 800
Animais cavaleares			
• cavalos 7%	13.048	3\$ 500	45:668\$ 000
• éguas 85%	119.015	\$ 500	59:507\$ 500
• potros 8%	14.912	1\$ 000	14:912\$ 000
Animais muares	9.371	2\$ 550	23:896\$ 050
Burros e burras	1.926	2\$ 100	4:044\$ 600
Ovelhas	32.945	\$ 400	13:178\$ 000
Soma	882.331		960:087\$ 750

Por volta de 1789, o comércio do boi beneficiado não era muito compensador, mas o volume de reses beneficiadas e a falta de outro negócio mais lucrativo faziam com que essa atividade fosse bastante intensa. Senão vejamos:

CUSTO DE UM NOVILHO BENEFICIADO POSTO NO RIO DE JANEIRO

Um novilho de 3 anos em pé	1\$800
— paga-se aos índios para beneficiar, matar, esfolar, charquear e secar	\$160
— gasta-se uma quarta de sal	\$350
— rendimento 5 arrobas de carne charqueada a \$560 réis	2\$800
— uma arroba de sebo, 1 arroba a \$800	\$800
— graxa, uma arroba a \$800	\$800
— um couro	1\$000
— tributo do couro 10%	\$100
— frete para o Rio de Janeiro	1\$400
Total	9\$210¹⁵

Outro dado interessante que não deve ser desprezado é a quantidade de couro em cabeça que deu entrada na alfândega do Rio de Janeiro nos anos de 1794 a 1803. Ao lado do comércio do couro de boi, desenvolvia-se o de peles de veado e de onça, conforme se vê no quadro abaixo. Essa

COUROS E PELES DE VEADO E ONÇA, DO RIO GRANDE, QUE DERAM ENTRADA NA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO¹⁶

Ano	Couro de boi em cabelo	Peles de veado	Peles de onça	Rendimentos reais (dízima e donativo)
1794	216.257	333	50	8:520\$830
1795	253.802	750	—	10:444\$348
1796	157.994	140	—	8:134\$625
1797	177.811	458	—	7:311\$262
1798	130.518	1.534	185	5:791\$829
1799	177.811	307	30	6:449\$580
1800	179.785	1.600	—	7:745\$600
1801	211.400	—	—	8:383\$687
1802	186.119	—	—	7:608\$920
1803	275.979	—	—	11:314\$077
Total	1.967.476	5.122	265	80:704\$758

informação é importante como fonte indireta para o cálculo do desfrute do rebanho sul-rio-grandense no final do século XVIII.

Em 1811, o município do Rio Grande possuía 746 estâncias que contavam com um rebanho de 1.298.379 cabeças de gado de rodeio com uma produção anual de 204.865 reses¹⁷. Se considerarmos que o rebanho declarado em 1787 era 639.164 (tabela 18), concluímos que no espaço de 24 anos o rebanho gaúcho pelo menos triplicou.

"Pelos informes de 1859, Bagé apresentava o maior número de estabelecimentos rurais (260), declarando um rebanho de 66.455 reses. Seguiu-se Jaguarão, com 239 estâncias povoadas e 531.640 vacuns." O Rio Grande ocupava o terceiro lugar com 89 estâncias lotadas com 289.000 cabeças. Vinham a seguir Piratini, com 63 estâncias e 35.210 bovinos; Cinguçu com 51 estâncias e 61.129 cabeças; e Pelotas com 44 estâncias e 59.600 cabeças de gado vacum¹⁸. Apresentamos, numa tentativa de visualizar o valor econômico do rebanho, as tabelas 16, 17 e 18, por onde se pode ver claramente a importância dele na época.

Segundo a tradição com que concordam os autores clássicos da história do Rio Grande do Sul, a indústria do charque apareceu por volta de 1780, quando o cearense José Pinto Martins fundou uma pequena charqueada junto ao arroio Pelotas, em terrenos cedidos pelo governador¹⁹. Esta teria sido a primeira charqueada regular que se expandiu de maneira extraordinária, dando origem a muitos outros estabelecimentos congêneres na região de Pelotas. Com o aparecimento das charqueadas, verificou-se a valorização do rebanho, cujo comércio com as áreas de mineração mostrava os primeiros sintomas de crise. Em consequência da decadência da mineração, o gado que não era exportado para aquelas regiões era agora charqueado e dessa maneira remetido para outros mercados consumidores, dos quais o Rio de Janeiro era o principal.

O aumento das populações nos centros urbanos determinou o incremento da indústria do charque no Rio Grande do Sul, para onde se encaminhou grande número de escravos negros. Mas essa expansão, pelo menos em sua fase inicial, encontrou um grande obstáculo representado pela carência do sal e pelo seu alto preço. Apesar disso, a indústria se desenvolvia lenta mas continuamente. Abolido o monopólio do comércio do sal em 1801, aquela indústria tomou um grande impulso.

Quanto à origem da indústria do charque no Rio Grande do Sul, é certo que por volta de 1780 o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara tenha iniciado um novo sistema de conservação da carne conhecido por *salga* ou *carnes salmouradas*, para o que teria contado com a colaboração do cearense José Pinto Martins. Mas há probabilidade de que o processo aí se tenha desenvolvido independentemente do cearense. A carne submetida a esse processo era denominada *carne-seca*,

carne-do-sertão ou *do-ceará*, e não *charque*. É o que nos sugere Paulo Xavier, quando diz: "No altiplano andino, os nativos das margens do lago Titicaca têm um processo de salga para a preparação da carne de lhama que em sua própria língua chamam *charqui* e com ele abastecem depois as populações ocupadas na extração da prata de Potosí"²⁰. Esse processo teria sido introduzido nas regiões platinas via Potosí. Mas é o mesmo autor que afirma ser a salga de carnes no Prata uma evolução de técnicas decorrentes da indústria pesqueira, e que a primeira notícia desta atividade aí data de 1778 quando o ministro espanhol remeteu para o governador do Rio da Prata uma publicação intitulada *Dissertação sobre o método de salga de carne e benefício dos couros*. Igualmente informa o referido autor que foi o vice-rei Vertiz o organizador da indústria saladeiril na Argentina, tendo para isso importado técnicos malaguenhos que chegaram em 1779.

De origem platina ou cearense, não importa; o que é realmente importante é constatar que a indústria do charque apareceu e se desenvolveu no Rio Grande do Sul a partir da década de 1780. De fato, 40 anos depois da iniciativa — seja de José Pinto Martins ou do governador S. Xavier da Veiga Cabral da Câmara, em 1822, "o charque é um dos gêneros de maior exportação da província; os estrangeiros vinham em grande número de embarcações buscá-lo, e para sua compra traziam dinheiro e algum sal. Nunca a província floresceu tanto como nos poucos anos que durou este comércio, o qual acabou logo pelo grande imposto de seiscentos réis que se pôs em cada arroba de carne que se exportasse em navio estrangeiro . . ."²¹

Já em 1808, assinala Manuel Antônio de Magalhães, havia "duas fábricas de salgas de carnes que anualmente exportam 3.000 barris de 8 a 9 arrobas cada uma, devendo-se este grande e interessante estabelecimento a João Rodrigues Pereira de Almeida e companhia, que mandou vir mestres da Irlanda"²².

Os viajantes estrangeiros que visitaram o Rio Grande do Sul no começo do século XIX ficaram impressionados com o crescimento da indústria do charque. Para se ter uma idéia da quantidade de carne que anualmente se preparava nas charqueadas, basta dizer "que, num só ano, um tal José Antônio dos Anjos abateu 54.000 cabeças de gado e charqueou a carne"²³. Não se sabe exatamente a quantidade de gado que anualmente era abatida nas charqueadas, mas acredita-se que no começo do século XIX estivesse por volta de 400.000 cabeças. Considerando-se que cada cabeça fornecia a média de 4 a 5 arrobas de carne-seca, calcula-se a produção anual em aproximadamente 1.800.000 arrobas²⁴. Se se calcular a produção de charque por um preço médio de 500 réis por arroba, teremos um rendimento de 900:000\$000 réis por ano, isto sem contar o

valor dos 400.000 couros que deviam ser exportados aproximadamente pela mesma soma, o que totalizaria 1.800.000\$000 réis. Por outro lado, Alfredo Varela calcula a exportação de couros em 300.000, a partir do que avalia o rebanho gaúcho em 5.000.000 de cabeças. Talvez nenhum dos dois esteja com a verdade, mas se não estiverem ficam bem próximos dela.

Na safra de 1859-60, afirma Paulo Xavier, "foram abatidas 23.152 reses no período de novembro desse ano a julho de 1860, representando uma matança de 150 a 180 cabeças por dia em cada uma das dez charqueadas"²⁵. A média da safra era de 250.000 a 300.000 reses por ano. Informa ainda que o preço variava entre 26\$000 e 28\$000 réis por animal e "o rendimento por boi era de cinco arrobas ou 76 kg de charque". Representando, portanto, um aproveitamento de 20% do peso do boi vivo (400 kg), como se calcula atualmente. Além disso, obtinham 14/15 kg de sebo e gordura por animal²⁶. Mas o mesmo autor aponta para o quinquênio de 1880-84 uma exportação de 72.973 cabeças, que se elevou para 109.930 no de 1885-89, para 173.740 em 1890-94 e para 340.046 em 1895-99, a quantidade de animais vivos de Buenos Aires. Mas, tomando por base o movimento dos saladeiros, calcula-se que o seu maior abate foi em 1892, quando charquearam 443.200 animais²⁷. Por aí se vê que o rebanho portenho era bem superior ao sul-rio-grandense, não só pelo seu desfrute em saladeiros como também pela quantidade de gado em pé exportado.

NOTAS

- 1) BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz - *Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande*. Mss. da Biblioteca Nacional de Lisboa.
- 2) ALMEIDA, Aluísio de - "Os caminhos do Sul e a feira de Sorocaba". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1945, vol. 186, p. 169.
- 3) Veja-se ELIS JÚNIOR, Alfredo - *A economia paulista no século XIX* - São Paulo, 1950.
- 4) BARROS, Gilberto Leite de - *A cidade e o planalto*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967, t. 1, p. 173.
- 5) ALMEIDA, A. de - op. cit., p. 141.
- 6) DOCA, General Sousa - *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954, p. 99/100.
- 7) CASAL, Manuel Aires de - op. cit., p. 97.
- 8) SAINT-HILAIRE, Auguste de - op. cit., p. 82.
- 9) DREYS, Nicolau - op. cit., p. 135.

- 10) *Observações sobre o contrato do quinto dos couros e do gado em pé do Rio Grande*. A.N. Rio, caixa 486.
- 11) CASAL, Manuel Aires de – op. cit., p. 96.
- 12) ROSCIO, João Francisco – *Compêndio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro*. B.N. Rio, 22, 1, 28.
- 13) Correspondência com os governadores do continente do Rio Grande. A.N. Rio, Cod. 104, vol. 6.
- 14) Correspondência com os governadores do continente do Rio Grande. A.N. Rio, Cod. 104, vol. 7.
- 15) Descrição do Estado Brasil, suas capitanias, comércio e produção. British Museum, Depart of Manuscripts, ADD 13.981.
- 16) “Mapa dos rendimentos reais relativos aos gêneros abaixo mencionados, vindos do continente do Rio Grande, que se despacharam na alfândega desta cidade do Rio de Janeiro pela mesa da abertura nos anos que declaram”. A.N. Rio, caixa 746.
- 17) XAVIER, Paulo – “Unidade econômica da zona sul”. In *Suplemento Rural do Correio do Povo*, de 2 de julho de 1976.
- 18) Idem.
- 19) SPALDING, Walter – “Pecuária, charque e charqueadores no Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* n.º 91/92, Porto Alegre, 1943, p. 134.
- 20) XAVIER, Paulo – “Charque e carne salgada”. In *Suplemento Rural do Correio do Povo*, de 30 de março de 1974.
- 21) SPALDING, Walter – op. cit., p. 135.
- 22) MAGALHÃES, Manuel Antônio de – “Almanak da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1867, t. 30, p. 57.
- 23) LUCCOCK, J. – *Aspectos sul-rio-grandenses*. Rio de Janeiro, Record, 1935, p. 78.
- 24) DREYS, Nicolau – op. cit., p. 153.
- 25) *Suplemento Rural do Correio do Povo*, de 2 de julho de 1976.
- 26) Idem.
- 27) *Suplemento Rural do Correio do Povo*, de 13 de dezembro de 1974.

3

A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO

3.1. A AGRICULTURA

A agricultura brasileira, que se iniciou com a grande lavoura canavieira, seguiu próspera até 1660, quando começou um período de decadência que se estendeu até 1695. É que os concorrentes do Brasil começaram a ganhar terreno. O ouro de Minas veio atenuar os efeitos da crise econômica por que passava a Colônia. O *rush* da mineração dominou entre 1695 e 1760, e, nesta fase, todas as atenções estiveram voltadas para essa nova atividade econômica.

A partir de 1760, quando as minas apresentaram os primeiros sintomas de decadência, iniciou-se um período de fomento e renascimento da agricultura. Para Caio Prado Júnior, o renascimento da agricultura foi provocado por uma série de fatores. "Estendiam-se novamente os mercados para os seus produtos. Para isto contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população européia no correr do século XVIII, o incremento das atividades econômicas e as relações comerciais em todo o mundo."¹ Também contribuiu para o renascimento agrícola a liberação de capitais e mão-de-obra até então empenhados na mineração.

Esse renascimento da agricultura brasileira surgiu no momento adequado. É que entre os últimos anos da década de 1750 e os primeiros da de 1770 Portugal sofreu uma depressão econômica determinada pelo declínio da produção aurífera e diamantífera brasileira. Além da queda dos rendimentos, era forçado a gastos extraordinários com efetivos militares no Rio Grande do Sul. Era necessário, portanto, que Portugal encontrasse novas e compensadoras fontes de rendimentos. Uma maneira de minorar a crise foi encontrada na exploração das riquezas brasileiras,

especialmente de fibras, madeiras, tintas e cereais que ofereciam boas possibilidades de produção de rendimentos. Para estimular a procura de tais mercadorias a Coroa ordenou aos governadores que procurassem observar, e à medida que fossem descobrindo algo suas descobertas fossem comunicadas ao ministro do Ultramar. Muitas amostras foram remetidas e projetos elaborados, alguns dos quais com o apoio oficial. É dentro deste contexto que se insere a criação da Real Feitoria do Linho-Cânhamo e os ensaios feitos com as culturas do índigo e da cochonilha.

O território do Rio Grande, além das imensas campanhas dotadas de abundantes pastagens naturais, também possuía grande parcela de terras férteis próprias para o cultivo de quaisquer cereais e frutas. Essas qualidades do solo gaúcho foram lembradas pelos cronistas que sobre ele escreveram no século XVIII. O clima é o melhor do Brasil para a adaptação do europeu, pois é muito parecido com o do sul da Europa. "Tem de peculiar o serem o inverno e o verão igualmente intensos, subindo às vezes o termômetro a mais de 32 graus e descendo a 5 abaixo de zero. O clima é sadio, sendo o mais sã da terra."² Realmente, esta informação vem confirmar a do padre Antônio Sepp que no final do século XVII ao descrever os aldeamentos da margem oriental do Uruguai dizia serem as epidemias desconhecidas e os índios terem poucas doenças. A doença mais comum nos índios dos aldeamentos era a verminose. Quase todos morriam de vermes por comerem grande quantidade de carnes cruas³.

Além do algodão que plantavam e colhiam em abundância para vestir os índios, os padres semeavam outros cereais e frutos. Plantavam milho, mandioca, abóboras, melancias e favas. As roças, dizia Sepp, "são muito férteis, embora mal-amanhadas e pouco cuidadas dão literalmente frutos cem por cento". Continuando em sua descrição, diz o citado autor: "No vergel tenho macieiras, pereiras e nogueiras. Além disso, tenho pêssegos, romãs, limas doces e azedas, limões doces e azedos, marmelões e mais frutas indígenas muito boas.

A vinha é tão grande que bem daria 50 baldes, mas este ano não deu tanta uva que desse para duas sobremesas. A causa são os muitos inimigos; por exemplo, as formigas. Há uma horta para hortaliças e saladas e outra para as árvores frutíferas, bem como uma vinha particularmente linda"⁴.

Também os pioneiros, paulistas e lagunistas notaram a fertilidade do solo gaúcho e o expressaram em sua correspondência com o Rio de Janeiro. É assim que em 1715 o juiz e câmara de Laguna, ao informar o requerimento de Manuel Gonçalves de Aguiar, dizia: "No tocante ao Rio Grande, nos consta por vários moradores desta povoação como pelo povoador dela, o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto - que cursara toda essa campanha em tempo a que iam conquistar o gentio bárbaro -

ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil . . . No tocante aos mantimentos do Brasil e da Europa, dizem que muito melhor se dão aí que em nenhuma parte; de madeiras e pescado de toda casta se podiam carregar frotas”⁵.

Foi com a intenção de aproveitar a uberdade do solo que a Coroa procurou promover a transferência de ilhéus para o Rio Grande. Gente humilde, agricultores fiéis às tradições da gene lusitana, poderiam ao mesmo tempo que ascendiam econômica e socialmente desenvolver uma atividade agrícola que viesse finalmente enriquecer os cofres do Estado. Habitados à prática de uma agricultura de subsistência, convenceram-se logo de sua incompatibilidade com o sistema colonial, cujos interesses se identificavam com os da grande lavoura. Daí muitos ficarem desapontados e voltarem para a pecuária, para o que o Rio Grande oferecia excelentes condições. Outros sobreviveram miseravelmente, tornando-se indolentes e vivendo como os indígenas, e outros se dedicaram com afunco à agricultura, produzindo inclusive excedentes para a exportação.

Gomes Freire de Andrade, que foi administrador previdente, não descuidou de prover a necessidade da Colônia. Por isso, já em 1737 remeteu grande quantidade de sementes de trigo para ser distribuída aos casais de moradores. O Bojuru, sob a direção do Estado, já no ano seguinte produz esse cereal em quantidade apreciável. Viamão também produz trigo que em pouco tempo vai-se alastrando por todos os recantos e povoados da capitania. Em 1748, afirma Aurélio Porto, “a produção já atinge a 220.299,1/4 alqueires, importando em mais de 120 contos de réis”. E continua: “Mas confiscos constantes ou mesmo compra sem pronto pagamento da Fazenda Real, para o sustento da tropa, fez decair a produção”⁶. Porém, o desestímulo não parava aí; havia, além desse, outros entraves à produção. Entre eles, a falta de transportes na época própria e a falta de armazéns. Daí dizer Betamio: “Todos os lavradores, tanto da parte do norte como do sul, e ainda todos os que há até o Rio Pardo que lavram trigos e mais mantimentos, têm de ordinário pequenos ou nenhuns armazéns e celeiros onde guardem os seus frutos, o que é causa de os arruinarem”⁷.

Para solucionar esse problema sugeria a construção de dois grandes armazéns de pedra e cal e assoalhados, por conta da Fazenda Real. Um deveria ser erguido no norte, outro na vila do Rio Grande para onde os lavradores que quisessem podiam conduzir seja trigo, centeio, cevada, milho, feijão, ervilha ou qualquer outro cereal. Para isso deveriam pagar uma taxa de armazenagem da ordem de 20 réis por alqueire, e no caso de sacos seria 40 ou 60 réis⁸. As utilidades que se deveriam esperar de semelhante procedimento eram: “1^o) não se destruírem os frutos; 2^o) a

facilidade com que estão prontos para a sustentação dos moradores da vila, sem terem estes de andar léguas e léguas a procurar o necessário para se sustentarem como sucede; 3^o) a comodidade que fica aos lavradores para quando e como lhes for mais fácil poderem trazer os seus gêneros, na certeza de ter onde os recolham, e quem lhes venda; 4^o) o interesse que experimentara o negócio para a extração dos ditos frutos pela prontidão de os ter junto ao embarque e poderem escolher os melhores que houve para este efeito; 5^o) o cuidado que tomarão os lavradores em limpar bem os seus trigos e fazer que sejam dos melhores para que tenham pronta saída; 6^o) finalmente, o poder-se por estes depósitos saber o aumento, ou diminuição das lavouras, a fome ou abundância que há no país, para se regularem os preços gerais de todos os frutos"⁹. Da mesma maneira, sugeria a abertura de estradas não só para facilitar o escoamento da produção como também com fins estratégicos.

O plano da construção dos armazéns, que era avançado para a época, visava dar ao Estado condições de regular a produção, bem como os preços. Mas a verdade é que não temos notícia da aplicação do referido plano. Contudo, a agricultura, cujo gênero principal era o trigo, persistiu com descontinuidade, ora com períodos de baixa, ora com períodos de alta. As guerras e o mau êxito de algumas plantações funcionavam como períodos de depressão, fazendo com que a influência da estância predominasse durante todo o século XVIII e até pelo menos meados do seguinte. Essas oscilações eram suficientes para que alguns descrevessem a agricultura, especialmente do trigo, com certo otimismo, enquanto outros a descreviam com pessimismo.

No segundo caso está o próprio governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, que escreve: "O terreno é muito fértil e os habitantes muito hábeis para a mesma agricultura, mas muito necessitados e desanimados pela grande quantidade que lhes tem tirado a Fazenda Real, sem lhes pagar, e que por isso os tem animado com segurar-lhes que daqui em diante lhes não há de tirar senão com o dinheiro a vista e que fica nesta resolução"¹⁰. Neste caso, a Coroa por meio de seus agentes ora funcionava como fomentista ora como elemento solapador da sua própria política de fomento ultramarino. Em outras palavras, quer dizer que dava com uma mão e tirava com a outra.

No primeiro caso, estaria Domingos A. B. Muniz Barreto, que escreve: "Para a cultura do trigo é especial e produz muito mais que em alguma outra parte. Para o reduzir a farinha além das muitas azenhas que para isso têm, inventaram uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas que se movem puxados por bois, segundo sopram os ventos de uns para outros sitios"¹¹. Por esta descrição, vê-se que havia uma febril atividade, m.s sem possibilidade de desbancar a pecuária. Por isso,

apesar do seu otimismo, aconselhava, naturalmente inspirado pelo fomentismo agrário que caracterizou a política colonial portuguesa na segunda metade do século XVIII, que: "Aos mesmos agricultores se lhes devem dar gratuitamente nos primeiros dois anos ferramentas para o seu trabalho, perdoando-se-lhes também neste tempo todos os direitos das suas produções e ainda pelo que respeita aos dízimos, além de outros prêmios que se lhes devem conceder e facilitar à proporção que forem mostrando mais atividade"¹². Se não todas, pelo menos parte das sugestões foram executadas, pois naquela altura a Metrópole envidava todos os esforços para incentivar as iniciativas particulares não só no plantio como no beneficiamento dos produtos agrícolas.

A fim de substituir as mós primitivas, de que fala Muniz Barreto, o vice-rei "remeteu ainda em 1772, para o Rio Grande, pedras de moinho e dois moleiros. Em 1787 foi dispensado José da Silva Limiar, que anos antes havia sido enviado como técnico subsidiado pelo governo para a construção de moinhos"¹³. Parece que os gaúchos preferiam exportar o trigo em grão. Os moinhos eram preferencialmente para beneficiar o trigo de consumo local. Nas exportações para o Rio de Janeiro, que representavam 60% ou talvez mais da produção gaúcha, encontramos uma quantidade insignificante de farinha de trigo.

Com moinhos ou sem eles, a produção do trigo no Rio Grande é estimulada e cresce sobretudo no último quartel do século XVIII. As notícias de abundância da produção de trigo gaúcho não tardaram a chegar em Lisboa. Em consequência disso, alguns comerciantes lisboetas resolveram estabelecer intercâmbio comercial direto do Reino com o Rio Grande. Para isso, navegariam em direitura ao Rio Grande com produtos europeus e na torna-viagem levariam trigo, além de couros e outros subprodutos da pecuária.

Com este objetivo, pediram e conseguiram uma série de privilégios do Estado. É então que, para dar cumprimento às concessões feitas, o ministro Martinho de Melo e Castro oficiou ao Vice-rei para que desse todo o apoio e proteção ao empreendimento. Em resposta, Luís de Vasconcelos nos fornece uma série de informações que merecem ser transcritas: "Deve expor a Vossa Excelência quanto receio que os ditos negociantes tenham motivos de se arrepender de um negócio feito sem a ponderação, e sem precederem as informações necessárias, fiados talvez em aparências que enganam". E continua: "Logo que tomei posse desse governo, entrei a figurar-me a grande utilidade que poderia resultar ao nosso Reino e aos comerciantes dele da exportação dos trigos do Rio Grande necessários nesta Corte, para evitar a excessiva entrada destes estrangeiros e por consequência a preciosa saída do grosso cabedal, que lhes corresponde . . . Sempre será útil um projeto por meio do qual se

diminua em parte muito considerável a saída do nosso dinheiro para fora, aumentando-se muito ao mesmo tempo o nosso comércio interior¹⁴.

Por estas informações, percebe-se que o agrarismo de inspiração mercantilista, característica da segunda metade do século XVIII, está em plena marcha. E mais ainda: no plano econômico, dão-se os primeiros passos para a integração do Rio Grande ao império ultramarino português.

No plano político e militar, o processo de integração já havia sido iniciado desde o final do século XVII.

Continuando com Luís de Vasconcelos, o segundo vice-rei que procurou desenvolver com agressividade a política fomentista, vejamos o que mais ele diz sobre a agricultura do trigo: "Por isso o meu primeiro cuidado foi saber qual era a produção naquele tempo e qual seria ou poderia ser para o futuro. Achei que era muito raro naqueles primeiros anos chegar ao número de cinqüenta mil alqueires de trigo, e que pela vastidão dos terrenos e grande fertilidade deles não podia duvidar se do aumento extraordinário futuro, havendo zelo nos governadores, possibilidade nos colonos e aumento na povoação tudo isto procurei animar exortando os governadores com repetidas ordens e recomendações para que usassem de toda a indústria necessária para aquele fim favorecendo os colonos e ajudando-os em tudo o que era possível, especializando os pagamentos das suas dívidas enquanto as maiores despesas o não fizeram de todo impraticável e aproveitando quantos casais aqui chegavam em embarcações das Ilhas dos Açores para novos povoadores com a esperança de sua felicidade e com o princípio do seu estabelecimento naqueles terrenos"¹⁵.

Ora, de acordo com as informações de Luís de Vasconcelos, a produção de trigo no Rio Grande, quando iniciou a sua administração, andava por volta de 50 mil alqueires anuais. Mas para uma semeadura de 6.990 alqueires, conforme tabela 19, a colheita devia ser em condições normais de 559.200 alqueires. Dedução a que chegamos baseados no fato de que a produção de trigo no Rio Grande era de 80 a 100 por 1¹⁶. Essas previsões, no entanto, eram exageradamente otimistas. É o próprio Vice-rei quem informa que a produção do ano de 1787 não foi além de 106.794 alqueires, conforme mapa que ele mesmo remeteu para Lisboa, que reproduzimos à pág. 97 (tabela 20). Como se vê, a produção de 50.000 alqueires em 1780 duplicou em 1787, o que significa resultados positivos da política fomentista. Mas uma nota desanimadora era a queda dos preços nos anos de maior produção. Vasconcelos informa que no ano de 1787, em que a produção foi grande, os preços desceram a 800, 760 e até 750 réis por alqueire; mas no ano seguinte em que a produção foi

diminuta, por causa das muitas chuvas, os preços foram além de 1\$600 réis por alqueire¹⁷.

De qualquer forma, de um modo geral a produção de trigo crescia em ritmo considerável, até que por volta de 1810 veio a ferrugem que fez com que a produção caísse vertiginosamente. É o que se poderá ver pelo gráfico da exportação desse gênero, que apresentaremos mais adiante.

Uma nota curiosa é que a cultura do trigo parece ter-se desenvolvido no Brasil antes que nos países platinos. Em 1802, por exemplo, celebrou-se um contrato com o governo de Montevidéu para a venda de 24.000 alqueires de trigo, que seriam entregues a partir de 1803¹⁸.

Tabela 19
QUANTIDADE DE TRIGO QUE FOI SEMEADA NO ANO DE 1780¹⁹

Distritos	Alqueires	Quartas
Porto Alegre	463	—
Viamão	579	2
Vila dos Anjos	585	2
Santo Antônio	427	—
Conceição da Serra	91	2
São Luís das Mostardas	955	—
Norte do Rio Grande	996	—
Vila de São Pedro	1.126	2
Caf	370	3
Freguesia Nova	149	2
Santo Amaro de Jacuí	645	—
Rio Pardo	359	—
Jacuí	125	2
Encruzilhada	117	—
	6.990	3

Considerando que em épocas normais o rendimento deveria ser de 80 por 1, a safra de 1780 deveria andar por volta de 480.000 alqueires. Mas, a julgar pelo resultado da safra do ano seguinte, vê-se que as colheitas ficaram muito aquém das previsões. De fato, para o ano de 1781, Paulo Xavier encontrou uma produção de apenas 61.111 alqueires, o que significa dizer que a quantidade semeada não teria diferido muito da de 1780²⁰.

COLHEITA DE TRIGO NO ANO DE 1781

Rio Grande	12.048
Porto Alegre	10.674
Estreito	9.790
Mostardas	7.629
Santo Amaro	6.932
Rio Pardo	3.388
S. Antônio	3.500
Viamão	2.557
Encruzilhada	2.015
Café	1.475
TOTAL	61.111

Na safra seguinte, embora a plantação tenha sido de 8.982 alqueires, a colheita baixou para 53.897 alqueires²¹. Se a semeadura foi maior e a colheita menor é porque certamente houve interferência de elementos naturais, como muita chuva ou ainda alguma praga que teria destruído parte das lavouras.

COLHEITA DE TRIGO NO ANO DE 1782

Estreito	8.753
Rio Grande e Povo Novo	8.217
Santo Amaro	8.142
Mostardas	7.584
Lombas	5.507
Porto Alegre	5.125
Rio Pardo	3.595
Viamão	2.944
Café	1.562
Encruzilhada	1.245
Jacuí	1.095
Cima da Serra	128
TOTAL	53.897

Mas de 1782 para 1787 a produção de trigo gaúcho apenas duplicou (tabela 20). Considerando que a demanda era realmente grande e que as terras sulinas eram adequadas a essa cultura e que se desenvolvia a política fomentista, era de se esperar um crescimento bem maior.

Tabela 20
SITUAÇÃO DA AGRICULTURA DO TRIGO EM 1787²²

		Trigo alqueire	Carros	Carretas
Rio Grande	Distrito de São Pedro	9.694	49	7
	Distrito de Povo Novo	7.472	43	4
	Distrito de Serro Pelado	8.708	38	7
	Distrito do Estreito	15.848	56	10
	Distrito de Mostardas	14.126	39	58
	Soma	55.848	225	86
Porto Alegre	Distrito de N. Sra. Madre de Deus	3.316	44	2
	Distrito da vila da N. Sra. dos Anjos	4.534	18	13
	Distrito de Viamão	6.127	35	6
	Distrito de Caí	6.166	45	6
	Distrito de Lombas	8.233	44	9
	Soma	28.376	186	36
Rio Pardo	Distrito de N. Sra. do Rosário	4.936	39	—
	Distrito do Povo do Coito	2.378	21	3
	Distrito de Cachoeira do Jacuf	2.195	19	12
	Distrito da Encruzilhada	2.321	19	11
	Distrito de Taquari	5.884	49	—
	Distrito de Santo Amaro	2.955	14	—
	Distrito da Freguesia do Triunfo	1.901	41	9
	Soma	22.570	202	35
Soma total		106.794	613	157

Na década de 1790 a 1800, as exportações globais para o Rio de Janeiro, segundo Paulo Xavier²³, foram as seguintes:

1793	18.040
1794	43.114
1795	12.373
1796	13.436
1797	16.810
1798	13.028
1799	22.072
1800	58.726

Estes dados estão muito aquém da real produção do Rio Grande do Sul, mas são indicativos daquela produção na medida em que vemos

o porto do Rio de Janeiro como o principal importador daquele gênero. Não podemos ignorar, todavia, que o consumo local e a exportação para outros portos nacionais e estrangeiros eram significativos. Sobre o assunto expressa Lourenço Mário Prunes: "Estes, porém, comiam o trigo e o exportavam não só para o Rio de Janeiro e portos nacionais como também, em certa época, até para as colônias platinas do sul e para a América do Norte"²⁴. Citando Sebastião Ferreira Soares, em *Notas Estatísticas*, informa que a exportação global de trigo entre 1805 e 1810 atingia anualmente 460.000 alqueires, decrescendo depois até 1820 para menos de 200.000 alqueires e quase desaparecendo mais tarde²⁵. Mas estes dados não concordam com os que apresentamos no capítulo seguinte.

Os dados estatísticos sobre a produção agrícola gaúcha no século XVIII são escassos; daí a nossa impossibilidade de organizar séries e construir gráficos por onde se pudessem ver claramente os movimentos de expansão e retração. Sabemos que houve produção de outros gêneros, como feijão, milho, algodão, favas etc. Mas ignoramos os números. Aparece apenas a do trigo, assim mesmo depois de 1780, sem haver continuidade estatística.

Quanto à exportação do trigo para o Reino, vimos que Luís de Vasconcelos a desaconselhou. Acreditava que esta só devia ser feita depois que houvesse auto-suficiência do Brasil, isto é, que somente os excedentes deviam ser exportados para o Reino. Por isso, além dos dois barcos que vieram em 1787, temos notícia apenas de mais um outro, o Bergantim N. Sra. Mãe dos Homens, que em 1798 transportou grande quantidade de trigo para a Metrópole²⁶. Contudo, informa monsenhor Pizzarro que a exportação desse cereal no começo do século XIX subiu a 300.000 alqueires anuais em grãos e a farinha a 11.000 arrobas²⁷. Mas os dados que encontramos não confirmam esta informação.

De um modo geral, os autores que trataram do assunto repetem os mesmos dados, que são os que abrangem de 1805 a 1820. Mas, para o período anterior, só existem vagas informações. Os dados a que nos referimos são os mesmos em Antônio Gonçalves Chaves, Alfredo Varela, Aurélio Porto e Saint-Hilaire²⁸.

NOTAS

- 1) PRADO JR., Caio — *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967, p. 80.
- 2) VARELA, Alfredo — *Rio Grande do Sul*. São Paulo, Echenique e Irmão Editores, 1897, p. 24.
- 3) SEPP, Padre Antônio — op. cit., p. 116.
- 4) SEPP, Padre Antônio — op. cit., p. 117.

- 5) FORTES, General Borges – *O brigadeiro José da Silva Pães e a fundação do Rio Grande*. Porto Alegre, Livraria Globo, 1933, p. 42.
- 6) PORTO, Aurélio – “A Real Feitoria do Linho-Cânhamo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano II, Porto Alegre, 1922, p. 504.
- 7) BETAMIO, Sebastião Francisco – op. cit., p. 234.
- 8) BETAMIO, Sebastião Francisco – op. cit., p. 235.
- 9) Idem.
- 10) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 504/505.
- 11) BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz – op. cit.
- 12) Idem.
- 13) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 504.
- 14) Ofício de Luís de Vasconcelos para Martinho de Melo e Castro, datado de 12 de maio de 1788 – Correspondência com o governador do continente do Rio Grande. A.N. Rio, cod. 104, vol. 11.
- 15) Documento citado em nota 14.
- 16) AMARAL, Luís – *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, vol. 2, p. 312.
- 17) Documento citado em nota 14.
- 18) AMARAL, Luís – op. cit., p. 312.
- 19) ROSCIO, João Francisco – *Compêndio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro* – B.N. Rio, 22, 1, 28.
- 20) XAVIER, Paulo – “Primeiro a agricultura”. *Suplemento Rural do Correio do Povo*, 1/11/1976.
- 21) XAVIER, Paulo – op. cit.
- 22) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 11.
- 23) *Suplemento Rural do Correio do Povo*, 1/1/1976.
- 24) *O Trigo*. Porto Alegre, Livraria Globo, 1939, p. 43.
- 25) PRUNES, Lourenço Mário – op. cit., p. 43.
- 26) PORTO, Aurélio – op. cit., p. 505.
- 27) PIZZARRO E ARAÚJO, José de Sousa Azevedo (monsieur) – *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1820, t. 1, p. 332.
- 28) PORTO, Aurélio – op. cit.
VARELA, Alfredo – op. cit.
CHAVES, Antônio Gonçalves – op. cit.
SAINT-HILAIRE, A. de – op. cit.

3.2. OS PORTOS E O TRÂNSITO DE MERCADORIAS

O comércio do Rio Grande pode ser dividido em três fases. A primeira vai aproximadamente de 1725 a 1775; a segunda, de 1775 a 1808; e a terceira, daí até 1835.

Na primeira, os gaúchos vendem apenas animais vacuns, cavalares e muares. Esses animais eram exportados para São Paulo, de onde eram encaminhados para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e até para a Bahia e Mato Grosso. É bom notar que foi o comércio do muar, graças à sua

natureza e às necessidades de transportes do Brasil colonial, que atingiu maior raio. Conforme já se viu anteriormente, essas exportações praticamente começaram e cresceram com a mineração. Isto por uma razão muito simples: a atividade mineradora provocou o crescimento demográfico, diminuiu a produção de gêneros de subsistência, promoveu concentrações humanas nos planaltos interiores e criou um largo mercado de consumo. O gado era necessário para o alimento, e o mular para o transporte de gêneros para as áreas de mineração.

É de se supor que esse volumoso comércio de animais houvesse carregado ouro e moedas para o Rio Grande, o que na realidade não aconteceu. Quem mais lucrava eram os intermediários. No Rio Grande mesmo quase não havia circulação de dinheiro, chegando a predominar a economia natural.

Os habitantes permaneciam com hábitos rústicos, sem se tomarem bons consumidores de manufaturados europeus como o eram os do nordeste açucareiro, dos centros de mineração e do Rio de Janeiro. Por isso, ainda em 1774, ao referir-se aos gaúchos, dizia Roscio: "O modo com que esta gente, ou povoadores, costuma viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste: as casas são umas pobres cabanas sem agasalho. Os mantimentos de que geralmente se nutrem são a carne de vaca e o leite. O seu tráfico é com bois e cavalos, que presentemente são os maiores interesses deste Continente, tanto para os particulares como para os direitos reais"¹. Informação que é confirmada pelos cronistas que fazem referência ao Rio Grande naquele período. É nessa linha que também Azeredo Coutinho, referindo-se à falta de comércio e à quase inexistência de moedas em circulação no Rio Grande, diz: "Um navio carregado de manufaturas da Metrópole para o Rio Grande, por exemplo, vestiria e faria o luxo de todos os criadores daqueles campos; mas este navio não poderia trazer de uma só vez todo o equivalente da sua carga: não em dinheiro, porque não há nem pode haver naqueles sertões — por isso mesmo que eles se consideram sem comércio; não em gêneros, porque são de mais peso e de menos valor do que os da Metrópole; um côvado de baeta no Rio Grande vale mais do que um boi"².

Para a realização desse comércio, tocavam os seus rebanhos para as famosas feiras de Sorocaba ou então os paulistas iam buscá-los. Para chegar à feira percorriam imensas distâncias pelos territórios dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná, estacionando aqui ou ali em demorada travessia. Essa lenta travessia, porém, implicava enormes perdas para o comércio em geral e para a Fazenda Real. Uma informação do ano de 1806, época em que os caminhos e as condições gerais já apresentavam sensíveis melhoras em relação a meados do século XVIII, por exemplo, dá conta dos prejuízos que tinham a Fazenda Real e os tropeiros no

caminho do sertão do Registro de Curitiba. Esses prejuízos eram calculados anualmente em:

Fazenda Real

750	bestas mortas no dito sertão de quinto a 2\$500	1:875\$000
500	potros mortos de quinto a 2\$000	1:000\$000
1.200	bois mortos de quinto a \$480	576\$000
		<hr/> 3:451\$000

Prejuízo dos tropeiros

750	bestas a 5\$000	3:750\$000
500	potros a 1\$600	800\$000
1.200	bois a 1\$600	1:920\$000
		<hr/> 6:470\$000

Taxas que deixaram de recolher embaixo (nos pontos de destino)	2:763\$000
	<hr/> 12:884\$000

Assim, o prejuízo anual seria da ordem de 12:884\$000 réis³. Em cada pouso surgirá um núcleo inicial de povoamento, que será ponto de partida de algumas vilas. Tocando a boiada ou tropa e trocando idéias, iam aos poucos promovendo a articulação dos diversos núcleos de civilização da Colônia, e dessa maneira iam semeando os vínculos da pátria grande.

Uma informação do começo do século XIX avalia o comércio de animais por terra com números bastante vantajados. E por ela encontramos uma exportação anual de 10 a 12.000 cabeças de gado vacum, 12 a 15.000 muares e 4 a 5.000 cavalos⁴. Por outro lado, a introdução de gêneros de consumo daquelas populações se fazia pelos caminhos das tropas ou por outras rotas. Era assim que os gaúchos recebiam sal, fumo, açúcar, café, arroz, aguardente, vinho, azeite, bacalhau e fazendas em troca de numerário. Ora, se os gêneros importados custavam mais caro que os que eles ofereciam, isto explica a falta de moedas em circulação no Continente. As poucas que entravam, em troca dos animais, saíam em pagamento da pequena quantidade de mercadorias que recebiam. Referindo-se ao trânsito de mercadorias, dizia Roscio: "O comércio se faz por terra desde a Laguna, onde desembarcamos gêneros que se conduzem por terra em carretas. A lotação de cada carreta é de quatro pipas em

barris que não podem carregar inteiras. De seco, podem conduzir 100 arrobas e marcham com 5 ou 6 juntas de bois”⁵.

O marquês do Lavradio, que foi a grande alma da política de fomento ultramarino, depois continuada com igual vigor por Luís de Vasconcelos e Sousa, viu as grandes possibilidades do Rio Grande, e as descreve da seguinte maneira: “Aqueles províncias podem não só dar toda a farinha de trigo necessária para a América, evitando-se por esta sorte que da Europa nos venha um gênero de que tanto lá necessitam; mas promovendo-se as providências necessárias para os prontos transportes dos efeitos daquele Continente, poderemos mandar ainda para a Europa uma grande porção desta mesma farinha”⁶. Da mesma maneira que viu as possibilidades da produção e do comércio do trigo gaúcho, também viu as da pecuária. Por isso, depois de informar que o comércio de couros era lucrativo e importante para a Coroa, diz que somando os da produção gaúcha com os que normalmente eram passados dos domínios castelhanos ao Rio Grande se podia retirar todos os anos quantidade não inferior a 200.000 couros.

Continuando em seu relatório, o Vice-rei fala dos derivados da pecuária e de sua importância para o abastecimento dos centros urbanos do litoral: “Pode fornecer a todo o Brasil excelentes queijos e manteiga de que se necessita, de sorte que estes dois gêneros, que os estrangeiros nos introduzem, pelos quais levam da América grosso cabedal, podem ficar entre nós”⁷. Mas de acordo com sua própria opinião faltavam os técnicos na fabricação do queijo e da manteiga, o que impedia o desenvolvimento da produção desses artigos. A este respeito, diz textualmente: “A manteiga e queijos, a primeira, como tem falta de quem saiba fazer o sal, compram ali por grosso, por não saberem a dosagem do sal que permita conservar mais tempo, fazem somente aquela necessária para o consumo do Continente e alguns barris ainda que muito poucos que mandam de presente para esta cidade”⁸.

Não obstante, os comerciantes do Rio Grande, em representação que fizeram a Sua Majestade pedindo providências contra a concorrência de Montevideu no negócio das carnes, contra o contrabando e contra o comércio de escravos do Brasil para o Rio da Prata, declararam textualmente: “Esta capitania pode exportar todos os anos quinhentas mil arrobas de carne repartidas pelos três portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e igualmente cem mil alqueires de trigo vendidos no último. Os gêneros e os couros que resultam do gado morto fornecem carga a setenta barcos que se empregam nesta navegação e comércio e que fazem, pelo menos, duas viagens por ano”⁹.

Na mesma representação, além das providências já referidas, pediram mais autorização para construir um armazém no Rio de Janeiro, em

terreno realengo, para armazenamento das mercadorias, especialmente do trigo, a fim de evitarem a ação perniciosa dos atravessadores que também atacavam em Pernambuco.

Um dos grandes problemas para o desenvolvimento da produção e do comércio do Rio Grande era a deficiência dos meios de transportes internos e externos. O transporte dos gêneros do interior para os portos de embarque era feito em pesadas e lentas carretas puxadas por juntas de bois ou nas pequenas embarcações que singravam os rios daquela capitania.

Também para o escoamento da produção do Rio Grande para outros centros de consumo havia deficiência de embarcações, pois dizia Lavradio: "Como para aqueles pontos navegam poucas embarcações e todo aquele Continente está mui falta de gente, os lavradores não cultivam senão à proporção da extração que pode ter o seu gênero; esta é a razão por que o trigo vem pouco para esta capital, porque como não há bastantes embarcações em que ele venha, e estas querem grandes preços pelo frete de cada alqueire de trigo e o Continente tem pouco quem lhe dê consumo, os lavradores para não perder o seu gênero não cultivam mais que pequenas porções"¹⁰.

Consciente da importância dos transportes na política de fomento agrícola e para facilitar o escoamento da produção, o dinâmico Vice-rei ordenou a construção de embarcações naqueles portos. Do mesmo modo, determinou a construção de pousos pela estrada geral que ia para a ilha de Santa Catarina. Nestes pousos devia permanecer certo número de carretas e cavalos para facilitar o transporte de gêneros de consumo no Continente e fomentar o comércio pela vila de Laguna.

No que diz respeito à construção naval e à dinamização do comércio, as ordens do Vice-rei foram cumpridas. Antes de terminar o seu mandato, foi lançado nas águas do Guaíba o primeiro barco construído em estaleiros gaúchos. Confirmando os resultados benéficos de suas determinações, o seu sucessor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, dizia: "Depois do ano de 1777, tem crescido a navegação pela freqüente exportação dos efeitos daquele país, que consiste em consideráveis porções de carne, que em outro tempo se desperdiçavam, em muitas quantidades de couros de que se paga o quinto e em remessas de trigo, sebo, graxa, manteiga e queijos". E, continuando, afirma: "A principal força deste comércio se estabelece nos três primeiros gêneros, que têm um consumo certo por se transportarem os couros para Lisboa e se gastar a carne e o trigo nesta capital, onde este último não chega para os seus habitantes"¹¹.

Ainda assim, comparado a outros centros da Colônia, o Rio Grande deixava muito a desejar. Não temos, infelizmente, relação das mercadorias que do Rio de Janeiro navegavam para o Rio Grande, mas temos a relação da carga que no ano de 1788 trouxe o Bergantim Nossa Senhora Mãe

dos Homens, que navegou em direitura de Lisboa para o Rio Grande sob o comando de José da Silva Moreira, e a reproduzimos: “2.800 alqueires de sal, 2 barricas de vinagre, 1 caixão de chapéus finos, 3 bolas de papel ordinário, 3 caixas de riscados e chitas da Fábrica, 1 saco de peças de cangas, 1 fardo com barretes de lã, 1 fardo com riscados, 2 barris de facas, 8 canastréis de aletria, 1 baú com várias miudezas, 1 caixa com várias miudezas, 14 jogos de pedras para moinhos”¹².

Por aí se pode ter uma idéia do que representava o Rio Grande do Sul como mercado consumidor. Era então muito pequeno, pois ainda não havia nascido nos gaúchos o gosto pelo luxo, pelo conforto, pelo supérfluo. O que realmente consumiam em larga escala era o sal para as charqueadas, que nesta altura se encontravam em plena expansão. Quanto ao mercado fornecedor, pelo menos quantitativamente, era mais forte. É o que podemos deduzir pela relação do que poderia levar cada embarcação que viesse do Reino. Vejamos: “Retorno que pode trazer do Rio Grande para Lisboa qualquer embarcação que vier ao dito Continente. Até 560 alqueires de trigo, todo o trigo em sacos, surrões, barricas, pipas etc.; toda a farinha em sacas, surrões etc., a 600 e 700 réis a arroba; 20 a 50 barris de carne de moura em ponto e nada de sal em pedra; 20 a 50 barris de carne de porco; 10 barris de línguas; 100 a 500 arrobas de sebo cozido a 800 réis a arroba; 50 arrobas de cabelo de crina e cauda; 3.000 achas de cabeça de boi; 100 queijos de boa cura; 20 barris de manteiga; 20 sacos de feijão de toda qualidade, a 500 réis por alqueire; 4 a 8.000 couros, conforme a embarcação”¹³.

Em carta datada de 8 de novembro de 1788, o comandante Joaquim José Ribeiro da Costa informou que o dono do Bergantim N. Sra. Mãe dos Homens vendeu o sal que trouxe pelos avultados preços de 1\$200 até 1\$300 réis por alqueire, por haver muita falta desse gênero no Rio Grande, na época. Informa ainda que na torna-viagem o referido Bergantim voltou carregado, “levando de frete um conto e trezentos e tantos mil réis”. A carga que levou de volta foi de 618 alqueires de trigo comprado a 850 até 920 réis, 878 arrobas de charque comprado a 420 réis por arroba e 724 couros em cabelo¹⁴. Por estas informações, se vê que a segunda fase da história do comércio e portanto da economia gaúcha é caracterizada por acentuado crescimento. Mas ainda assim deixava muito a desejar.

Por isso Muniz Barreto em suas *Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande* apresenta um plano de desenvolvimento global que consiste nos seguintes tópicos fundamentais: 1º) que a Coroa devia introduzir uma boa quantia em dinheiro de prata e cobre de valores diferentes para circular exclusivamente na capitania e na ilha de Santa Catarina, sem excluir a moeda provincial que circulava em todo o Brasil; 2º) que a Coroa devia saldar prontamente

os vencimentos referentes às folhas civil, militar e eclesiástica porque, terminando aquela impontualidade, a circulação do dinheiro se verificaria e todos os ramos públicos se beneficiariam; 3^o) que se devia estabelecer navegação direta dos portos do Rio Grande do Sul para o Reino. Para tanto, devia estabelecer um armazém geral na ilha de Santa Catarina, cujo porto permitia ancoragem de embarcações de alto bordo, sem problemas de apontamento. As produções do Rio Grande deviam ser transportadas para esse depósito em embarcações menores, sendo que outra parte devia vir por terra, em carretas, até a vila de Laguna, donde em pequenas sumacas ou lanchas seria conduzida para a ilha de Santa Catarina; 4^o) que a Coroa devia conceder auxílios a todos aqueles que quisessem ir se estabelecer no território, dando-lhes ajuda de custo para construir as suas primeiras habitações e lavouras; 5^o) que as terras que estavam sem cultivar deveriam ser distribuídas diferente do que aconteceu no principio. Para isso, deviam-se primeiramente levar em consideração as qualidades da própria terra, se própria para a agricultura ou para a criação. A seguir: “Deve-se a todos dar uma precisa instrução do melhor modo de cultivar que se não segue em todo o Brasil, sendo um deles, e o pior, o desampararem as terras uma vez que lhe não produzem o mesmo que nos primeiros anos em que estavam em todo o seu vigor, três qualidades necessárias, para se plantar naquele espaço milho, feijão etc., cuja importância em vinte anos não paga a destruição que sem necessidade se fez”; 6^o) que construísse pontes e estradas para facilitar o rápido escoamento da produção; 7^o) que houvesse justiça na tributação, e para isto a Fazenda Real devia confiar tal responsabilidade a “um homem que não só tenha perícia de cálculo, mas todos os conhecimentos políticos da arrecadação e que ademais saiba graduar os interesses públicos e particulares e combinar as relações que estes têm com os do Rei, examinando os diferentes ramos que devem fazer os rendimentos ou fundos da caixa do Estado”.

Um exemplo dessa injustiça era o subsídio literário que no Rio Grande não poderia ser o mesmo que nas outras capitanias. Com esse tributo, uma arroba de carne que custava 160 réis pagava 132 réis, do mesmo modo que nas outras capitanias onde custava 600 a 800 réis. Sendo a carne um importante ramo de comércio, sua produção devia ser estimulada, de modo que pudesse ser exportada para o Reino em lugar da que era comprada da Irlanda por maior preço. Deveria também estabelecer o cultivo do linho que lá podia produzir em abundância, a fim de não comprá-lo da Rússia por preço superior ao que fosse produzido no Rio Grande do Sul¹⁵.

Muitas das sugestões contidas neste plano certamente foram colocadas em prática. A verdade é que a partir de 1780 o comércio e navegação do continente do Rio Grande cresceram consideravelmente, sendo mais

acentuados ainda a partir de 1790, como se verá pelas tabelas que apresentaremos logo a seguir. Todos os cronistas do Rio Grande do Sul no final do século XVIII e começo do século XIX são unânimes em confirmar o crescimento da agricultura, do comércio e da navegação.

Em 1799, a pauta de exportação revelava uma oscilação das mercadorias em constante aumento. Os gêneros da capitania eram exportados principalmente para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e os principais exportados eram o trigo, 100.000 alqueires anuais, e a carne de charque, 500.000 arrobas, sem contar os couros e o sebo. De um modo geral, o movimento portuário apresentava uma carga para 70 barcos que realizavam pelo menos duas viagens por ano e absorviam a mão-de-obra de 800 a 1.000 pessoas nos trabalhos de navegação.

Monsenhor Pizzarro afirma que a vila do Rio Grande possuía, em 1796, 8.640 habitantes e que seu comércio era grande, sendo o rendimento alfandegário superior a 200.000 cruzados, e que os principais gêneros de exportação eram trigo, carne, couro e sebo. Continuando, informa que a exportação do trigo era da ordem de 300.000 alqueires em grãos e 11.000 arrobas de farinha anuais. Segundo informa, entravam e saíam todos os anos de 230 a 250 bergantins e sumacas e acrescenta que o mapa das exportações referentes ao ano de 1815 apresentavam um rendimento de 1.582:309\$590 réis¹⁶.

Já Nicolau Dreys afirma que a navegação interior era feita por 100 a 120 iates de 30 a 70 toneladas, e que entravam e saíam todos os anos pela barra do Rio Grande entre 250 a 280 barcos maiores, carregados de produtos da terra¹⁷. Por outro lado, M. A. de Magalhães, depois de falar da capacidade da pecuária gaúcha, assinala que em 1808 havia em Porto Alegre 55 comerciantes estabelecidos, no Rio Pardo mais 36 e no Rio Grande outros 43, e que as rendas da capitania eram superiores a 300.000 cruzados anuais. E, continuando, afirma que entravam anualmente pela barra adentro 230 a 240 embarcações de 6, 8 e até 12.000 arrobas e que todas saíam carregadas¹⁸. Enquanto a cidade do Rio de Janeiro em 1794 já contava com 126 negociantes e 158 lojas de venda a varejo e seu porto recebia 600 embarcações de diferentes tonelagens, de cabotagem e de longo curso¹⁹. Esta comparação nos dá a idéia de que a economia, as finanças, o comércio e a indústria do Rio Grande do Sul no começo do século XIX ainda estavam vivendo a sua infância. Por outro lado, todas as informações coevas nos levam a crer que as atividades econômicas da região viviam uma infância bastante prometedora.

Uma relação das importações e das exportações da capitania do Rio Grande de São Pedro referente ao ano de 1802²⁰ poderia ser resumida da seguinte maneira:

Importação

de Lisboa	19:642\$560
do Rio de Janeiro	666:565\$370
da Bahia	182:865\$530
de Pernambuco	33:391\$650
de Santos	6:683\$200
de Santa Catarina	1:874\$600
	<hr/>
	911:022\$910

Exportação

para o Rio de Janeiro	561:171\$580
para a Bahia	218:999\$000
para Pernambuco	122:672\$960
para Santa Catarina	2:250\$000
	<hr/>
	895:094\$460

É curioso observar que figuram nas exportações do Rio Grande para a Bahia 2 bergantins e uma sumaca no valor de 34:800\$000 réis e para Pernambuco um bergantim no valor de 7:200\$000 réis. Este fato prova que a atividade de construção naval no Rio Grande teve um surto de progresso considerável, pois, ao que tudo indica, além de suprir as necessidades do comércio da capitania produziu excedentes para exportação. Por outro lado, os dados apresentados revelam, de um modo geral, não só o crescimento das importações como das exportações, em relação aos anos anteriores.

Com o objetivo de dar ao leitor uma noção quantitativa da produção e do consumo, ou mais especificamente do volume de mercadorias em circulação, bem como dos preços correntes na época, elaboramos as tabelas 21, à pág. 108, e 22, à pág. 130.

Tabela 21
IMPORTAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO EM
1802

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
1 - Aço					
	140 arrobas	565\$300	RJ	4\$038	
	23 arrobas	82\$800	BA	3\$600	
Total	163 arrobas	648\$100			3\$976
2 - Açúcar					
	13.301 arrobas	19:574\$880	RJ	1\$471	
	2.200 arrobas	3:520\$000	Santos	1\$600	
	60 arrobas	96\$000	SC	1\$600	
Total	15.563 arrobas	23:190\$880			1\$490
3 - Aguardente de cana					
	394 pipas	23:330\$000	RJ	59\$213	
	18 pipas	792\$000	Santos	44\$000	
	14 pipas	770\$000	SC	55\$000	
Total	426 pipas	24:892\$000			58\$432
4 - Aguardente destilada					
	1 pipa	30\$000	RJ	30\$000	
Total	1 pipa	30\$000			30\$000
5 - Aguardente do Reino					
	2 pipas	317\$000	RJ	158\$500	
Total	2 pipas	317\$000			158\$500
6 - Agulhas					
	35 milheiros	43\$800	RJ	1\$251	
	36 milheiros	51\$840	BA	1\$440	
Total	71 milheiros	95\$640			1\$347
7 - Alcatrão					
	80 barris	448\$000	Lisboa	5\$600	
	14 barris	140\$000	RJ	10\$000	
	7 barris	73\$500	BA	10\$500	
Total	101 barris	661\$500			6\$549

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
8 - Aletria					
	5 arrobas	25\$000	RJ	5\$000	
Total	5 arrobas	25\$000			5\$000
9 - Alfazema					
	8 arrobas	38\$400	RJ	4\$800	
Total	8 arrobas	38\$400			4\$800
10 - Alfinetes					
	49 maços	294\$000	BA	6\$000	
Total	49 maços	294\$000			6\$000
11 - Amarras e viradores de piaçaba					
	14	129\$280	BA	9\$280	
Total	14	129\$280			9\$280
12 - Aniagem					
	103 peças	1:484\$800	RJ	14\$415	
	9 peças	130\$500	BA	14\$500	
Total	112 peças	1:615\$300			14\$422
13 - Arroz					
	215 sacas	1:203\$240	RJ	5\$596	
	23 sacas	110\$400	SC	4\$800	
Total	238 sacas	1:313\$640			5\$519
14 - Azeite doce					
	10 barris	480\$000	RJ	48\$000	
	4 barris	102\$400	Santos	25\$600	
	18 barris	582\$800	RJ	32\$377	
	4 barris	225\$600	BA	56\$400	
Total	36 barris	1:390\$800			38\$633
15 - Azeitona					
	8 barris	10\$240	RJ	1\$280	
Total	8 barris	10\$240			1\$280

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
16 - Bacalhau					
	10 quintais	138\$000	RJ	13\$800	
	4 quintais	51\$200	Santos	12\$800	
Total	14 quintais	189\$200			13\$514
17 - Baetas					
	1.782 côvados	784\$080	Lisboa	1\$002	
	41.101 côvados	23:161\$270	RJ	0\$563	
	5.439 côvados	3:223\$900	BA	0\$592	
	60 côvados	360\$960	PE	6\$016	
Total	48.382 côvados	56:169\$250			1\$160
18 - Baetilhas					
	210 côvados	84\$000	BA	0\$400	
Total	210 côvados	84\$000			0\$400
19 - Baetões					
	710 côvados	511\$200	Lisboa	0\$920	
	21.524 côvados	30:214\$000	RJ	1\$403	
	4.128 côvados	5:847\$900	BA	1\$416	
Total	26.362 côvados	36:573\$100			1\$387
20 - Barretes					
	46 dúzias	169\$100	RJ	3\$676	
Total	46 dúzias	169\$100			3\$676
21 - Barregana					
	74 côvados	41\$440	RJ	0\$560	
Total	74 côvados	41\$440			0\$560
22 - Barricas e tonéis para aguada					
	14	84\$000	BA	6\$000	
Total	14	84\$000			6\$000

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
23 – Bolbutes e bombazinas					
	1.046 côvados	840\$720	RJ	0\$803	
	1.369 côvados	958\$300	BA	0\$700	
	470 côvados	220\$960	PE	0\$470	
Total	2.885 côvados	2:019\$980			0\$700
24 – Botões					
	499 grosas	880\$560	RJ	1\$764	
	94 grosas	240\$800	BA	2\$561	
Total	593 grosas	1:121\$360			1\$890
25 – Bretanhas					
	1.510 peças	3:769\$000	Lisboa	2\$496	
	8.459 peças	30:841\$000	RJ	3\$645	
	2.248 peças	9:088\$500	BA	4\$042	
	481 peças	1:840\$640	PE	3\$826	
Total	12.698 peças	45:539\$140			3\$586
26 – Breu					
	288 arrobas	579\$040	RJ	2\$783	
	194 arrobas	338\$000	BA	1\$742	
Total	402 arrobas	917\$040			2\$280
27 – Brim					
	20 peças	300\$000	Lisboa	15\$000	
	12 peças	192\$000	RJ	16\$000	
	19 peças	304\$000	BA	16\$000	
Total	51 peças	796\$000			15\$607
28 – Brochas de sapateiro					
	59 milheiros	47\$200	BA	0\$800	
Total	59 milheiros	47\$200			0\$800
29 – Cabaias					
	50 côvados	90\$000	RJ	1\$800	
Total	50 côvados	90\$000			1\$800

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
30 – Cabos de linho					
	117 arrobas	796\$500	RJ	6\$807	
	238 arrobas	1:309\$000	BA	5\$500	
Total	355 arrobas	2:105\$500			5\$930
31 – Cachimbos					
	1 barrica	5\$000	PE	5\$000	
Total	1 barrica	5\$000			5\$000
32 – Cadarços de linho					
	92 maços	294\$000	RJ	3\$195	
	33 maços	108\$900	BA	3\$300	
Total	125 maços	402\$900			3\$223
33 – Cadidás					
	260 peças	854\$400	RJ	3\$286	
Total	260 peças	854\$400			3\$286
34 – Cadidás e surrates					
	51 peças	98\$600	BA	1\$933	
Total	51 peças	98\$600			1\$933
35 – Café					
	20 arrobas	51\$200	RJ	2\$560	
Total	20 arrobas	51\$200			2\$560
36 – Cal					
	11 moios	77\$000	RJ	7\$000	
Total	11 moios	77\$000			7\$000
37 – Calhamaço					
	20 peças	288\$000	RJ	14\$400	
Total	20 peças	288\$000			14\$400

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
38 – Cambraetas					
	9 peças	55\$800	PE	6\$200	
Total	9 peças	55\$800			6\$200
39 – Cambraias e cambraetas					
	22 peças	129\$400	Lisboa	5\$881	
	137 peças	1:424\$300	RJ	10\$396	
	12 peças	144\$000	BA	12\$000	
Total	171 peças	1:697\$700			9\$928
40 – Cameldão					
	208 côvados	45\$760	RJ	0\$220	
Total	208 côvados	45\$760			0\$220
41 – Camisas bordadas para mulher					
	25	65\$600	BA	2\$624	
Total	25	65\$600			2\$624
42 – Cangas açucaradas					
	1.821 peças	2:355\$720	BA	1\$293	
	4.268 peças	6:820\$920	RJ	1\$598	
	105 peças	163\$000	PE	1\$552	
Total	6.194 peças	9:339\$620			1\$507
43 – Cangas azuis e pintadas					
	180 peças	468\$000	BA	2\$600	
	216 peças	578\$120	RJ	2\$676	
Total	396 peças	1:046\$120			2\$641
44 – Cartas de jogar					
	88 maços	84\$480	RJ	0\$960	
Total	88 maços	84\$480			0\$960

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
45 - Casimira					
	207 côvados	248\$400	Lisboa	1\$200	
	1.173 côvados	2:223\$360	RJ	1\$895	
	87 côvados	139\$200	BA	1\$600	
Total	1.467 côvados	2:610\$960			1\$779
46 - Cassa comum					
	200 peças	825\$000	Lisboa	4\$125	
	956 peças	9:147\$000	RJ	9\$569	
	121 peças	872\$000	PE	7\$206	
Total	1.277 peças	10:844\$000			8\$491
47 - Casas lisas e lavradas					
	1.272 peças	14:724\$600	BA	11\$595	
Total	1.272 peças	14:724\$600			11\$595
48 - Cera em velas					
	2.484 arratéis	959\$120	RJ	0\$386	
Total	2.484 arratéis	959\$120			0\$386
49 - Cetim					
	356 côvados	248\$800	Lisboa	0\$698	
	2.500 côvados	3:200\$000	RJ	1\$280	
	882 côvados	1:270\$080	BA	1\$440	
Total	3.738 côvados	4:718\$880			1\$262
50 - Chá					
	592 arratéis	1:194\$160	RJ	2\$017	
Total	592 arratéis	1:194\$160			2\$017
51 - Chapéus de Braga					
	170	187\$940	PE	1\$105	
Total	170	187\$940			1\$105

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
52 – Chapéus de Braga e Porto					
	11.939	12:728\$160	RJ	1\$066	
	3.604	3:605\$340	BA	1\$000	
Total	15.543	16:333\$500			1\$051
53 – Chapéus finos					
	80	240\$000	Lisboa	3\$000	
	1.281	5:017\$460	RJ	3\$916	
	264	1:056\$000	BA	4\$000	
	47	178\$800	PE	3\$804	
Total	1.672	6:492\$260			3\$882
54 – Chapéus de sol					
	12	48\$000	BA	4\$000	
Total	12	48\$000			4\$000
55 – Chitas					
	11.420 côvados	5:516\$200	Lisboa	0\$483	
	4.433 côvados	2:400\$120	PE	0\$541	
Total	15.853 côvados	7:916\$320			0\$499
56 – Chitas e riscados					
	58.655 côvados	35:869\$080	RJ	0\$611	
	39.013 côvados	23:805\$400	BA	0\$620	
Total	97.668 côvados	59:674\$480			0\$610
57 – Chocolate					
	9 arrobas	115\$200	RJ	12\$800	
Total	9 arrobas	115\$200			12\$800
58 – Chumbo de lençol					
	32 arrobas	122\$880	BA	3\$840	
Total	32 arrobas	122\$880			3\$840

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
59 – Chumbo de munição					
	50 arrobas	137\$000	RJ	2\$740	
	32 arrobas	80\$000	BA	2\$500	
Total	82 arrobas	217\$000			2\$646
60 – Cobertas de chita					
	6	40\$160	RJ	6\$693	
	20	139\$600	BA	6\$980	
Total	26	179\$760			6\$913
61 – Cobertores e mantas de lã					
	1.763	5:972\$500	RJ	3\$387	
Total	1.763	5:972\$500			3\$387
62 – Cordovões e pelicas					
	51 dúzias	641\$000	RJ	12\$568	
Total	51 dúzias	641\$000			12\$568
63 – Cortes de meia para calções					
	50	105\$000	Lisboa	2\$100	
	335	939\$500	RJ	2\$804	
Total	385	1:044\$500			2\$713
64 – Cortes de seda acolchoados para jaleco					
	17	46\$240	RJ	2\$720	
Total	17	46\$240			2\$720
65 – Crez gomado					
	100 peças	460\$000	Lisboa	4\$600	
	1.908 peças	12:656\$400	RJ	6\$633	
	723 peças	4:502\$400	BA	6\$229	
	149 peças	957\$000	PE	6\$422	
Total	2.880 peças	18:575\$800			6\$449

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
66 - Cunhetas de folhas-de-flandres					
	3	51\$400	RJ	17\$133	
Total	3	51\$400			17\$133
67 - Dobradiças					
	420 pares	180\$800	RJ	0\$430	
Total	420 pares	180\$800			0\$430
68 - Drogas de lã					
	213 peças	5:681\$100	RJ	26\$671	
	55 peças	1:161\$200	BA	21\$112	
	7 peças	294\$200	PE	42\$028	
Total	275 peças	7:136\$500			25\$950
69 - Druguetes					
	9.345 côvados	6:788\$000	RJ	0\$726	
	983 côvados	688\$100	BA	0\$700	
	284 côvados	193\$120	PE	0\$680	
Total	10.612 côvados	7:669\$200			0\$722
70 - Durantes					
	260 peças	3:606\$500	RJ	13\$871	
Total	260 peças	3:606\$500			13\$871
71 - Duraques					
	2 peças	45\$120	Lisboa	22\$560	
	16 peças	480\$000	RJ	30\$000	
Total	18 peças	525\$120			29\$173
72 - Enxadas de ferro					
	1.213	918\$160	RJ	0\$756	
	588	438\$750	BA	0\$746	
Total	1.801	1:356\$910			0\$753

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
73 – Escravos					
	452	50:178\$400	RJ	111\$014	
	66	6:936\$000	BA	105\$090	
	1	115\$200	SC	115\$200	
Total	519	57:229\$500			110\$268
74 – Estopa					
	7.782 varas	1:945\$500	RJ	0\$250	
	453 varas	144\$960	BA	0\$320	
Total	8.235 varas	2:090\$460			0\$252
75 – Estopa do Reino para calafetação					
	304 arrobas	389\$120	RJ	1\$279	
	240 arrobas	307\$200	BA	1\$280	
Total	544 arrobas	696\$320			1\$279
76 – Estopa da terra para calafetação					
	170 arrobas	122\$400	BA	0\$720	
Total	170 arrobas	122\$400			0\$720
77 – Facas flamengas					
	5.004 dúzias	4:889\$960	RJ	0\$977	
	507 dúzias	467\$580	BA	0\$922	
Total	5.511 dúzias	5:357\$540			0\$972
78 – Farinha de mandioca					
	13.000 alqueires	5:774\$200	RJ	0\$444	
	945 alqueires	567\$000	SC	0\$600	
	600 alqueires	384\$000	Santos	0\$640	
Total	14.545 alqueires	6:725\$200			0\$462
79 – Fechaduras					
	551	371\$280	RJ	0\$673	
Total	551	371\$280			0\$673

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
80 – Ferros de ancoragem					
	4	1:256\$320	BA	314\$080	
Total	4	1:256\$320			314\$080
81 – Ferros de arado					
	12	15\$360	RJ	1\$280	
Total	12	15\$360			1\$280
82 – Ferro em barra					
	463 quintais	4:977\$900	RJ	10\$751	
	159 quintais	1:526\$400	BA	9\$600	
Total	622 quintais	6:504\$300			10\$457
83 – Ferros de engomar de latão					
	35	39\$200	RJ	1\$120	
Total	35	39\$200			1\$120
84 – Ferro lavrado					
	4.556 arratéis	838\$080	BA	0\$183	
Total	4.556 arratéis	838\$080			0\$183
85 – Figos e passas					
	60 arrobas.	189\$480	RJ	3\$158	
Total	60 arrobas	189\$480			3\$158
86 – Fio de algodão e sapateiro					
	56 arrobas.	590\$400	RJ	10\$532	
Total	56 arrobas	590\$400			10\$532
87 – Fio de vela e sapateiro					
	6 arrobas	107\$520	BA	10\$542	
Total	6 arrobas	107\$520			10\$542

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
88 – Fitas e cadarços de seda					
	25.262 peças	43:681\$440	RJ	1\$729	
	287 peças	1:005\$760	BA	3\$504	
Total	25.549 peças	44:687\$200			1\$749
89 – Folces de ferro					
	880	496\$530	RJ	0\$564	
	188	120\$320	BA	0\$640	
Total	1.068	616\$850			0\$577
90 – Frascos e garrafas de vidro					
	4.040	1:022\$000	RJ	0\$252	
Total	4.040	1:022\$000			0\$252
91 – Fumo					
	6.563 arrobas	19:118\$960	RJ	2\$931	
	300 arrobas	800\$000	Santos	2\$666	
Total	6.863 arrobas	19:918\$960			2\$902
92 – Fustões e musselinas					
	3.470 côvados	2:556\$000	RJ	0\$736	
	2.868 côvados	1:835\$520	BA	0\$640	
Total	6.338 côvados	4:391\$520			0\$692
93 – Galfo de ouro e prata fina					
	322 onças	829\$700	RJ	2\$576	
Total	322 onças	829\$700			2\$576
94 – Garrazes					
	100 peças	480\$000	Lisboa	4\$800	
Total	100 peças	480\$000			4\$800
95 – Garrazes e elefantes					
	480 peças	3:480\$000	RJ	7\$250	
	815 peças	4:727\$000	BA	5\$800	
Total	1.295 peças	8:207\$000			6\$337

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
96 – Lemes de porta					
	712 pares	284\$800	RJ	0\$400	
	224 pares	33\$900	BA	0\$151	
Total	936 pares	318\$700			0\$340
97 – Lenços brancos e de tabaco					
	1.207	736\$550	PE	0\$610	
	14.733	12:788\$550	RJ	0\$868	
	13.741	9:465\$800	BA	0\$688	
Total	29.681	22:990\$900			0\$774
98 – Lenços de seda					
	1.270	583\$140	RJ	0\$459	
	54	45\$400	BA	0\$840	
Total	1.324	628\$540			0\$474
99 – Leques					
	90	223\$300	RJ	2\$481	
	30	28\$800	BA	0\$960	
Total	120	252\$100			2\$100
100 – Linhas de Guimarães e Oeiras					
	3.519 maços	6:901\$440	RJ	1\$961	
	1.420 maços	2:039\$050	BA	1\$435	
	134 maços	325\$800	PE	2\$431	
Total	5.073 maços	8:940\$490			1\$762
101 – Lona					
	30 peças	540\$000	Lisboa	18\$000	
	41 peças	820\$000	RJ	20\$000	
	30 peças	600\$000	BA	20\$000	
Total	101 peças	1:960\$000			19\$405
102 – Louça fina e do Porto					
	30 caixas	1:554\$860	RJ	51\$828	
	23 caixas	1:031\$800	BA	44\$860	
Total	53 caixas	2:586\$660			48\$804

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
103 – Luvas					
	99 dúzias	761\$440	RJ	7\$691	
	2 dúzias	12\$800	BA	6\$400	
Total	101 dúzias	774\$240			7\$665
104 – Machados					
	990	712\$800	RJ	0\$720	
Total	990	712\$800			0\$720
105 – Machados de carpinteiro					
	307	203\$250	BA	0\$750	
Total	307	203\$250			0\$750
106 – Meias de algodão e linha					
	70 dúzias	476\$000	Lisboa	6\$800	
	345 dúzias	3:927\$160	RJ	11\$383	
	178 dúzias	2:237\$040	BA	12\$569	
	21 dúzias	245\$000	PE	11\$666	
Total	614 dúzias	6:885\$200			11\$213
107 – Meias de seda					
	231 pares	762\$400	RJ	3\$300	
	101 pares	232\$300	BA	2\$300	
Total	332 pares	994\$700			2\$996
108 – Navalhas de barba					
	115 dúzias	230\$000	RJ	2\$000	
Total	115 dúzias	230\$000			2\$000
109 – Olandas cruas					
	90 peças	540\$000	Lisboa	6\$000	
	792 peças	8:723\$800	RJ	11\$014	
	283 peças	2:690\$400	BA	9\$560	
	10 peças	92\$000	PE	9\$200	
Total	1.175 peças	12:046\$200			10\$252

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
110 – Olandilhas					
	243 peças	733\$600	RJ	3\$018	
	17 peças	35\$900	BA	2\$111	
Total	260 peças	769\$500			2\$960
111 – Panos de algodão do Brasil					
	26.814 varas	4:704\$900	RJ	0\$175	
	1.285 varas	256\$600	BA	0\$199	
	4.000 varas	640\$000	Santos	0\$160	
Total	32.099 varas	5:601\$500			0\$174
112 – Panos de lã					
	693 côvados	829\$900	Lisboa	1\$197	
	7.323 côvados	9:356\$000	BA	1\$277	
	34.062 côvados	60:531\$200	RJ	1\$777	
Total	42.078 côvados	70:717\$100			1\$681
113 – Panos de linho					
	126.998 varas	54:319\$500	RJ	0\$427	
	18.206 varas	7:961\$770	BA	0\$437	
	5.000 varas	2:328\$760	PE	0\$465	
	400 varas	200\$000	SC	0\$500	
Total	150.604 varas	64:810\$030			0\$430
114 – Panos de linho da Alemanha					
	8 peças	240\$000	BA	30\$000	
	55 peças	1:650\$000	RJ	30\$000	
Total	63 peças	1:890\$000			30\$000
115 – Panos de linho da Irlanda					
	12 peças	144\$000	Lisboa	12\$000	
	10 peças	200\$000	BA	20\$000	
Total	22 peças	344\$000			15\$636

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
116 - Papel					
	85 resmas	161\$000	Lisboa	1\$894	
	319 resmas	834\$650	RJ	2\$616	
	364 resmas	993\$900	BA	2\$730	
	33 resmas	135\$200	PE	4\$096	
Total	801 resmas	2:124\$750			2\$653
117 - Peças de nobreza					
	257 côvados	251\$860	Lisboa	0\$980	
	221 côvados	257\$600	BA	1\$165	
Total	478 côvados	509\$460			1\$066
118 - Peças de Ruão					
	445 peças	3:617\$800	RJ	8\$129	
Total	445 peças	3:617\$800			8\$129
119 - Pelúcia					
	60 côvados	108\$000	RJ	1\$800	
	150 côvados	231\$000	BA	1\$540	
Total	210 côvados	339\$000			1\$614
120 - Peneiras					
	39 dúzias	129\$600	RJ	3\$323	
Total	39 dúzias	129\$600			3\$323
121 - Pentes					
	94 dúzias	67\$680	RJ	0\$720	
Total	94 dúzias	67\$680			0\$720
122 - Piche					
	8 barris	200\$000	RJ	25\$000	
	3 barris	60\$000	BA	20\$000	
Total	11 barris	260\$000			23\$636
123 - Pollame para embarcações					
	327 peças	261\$600	BA	0\$800	
Total	327 peças	261\$600			0\$800

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
124 – Polvilho					
	9 caixas	85\$000	RJ	9\$444	
Total	9 caixas	85\$000			9\$444
125 – Pólvora					
	5 barris	264\$000	RJ	52\$800	
	3 barris	96\$000	BA	32\$000	
Total	8 barris	360\$000			45\$000
126 – Pregos de todas as qualidades					
	2.245 arratéis	12:612\$500	RJ	5\$618	
	262,4 arratéis	1:469\$440	BA	5\$600	
Total	2.507,4 arratéis	14:081\$940			5\$616
127 – Pregos estopares					
	50 arratéis	35\$000	Lisboa	0\$700	
Total	50 arratéis	35\$000			0\$700
128 – Pregos de ferro					
	40 arratéis	400\$000	Lisboa	10\$000	
Total	40 arratéis	400\$000			10\$000
129 – Rabecão					
	1	16\$000	SC	16\$000	
Total	1	16\$000			16\$000
130 – Roupões					
	18 peças	220\$560	RJ	12\$253	
	7 peças	129\$360	BA	18\$480	
Total	25 peças	349\$920			13\$996
131 – Roupões de cetim					
	18 peças	1:270\$080	BA	70\$560	
Total	18 peças	1:270\$080			70\$560

continua

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
132 – Rendas pretas de linha					
	835 peças	2:627\$000	RJ	3\$146	
Total	835 peças	2:627\$000			3\$146
133 – Rendas pretas de Retrós					
	330 varas	547\$120	RJ	1\$657	
	406 varas	328\$800	BA	0\$809	
Total	736 varas	875\$920			1\$189
134 – Retrós e torçal					
	720 arratéis	5:239\$300	RJ	7\$276	
	116 arratéis	775\$000	BA	6\$681	
Total	836 arratéis	6:014\$300			7\$194
135 – Riscados					
	404 peças	996\$260	RJ	2\$465	
Total	404 peças	996\$260			2\$465
136 – Riscados de Hamburgo					
	26 peças	221\$000	BA	8\$500	
Total	26 peças	221\$000			8\$500
137 – Salas de barra					
	200 cortes	400\$000	Lisboa	2\$000	
Total	200 cortes	400\$000			2\$000
138 – Salas barradas e bordadas					
	36	249\$700	RJ	6\$936	
	258	1:651\$200	BA	6\$400	
Total	294	1:900\$900			6\$466
139 – Sal					
	3.900 alqueires	1:560\$000	Lisboa	0\$400	
	11.914 alqueires	9:531\$200	RJ	0\$800	
	35.959 alqueires	23:877\$760	BA	0\$664	
	15.915 alqueires	10:553\$600	PE	0\$663	
Total	67.688 alqueires	45:522\$560			0\$673

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
140 – Sapatos bordados					
	20 cortes	18\$000	RJ	0\$900	
	52 cortes	44\$200	BA	0\$850	
Total	72 cortes	62\$200			0\$863
141 – Sarja de lã					
	15 peças	520\$880	RJ	34\$725	
Total	15 peças	520\$880			34\$725
142 – Selézias					
	9 peças	394\$800	RJ	43\$866	
Total	9 peças	394\$800			43\$866
143 – Tabaco em pó					
	14 arrobas	163\$600	RJ	11\$685	
Total	14 arrobas	163\$600			11\$685
144 – Tafetá					
	1.786 côvados	870\$400	RJ	0\$487	
	543 côvados	238\$920	BA	0\$440	
Total	2.329 côvados	1:109\$320			0\$476
145 – Tecidos de seda					
	281 peças	17:641\$000	RJ	62\$708	
	12 peças	732\$800	BA	61\$066	
	2 peças	122\$400	PE	61\$200	
Total	295 peças	18:496\$200			62\$699
146 – Tijolos de Dôme					
	8.540	700\$400	RJ	0\$082	
Total	8.540	700\$400			0\$082

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
147 - Trez de colchão					
	38 peças	290\$800	RJ	7\$652	
	7 peças	84\$200	BA	12\$028	
Total	45 peças	375\$000			8\$333
148 - Trinchetes					
	54 dúzias	51\$840	RJ	0\$960	
Total	54 dúzias	51\$840			0\$960
149 - Veludo					
	61 côvados	158\$600	Lisboa	2\$600	
	145 côvados	522\$000	BA	3\$600	
	156 côvados	624\$000	RJ	4\$000	
Total	362 côvados	1:304\$600			3\$604
150 - Vestidos de cambrala bordados					
	12	115\$200	RJ	9\$600	
Total	12	115\$200			9\$600
151 - Vidros					
	2 caixas	165\$440	RJ	82\$720	
Total	2 caixas	165\$440			82\$720
152 - Vinagre					
	35 pipas	2:118\$000	RJ	60\$514	
	1 pipa	54\$000	BA	54\$000	
	2 pipas	112\$000	Santos	56\$000	
Total	38 pipas	2:284\$000			60\$105
153 - Vinhático para construção					
	64 tábuas	214\$880	BA	3\$357	
Total	64 tábuas	214\$880			3\$357

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Proc.	P. unit.	P. médio
154 – Vinho					
	194 pipas	19:400\$000	RJ	100\$000	
	17 pipas	1:700\$000	BA	100\$000	
	4 pipas	216\$600	Santos	54\$150	
Total	215 pipas	21:316\$600			99\$146
155 – Xales de cassa					
	37	74\$880	RJ	2\$023	
Total	37	74\$880			2\$023
156 – Xales de cassa e cambraia					
	44	102\$480	BA	2\$329	
Total	44	102\$480			2\$329
<hr style="border-top: 1px dashed black;"/>					
142 – b – Surrates					Obs.
	256 peças	409\$600	RJ	1\$600	
Total	256 peças	409\$600			1\$600

Tabela 22
EXPORTAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO EM 1802

	Quantidade	Valor	Dest.	P. unit.	P. médio
1 - Cabelo					
	288 arrobas	285\$ 100	RJ	0\$ 989	
Total	288 arrobas	285\$ 100			0\$ 989
2 - Carne fresca					
	238.524 arrobas	127:364\$ 920	RJ	0\$ 533	
	268.092 arrobas	142:715\$ 520	BA	0\$ 532	
	169.395 arrobas	94:057\$ 600	PE	0\$ 555	
	4.250 arrobas	2:210\$ 000	SC	0\$ 520	
Total	680.261 arrobas	366:348\$ 040			0\$ 538
3 - Carne salgada					
	150 barris	1:600\$ 000	RJ	10\$ 666	
	4 barris	96\$ 000	RJ	24\$ 000	
	266 barris	2:128\$ 000	RJ	8\$ 000	
	2 barris	1:600\$ 000	PE	8\$ 000	
	2 barris	1:600\$ 000	PE	8\$ 000	
Total	424 barris	3:856\$ 000			9\$ 094
4 - Cascos de pipas					
	11	22\$ 000	RJ	2\$ 000	
Total	11	22\$ 000			2\$ 000
5 - Cebola					
	200 réstias	12\$ 000	RJ	0\$ 06	
Total	200 réstias	12\$ 000			0\$ 06
6 - Cevada					
	62 alqueires	69\$ 440	RJ	1\$ 120	
	8 alqueires	8\$ 960	PE	1\$ 120	
Total	70 alqueires	78\$ 400			1\$ 120

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Dest.	P. unit.	P. médio
7 - Couros secos					
	218.401	174:727\$ 200	RJ	0\$ 800	
	16.814	13:244\$ 000	BA	0\$ 789	
	872	849\$ 600	PE	0\$ 974	
Total	236.087	188:820\$ 800			0\$ 799
8 - Couros salgados					
	2.071	2:071\$ 000	BA	1\$ 000	
Total	2.071	2:071\$ 000			1\$ 000
9 - Embarcações					
	1 bergantim	7:200\$ 000	PE	7:200\$ 000	
	1 bergantim	12:800\$ 800	BA	12:800\$ 000	
	1 bergantim	14:800\$ 000	BA	14:800\$ 000	
	1 sumaca	7:200\$ 000	BA	7:200\$ 000	
Total	4	42:000\$ 000			10:500\$ 000
10 - Farinha de trigo					
	1.812 arrobas	2:899\$ 200	BA	1\$ 600	
	152 arrobas	242\$ 200	PE	1\$ 593	
Total	1.964 arrobas	3:141\$ 400			1\$ 599
11 - Graxa					
	397 arrobas	397\$ 000	RJ	1\$ 000	
	12 arrobas	12\$ 000	BA	1\$ 000	
	10 arrobas	10\$ 000	PE	1\$ 000	
Total	419 arrobas	419\$ 000			1\$ 000
12 - Meios de sola					
	638	638\$ 000	RJ	1\$ 000	
Total	638	638\$ 000			1\$ 000
13 - Peixe salgado					
	8 barris	64\$ 000	PE	8\$ 000	
Total	8 barris	64\$ 000			8\$ 000

continua

continuação

	Quantidade	Valor	Dest.	P. unit.	P. médio
14 - Pontas de boi					
	108.140	1:081\$400	RJ	10\$000	
	4.000	40\$000	BA	10\$000	
Total	112.140	1:121\$400			10\$000
15 - Queijos					
	700	224\$000	RJ	0\$320	
	1.000	320\$000	BA	0\$320	
	600	193\$000	PE	0\$321	
Total	2.300	737\$000			0\$320
16 - Sabão					
	5 caixões	90\$000	RJ	18\$000	
Total	5 caixões	90\$000			18\$000
17 - Sebo					
	20.315 arrobas	20:315\$000	RJ	1\$000	
	11.351 arrobas	12:174\$800	BA	1\$092	
	5.926 arrobas	9:983\$600	PE	1\$684	
	40 arrobas	40\$000	SC	1\$000	
Total	37.632 arrobas	42:513\$400			1\$129
18 - Trigo					
	114.937 alqueires	147:118\$720	RJ	1:299\$994	
Total	114.937 alqueires	147:118\$720			1:299\$994
19 - Velas de sebo					
	148 caixões	899\$600	RJ	6\$098	
	3 caixões	18\$000	BA	6\$000	
	5 caixões	32\$000	PE	6\$400	
Total	156 caixões	949\$600			6\$087

De 1802 para 1810 não só ocorreu um crescimento quantitativo como também qualitativo. Houve aumento do volume de mercadorias em circulação e das áreas fornecedoras e consumidoras. Com a abertura dos portos às nações amigas, ato que foi complementado pelo acordo comercial de 1810 com a Inglaterra, verifica-se a eliminação do Pacto Colonial. O comércio do Rio Grande do Sul, em consequência, internacionaliza-se.

Não há diversificação da produção gaúcha, que continua com a predominância do charque e do trigo; mas o consumo, além de aumentar em proporção maior, vai se diversificando. Isto significa dizer que a simplicidade da família gaúcha, a que já se fez referência, vai desaparecendo à medida que as mercadorias inglesas chegam em quantidade cada vez maior e a baixo preço. A demonstração a seguir mostra o volume do comércio sul-rio-grandense em 1810.

IMPORTAÇÃO DA CAPITANIA NO ANO DE 1810

do Rio de Janeiro	686:355\$440
da Bahia	217:570\$590
de Pernambuco	33:022\$200
de Santa Catarina	37:878\$700
da vila de Santos	11:729\$920
de Parati	3:406\$800
da Cananóia	1:099\$600
de Paranaguá	827\$600
de Laguna	390\$000
de Campos	740\$300
do rio São Francisco	2:458\$000
da ilha do Cabo Verde	1:980\$000
de Londres	11:051\$420
de Filadélfia	1:807\$200
de Montevidéu	1:680\$000
do presídio de Santa Teresa, do domínio espanhol por terra	1:475\$000
	<u>1.018:996\$270</u>

EXPORTAÇÃO DA CAPITANIA NO ANO DE 1810²¹

para o Rio de Janeiro	520:619\$140
para a Bahia	309:622\$720
para Pernambuco	66:375\$800
para o Maranhão	38:805\$000
para o Parati	11:724\$000
para Santa Catarina	10:851\$400
para Campos	4:850\$000
para Cabo da Boa Esperança	105\$600
para Filadélfia	5:930\$000
para a ilha de Cuba	2:051\$900
	<u>970:895\$560</u>

Por essa época, todo o Brasil e toda a sociedade brasileira passam por importantes transformações. No Rio Grande do Sul o comércio sofre considerável modificação, cuja natureza e extensão não passavam despercebidas do povo. "A importação consistia, até ali, em lãs de Portugal,

algodão grosso brasileiro, variada quinquilharia, louça, sal, tabaco, açúcar, aguardente e escravos. Alguns desses artigos começavam a ressentir-se da concorrência dos fabricantes ingleses, cuja produção saía mais barata e se adaptava melhor ao crescente desejo de ostentação, consequência da riqueza oriunda de várias fontes". E, continuando, afirma que no ano de 1808 partiram 150 navios do porto do Rio Grande, metade dos quais para o Rio de Janeiro²². Mas é ainda M. A. de Magalhães que nos fornece alguns dados interessantes sobre o comércio gaúcho. Senão vejamos:

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1804	930:000\$000	1.111:000\$000
1805	1.058:000\$000	1.215:000\$000
1806	1.163:000\$000	1.057:000\$000
1807	1.217:000\$000	1.109:000\$000 ²³

Como se vê, há um desencontro nas informações, o que dificulta o nosso trabalho. Mas o maior problema para o estudo da economia gaúcha no século XVIII é a ausência de dados numéricos que nos permitam formar séries estatísticas e construir curvas. Nós o conseguimos apenas para o final daquele século e começo do século XIX, e o apresentaremos a seguir.

Apresentaremos em primeiro lugar um quadro geral das exportações do Rio Grande no período de 1790 a 1797²⁴ (tabela 23, pág. 135), por onde se poderá verificar o crescimento do comércio e da economia. Por ele se verá ainda que, além da diversificação da produção, pelo Rio Grande saíam moedas espanholas e nacionais em quantidade considerável.

Um elemento que nos pode servir de base para avaliação do crescimento do comércio e da economia do Rio Grande do Sul é o movimento de embarcações com o porto do Rio de Janeiro, então principal centro consumidor dos produtos gaúchos. Para isto, conseguimos o levantamento do movimento de embarcações do porto do Rio de Janeiro com os portos meridionais (tabela 24, pág. 136), por onde se pode verificar a importância do Rio Grande, comparando os números²⁵. Depois do quadro do movimento de navios, apresentaremos um quadro dos navios que se movimentaram entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande, acompanhado de um gráfico (gráfico à pág. 137; tabela 25, à pág. 138). A seguir, as exportações de trigo e carne-seca para o Rio de Janeiro no período de 1791 a 1808, bem como os preços médios (tabela 26, pág. 138, e tabela 27, pág. 140). E para analisar o comportamento dos preços apresentamos também um gráfico comparativo (pág. 139) por onde se pode verificar que os preços da carne se mantiveram mais ou menos estáveis, com uma ligeira tendência

Tabela 23
MOVIMENTO DE EXPORTAÇÃO DO PORTO DO RIO GRANDE DE 1790 a 1797

Anos	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	Soma dos 8 anos	Preços médios	Rendimento
Embarcações	87	114	112	121	137	140	144	146			
Trigo - siq.	73.044	109.298	109.739	85.854	62.818%	30.538%	89.550	66.933%	625.776%	1\$ 720	700:869\$ 980
Farinha de trigo - ar.	3.715	3.313	2.606	1.017	822	170	2.811	8	14.462	1\$ 330	19:234\$ 460
Charque - ar.	209.418	255.326	259.671	404.745	443.462	486.901	492.650	555.070	3.143.243	540	1.697.350\$ 950
Sebo - ar.	11.064	1.508	16.070	19.100	25.589	27.820	26.428	34.977%	162.556%	820	133:296\$ 330
Courros em cabelo	111.001	128.245	145.571	127.042	180.746	203.108	133.627	205.197	1.238.532	950	1.176:605\$ 400
Queijos	28.894	6.387	3.985	4.394	2.366	4.041	4.529	3.779	58.375	300	17:512\$ 500
Manteiga - ar.	12	-	38	80	20	145	12	48	355	2\$ 240	795\$ 200
Graxa de vaca - ar.	-	-	-	60	316	651	510	260	1.797	850	1:527\$ 450
Vela de sebo - ólea.	-	-	-	700	2.600	1.070	3.918	3.060	11.348	100	1:134\$ 800
Lã - ar.	20	-	89	-	5	-	11	5	130	1\$ 600	208\$ 000
Covada - siq.	-	-	-	53	320	24	45	8%	450%	800	360\$ 000
Erva-mate - ar.	-	-	2	-	40	59	8	39	148	1\$ 600	236\$ 800
Cabelo de animais - ar.	-	-	58	-	33	5	38	193	327	1\$ 000	327\$ 000
Chifres	-	-	-	164	402	35.560	66.547	74.812	177.485	8	1:419\$ 880
Cobolas - sésia	-	-	-	200	1.020	603	600	955	3.378	100	337\$ 800
Ervilha - siq.	-	-	-	-	-	-	84	-	84	640	53\$ 760
Feijão - siq.	-	-	-	-	-	-	82	-	82	640	52\$ 480
Biscoito - ar.	-	-	-	-	-	-	-	29	29	2\$ 400	69\$ 600
Pelos de veado	-	-	-	-	-	-	-	112	112	500	56\$ 000
Pelos de onça	-	-	-	-	-	-	-	11	11	2\$ 560	28\$ 160
Moeda espanhola (paços fortes)	11.640	71.188	43.517	6.296	4.913	17.853	10.329	140	165.876	750	124:407\$ 000
Moeda nacional	8.047\$ 680	3.494\$ 000	3.225\$ 075	3.400\$ 000	16.370\$ 065	18.332\$ 300	25.571\$ 910	-	-	-	78:456\$ 950
Soma total nos 8 anos											3.954:340\$ 880

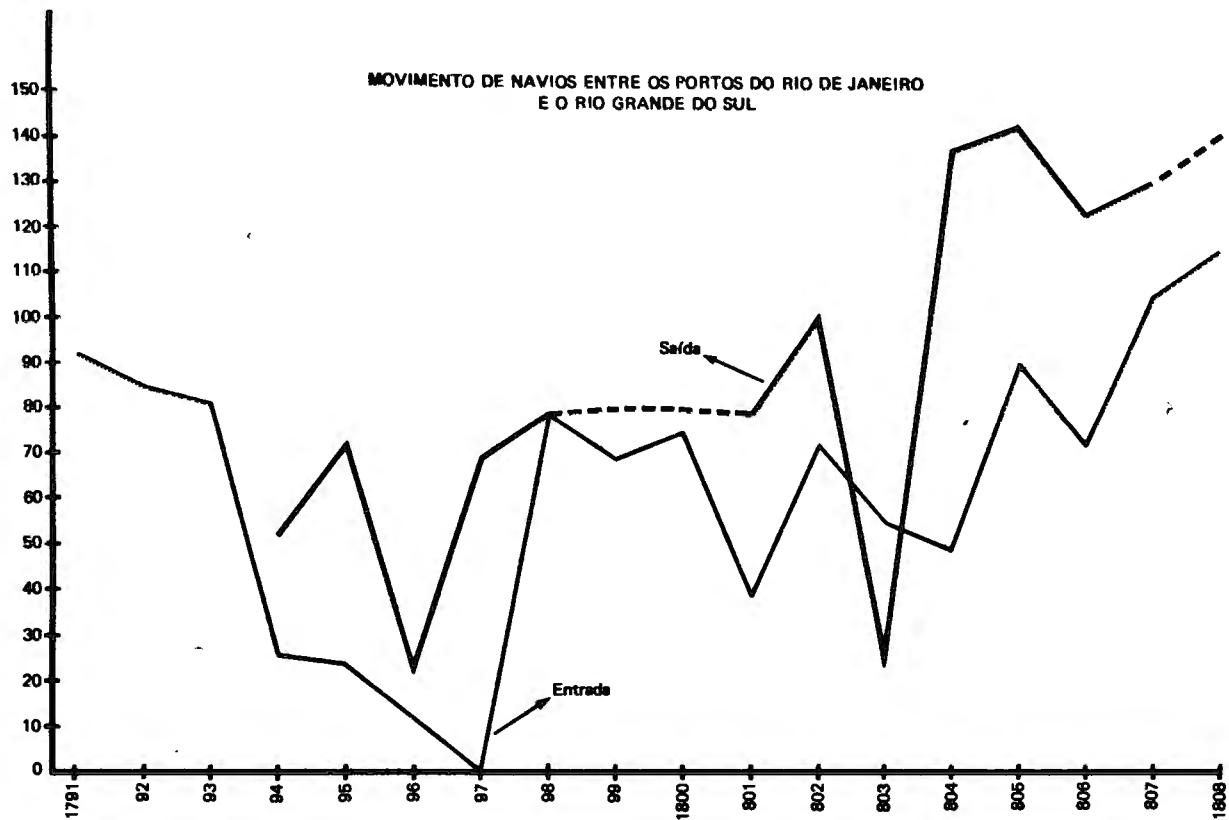


Tabela 25
MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO
COM OS DO RIO GRANDE E PORTO ALEGRE

Ano	Entrada	Saída
1791	92	—
1792	—	—
1793	81	—
1794	26	52
1795	24	72
1796	12	22
1797	—	69
1798	79	—
1799	69	—
1800	75	—
1801	39	79
1802	72	100
1803	55	24
1804	49	137
1805	90	142
1806	72	123
1807	105	130
1808	115	—

Tabela 26
EXPORTAÇÕES DA CAPITANIA, PELOS PORTOS DO RIO GRANDE E
PORTO ALEGRE PARA O RIO DE JANEIRO

Ano	Trigo em grãos (alqueire)		Carne charqueada (arroba)	
	Quantidade	Preço	Quantidade	Preço
1791	97.752	—	25.820	—
1792	—	—	—	—
1793	76.976	—	168.279	—
1794	33.598	—	88.230	—
1795	8.950	—	53.201	—
1796	29.114	1\$150	25.941	565
1797	—	—	—	—
1798	69.300	1\$000	143.425	700
1799	91.190	1\$300	117.560	640
1800	51.138	1\$060	173.430	500
1801	42.008	1\$422	103.050	587
1802	81.185	1\$244	208.269	507
1803	85.553	860	106.515	569
1804	66.979	1\$530	121.526	494
1805	82.018	2\$400	227.844	520
1806	96.094	2\$230	166.098	518
1807	116.500	1\$432	187.516	503
1808	212.780	950	201.982	550

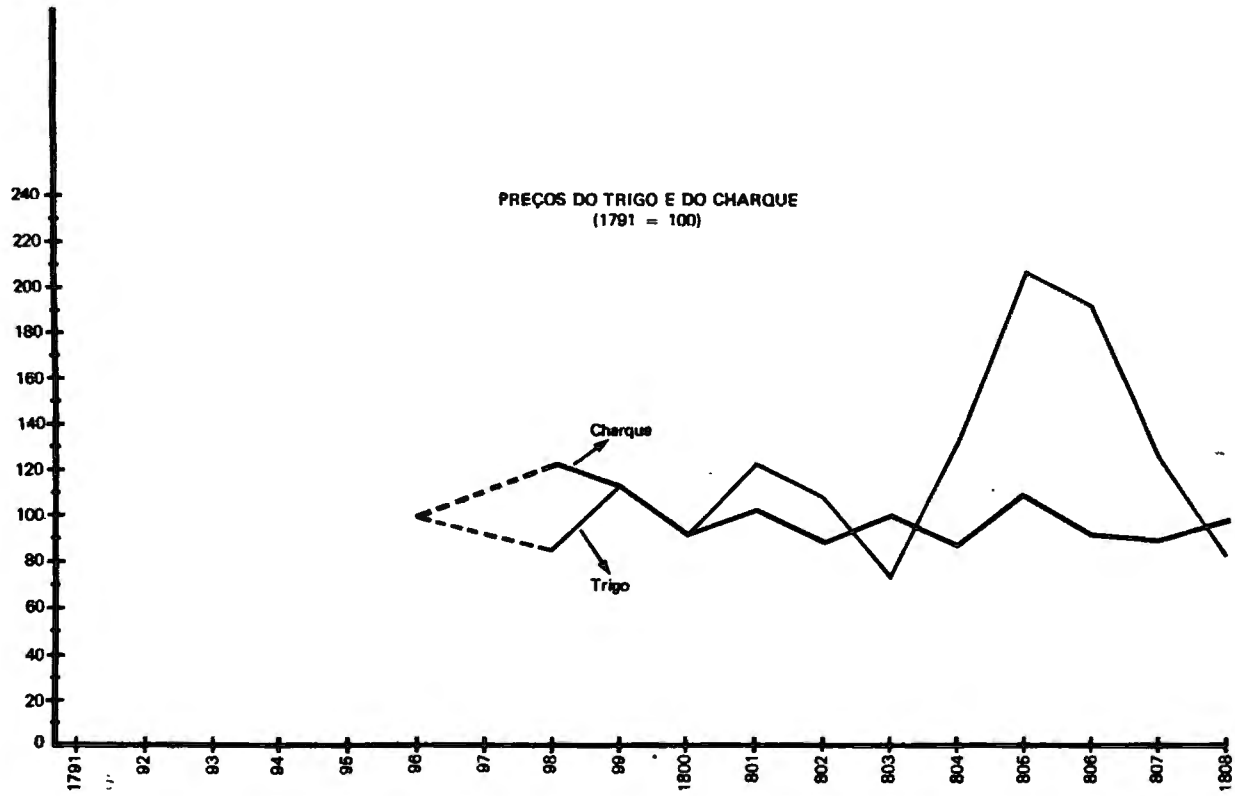


Tabela 27
PREÇOS DO TRIGO E DO CHARQUE

Ano	Trigo (alqueire)		Charque (arroba)	
	Preço	Índice	Preço	Índice
1791				
1792				
1793				
1794				
1795				
1796	1\$150	100	565	100
1797	—	—	—	—
1798	1\$000	86	700	123
1799	1\$300	113	640	113
1800	1\$060	92	500	88
1801	1\$422	123	587	103
1802	1\$244	108	507	89
1803	860	74	569	100
1804	1\$530	133	494	87
1805	2\$400	208	520	109
1806	2\$230	193	518	91
1807	1\$432	124	503	89
1808	950	82	550	97

para baixa. Esta situação se explica pelo fato de que a produção se mantém num crescimento contínuo.

Enquanto isto ocorre, o gráfico dos preços do trigo apresenta muitas oscilações, sendo que o ano de 1805 contém uma alta extraordinária. Então identificamos as fases altas como momentos de depressão na produção, que ocorreria por chuvas excessivas, por falta destas ou ainda por outras razões. O caso do ano de 1805 deve ter sido marcado pelo aparecimento da ferrugem nos triguais. É que se a demanda aumentava a produção não podia diminuir.

Apresentamos também um quadro das exportações dos principais produtos gaúchos no período de 1805 a 1820 (tabela 28, pág. 141), para depois apresentar outro unindo esses dados com os anteriores e representando as exportações de trigo, carne-seca e couros, no período de 1790 a 1820 (tabela 29, pág. 142). O que é bastante significativo para o estudo do comportamento da economia gaúcha no final do século XVIII e começo do século XIX.

Os gráficos correspondentes, embora com muitas curvas, apresentam um ritmo de crescimento muito acentuado (págs. 143, 144).

Tabela 28
EXPORTAÇÕES DA CAPITANIA PELOS PORTOS DO RIO GRANDE E PORTO ALEGRE, DE 1805 a 1820

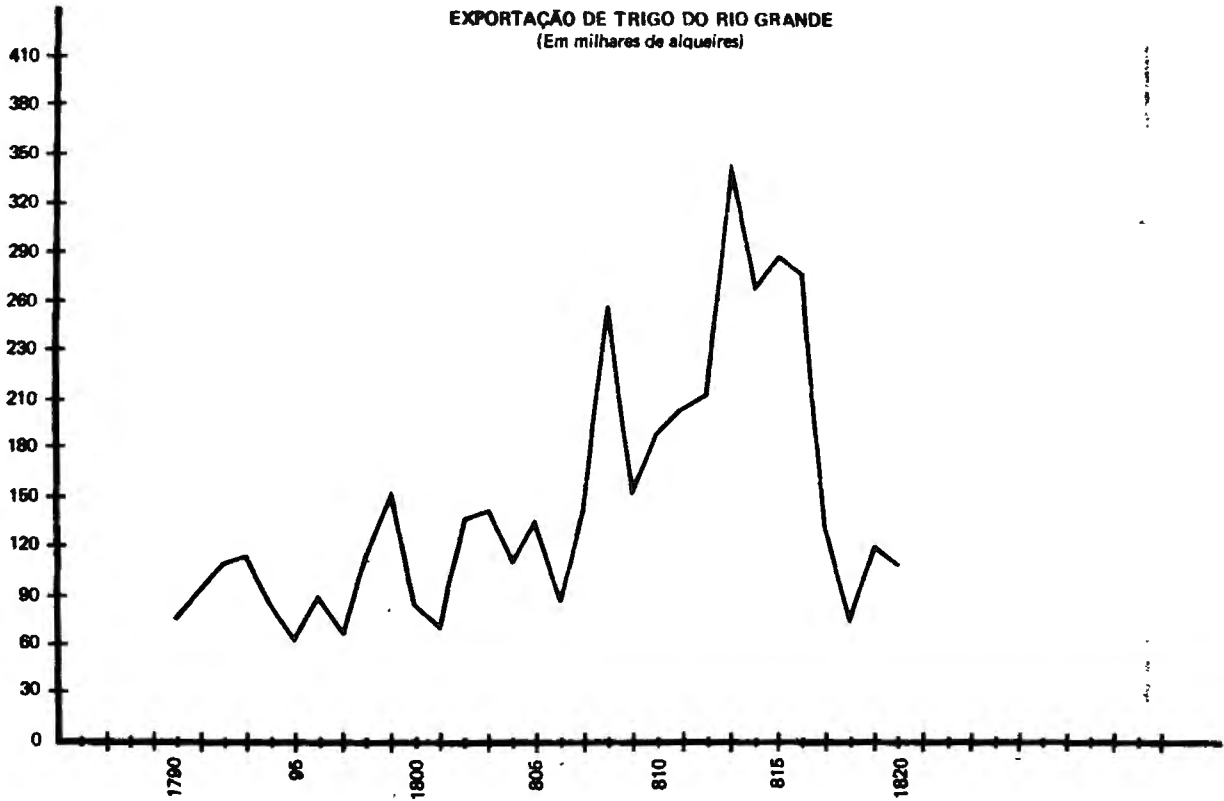
Ano	Trigo (alqueires)	Couros (unidades)	Cnarque (arrobas)	Sebo (arrobas)	Graxa (arrobas)	Chifres (unidades)	Barris de carnes	Cabelo (arrobas)
1805	136.825	369.216	951.910	59.831	2.580	389.995	—	117
1806	87.755	314.124	806.776	58.472	620	325.751	7.125	39
1807	140.338	403.393	966.052	65.504	964	417.268	803	67
1808	257.308	247.991	868.070	62.556	760	274.411	890	30
1809	154.038	217.772	741.762	56.673	340	376.148	20.680	45
1810	190.545	329.141	891.799	67.996	1.460	324.262	1.958	24
1811	205.534	293.692	1.038.556	79.141	590	386.603	1.026	150
1812	213.928	359.911	1.243.972	96.419	670	433.095	1.675	—
1813	342.087	358.826	1.108.702	96.651	5.335	217.501	880	111
1814	270.349	421.313	1.303.515	108.207	9.213	307.568	1.673	87
1815	288.447	419.941	1.259.620	85.514	5.057	354.660	1.705	156
1816	279.621	398.912	1.933.300	84.597	5.892	637.860	937	675
1817	133.359	238.679	763.143	43.496	8.440	354.439	962	847
1818	76.395	290.950	919.482	63.914	10.648	403.313	1.720	2.726
1819	121.542	210.806	770.648	54.551	7.908	279.528	320	231
1820	109.608	272.678	948.986	66.056	9.901	402.788	394	129

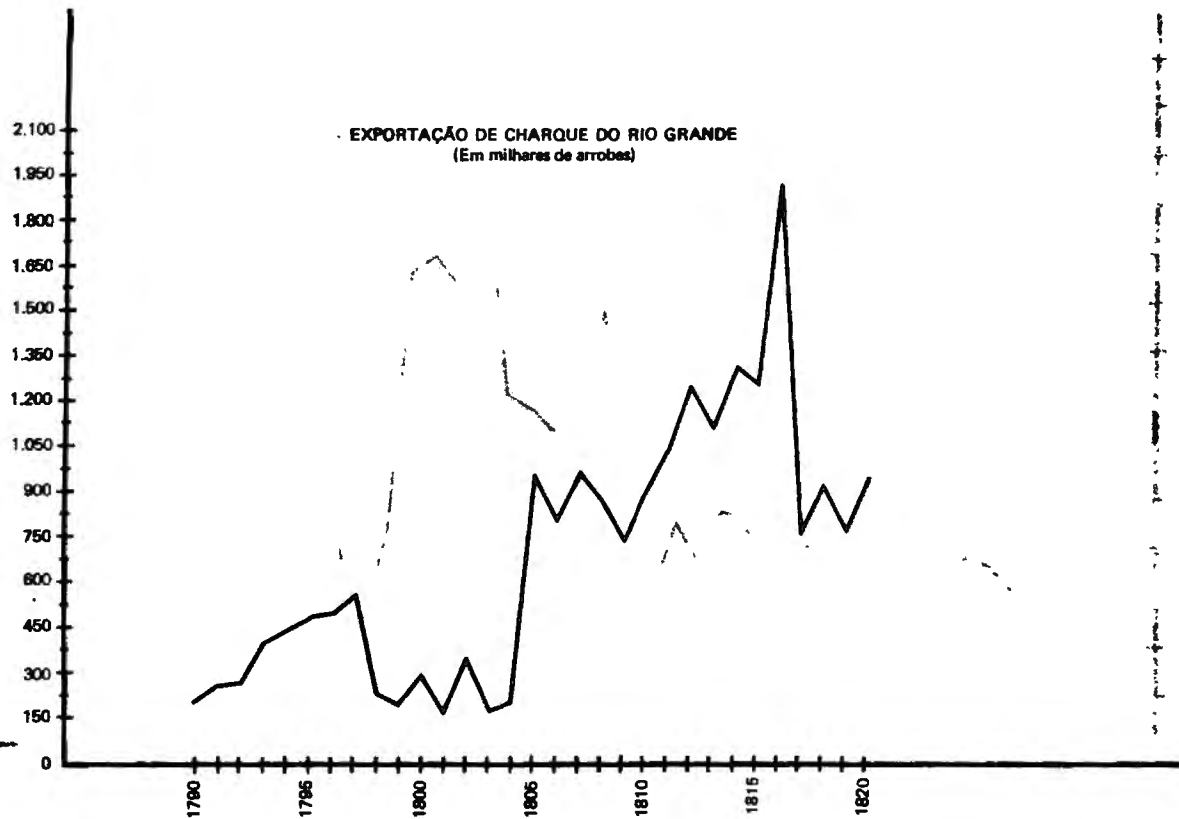
Tabela organizada com dados apresentados por CHAVES, Antônio Gonçalves — “Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Ano II. Porto Alegre, 1922, p. 275/276.

Tabela 29
EXPORTAÇÃO DE TRIGO, CHARQUE E COUROS, DE 1790 a 1820

Ano	Trigo (alqueire)	Charque (arroba)	Couros (unidade)
1790	73.044	209.418	111.001
1791	107.298	255.326	128.245
1792	109.739	259.671	145.571
1793	85.854	404.745	127.042
1794	62.818	443.462	180.746
1795	30.539	486.901	203.103
1796	89.550	492.650	133.627
1797	66.933	555.070	205.197
1798	115.500	238.333	-
1799	151.198	195.935	-
1800	85.390	289.050	-
1801	70.013	171.750	-
1802	135.308	347.115	-
1803	142.593	177.525	-
1804	111.631	202.543	-
1805	136.825	951.910	369.216
1806	87.755	806.776	314.124
1807	140.338	966.052	403.393
1808	257.308	868.070	247.991
1809	154.038	741.762	217.772
1810	190.545	891.799	329.141
1811	205.534	1.038.556	293.692
1812	213.928	1.243.972	359.911
1813	342.087	1.108.702	358.826
1814	270.349	1.303.515	421.313
1815	288.447	1.259.620	419.941
1816	279.621	1.933.300	398.912
1817	133.359	763.143	238.679
1818	76.395	919.482	290.950
1819	121.542	770.648	210.806
1820	109.608	948.986	272.678

EXPORTAÇÃO DE TRIGO DO RIO GRANDE
(Em milhares de alqueires)





NOTAS

- 1) ROSCIO, João Francisco – *Compêndio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro*. Mss. da B.N. Rio, 22/1/28.
- 2) COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo – *Obras econômicas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966, p. 78.
- 3) A. N. Rio, caixa 749, capitania do Rio Grande do Sul.
- 4) DREYS, Nicolau – op. cit., p. 154.
- 5) ROSCIO, João Francisco – op. cit.
- 6) Relatório do marquês do Lavradio. In CARNAXIDE, Visconde de – *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 326.
- 7) Relatório . . . op. cit., p. 327.
- 8) Idem.
- 9) Representação dos negociantes da praça do Rio Grande – A.H.U. Rio Grande do Sul, caixa 7. Esse documento não é datado, mas o identificamos como pertencente à década de 1780.
- 10) Relatório . . . op. cit., p. 327.
- 11) Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa – A.N. Rio, cod. 72 e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio, 1860, t. 23, p. 229/230.
- 12) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 7.
- 13) Idem.
- 14) Idem.
- 15) BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz – *Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro*. Mss. da B.N. Lisboa.
- 16) PIZZARRO E ARAÚJO, Monsenhor José de Sousa Azevedo – *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Tomo IV, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1820, Tomo IX, p. 332/334.
- 17) DREYS, Nicolau – op. cit., p. 154.
- 18) MAGALHÃES, Manuel Antônio de – “Almanak da vila de Porto Alegre”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1867, t. 30, p. 64/65.
- 19) Veja-se *Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para os anos 1792 e 1794*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1940.
- 20) A.H.U. Rio Grande do Sul, caixa 8.
- 21) A.N. Rio, caixa 448.
- 22) LUCCOCK, J. – *Aspectos sul-rio-grandenses*. Rio de Janeiro, Record, 1935, p. 31/32.
- 23) MAGALHÃES, Manuel Antônio de – op. cit., p. 72.
- 24) Mapa das embarcações que saíram do porto do Rio Grande de São Pedro do Sul e dos gêneros que transportaram. A.H.N. Rio de Janeiro, caixa (1797).
- 25) Para a organização do quadro do movimento de embarcações do Rio de Janeiro com os portos meridionais, consultamos o cod. 156, vols. 3, 4, 5, 6, 8 e 9; cod. 157, vols. 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do Arquivo Nacional, que registram a saída de embarcações. Consultamos também os cods. 57 – 3.5, 57 – 3.6 e 57 – 3.8 do Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

da Guanabara, que registram as entradas de embarcações no porto do Rio de Janeiro.

3.3. O RIO GRANDE DO SUL COMO ENTREPOSTO DE COMÉRCIO COM O VICE-REINO DO PRATA

Para a melhor compreensão desta questão, o Rio Grande deve ser entendido como uma realidade geográfica, da qual faziam parte a ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento. Dentro desta realidade geográfica se desenrolaram alguns dos fatos que relataremos.

O comércio português com a América Espanhola nasceu no século XVI, evoluiu no século seguinte e no setecentismo atingiu grande importância. A princípio foram tímidos ensaios, tentativas de contrabando, mas depois esses ensaios se tornaram sistemáticos e os esforços se desenvolveram regularmente.

O negócio de contrabando no Rio da Prata teve a seu favor o desenvolvimento do comércio legal e clandestino de negros em toda a América Espanhola, feito pelos portugueses principalmente, que desde cedo se ligaram aos contraventores espanhóis. Assim, logo no primeiro período da história do tráfico no Rio da Prata, encontramos um contratante português, Pedro Gomes Reinel. Desde 1595, com o "asiento" de Reinel e durante a primeira metade do século XVII (período português), os portugueses desfrutaram da hegemonia do comércio negreiro¹.

No começo do século XVIII, com a ascensão dos Bourbons ao trono de Espanha, o "asiento" de negros foi transferido para a França, que passou a ocupar o lugar de Portugal no tráfico; mas esse monopólio não durou muito tempo, pois foi substituído pelo inglês, tendo o "asiento" sido celebrado com o próprio rei da Inglaterra que o transferiu pouco depois para a South Sea Company². Mas o comércio negreiro era na verdade uma cobertura para a exportação de manufaturas européias e extração de produtos platinos.

O Rio de Janeiro também teve importante papel como porto intermediário desse intercâmbio comercial. Geralmente os artigos europeus destinados ao Prata vinham para o Rio de Janeiro de onde depois eram despachados para outros entrepostos como Santa Catarina, vila do Rio Grande, Porto Alegre ou Colônia do Sacramento, de onde legalmente ou contrabandeados entravam no Vice-Reino do Prata. Assim, não só foram usados como escalas pelos portugueses como também pelos franceses e ingleses, quase sempre de comum acordo com os lusos.

Vieira Fazenda transcreve um curioso documento de grande importância para a história do comércio luso-espanhol no Prata³. Trata-se de uma carta datada do Rio de Janeiro em 1596, do comerciante Francisco Soares a seu irmão em Lisboa. Nesse documento, o missivista dá interessante depoimento sobre o comércio português no Prata. Menciona as mercadorias do tráfico, os preços alcançados e os fabulosos lucros que possibilitavam. Informa ainda que, naquela viagem de Lisboa para o Rio de Janeiro, "trouxe 40 a 50 dúzias de chapéus, em razão da grande procura deles no Peru e no Reino de Granada, por via rio da Prata. Por este, há passagem em cada 3 ou 4 meses de barcos de trinta e quarenta toneladas, cada um, carregados de açúcar, arroz, tafetás, chapéus e outros gêneros de mercadorias do país, os quais levados ao longo do rio da Prata, nos barcos referidos, são por ali transportados até o Peru". E, continuando, afirma: "Se os negociantes de Espanha e Portugal tivessem conhecimento deste comércio não mandariam nem arriscariam tantas mercadorias por Cartagena, como fazem, porquanto este rio é um grande ponto de comércio, o mais próximo e mais fácil caminho para ir ao Peru. Os peruleiros ou negociantes do Peru que ali residem vêm a este porto do Rio de Janeiro trazendo quinze a vinte mil ducados em reais de prata, empregando-os aqui em mercadorias"⁴. Quando nessa praça não encontravam os gêneros desejados, eram obrigados a ir até a Bahia ou a Pernambuco, onde empregavam seu dinheiro.

Informa também o referido negociante que durante a sua estada chegou ao Rio de Janeiro, por via rio da Prata, o negociante Alonso Ramirez, que trazia dez ou doze mil ducados em reais de prata com o objetivo de construir um navio e voltar para a Espanha. Dá também a notícia de que com mil ducados de mercadorias da Espanha se poderiam obter aqui dez mil ducados de lucros. Confirmando esta afirmação, fornece os preços dos artigos, como se segue:

Uma espada	40 a 50 ducados
Um freio	15 ducados
Uma fechadura com chave	10 ducados
Uma libra de benjoim	15 ducados
Uma vara de veludo	20 a 25 ducados
Uma vara de tafetá	6 a 7 ducados
Uma onça de almíscar	40 ducados
Um chapéu	2,5 a 3 ducados
Uma medida de vinagre	36 a 40 réis
Um côvado de fazenda	550 a 600 réis
Um ancorete de azeitonas	20.000 réis

Os portugueses mantiveram contatos comerciais regulares com o Rio da Prata, a partir dos portos de Lisboa, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande e Colônia do Sacramento.

Com a Restauração (1640), pelo menos o comércio legal dos portugueses no Prata deve ter sofrido uma fase de relativa estagnação motivada por fatores de ordem política. Mas os lusos tinham grande interesse nesse comércio. Por isso, por volta de 1643, o Rei determinava ao governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, que tomasse providências no sentido de intensificar as relações comerciais com aquela região. Depois de realizar as sondagens necessárias, informa o governador: "No estado presente, acho dificultoso pela falta de negros com a perda de Angola porque esta era a mercadoria de que os castelhanos mais necessitam; porém vencida esta dificuldade se pode do Rio de Janeiro e de São Vicente, em navios mercantes e que demandem pouca água, embarcar 500 até 600 homens com índios . . ."⁵

No mesmo documento, aconselha a fundação de uma fortaleza nas imediações de Buenos Aires, com todo o cuidado para não molestar os moradores. Aconselhava também que se levasse para essa tarefa muito tijolo do Rio de Janeiro e cal de São Vicente, porque em Buenos Aires não havia. Ao mesmo tempo, outra providência devia ser tomada, que seria a penetração dos paulistas pelo interior, alcançando o rio Paraguai por onde desceriam até Buenos Aires. E continua: ". . . é de muita consideração porque o tempo há de ir facilitando o comércio e desde logo se pode tirar dele muito proveito em carnes para o sustento dos presídios do Brasil e em courama; e com este porto, se lhes impede a Castela o comércio que por ele podem ter, a nós fica a estrada aberta até Potosí com facilidade, o que sei por experiência por haver andado este caminho e notado tudo o que aponto"⁶.

Eis por que se fundou a Colônia do Sacramento, não exatamente no local indicado por Salvador de Sá, mas de qualquer forma nas imediações de Buenos Aires. Ela seria uma ponta de lança de penetração portuguesa no Vice-Reino do Prata. Entretanto, os espanhóis não tardaram a desconfiar das intenções dos portugueses, por isto é que manter a Colônia representou sempre um pesado ônus para a Coroa portuguesa. Mas era preciso mantê-la, a qualquer preço, porquanto não estavam em jogo apenas os interesses comerciais; mais do que isto, estavam em jogo os interesses políticos e militares.

Ainda em 1694, em carta de 10 de janeiro, o governador D. Francisco Naper de Lencastre informa sobre a conveniência de conservar a Colônia e as vantagens que poderiam advir para a Fazenda Real. "A Colônia deve ser conservada no próprio sítio em que está, por muitas razões: estabelecimento do domínio português na região que se estende da

ilha de Santa Catarina ao Rio da Prata; interesse na courama, mandei fazer 6.000 couros que vão embarcados neste navio; prevê-se a feitura de 20 a 25.000 couros todos os anos”⁷. Ele informa também da possibilidade que havia de conduzir de lá para São Paulo e Rio de Janeiro tropas de cavalos e gado em pé. Além disso, informa que as farinhas produzidas lá poderiam chegar aos diferentes centros de consumo do Brasil a um custo muito mais barato do que as do Reino. Mas o que ele considerava de maior importância era que “com o comércio dos castelhanos poderá por este posto entrar no nosso Reino muita prata . . .”⁸

De fato, a prata fazia com que os comerciantes e capitães de navios espanhóis merecessem consideração especial nos portos brasileiros. Por isso, em carta ao conde da Cunha, datada de 1766, o governo metropolitano declarava que os hóspedes que vinham de Buenos Aires eram muito úteis porque traziam ouro e prata para deixar nas praças brasileiras. Do mesmo modo, eram úteis quando vinham da Europa para o Rio da Prata porque compravam fazendas para introduzir por contrabando nos domínios de Espanha. Declarava ainda o referido documento que por intermédio dos capitães de navios podia-se estabelecer um interessante negócio em Buenos Aires, e que por isso deviam hospedá-los muito bem e recomendar aos negociantes para fazer amizade com eles⁹.

Mas os espanhóis estavam preocupados com a presença dos luso-brasileiros. Por isto, em 1699, o governador de Buenos Aires propunha à Corte de Madri um meio de obrigar os portugueses a abandonarem a Colônia do Sacramento. Para chegar a isto, mostra primeiramente as dificuldades e gastos dos lusos na conservação dessa colônia e o interesse que tinham em conservá-la, apesar disso, por causa do volumoso comércio que realizavam. E acrescenta: “. . . y esto se les podia facilitar por el medio de algun permisso temporal de traer negros por lo mucho que los necessitan estas provinsias o por frutos del Brazil en retorno delos de por ora, como son carnes saladas, sebo, crinas, cueros y quesos que nada de esto ai en el Brazil de donde se pueden traer maderas, asucar, tabaco y otras cosas daquela tierra y no ai en nesta”¹⁰.

Pelo mapa das exportações do porto do Rio Grande, de 1790 a 1797, que apresentamos no capítulo anterior, verificamos que por aquele porto saíam moedas espanholas. Mas acontece que da mesma maneira que os famosos pesos de prata, ducados ou reales passavam para o Brasil, também moedas portuguesas passavam para os domínios de Espanha. É o que deduzimos de um ofício ao Vice-rei, datado de 21 de março de 1769. Nele, o provedor da Fazenda alega que a existência de pouco dinheiro provincial no Rio de Janeiro, principalmente de prata, se devia ao fato de ir para as Minas. Diz também que essa falta, além de dificultar os pagamentos, fazia com que as remessas de dinheiro para o Rio Grande

do Sul fossem em meias dobras, o que facilitava a extração de dinheiro para os domínios espanhóis, onde não se estimava a moeda provincial por ter menor valor intrínseco. "Na embarcação que ontem chegou da Colônia, dizem que vêm dez mil pesos pouco mais ou menos . . ." ¹¹

O comércio de negros do Brasil para o Prata teve considerável importância no século XVIII, pois de 1742 a 1806, em números conhecidos, foram introduzidos no Rio da Prata 12.474 negros procedentes do Brasil ¹². Mas se desconhece o número de escravos que entraram clandestinamente por via marítima ou terrestre. Todavia, é provável que seja igual ou superior ao número entrado legalmente. A correspondência dos vice-reis de Buenos Aires está cheia de notícias referentes ao contrabando de escravos, tabaco, fazendas e outros gêneros do Rio Grande para aqueles domínios, bem como de animais, couros, charques e outros gêneros espanhóis para os domínios portugueses ¹³. Ainda em 1785, o marquês de Loreto, em carta a D. José de Galvez, dava notícia da apreensão de 19 negros pelo comandante do forte de Santa Teresa, que eram conduzidos por terra desde o Rio Grande ¹⁴. Como esta, muitas outras vezes se introduziram escravos através da fronteira do Rio Grande. Números como este não entraram no cômputo geral mencionado. Contudo, pela quantidade de escravos negros entrados legalmente, poder-se-á obter uma idéia de como eram volumosas as transações ilícitas, porquanto o comércio negreiro servia apenas de camuflagem para a introdução de grande quantidade de gêneros brasileiros na América Espanhola.

O comércio luso no Prata, durante muito tempo, teve na Colônia do Sacramento se não a principal, pelo menos uma das principais portas de entrada. Por ela retiraram, além de outros gêneros próprios dos hispano-americanos, a prata de Potosí, tão reclamada pelos portugueses. Tanto é assim que, em carta datada do Rio de Janeiro em 1763, o prelado carioca noticia a perda dessa colônia e afirma que os mais sentidos eram os negociantes. Diz ele: "Nesta cidade são os mais sentidos homens de negócios pela grande perda que experimentam das suas fazendas, e mais negociações que pretendiam da conservação daquela praça, e com se ter perdido tanto ainda não estamos sem o cuidado de perda maior, porque não há notícias do destino da nossa última esquadra; se se perder será inconsolável a nossa perda" ¹⁵.

Entre mercadorias de torna-viagem, o couro em cabelo sempre figurou em destaque. Já em 1695, o porto carioca exportava couros de procedência platina. Dois anos depois, D. Francisco Naier ofereceu-se ao rei de Portugal para introduzir, pela Colônia do Sacramento, muita prata e remeter todos os anos 5.000 couros ¹⁶. Entre 1726 e 1734, segundo C. R. Boxer, a exportação dessa mercadoria variou entre 400.000 e 500.000, a maior parte dos quais vinda do território espanhol ¹⁷. Esse número nos

parece excessivo, uma vez que em 1798, época em que o rebanho brasileiro (gaúcho) bem como o argentino havia aumentado consideravelmente, figura a passagem pela alfândega do Rio de Janeiro de apenas 170.886 couros de procedência sul-rio-grandense.

Havia pelo menos duas fortes razões que exigiam a manutenção e a continuidade das transações comerciais entre o Brasil e o Prata. De um lado, a necessidade que Portugal tinha da prata espanhola e, de outro, a precisão que os hispano-americanos tinham da mão-de-obra africana e gêneros do Brasil ou manufaturas da Europa. Exatamente por isto que muitas vezes os próprios governadores quando não participavam diretamente dos negócios ilícitos fingiam ignorá-los. Em documento datado de Buenos Aires, em 20 de março de 1785, o marquês de Loreto dizia: "Como aqui ha tido tan franca tolerancia en admitir efectos extrangeros en embarcaciones que al pretexto de arribada han surgido en estos puertos y especialmente en las portuguesas, que por la conveniencia de su tráfico anterior tienen mas experiencias, y conocimiento de los bajos y coletas de este Rio para hacer la recalada, se han tomado barios refugios en distintos tiempos para cohonestar la infracción de las disposiciones que lo prohiben, y a la sombra de unas entradas forzosas, y introducciones de aparente conveniencia, se han defraudado los trechos en perjuicio del comercio, y industria nacional y por consequente del giro interior de la moneda en los dominios de S.M."¹⁶.

De fato, os contrabandistas de um e outro lado usavam de vários subterfúgios. O mais comum era o de arribada forçada. As embarcações portuguesas partiam do Rio de Janeiro ou da ilha de Santa Catarina com destino (suposto) ao Rio Grande e iam arribar nos portos de Montevideu ou de Buenos Aires. Nestas localidades, a pretexto de concerto nas embarcações obtinham permissão para permanecer alguns dias, tempo suficiente para realizar a sua negociação. Apesar da esperteza dos contraventores de ambas as partes, não foram poucas as vezes em que acabaram apanhados em flagrante delito, tendo o barco e mercadorias apreendidos.

A verdade é que esse comércio era tão tentador e dele participava tanta gente que continuou apesar de todas as medidas contra ele tomadas. Com navios de permissão ou não, nos períodos de guerra ou de paz, as relações comerciais (contrabando principalmente) entre as Américas lusa e espanhola pelo rio da Prata continuaram ininterruptamente. O marquês de Loreto, em carta datada de Buenos Aires em 20 de novembro de 1788 à Corte de Madri, dá notícia da apreensão em janeiro de 1783, em Montevideu, do penque português Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio. O referido barco havia chegado àquele porto procedente do Rio de Janeiro sob o pretexto de arribada para o porto do Rio Grande de São Pedro, mas seus oficiais e tripulantes cometeram o excesso de fazer

comércio ilícito com os gêneros que conduziã a bordo, apesar de terem obtido permissão para a venda da escravatura que conduziã¹⁹.

É curioso notar que quase sempre levavam escravos negros para facilitar a realização do outro negócio. Quando havia muita mercadoria e pouco escravo é que era perigoso ser apanhado. Quando havia alguma proporcionalidade e os funcionários recebiam as suas propinas, então não havia perigo. No caso do penque em questão, observa-se que obteve licença para a venda de seus escravos. As autoridades sabiam naturalmente que não seriam vendidos apenas escravos. Tanto é assim que, depois de terem vendido os escravos e muita mercadoria, ainda foram apreendidas as seguintes: 5 caixões de chapéus; 10 "tércios" de linho; 4 caixões com camisas; 2 rolos de papel; 5 caixõezinhos de cera; 6 caixas de bretnhas; 1 baú com 32 sarasas da Índia; e 19 peças de riscado de 6 varas.

Mas há um outro tipo de negócio de fronteira que era realizado pelos gaúchos e bandoleiros de ambas as partes, geralmente tendo ha retaguarda algum estancieiro ou comerciante poderoso. Passavam gado, cavalos e muares pelas fronteiras sempre que podiam. Houve mesmo em certos momentos bandos organizados e treinados no contrabando de animais. Realizavam correrias em território espanhol e voltavam conduzindo rebanhos que eram vendidos. Isto aconteceu mais no período em que a mineração promovera a valorização do cavalo e do muar, principalmente. Isto significa dizer que muitos animais que eram tangidos para São Paulo e para as Minas como sendo do Rio Grande do Sul, na realidade, eram argentinos. Essas correrias e roubos de animais eram muitas vezes estimulados pelos próprios governadores. Das fronteiras do Rio Parão para os campos de Vacaria, território que pelo tratado de paz ficou pertencendo a Portugal, havia um rebanho de mais de 20.000 cabeças de gado pertencendo à Coroa portuguesa, e freqüentes vezes esse rebanho era crescendo com gado espanhol. De outro lado, o gado que aparecia nas estâncias reais era marcado para a Coroa.

Além disso, havia comerciantes de animais que compravam grande quantidade destes além-fronteira e os introduziã em domínios portugueses sem que por essas transações a Coroa espanhola recebesse quaisquer tributos. O conde da Cunha, em seu governo, informou requerimento de Francisco Antônio de Sousa que pretendia passar de 8 a 10.000 bestas muares dos domínios de Castela para o continente do Rio Grande²⁰. Não sabemos se tal transação se realizou, mas o simples fato da existência dessa documentação indica a importância e existência desse tipo de negócio. Por outro lado, na década de 1780, um português realizava compras de muares em território espanhol com o objetivo de passar 5.000 bestas para o Rio Grande, de onde seriam remetidas para Minas. Esse cidadão, entretanto, não foi muito feliz, pois antes que completasse

a sua negociação foi denunciado ao vice-rei marquês de Loreto, que iniciou um volumoso e inútil processo de confisco²¹. Inútil porque os animais comprados já tinham sido passados para o Brasil e não foram devolvidos. A única coisa que conseguiu foi impedir que o referido cidadão continuasse na compra de animais. De qualquer forma, esse tipo de negócio existiu durante o século XVIII e mesmo até o primeiro quartel do século XIX, pois era incontrollável pelas autoridades fronteiriças.

NOTAS

- 1) CAÑABRAVA, Alice P. — *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo, 1944, p. 79.
- 2) SOUZA, José Antônio Soares de — “O tráfico de negros no Rio da Prata”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 244, p. 450.
- 3) VIEIRA FAZENDA, José — “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1923, t. 93, p. 151/154.
- 4) VIEIRA FAZENDA, José — op. cit., p. 153.
- 5) ALMEIDA, Eduardo de Castro e — “Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no arquivo de marinha e ultramar” — *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1921, vol. 23, p. 27.
- 6) Idem.
- 7) ALMEIDA, Eduardo de Castro e — op. cit., p. 212, doc. n.º 1888.
- 8) Idem.
- 9) DRUMOND, Vítor — *Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro, Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Guanabara, s.d., p. 15.
- 10) A.G.I.S. — Charcas 211.
- 11) Fazenda Real — Correspondência com os vice-reis — A.W. Rio, caixa 486.
- 12) SOUZA, José Antônio Soares de — op. cit., p. 451.
- 13) Essa correspondência se encontra no A.G.I.S., audiência de Buenos Aires em vários *legajos*.
- 14) A.G.I.S. — Buenos Aires, 333.
- 15) Correspondência do bispo do Rio de Janeiro com o governo da Metrópole nos anos de 1754 a 1800. A.I.H.G.B., lata 125, doc. 18.
- 16) ALMEIDA, Luís Ferrande de — *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. Coimbra, 1957, vol. 1, p. 244.
- 17) BOXER, C. R. — op. cit., p. 218.
- 18) Carta do vice-rei marquês de Loreto para a Corte de Madri — A.G.I.S. Buenos Aires, 70.
- 19) A.G.I.S. — Buenos Aires, 102.
- 20) LAYTANO, Dante de — “Corografia da capitania de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 245, p. 60.
- 21) Esse processo, volumoso, aliás, pois foram ouvidas muitas testemunhas, se encontra no A.G.I.S. Buenos Aires, 550.

3.4. A FAZENDA REAL

A Fazenda Real era o conjunto de bens pertencentes à Coroa. Também a ela pertenciam direitos, contratos e arrendamentos. Em Portugal, ela já existia como um dos órgãos específicos e integrantes da máquina estatal desde 1516¹. Constituíam-na uma espécie de tribunal composto de três vedores e três desembargadores, além de outros oficiais.

No Brasil, ela foi instalada com o primeiro governador geral e sua principal finalidade era regularizar a administração financeira da Colônia. Nestas condições, cabia ao provedor cuidar da arrecadação de tributos e direitos devidos à Coroa, estabelecendo alfândegas e demais repartições para tal finalidade.

Nas alfândegas se processaria a arrecadação da dízima das mercadorias que viessem para as terras do Brasil ou que delas saíssem. Para essa arrecadação, entretanto, a Fazenda Real delegava poderes aos particulares. Com essa finalidade, empregava-se o sistema de arrematação por edital e público pregão por prazo de um ano inicialmente, passando depois para três anos. O lance que prevalecesse no primeiro ou nos primeiros três anos não podia ser diminuído nos seguintes. No caso de tal ocorrência, os tributos passariam a ser arrecadados diretamente pela Fazenda Real.

A dízima, 10% do produto das terras, mares, animais, constituía a principal fonte da receita pública. Esse tributo, de origem medieval, pertenceu à Igreja até o ano de 1551, quando foi secularizado². Dessa data em diante, passou a pertencer ao Estado e foi então ampliado o campo de incidência. Estendeu-se a todas as mercadorias (direitos aduaneiros) que entrassem ou saíssem do Reino. Do mesmo modo, incidia sobre as mercadorias de qualquer espécie que entrassem ou saíssem do Brasil. Ora, como pela doutrina do Pacto Colonial a Colônia só podia comerciar com a Metrópole, as mercadorias que entravam no Brasil, quando não havia outros impostos adicionais ou especiais, pagavam efetivamente 20%. Pagavam 10% na saída do Reino e 10% ao entrar no Brasil, o mesmo ocorrendo com as que eram despachadas do Brasil para o Reino.

Mas além da dízima havia a sisa, décima parte das compras, vendas e trocas. Havia também o quinto das riquezas minerais que talvez tenha sido o mais importante tributo que Portugal recebia do Brasil no século XVIII. Havia igualmente os impostos excepcionais, como donativos, subsídio dos vinhos, subsídio literário etc. Outras fontes de receita a Coroa encontrava em certos comércios, dos quais reservava exclusividade (monopólio real) e que explorava mediante contrato ou arrendamento.

Como em toda empresa colonial, no Rio Grande do Sul houve uma primeira fase de investimentos governamentais, para posterior coleta

de resultados através da tributação. O século XVIII, que é de grande importância para a história do Brasil por ter sido o período de verdadeira integração territorial, é decisivo para a conquista e integração do Rio Grande do Sul no contexto da economia atlântica. E por isto os gastos da Coroa com a região são bem superiores aos recebimentos. Isto ocorre sobretudo porque não há circulação de mercadorias tributáveis, pois, conforme já afirmamos, na primeira metade do século XVIII há o predomínio da economia natural. As fontes de receitas são escassas. Infelizmente não dispomos de elementos para fazer uma avaliação quantitativa da situação da Fazenda Real do Rio Grande, no século XVIII. Dispomos de alguns dados que julgamos de suma importância, porquanto são os únicos disponíveis. Esses dados aparecem sobretudo a partir do ano de 1780.

Embora recebesse reforços do Rio de Janeiro, a que estava ligada, a Fazenda Real do Rio Grande viveu em permanente débito. A esse respeito informa o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa que a dívida da Fazenda Real naquele Continente entre 1761 e 1780 montou à grande soma de 1.272:314\$125 réis. E, continuando diz que a despesa ultrapassava a receita em 111:295\$722 réis³. Uma tabela da despesa e rendimento anual do Rio Grande apresentada pelo provedor daquela repartição no ano de 1780 apresenta uma modestíssima arrecadação de 15:167\$533 réis e uma despesa de 49:743\$775 réis. Mas, de acordo com informação do mesmo funcionário (Domingos de Lima Veiga), naquele mesmo ano a Fazenda Real havia deixado de receber a quantia de 14:046\$659 réis⁴, com o que a receita totalizaria 49:214\$192 réis. Acontece, porém, que esta dívida era o montante das dívidas dos anos anteriores, mesmo porque pelas tabelas das dívidas da Fazenda Real que apresentaremos logo adiante se poderá verificar que elas iam se acumulando de ano para ano. A Fazenda Real foi muito mais devedora que credora. Basta dizer que no mesmo ano de 1780, quando possuía 14:046\$659 réis nas mãos de vários credores, devia, somando os débitos anteriores, a quantia de 150:322\$422 réis⁵.

Voltando ao relatório do Vice-rei já citado verificamos que àquela dívida devem ser adicionados mais 90:000\$000 réis por ano no período de 1780 a 1788, correspondentes às despesas com os trabalhos de demarcação das fronteiras e a única parcela de 72:768\$912 réis para compra de madeiras, com o que ela atinge a fabulosa soma de 2.325:448\$820 réis.

O sistema de arrecadação no continente do Rio Grande não se encontrava plenamente organizado, razão por que as diversas informações que encontramos não se confirmam mutuamente. Veja por exemplo estas duas: informa Domingos de Lima Veiga que ela era apenas 15:167\$533 réis (tabela 30, pág. 156), mas para Sebastião Francisco Betamio ela era de 13:628\$646 réis⁶. Logo, concluímos que a receita devia oscilar

Tabela 30
 DESPESA E RENDIMENTO ANUAL DO CONTINENTE DO RIO GRANDE

	Despesas no ano		Rendimento	
	Soldos	Rações		
Folha civil	3:531\$808	276\$255	Dízimos reais	6:400\$000
Folha militar			Contr. da pass. de animais	3:375\$000
Regimento de dragões	15:544\$800	2:009\$460	Quinto de reses e couros	3:600\$000
Cavalaria ligeira	8:210\$400	1:044\$337	Passagem dos rios da Praia	100\$000
Batalhão de infantaria	7:237\$430	1:947\$995	Rendimento da azenha	307\$200
Cavalaria auxiliar	547\$200	21\$101	Rendimento do moinho de vento	40\$000
Folha eclesiástica	960\$337		Descarga da ponte	48\$000
Marinha	2:148\$000	353\$000	Frete da barca	30\$000
Capatazes e peões	2:353\$200	458\$865	Rendimento da estância Monte Alegre	1:000\$000
Despesas dos hospitais	1:499\$000		Rendimento da estância Sidreira	267\$333
Despesas extraordinárias	1:600\$000			
Total	43:632\$175	6:111\$600		15:167\$533⁷

em volta dos 14:000\$000 réis, enquanto a despesa oscilava por volta da casa dos 50:000\$000 réis.

Uma coisa fica clara desde logo: o Rio Grande do Sul era uma região cujas fronteiras estavam em litígio e por isto exigia grandes gastos militares. A instabilidade, a insegurança e a permanente ameaça dos espanhóis exigiam um estado de guerra constante. Essa situação impunha ao governo a manutenção de um efetivo militar maior que em quaisquer outros lugares, e permanentemente armado. Ao lado dos gastos excessivos com soldos, munições de boca, armamentos e munições de guerra, a tropa do Rio Grande possuía algumas regalias em relação às do Reino, principalmente. Por isto Sebastião Francisco Betamio, impressionado com a situação da Fazenda Real do Rio Grande, propõe um plano de contenção de despesas, baseado principalmente na eliminação de privilégios, que a reduz em 17:458\$893 réis. Ainda assim a receita continuava muito aquém das despesas, devendo a tesouraria do Rio de Janeiro fazer uma suplementação anual de 27:512\$341 réis⁸.

Para melhor avaliar as despesas da Fazenda Real especialmente com gastos militares, transcrevemos a seguir a relação das cargas de duas embarcações que no ano de 1785 foram remetidas do Rio de Janeiro para o comandante do Rio Grande, coronel Rafael Pinto Bandeira⁹.

GÊNEROS TRANSPORTADOS PARA O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NA CORVETA N. SRA. DA CONCEIÇÃO, SANTO ANTÔNIO E ALMAS

Fardamento e o 1º semestre vencidos no ano de 1781

1.630	côvados e duas terças de pano azul.
148	côvados de pano amarelo.
1.440	côvados de serafina amarela.
32	côvados de serafina azul.
1.198	varas de linhagem.
736	camisas de pano de linho.
368	camisolas.
368	calções compridos.
368	barretinas.
368	chapéus com galas amarelas.
10	libras e uma onça de linhas de cores para coser.
736	pescocinhos encarnados.
368	pentes de chifre.

- 368 pares de meias de linho.
- 368 pares de luvas de camurça.
- 1.349 varas e uma terça de fita preta de lã.
- 1.104 dúzias de botões de latão para casaca.
- 1.736 dúzias de botões para vestes e calções.
- 90 varas de grossaria em nove fardos.
- 3 caixões de linho.
- 9 cordas de linho.

Fardetas vencidas no ano de 1782

- 368 côvados de pano azul para calções.
- 736 camisas de pano de linho.
- 368 chapéus de galão amarelo.
- 552 varas de linhagem.
- 245 dúzias de botões de latão para calções.
- 736 pescocinhos encarnados.
- 368 pares de meias de linha.
- 368 pares de luvas de camurça.
- 1.349 varas e uma terça de fita preta de lã.
- 20 varas de grossaria em dois fardos.
- 2 cordas de linho.
- 2 caixões de linho.

Fardetas vencidas no ano de 1783

- 368 chapéus de galão amarelo.
- 368 pares de camurça.
- 736 camisas de pano de linho.
- 736 pescocinhos encarnados.
- 368 pares de meias de linha.
- 1.349 varas e uma terça de fita preta de lã.
- 10 varas de grossaria em um fardo.
- 1 corda de linho.
- 2 caixões de pinho.

Entregue em 29 de julho de 1785

**GÊNEROS QUE TRANSPORTOU A CORVETA N. SRA. DA
CONCEIÇÃO, SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS – MESTRE MIGUEL
JOSÉ DE FREITAS, PARA O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO EM
1785**

Para as quatro companhias do Batalhão de Infantaria do Rio Grande.
Fardamento e o 1º semestre vencidos no ano de 1781.

- 1.273 côvados e uma terça de pano azul.
- 26 côvados e duas terças de pano encarnado.
- 585 côvados de pano preto.
- 1.562 côvados de sarafina encarnada.
- 1.267,5 varas de linhagem.
- 520 varas de pano de linho para calções.
- 780 camisas de pano de linho.
- 290 varas de brim para polainas.
- 10 libras e dez onças e cinco oitavas de linhas de cores para casear.
- 390 chapéus de galas brancas.
- 780 pares de meias de linha.
- 780 pescocinhos pretos.
- 390 pentes de chifre.
- 1.430 varas de fita preta de lã.
- 1.160 dúzias de botões de estanho para vestes e calções.
- 1.170 dúzias de botões de estanho para casaca.
- 1.170 dúzias de botões ditos para polaina.
- 90 varas de grossaria em nove fardos.
- 9 cordas de linho.
- 2 caixões de pinho.
- 1 caixote de pinho.

Fardetas para as ditas vencidas no ano de 1782

- 780 camisas de pano de linho.
- 520 varas de pano de linho para calções.
- 390 varas de brim para polainas.
- 390 chapéus de galão branco.
- 780 pescocinhos pretos.
- 780 pares de meias de linha.
- 1.170 dúzias de botões de estanho para polainas.
- 1.430 varas de fita preta de lã.
- 90 varas de grossaria em três fardos.
- 9 cordas de linho.

- 2 caixões de pinho.
- 390 chapéus de galão branco.
- 780 camisas de pano de linho.
- 780 pescocinhos pretos.
- 780 pares de meias de linha.
- 520 varas de pano de linho para calções.
- 390 varas de brim para polainas.
- 1.160 dúzias de botões de estanho para as ditas.
- 1.430 varas de fita preta de lã.
- 30 varas de grossaria em três fardos.
- 3 cordas de linho.
- 2 caixões de pinho.

Para a Legião de Cavalaria do Rio Grande. Fardamento e o 1º semestre vencidos no ano de 1781.

- 476 côvados de pano azul.
- 22 côvados e duas terças de pano branco.
- 158 côvados e duas terças de pano encarnado.
- 544 côvados e duas terças de pano branco.
- 136 camisolas.
- 136 barretinas.
- 136 calções compridos.
- 442 varas de linhagem.
- 136 dúzias de pares de colchetes.
- 136 pentes de chifre.
- 90 dúzias de botões de estanho para casaca.
- 272 dúzias de botões ditos para vestes e calções.
- 136 chapéus de galão branco.
- 272 camisas de pano de linho.
- 272 pescocinhos pretos.
- 136 pares de meia de linha.
- 136 pares de luvas de camurça.
- 498 varas e duas terças de fita preta de lã.
- 30 varas de grossaria em três fardos.
- 3 cordas de linho.
- 1 caixaão de pinho.

Fardetas para a dita vencidas no ano de 1782

- 136 côvados de pano azul para calções.
- 272 camisas de pano de linho.

- 204 varas de linhagem.
- 90 dúzias de botões de estanho para calções.
- 136 chapéus de galão branco.
- 172 pescocinhos pretos.
- 136 pares de meias de linha.
- 136 pares de luvas de camurça.
- 498 varas e duas terças de fita preta de lã.
- 10 varas de grossaria em um fardo.
- 1 corda de linho.
- 1 caixão de pinho.

Fardetas para a mesma vencidas no ano de 1783

- 136 chapéus de galão branco.
- 272 camisas de pano de linho.
- 272 pescocinhos pretos.
- 136 pares de meias de linha.
- 136 pares de luvas de camurça.
- 498 varas e duas terças de fita preta de lã.
- 1 caixão de pinho.

Entregue em 6 de agosto de 1785

Recebeu por ordem do Vice-rei, João Batista Cancellor, mestre da corveta N. Sra. do Carmo e Santa Ana de partida para o Rio Grande, o seguinte:

- 2 barracas de superior.
- 7 barracas de capitão.
- 8 barracas de subalternos.
- 1 barraca para capela.
- 1 barraca para a mesa dos oficiais.
- 4 peças de corda passadeira delgada para barracas grandes.
- 12 peças de corda para barracas de capitão.

Para entregar na vila do Rio Grande à ordem do coronel comandante, Rafael Pinto Bandeira.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1785.

O plano de Betamio, embora não tenhamos notícia de sua execução, deve ter produzido algum efeito, porquanto a despesa que em 1785 foi de 46:455\$183 réis, em 1788 teria passado para 28:387\$341 réis¹⁰. Mas esta não é uma situação real. Ela se reduziu apenas porque a Fazenda Real por não ter condições deixou de cumprir a maior parte dos seus compromissos. Em 1784, a Fazenda Real ficou devendo 113:450\$972 réis; em 1785, 131:174\$900 réis; e em 1788, 235:755\$152 réis¹¹. Veja a grande diferença.

Como o objetivo deste capítulo é mostrar a situação da Fazenda Real no Rio Grande, transcrevemos os balanços de 3 anos diferentes, bem como as dívidas restantes e com isto acreditamos apresentar uma contribuição para o estudo da história tributária e da administração pública no Brasil colonial.

Eles representam um espelho fiel da verdadeira situação da administração financeira do Rio Grande. Também são elementos indicadores da pobreza que havia de um lado e de outro os excessivos gastos militares.

BALANÇO GERAL DA PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DO CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO ANO DE 1784

	DEVE	
1. A tesouraria geral do Rio de Janeiro		
Conta de remessas	12:000\$000	
Letras sacadas	<u>4:717\$610</u>	16:717\$610
2. Dinheiro recebido de almo-xarifes da Fazenda Real		9:352\$156
3. Quinto e direitos de animais extraídos do Continente . . .	274\$600	
4. Animais confiscados	104\$000	
5. Bens da Fazenda Real rema-tados	100\$000	
6. Direitos da ponte da vila do Rio Grande	270\$000	
7. Rendimentos de couro em geral a ser resto da arrema-tação dos do 59 do ano de 1783	1:316\$280	
Confiscados e rematados a diversos	<u>1:166\$500</u>	2:482\$780
8. O contrato dos dízimos reais, a ser dos últimos 2 quartéis do que findou em dezembro do ano passado	3:833\$334	

Dos primeiros 3 ditos do que principiou em janeiro do presente	<u>5:750\$000</u>	9:583\$334	
9. Dito do quinto dos couros e gado em pé		3:000\$000	
10. Dito das passagens dos animais pelos registros de Vião e Santa Vitória		3:408\$333	
11. Um por cento da obra pia		350\$000	
12. Rendimento das passagens dos rios da Prata		183\$880	
13. Dito da Fazenda da Sidreira sequestrada a Manuel Pereira França, almoxarife que foi da Fazenda Real na praça da Colônia		350\$000	
14. Devedores da Fazenda Real		234\$365	
15. Remessas de dinheiro vindas de Buenos Aires		<u>16:000\$000</u>	<u>36:641\$292</u>
			<u>62:711\$058</u>

HÁ DE HAVER

1. Ordenados respectivos à folha civil		2:858\$526	
2. Soldos - folha militar		17:698\$061	
3. Soldos - folha eclesiástica		241\$500	
4. Soldados da marinha		2:045\$211	
5. Salários de capatazes e peões		<u>948\$300</u>	<u>23:791\$598</u>

Despesas extraordinárias

6. Carne por peso e reses compradas para o sustento das tropas		7:784\$861	
7. Idem dos povos guaranis		19\$200	
8. Menestras de farinha, carne etc., pagas a dinheiro a diversos, incluídos 129\$375 rs. aos reverendos vigários e curas das freguesias do Continente		135\$027	
9. Despesas com os hospitais reais do Continente a ser:			
Da vila de Porto Alegre	1:235\$262		
Da vila do Rio Grande	1:848\$960		
Da fronteira do Rio Pardo	<u>630\$160</u>	3:714\$382	
10. Despesas gerais		162\$800	
11. D ^o com mantimentos e materiais comprados para fornecimento dos armazéns reais		10:294\$800	

12. Dita com construção e conserto de embarcações	20\$010	
13. Dita com aluguéis de casas . .	65\$632	
14. Prêmio a denunciante de contrabando	53\$000	
15. Fretes de conduções e transportes	46\$400	
16. Reposição feita do cofre dos contratadores do quinto dos couros e gado em pé, pêlo de 340 reses exportadas e de 80 couros confiscados e rematados a 1\$380 réis de que a Fazenda Real fez arrecadação de janeiro a maio de 1784 . .	<u>103\$680</u>	<u>22:399\$792</u>
		46:191\$390
Fica em débito o almoxarife e passa a nova receita do ano de 1785		<u>16:519\$668</u>
		<u>62:711\$058</u>

**BALANÇO GERAL DA PROVIDORIA DA FAZENDA REAL
DO CONTINENTE DO RIO GRANDE REFERENTE AO ANO DE 1785**

DEVE

1. A tesouraria geral do Rio de Janeiro:		
Conta de remessa	12:000\$000	
Letras sacadas	<u>3:274\$615</u>	15:274\$615
2. Almoxarife da Fazenda Real		<u>16:510\$668</u>
		31:194\$283
3. Quinto e direitos de animais extraídos do Continente . . .	130\$160	
4. Animais confiscados	457\$950	
5. Fretes das embarcações de Sua Majestade	544\$490	
6. Direito da ponte da vila do Rio Grande	294\$000	
7. Rendimento de couros confiscados	884\$490	
8. O contrato dos dízimos reais	7:666\$666	
9. Contrato do quinto dos couros e gado em pé	<u>400\$000</u>	11:666\$666
10. Contrato das passagens pelos registros de Viamão e Santa Catarina	5:408\$333	
11. Oficiais militares, por alcance de suas contas	<u>33\$160</u>	<u>19:419\$240</u>
		<u>51:213\$532</u>

HÁ DE HAVER

1. Ordenado respectivo à folha civil	3:662\$449	
2. Idem militar	9:781\$461	
3. Idem eclesiástica	146\$667	
4. Soldados da marinha	899\$167	
5. Salários de capatazes e peões	1:654\$779	15:544\$523
Despesas extraordinárias		
6. Carne por peso, reses compradas para o sustento da tropa	6:578\$517	
7. Idem dos povos guaranis . . .	703\$200	
8. Despesas com os hospitais reais do Continente:		
Da vila de Porto Alegre	842\$448	
Da vila do Rio Grande	415\$048	
Da fronteira do Rio Pardo . . .	761\$590	2:019\$086
9. Menestras ordinárias pagas a diversos a ser:		
Pela folha eclesiástica	92\$034	
Pela folha civil	2\$826	94\$860
10. Despesas gerais		36\$300
11. Ditas com mantimentos e materiais para fornecimento dos dízimos reais	9:163\$167	
12. Dita com construção e conserto de embarcações	51\$840	
13. Prémio a denunciantes de contrabandos	232\$650	
14. Remessas em dinheiro à tesouraria da presente demarcação	12:000\$000	
15. Dotes pagos a famílias guaranis	31\$040	30:910\$660
		46:455\$183
Passa para a receita do ano seguinte:		
Em 5.000 pesos de prata fortes a 800 rs	4:000\$000	
Em diversos documentos de alguns soldos e mais despesas pagas para se abonarem na conta do mesmo ano	758\$349	4:758\$349
		51:213\$532

**BALANÇO GERAL DA PROVIDORIA DA FAZENDA REAL DO
RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO ANO DE 1788**

DEVE

1. A tesouraria geral da capital do Estado:		
Conta de remessa	12:000\$000	
Letras sacadas	<u>765\$161</u>	12:765\$161
2. Diversos almoxarifés:		
Balanço da conta do ano passado	7:333\$182	
Bens rematados	<u>37\$120</u>	<u>7:370\$302</u>
		<u>20:135\$463</u>

Contrato dos dízimos reais

3. P/ dois últimos quartéis findos em julho e dezembro do ano passado	4:000\$000
---	------------

Contrato dos couros e gado em pé

4. P/ dois últimos quartéis na forma acima	2:000\$000	6:000\$000
5. Contrato das passagens de animais pelos registros da Serra		3:600\$000
6. Fretes de embarcações de Sua Majestade		104\$800
7. Gêneros dos armazéns reais rematados		64\$250
8. Couros confiscados e rematados		182\$560
9. Animais confiscados e rematados		649\$260
10. Direitos da ponte da vila do Rio Grande		408\$000
11. Devedores da Fazenda Real		294\$390
12. Rendimento das passagens dos rios da Prata		40\$180
13. Direitos dos animais exportados pelo registro das Torres		3\$000
14. Tabaco confiscado e rematado		61\$605
15. Dobro e três dobros de contrabandos		<u>27\$000</u>
		<u>11:435\$043</u>
		<u>31:570\$508</u>

HÁ DE HAVER

1. Soldos respectivos à folha civil	2:530\$000
2. Ditos a folha militar	45\$400
3. Remessa à tesouraria da capital do Estado em 5.000 pesos fortes	4:000\$000
4. Dita a tesouraria da presente expedição	<u>12:000\$000</u>
	<u>18:575\$400</u>

Despesas extraordinárias

5. Mantimentos e materiais para o fornecimento dos armazéns reais		4:545\$427	
6. Carne por peso e reses p/ o sustento das tropas		2:713\$946	
Hospitais reais do Continente, a ser:			
Da vila de Porto Alegre	654\$578		
Da vila do Rio Grande	611\$799		
Da fronteira do Rio Pardo	<u>282\$155</u>	1:548\$532	
7. Prêmio a denunciante		134\$833	
8. Despesas gerais		716\$250	
9. Carruagens e cavaladuras		39\$700	
10. Fretes de conduções e transportes		102\$800	
11. Aluguéis de casas		<u>10\$453</u>	<u>9:811\$941</u>
			<u>28:387\$341</u>
Balanço que fica existindo por saldo para a nova receita do ano de 1789			<u>3:183\$167</u>
			<u>31:570\$508</u>

Tabela 31
RELAÇÃO DO QUE A FAZENDA REAL DO CONTINENTE DO RIO GRANDE FICA DEVENDO ATÉ O
ÚLTIMO DE DEZEMBRO DE 1784¹⁵

	Soldos e ordenados					Total
	Modernos	Atrasados	Baixas	Falecidos	Fardamentos	
Folha civil	5:792\$740	—	—	738\$305	—	6:531\$051
Regto. de dragões	50:356\$100	1:218\$800	2:248\$550	5:665\$351	—	59:468\$801
Cavalaria ligeira	21:396\$400	131\$520	2:931\$778	1:897\$780	—	26:357\$478
Batalhão de infantaria	20:584\$589	798\$373	1:632\$250	933\$893	381\$290	24:330\$495
Infantaria ligeira	—	—	389\$400	—	—	389\$400
Cavalaria auxiliar	1:200\$600	—	—	—	—	1:200\$600
Folha eclesiástica	2:857\$337	—	—	—	—	2:857\$337
Marinha	7:294\$500	1:365\$694	1:613\$417	1:041\$338	—	11:314\$949
Capatazes e peões	3:968\$600	2:083\$087	3:420\$656	—	—	9:472\$343
SOMA	113:450\$972	5:592\$474	12:231\$051	10:206\$667	381\$290	142:862\$454
Por empréstimo ao casal do falecido José Antônio de Vasconcelos						200\$000
Gêneros e mantimentos						11:669\$094
Reses e carnes das reses						10:728\$529
Cavalgaduras e bois mansos						3:819\$000
Aluguéis de casas						1:202\$735
Férias						1:793\$990
Fretes de carruagens						1:876\$190
SOMA						173:211\$992

Tabela 32

RELAÇÃO DO QUE A FAZENDA REAL DO CONTINENTE DO RIO GRANDE FICA DEVENDO ATÉ O ÚLTIMO DE DEZEMBRO DE 1785¹⁶

	Soldos e ordenados					Total
	Modernos	Atrasados	Baixas	Falecidos	Fardamentos	
Folha civil	11:824\$690	—	—	738\$305	—	12:562\$995
Regimento de dragões	52:265\$600	1:141\$800	5:043\$950	5:890\$951	—	64:342\$301
Cavalaria ligeira	29:015\$000	131\$520	3:161\$778	1:945\$780	—	34:254\$098
Batalhão de infantaria	19:960\$325	798\$373	2:115\$439	1:231\$253	381\$290	24:486\$680
Infantaria ligeira	—	—	389\$400	—	—	389\$400
Cavalaria auxiliar	1:447\$600	—	—	—	—	1:447\$600
Folha eclesiástica	3:323\$885	—	—	—	—	3:323\$885
Marinha	8:765\$000	1:365\$694	1:935\$417	1:041\$338	—	13:107\$449
Capatazes e peões	4:572\$800	1:617\$508	3:562\$956	—	—	9:753\$264
SOMA	131:174\$900	5:054\$895	16:208\$940	10:847\$627	381\$290	163:667\$652
Por empréstimo ao casal do falecido José Antônio de Vasconcelos						200\$000
Gêneros e mantimentos						11:555\$078
Reses e carne das ditas						9:990\$209
Cavalgaduras e bois mansos						3:819\$000
Aluguéis de casas						1:221\$935
Férias						1:859\$830
Fretes de carruagens						1:892\$200
SOMA						194:205\$904

Tabela 33

EXTRATO DO QUE A FAZENDA REAL DO CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO FICA DEVENDO
NO ANO DE 1788¹⁷

	Soldos e ordenados					Total
	Modernos	Atrasados	Baixas	Falecidos	Fardamentos	
Folha civil	19:970\$649	—	—	1:470\$600	—	21:441\$249
Regto. de dragões	98:080\$515	1:141\$800	8:647\$600	8:745\$551	—	116:615\$466
Cavalaria ligeira	56:626\$835	131\$520	4:594\$311	2:222\$780	—	63:575\$446
Batalhão de infantaria	32:533\$769	798\$373	2:500\$000	2:071\$243	342\$590	38:245\$975
Infantaria ligeira	—	—	389\$400	—	—	389\$400
Cavalaria auxiliar	821\$931	—	—	1:798\$869	—	2:620\$800
Folha eclesiástica	5:550\$553	—	—	—	—	5:550\$553
Marinha	14:416\$500	1:365\$694	2:837\$817	1:237\$338	—	19:857\$349
Capatazes e peões	7:754\$400	1:617\$508	3:934\$956	—	—	13:306\$864
SOMA	235:755\$152	5:054\$895	22:904\$084	17:546\$381	342\$590	281:603\$102
Por empréstimo do casal do falecido José Antônio de Vasconcelos						200\$000
Diversos gêneros e mantimentos						11:557\$948
Reses e carnes das ditas						9:888\$369
Cavalgaduras e bois mansos						3:819\$000
Aluguéis de casas						1:221\$935
Férias						1:753\$470
Fretes de conduções e transportes						2:037\$320
SOMA						312:081\$144

NOTAS

- 1) GARCIA, Rodolfo – *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*. Rio, Livraria José Olympio Editora, 1956, p. 187.
- 2) CARNAXIDE, Visconde de – op. cit., p. 106.
- 3) "Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio, 1960, t. 23, p. 236.
- 4) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 2.
- 5) Idem.
- 6) BETAMIO, Sebastião Francisco – op. cit., p. 270.
- 7) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 2.
- 8) BETAMIO, Sebastião Francisco – op. cit., p. 255 e segts.
- 9) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 6.
- 10) Vejam-se balanços anexos.
- 11) Veja-se relação do que deve a Fazenda Real do Rio Grande.
- 12) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 6.
- 13) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 6.
- 14) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 7.
- 15) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 6.
- 16) Idem.
- 17) Correspondência com o governador do continente do Rio Grande – A.N. Rio, cod. 104, vol. 7.

CONCLUSÕES

Não havia adormecido um velho sonho português de estabelecer o Rio da Prata como fronteira natural entre a América Portuguesa e a América Espanhola. Sonho acalentado no século XVI, e cuja execução terá início no final do século XVII.

Descoberto o ouro nos planaltos meridionais, suspeitando da existência de maiores riquezas argentíferas para o lado do sul, era preciso assegurar-lhe a posse. Mas, além disso, houve um outro elemento a impulsionar essa empresa: o comércio. A estrutura do comércio de Espanha com suas colônias, dentro do Pacto Colonial, impôs o regime de porto único. Nestas condições, o Prata era terrivelmente prejudicado não só com a demora no recebimento como nos preços das mercadorias. Os núcleos populacionais platinos tinham que recebê-las pelo Pacífico. Os ingleses, franceses e portugueses descobriram que era uma porta aberta para o comércio com os domínios de Espanha. Poderiam introduzir mais barato e com grandes lucros as mercadorias de que os colonos espanhóis tanto careciam e que a Espanha não lhes mandava.

Foi tendo também este objetivo em vista que os portugueses fundaram em 1680 nas margens do rio da Prata, em frente de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento. Esta seria e foi efetivamente um posto avançado de penetração comercial na América Espanhola, bem como um posto avançado de conquista militar e de ambições políticas. Os espanhóis aceitaram o desafio, e do ponto de vista militar começou um longo período de tensões e lutas.

Entre a Colônia do Sacramento e São Paulo havia um imenso vazio demográfico. Para assegurar a sua posse e a de toda essa vasta região

desocupada era preciso povoação. Mas não havia condições de se estabelecer nela uma empresa agrária voltada para os mercados europeus como fizeram com a cana-de-açúcar no nordeste. É então que Portugal resolve promover a transferência de povoadores das ilhas dos Açores e Madeira e do norte do país para povoar o continente do Rio Grande. Esses povoadores não deviam ser aplicados na grande lavoura mas na agricultura de subsistência, principalmente. O povoamento era mais de caráter estratégico do que econômico. Esses povoadores deveriam constituir-se numa poderosa barreira contra a expansão dos espanhóis. Ao lado dessa iniciativa, promove-se também o estímulo da atividade do criatório e do comércio de animais. Há, portanto, a ocupação vertical e horizontal do território. Vertical, com os açorianos que formam núcleos populacionais; e horizontal, com a criação de gado vacum, cavalari e muar que exige a posse de grandes extensões de terras. Os povoadores açorianos se dedicavam à agricultura. Paulistas, cariocas e mineiros à criação de gado.

Ao lado desse processo, não podemos esquecer o papel dos militares como elemento de integração. Em primeiro lugar, defendiam a terra contra as incursões do castelhano vizinho, e depois se tornaram também estancieiros e povoadores, casando-se com as índias. A integração racial era até estimulada pelas autoridades. A montagem do sistema de defesa e posse efetiva das terras exigia da Metrópole grandes sacrifícios, mandando gente e dinheiro de outras partes do império ultramarino para o Rio Grande. Durante praticamente todo o século XVIII, a arrecadação que a Fazenda Real tinha no Rio Grande não cobria nem a metade das despesas. Fato que não se justificaria a curto prazo, pois de acordo com o Pacto Colonial as colônias deviam existir em função das necessidades e interesses da Metrópole. Os largos investimentos no Rio Grande do Sul só se justificaram em função de um interesse econômico a longo prazo e talvez de interesses políticos imediatos. Não podemos esquecer que, no contexto da colonização moderna, ter colônias significava também aumento do poderio político e fortalecimento da autoridade monárquica.

A medida que o território vai sendo conquistado, as fontes de receita para a Fazenda Real vão aparecendo. Como consequência natural da ocupação pelo povoamento, o comércio vai se desenvolvendo e à medida que se desenvolve se integra no patrimônio ultramarino português.

A pecuária no século XVII, embora se desenvolvesse consideravelmente, possuía uma renda muito baixa, que consistia apenas na exportação dos couros. Com o advento da mineração nos planaltos centrais, ela passa por uma verdadeira revolução. Os animais do sul, cujos preços haviam permanecido extremamente baixos, em comparação com os que prevalecem na região açucareira do nordeste, valorizam-se rapidamente. Esta valorização econômica dos rebanhos terá profunda significação, pois

com ela haverá um estímulo muito grande para os estancieiros, que a partir de então se organizam em empresários. A economia mineira, neste caso, teve o dinamismo de promover a articulação das regiões meridionais com os demais centros de consumo da Colônia.

A produção de trigo e de charque aumenta consideravelmente e com ela a circulação do dinheiro e de outros gêneros. Os portos do Rio Grande e Porto Alegre se transformam, passando a ter um intenso movimento de embarcações que procedem dos principais centros de atividade econômica do Brasil de então, como Salvador, Recife e especialmente do Rio de Janeiro.

Chegam lotadas de artigos europeus, como tecidos, chapéus, ferramentas e outros. Conduzem também gêneros coloniais como açúcar e tabaco, não só para o consumo dos habitantes daquele Continente como também para o comércio com os espanhóis do Rio da Prata. Na tornaviagem, levam produtos da terra como charque, trigo, couros, sebo, chifre, crina e outros.

A partir da descoberta de ouro nos planaltos centrais, o Rio de Janeiro, política, econômica e administrativamente, passa a ser o centro de articulação de todo o centro-sul e sudeste da Colônia. Assim, as então capitanias do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (capitania d'El-Rei ou continente do Rio Grande) lhe são subordinadas.

Dessas capitanias não se navega em direitura para os portos do Reino, mas as suas exportações e importações são feitas por intermédio do porto do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a capitania do Rio Grande é a que merece maior atenção dos vice-reis. Primeiro porque transforma-se numa zona disputada por espanhóis e portugueses e em segundo lugar porque a sua importância econômica se torna cada vez maior. Transforma-se em fonte de abastecimento de alimentos para as áreas de mineração e principais centros consumidores da Colônia. Por outro lado, graças à boa qualidade de suas pastagens naturais, é também o fornecedor de animais de transporte de cargas para todo o Brasil e até para Angola.

Nos últimos anos da década de 1750 e nos primeiros da de 70, Portugal sofreu uma depressão econômica, determinada principalmente pelo declínio da produção aurífera e diamantífera brasileira. Além da queda dos rendimentos, a Metrópole era forçada a gastos extraordinários com os efetivos militares no Rio Grande do Sul. Era preciso encontrar novas fontes de rendimentos por meio da exploração das riquezas brasileiras, como fibras, madeiras, tintas e cereais. O Rio Grande se transforma em campo de experiências e também na esperança de redenção da economia ultramarina. Aí se desenvolveu a mais promissora experiência com produção do linho-cânhamo, com a criação e manutenção pelo Estado

até 1824 da Real Feitoria. Por outro lado, se experimentou e produziu também anil e cochonilha. Toda essa atividade foi desenvolvida dentro de uma política de fomento agrícola e mercantil que visava à busca de novas alternativas para substituir as importações. Durante o século XVIII, o Rio Grande do Sul foi definitivamente incorporado ao patrimônio ultramarino português e por conseguinte ao mundo lusófilo.

O que se fez nas páginas deste livro foi procurar retratar, redescobrir e interpretar todo o processo de integração do Rio Grande ao mundo lusitano. Para tanto, procuramos vê-lo nos aspectos sociais, políticos e econômicos.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO 1

Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, cavalheiro professor da Ordem de S. Bento de Aviz e capitão de infantaria do regimento de Estremós¹.

Introdução

Estas informes observações que exponho à curiosidade pública, sem temor daqueles que só se reputam sábios quando desdenham das composições alheias, não só têm por fim noticiar o grande proveito que se pode tirar da agricultura, comércio e navegação de um abandonado e desprezado país, qual é o admirável continente do Rio Grande de São Pedro, mas também instruir os negociantes para que possam fazer as especulações e cálculos sobre o comércio das suas abundantes e ricas produções e pródigos efeitos.

A matéria exigia talentos e outros conhecimentos de que sou destituído. Porém, o desejo de ser útil à minha nação vigorou a minha insuficiência na certeza de que não será tão grande o meu crime que permita alguma favorável alegação, quando não seja para defender-me, ao menos para desculpar-me.

1) Mss. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Advertência

Estas observações são formadas segundo o estado em que deixei aquele Continente no ano de 1778.

O comércio e a agricultura que têm por objeto manter o Estado — este fazendo produzir em abundância os efeitos próprios do país, e aquele fazendo exportar os que lhe são supérfluos para outros países, onde recebe do mesmo modo em troco os que lhe faltam — não podem florescer sem que a indústria dos seus habitantes seja protegida pelos soberanos, a quem compete procurar-lhes as suas comodidades e vantagens, das quais resulta um proveito em geral que faz respeitar a nação.

Em parte alguma, creio, poderiam estes indispensáveis objetos chegar à sua maior perfeição que em Portugal, não só pela situação local dos seus portos e comodidades próprias que em si têm, mas pelas que se encontram nas ricas produções das admiráveis conquistas do Brasil.

Deste descoberto, porém, se não tem tirado partido algum. Somente o ouro tem sido o objeto principal, em que constantemente se tem empregado o grande número de europeus que para ali passaram, perdendo-se, por outra parte, em muito mais do que tem importado o ouro extraído, quanto pode produzir o país, não só com a cultura de muitas produções ali desconhecidas, mas ainda das naturais e próprias dele.

Desde que o Brasil foi descoberto até agora, se têm contentado os senhores políticos deste Reino somente com as notícias da sua muita fertilidade, da bondade dos terrenos e do clima. O mais a que tem chegado a sua atividade é pedirem as amostras das produções e recolherem-se estas aos gabinetes, onde param como coisas raras até aquelas de uma grande abundância e que podiam fazer um grosso comércio, do qual fossem dependentes todas as nações.

Serve esta frouxidão de desculpa ao carunchoso sistema de muitos arbitristas da nação. Eles dizem que para segurar as mesmas conquistas convém ter bisonhos a maior parte, ou quase todos os seus habitantes, que se lhes não deve abrir caminho à sua civilização, que se lhes devem ocultar as utilidades próprias do terreno, e, ultimamente, que não devem ser ensinados a aperfeiçoar e dar a estimação que merecem as artes.

Deste manifesto engano, ou, para mais bem dizer, crasso erro, o qual eu com muito poucas palavras podia contraditar se primeiro me fosse concedida uma boa carta de seguro, tem procedido toda a decadência do Brasil, achando-se a maior parte dos terrenos por cultivar e por isso esse grande número de indigentes e de ociosos.

Entre as terras do Brasil, uma que oferece grandes e extraordinárias vantagens é o continente do Rio Grande de São Pedro. Este rico país ameno e deleitável, sem embargo da abundância das suas muitas produ-

ções, da sua fertilidade e benignidade de clima, os seus moradores (a maior parte deles) vivem indigentes por não poderem extrair o seu supérfluo.

Bem se vê que uma contradição semelhante não pode nascer senão da falta de uma mão vigorosa que facilite os meios para que as povoações se façam opulentas e faça desterrar os abusos que impedem a sua perfeição.

Os moradores mais ricos e poderosos deste Continente são os que possuem algumas fazendas que denominam estâncias. Estas abundam em gados, não tendo estes ali maior valor^a. Todas as mais produções próprias daquele Continente são de grandes vantagens, sendo a de maior cultura, além de outras, o trigo, de que se podem carregar muitos navios como miudamente passo a mostrar.

Descrição geográfica de todo o Continente

A povoação principal deste Continente, que se denomina vila de São Pedro, está situada na latitude de 31° e 58' e na longitude de 334° e 25'. A sua barra é perigosa pelos muitos bancos mudáveis que tem de areia, segundo as enchentes e correntezas d'água. Passando este obstáculo, acham as embarcações um ótimo lagamar para se abrigarem e ancorarem. Dentro deste lagamar, acha-se uma grande ilha chamada do Marinheiro, muito fértil. Nela se encontram todos os auxílios necessários para se poder fazer naquele Continente uma bem regulada povoação.

Os nacionais deste Continente são dóceis, amáveis, sinceros e muito vigorosos para o trabalho. O seu torrão desde a barra que fica duas léguas de distância até a povoação é de areia. Na distância de duas léguas desde a barra até a povoação, pelo que pertence à parte do sul, se achavam vários redutos que hoje não existem.

O terreno que se segue para a parte das demarcações, desde a vila de São Pedro até o Povo Novo, que dista sete léguas, ainda é bastante arenoso, sendo as suas campinas retalhadas de muitos e torcidos ribeiros e de excelentes pastos para gados, pelas muitas estâncias que estão ali estabelecidas.

O terreno que se segue desde o Povo Novo até Taim, que fica distante vinte léguas e onde temos uma guarda nossa, é do mesmo modo fértil, e com as mesmas grandes fazendas de gado. Este terreno é muito próprio para se plantarem vinhas, que podem produzir em muita quantidade, ainda que me persuado Portugal não necessita deste socorro, por ter grande abundância deste gênero.

Desta guarda, em distância de trinta e cinco léguas, fica a fortaleza

a) Nos campos que confinam com o Rio Pardo.

de Santa Teresa, pertencente ao espanhol, e que até que eu saí daquela fronteira fazia a demarcação do que ficamos de posse antes de se concluir a verdadeira linha de divisão.

Pelo que pertence às terras situadas na parte do norte, ou, para mais bem dizer, ali chamadas do estreito de São José do Norte, de que só estávamos de posse até a guerra de 1774, em que invadimos as terras do sul, são as mais férteis daquele Continente. Está toda povoada de estâncias de gado. É capaz para produzir em muita abundância todas as sementeiras de grão e muito particularmente para a cultura do linho. Ali, mais que em outra alguma parte, se conhecem todas as frutas da Europa, com mais abundância e mais bem sazoadas.

Daquele grande lagamar, de que já falei, nasceu um rio caudaloso que vai ter à vila de Porto Alegre, a qual, ficando situada quase no centro do Continente, dista da vila de São Pedro sessenta léguas, com pouca diferença. Esta aprazível habitação, que antes de ser criada vila se denominava Porto dos Casais, é a mais deleitável de todo o Continente^a. Está situada em uma eminência e desta desce até as margens de um doce lago comunicado de aprazíveis rios, onde podem ancorar corvetas de muito bom lote e navios.

O torrão é um dos bons daquele Continente, e apesar de estar na segunda classe de cinco, chamados semelhantes terrenos por este grande naturalista medianamente férteis, por serem terras delgadas misturadas com alguma areia, pelo contrário, além de produzirem quanto é próprio daquele país com abundância, não têm em si aquela excessiva mistura que se conclui em quase todo o Brasil de outras muitas ervas selvagens que roubam a fertilidade e a nutrição das que podem servir e servem.

Produz com abundância todas as frutas da Europa e com muito excesso pêssegos, pois até as divisões e cercas das estâncias e fazendas são de pessegueiros. Para a cultura do trigo é especial e produz muito mais que em outra alguma parte. Para o reduzir a farinha, além das muitas azenhas que para isso têm, inventaram uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas, que se movem puxados por bois segundo sopram os ventos de uns para outros sítios. Há em todos os seus arrabaldes famosas estâncias de gado, e nestas grandes fábricas de queijos de muito bom gosto e duração, à semelhança dos de Inglaterra.

Abunda o porto do seu rio em todos os sábados da semana de grandes canoas, carregadas de víveres e frutos conforme o tempo, de que prodigamente se alimentam os seus habitantes. Toda esta provisão desce de outras pequenas povoações que se comunicam ao porto principal por

a) Foi criada vila pelo governador Manuel Gomes de Sepúlveda no ano de 1772, abolindo-se a que havia denominada Viamão, distante deste porto quatro léguas a qual se acha abandonada e a maior parte dos seus edifícios danificados e caídos.

formosos e deleitáveis rios. Entre muitos, só farei lembrança dos mais notáveis.

Os moradores das margens do rio Taquari e da sua pequena povoação, ou freguesia, abundam o seu comércio de carnes de porcos, touzinhos, feijão, milho, arroz, queijos, manteiga, graxa^a, sebo e sabão, que tudo vendem por diminutos preços.

Os moradores do rio chamado do Sino, um dos mais deleitáveis deste distrito, por ficarem na margem do mesmo rio situadas as casas dos moradores, fornecem a povoação de hortaliça, carne em charque^b, as melhores frutas de espinho, melancias e de bons melões, querendo alguns que estes excedam aos que se produzem no estreito de São José do Norte, que não fazem invejar os bons de Portugal.

Os moradores do rio chamado da Aldeia dos Índios fornecem a terra de galinhas, caças de muitas qualidades e das melhores perdizes que há em todo Continente e ainda mais especiais no sabor e maiores que as da Europa, de louças para o consumo das cozinhas, telha e tijolos para o que têm ali estabelecido olarias, valendo-se para isso de excelentes argilas que têm nas suas vizinhanças não só para este fim, mas ainda para porcelana branca.

Os mais famosos nesta fábrica são os índios da mesma aldeia. Estes têm ali feito um gênero de república mais conforme que em todas as aldeias de índios, onde me tenha achado, observando-se em muita parte o sábio diretório que no ano de 1758 foi por Sua Majestade aprovado para os índios do Pará e Maranhão, cuja civilização devem ao governador que foi daquele Continente, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda. Semeiam trigo, legumes e hortaliças. São muito hábeis para formarem jardins e coisas que no divertimento do campo causam galantaria. Todos os seus pomares são postos com simetria. Excedem a todas as outras povoações na criação de galinhas, perus, patos e pombos, sem mais trabalho que o das índias velhas que não podem cuidar de outra coisa.

Os povoadores do Rio Pardo e do porto que neste rio de novo abriram, e por isso denominada a sua povoação Freguesia Nova, levam toda a vantagem aos outros em estâncias de gados, bestas e cavalos e nisto empregam todo seu cuidado.

A grande multiplicação que há destes animais faz que sem embargo da grande extração que têm para as diferentes capitânicas do Brasil e principalmente para a de São Paulo, pelo muito pouco que custa cada

a) Assim chamam a uma consistência, ou massa, que fazem de sebo e tutanos para guisar o comer.

b) Carne salgada e depois seca ao sol.

besta^a, se não sinta por isso falta alguma. A povoação em si é a mais informe de todo aquele Continente e poucas são as casas de telha que nela há, pois o comum é serem cobertas de palmas.

Há outros rios que se comunicam com este, de que não trato, por serem as suas margens de menos produções e povoadas de gente mais ociosa.

As campinas que vão pela fronteira do Rio Pardo ter à Santa Tecla, e depois tornam a pegar com Santa Teresa, são de imensos gados, em tanta cópia que não se podem fazer ferrar nem se sabe quem são seus donos. Este espaçoso caminho tem sido o teatro das façanhas do nosso grande Rafael Pinto Bandeira e de seu pai, de que ele tomou o nome e o exemplo das suas proezas.

As extensas matas que há neste Continente^b abundam de bons paus de construção, de tinturaria e marchetaria. De mistura com estas árvores se encontram outras, cujos frutos silvestres, agradáveis à vista e ao paladar, ministram o sustento às engraçadas aves de diferentes e galantíssimas cores que pousam nos seus famosos galhos e à imensa caça que ali se encontra de veados, porcos, coelhos e outros animais só conhecidos no Brasil.

Providências políticas e econômicas para o melhoramento deste Continente

Tendo pois claramente mostrado as vantagens deste rico Continente, a benignidade do seu clima, as boas qualidades do terreno e dos seus habitantes, resta-me agora fazer ver quanto for possível a fraqueza dos meus talentos, o meio por que Sua Majestade pode tirar dele as maiores utilidades e fazendo ao mesmo tempo felizes aos seus fiéis vassallos, que tanto confiam no seu sábio e piedoso governo.

É indubitavelmente certo que este Continente, com um grande defeito ou erro de política, ainda existe retalhado em várias povoações, com a denominação de vilas, sendo o governo delas sujeito ao da capital do Brasil, cuja dependência é que o tem posto decadente, além de outros motivos.

As primeiras capitánias do Brasil mereceram se lhes desse esse nome

- a) No tempo em que ali me achei, não custava uma mula ou macho, ainda que fosse escolhido, mais que 1\$600 rs., uma vaca 800 rs., e um potro 1\$600 rs., e o mais caro 1\$800 rs.
- b) No centro do Continente e entre o Rio Pardo e a vila de Porto Alegre.

com menos circunstâncias e sem que promettessem tantas utilidades à Real Coroa.

Quando Sua Majestade se digne atender à pobreza daqueles moradores e por consequência à ruína de um tão vasto continente, não estará conseguida a felicidade somente em se criar de novo, sem outras ponderações, uma capitania separada e com governo independente, como deve ser, nomeando-lhe Sua Majestade capitão general, bispo, ministros e mais empregos assim civis e de Fazenda, como eclesiásticos. Convém também que todos os que forem nomeados sejam pessoas hábeis e escolhidas para promover uma nova criação ou, para mais bem dizer, pessoas inteligentes como se necessita para semelhantes estabelecimentos, e que as providências que se derem além daquelas sejam tão conformes entre si que por elas se consiga ver esse Reino, só pelo que respeita àquela parte das suas conquistas, rico, poderoso e florescente.

Para assim suceder, eu irei lembrando o que me ocorrer, ainda que com infirmitade de modo que seja percebido, supondo já a Sua Majestade na resolução de separar aquele Continente do governo da capital do Brasil sem o que todas as providências virão a ser de nenhum proveito, e, seguindo os artigos que irei substanciando, deles se poderá separar o inútil e recolher o útil.

1º) Que Sua Majestade seja servida ordenar que para aquela por mim já suposta capitania se lhe introduza uma boa porção de dinheiro de prata e cobre, que com diverso cunho e valor extrínseco possa correr somente em todo aquele Continente e ainda até a ilha de Santa Catarina, além do que também deve ali correr provincial em todo o Brasil.

Esta falta de moeda tem concorrido para a fraqueza do comércio e agricultura daquele Continente, porque sendo o dinheiro que ali gira o mesmo que corre geralmente em todo o Brasil o que sucede é que os gêneros do país perdem o seu justo valor. O dinheiro que circula por ser muito pouco não supre a balança do comércio, e ainda assim, esse pouco todo se vai em remessas para o Rio de Janeiro e outras partes do Brasil. Deste modo, é evidente que um país onde se comercia somente a troco de gêneros não pode florescer de modo algum, porque todas as utilidades vêm a ser passivas e nenhuma ativa para a povoação.

Isto mesmo se conheceu nos primeiros séculos quando os próprios gêneros e efeitos corriam geralmente como moeda e por modo de câmbio se trocavam uns por outros. A impossibilidade de fazer isto sem graves perdas fez que primeiro os homens e depois os reis buscassem o modo de fabricar as moedas, que vem a ser o mesmo que um sinal geral: Este sinal pois tão necessário entre comércio e agricultura é o que falta naquele Continente.

2º) Que Sua Majestade mande fazer pronto e efetivo pagamento pelas três diferentes folhas: civil, eclesiástica e militar, cujos pagamentos não só se retardam, mas que nunca se fazem e principalmente pelo que respeita à tropa, a qual achando-se ali regulada, constando de um regimento de dragões, de uma legião de mil homens e de quatro companhias de artilharia, o pagamento porém dos seus soldos e fardamentos quase nunca lhes é feito.

Cessando pois esta impontualidade, a circulação do mesmo dinheiro vivificará todos os ramos públicos, e a mesma Fazenda Real sentirá um esforço e vigor pelos direitos que se devem estabelecer nas alfândegas com os quais possa efetivamente fazer semelhantes pagamentos, sem o que nada se poderá conseguir.

3º) Que se cultive a navegação em direitura aos portos deste Reino, sem que possa servir de obstáculo o não poderem navegar pela sua barra mais que embarcações pequenas, e ainda estas com algum risco. Para isso, deve-se fazer um depósito ou armazém geral na ilha de Santa Catarina, transportando-se as produções da principal vila de São Pedro e das suas vizinhanças em embarcações pequenas para aquele dito armazém, e as produções que ficarem no centro do Continente, como as do Rio Pardo, Porto Alegre etc., uma pequena parte pode também ser conduzida em embarcações adequadas àquela barra, e a maior parte, principalmente couros, por terra em grandes carretas de que já há princípio naquele Continente e que não dá detrimento algum pela abundância de bois que ali há com que devem ser rodadas, sendo dirigidas à vila de Laguna, donde em pequenas sumacas e lanchas podem ser conduzidas em menos de 12, e o mais 24 horas, ao posto principal que deve ser o da ilha de Santa Catarina, como dito tenho, entrando pela barra do sul, havendo um grande cuidado no regresso que fizerem as embarcações do Reino à mesma ilha, que façam o seu lastro de sal de Setúbal, que é o melhor, não só para o consumo diário mas para salgar o que de outro modo se não pode transportar para esse Reino.

4º) Que Sua Majestade mande auxiliar todos aqueles assim europeus como americanos de outra qualquer capitania que quiserem ir ali se estabelecer, dando-lhes ajudas de custo para poderem fazer as suas primeiras habitações. Sem despesa maior e sem vexame da Fazenda Real se pode isto conseguir. Bastará mandar a todos os oleiros e fabricantes de cal que paguem dois ou três por 100 do que produzirem as suas fábricas, cuja cobrança deve ser feita em espécie e no mesmo gênero. Estes deverão ser recolhidos em armazéns que para isso se devem destinar e para deles se distribuir aos novos povoadores o que for necessário para edificar as suas casas, ficando só a despesa dos jornais por conta de cada um. Esta providência bastará que tenha o seu devido efeito somente pelo tempo de dez

anos, no fim dos quais também devem ser os fabricantes aliviados do imposto.

5º) Que as terras que estão por cultivar se dividam de diverso modo do que foram no princípio da repartição, observando-se primeiro a serventia própria dos terrenos não só para se transplantarem as produções que ali se desconhecem mas ainda onde fertilizam mais as do próprio Continente, de forma que as terras que não forem próprias para a criação dos gados se possam cultivar sem ficar espaço algum desocupado. Para isso é necessário que em lugar de haver muitas fazendas grandes, haja muitas pequenas, segundo as forças dos agricultores. Deve-se a todos dar uma precisa instrução do melhor modo de cultivar que se não segue em todo o Brasil, sendo um deles e o pior o de desampararem as terras uma vez que lhes não produzem o mesmo que nos primeiros anos em que estavam em todo seu vigor, chegando por isso até a cortarem-se extensas matas de bons paus das três qualidades necessárias, para se plantar, naquele espaço, milho, feijão etc., cuja importância em vinte anos não é capaz de pagar a destruição que sem necessidade se fez e que se podia evitar preparando-se as terras com as misturas que devem concorrer para a sua vegetação, sendo o que é mais próprio deste Continente o estrume dos animais de que há grande quantidade e de folhas muito próprias para se misturar e por meio da fermentação poderem-se conservar os terrenos, produzindo com a vantagem em um mesmo lugar.

Os mesmos agricultores se lhes devem dar gratuitamente nos primeiros dois anos ferramentas para o seu trabalho, perdoando-se-lhes também nesse tempo todos os direitos das suas produções, ainda pelo que respeita aos dízimos, além de outros prêmios que se lhes devem conceder e facilitar à proporção que forem mostrando mais atividade; e suposto que nestes casos a invenção de premiar não é nova só lembrarei, agora, que com isso se têm feito grandes progressos, assim no princípio de qualquer estabelecimento agrônômico como na sua decadência.

6º) Que hajam logo de fazer-se do modo possível para exportação dos gêneros não só pontes ainda que sejam de madeira nos pequenos lugares pantanosos e barcas onde não for possível fazerem-se as mesmas pontes, mas abrir caminhos, que façam com menos custo e brevidade chegarem à borda dos rios os víveres e gêneros dos agricultores que estiverem concentrados pela terra adentro, e o mais que se deve cuidar é da conservação destas necessárias providências.

7º) Que se estabeleça a arrecadação da Fazenda Real, com muita considerada atenção, pois dela depende toda a felicidade de um Estado e muito mais de uma povoação, que de novo se passa a regular. Será necessário para ir estabelecer não só um homem que tenha perícia de cálculo, mas todos os conhecimentos políticos da arrecadação e que demais saiba

graduar os interesses públicos e particulares e combinar as relações que estes têm com os do Rei, examinando os diferentes ramos que devem fazer os rendimentos ou fundos da caixa do Estado, pela qual se devem pagar as despesas do Continente, sem vexame dos povos.

Todos os rendimentos que forem próprios para se contratarem não se deve logo no princípio proceder à sua arrematação, pois seria o meio de desanimar a agricultura vexada pelos arrematantes que não desejam fazer mais que as utilidades do tempo da sua arrematação, sem regra alguma, além dos obstáculos da isenção que devem ter os agricultores de certos direitos nos primeiros dois ou três anos, nos quais também é que se pode conhecer por um meio de proporção e cálculo prudente o como se deve graduar o preço médio de cada um deles, pelo crescimento das lavouras e indústria dos agricultores. Não deve ser de menos consideração o rendimento do subsídio literário, cuja aplicação se faz naquele Continente tão necessária para que se nomeiem os competentes mestres para as escolas menores, contemplando-se para isso não só as vilas ali criadas mas ainda as freguesias que estão em distância delas. A imposição, porém, deve ser mais diminuta modificando Sua Majestade para isso a lei, porque custando naquele Continente a arroba de carne 80 rs. e a mais cara 160 rs. não deve pagar de direito 32 rs. por arroba, do mesmo modo que paga nas capitania onde custa 600 rs. a arroba.

Como será impossível que no princípio da criação desta capitania possam os rendimentos saldar as despesas das três diferentes folhas, faz-se necessário quanto couber no possível que se não promovam todos aqueles empregos que devem ser somente próprios de um florescente Estado, mas só aqueles que forem de uma indispensável necessidade. Além desta providência econômica, quando não baste só por si, deverá Sua Majestade mandar impor alguns direitos por entrada nos gêneros que forem exportados para o Rio de Janeiro, pagos na alfândega desta capital, para que sendo recolhidos na Tesouraria Geral da Junta da Fazenda Real, fazendo-se deles escrituração separada, sejam aplicados para pagamento dos suprlmentos que para a mesma capital se devem fazer àquele Continente, enquanto se conhecer necessidade disso. Esses direitos não podem causar vexame algum, porque, além de serem destinados para um tão justo fim, ficam balançados entre o comércio daqueles dois continentes.

Além dos direitos que tenho referido e dos que já se acharem naquele Continente estabelecidos, lembrarei mais não só os que de novo devem crescer, mas o modo de se fazerem conhecer alguns ramos de comércio que possam deixar grandes utilidades à Coroa e aos mesmos povos.

As barcas que já disse deviam ser construídas para passagem dos viajantes e exportação dos gêneros acho devem ser por conta da Fazenda Real, a quem se devem pagar uns módicos direitos segundo o número

de pessoas e de volumes. As bestas que deste Continente saem para fora, sobre elas se podem aumentar mais alguns módicos direitos. Sobre as pescarias se podem também estabelecer os direitos que forem proporcionais, e que ali não pagam creio que nem pelo dízimo. O sal que for para aquele Continente também se deve reduzir a contrato. Nos gêneros que não forem da primeira necessidade se podem lançar ou aumentar alguns direitos mais vantajados.

Um importante ramo de comércio se pode ali estabelecer. Este é o das carnes salgadas que devem ser exportadas a este Reino, em lugar das que vêm de Irlanda, sem necessidade alguma e por muito maior preço do que podem ali custar. Do mesmo modo, quantidade de sebo, de que se pode fornecer o Reino, sem dependência do que vem da Rússia, e assim também cabelo de cauda e crina e um grande número de vergalhos dos bois, para os corrieiros, e que ali se lançam fora.

Deve-se também mandar cultivar o linho que ali pode produzir com muita abundância, principalmente nas terras do estreito de São José do Norte, fazendo-se inteiramente desnecessário o que vem da Rússia por muito maior preço do que ali poderá custar, ainda sem calcularmos o interesse que fica na própria nação.

Pode-se fazer produzir em muita quantidade a cochonilha, cujos insetos conhecidos naquele Continente podem dar grande utilidade ao Reino obrigando-se a cada um agricultor a plantar certa porção de terra (segundo a extensão que ocupar) do arbusto próprio para a sua nutrição, o que não dá mais trabalho que de uma só vez, não necessitando depois de amanhã algum para a sua conservação, observando-se o tempo próprio para se fazer a colheita, o modo de separar a que for brava e o seu melhor fabrico, para o que me não proponho por falta de experiência e de luzes para assim poder facilitar, pelos meus planos, sobre esta matéria uma abundante produção^a.

Também se pode ali estabelecer a criação das ovelhas de Guiné, que pela cidade da Bahia se podem mandar buscar sem muita despesa. Do mesmo modo, se pode promover a caça dos avestruzes que são uma espécie de ema, cujas penas podem servir para plumas e sua lanugem para a fábrica dos chapéus.

Além das grandes utilidades que se podem seguir pelo aumento da povoação, comércio e agricultura daquele Continente, como tenho demonstrado, não deve ser de menos consideração o sossego em que virão a ficar os povos que nele habitam, porque sendo continuadas as invasões

a) Naquele Continente há pessoas que pela experiência, ajudadas também por algumas advertências, que se devem pedir ao insigne e sábio naturalista, o dr. Domingos Vandeli, podem fazer progressos nesta útil e proveitosa produção.

dos espanhóis, sem susto das nossas forças ali tão diminutas como enfraquecidas, eles, pela opulência a que chegar o país, não só nos virão respeitar mas ainda a temer, e Sua Majestade evitará as continuadas despesas que faz com repetidos destacamentos expedidos pela capital do Rio de Janeiro para se lhe poder de algum modo resistir.

Sendo pois quanto me ocorrem as providências que podem tirar aquele Continente do ínfimo e decadente estado em que se acha, deve-se esperar que um ministério tão inteligente, como temos a fortuna de admirar, o faça elevar ao estado de perfeição e de esplendor, fazendo que tanto o comércio como a agricultura dêem ali as mãos, como convém, por serem os dois objetos em que se firma a grandeza dos soberanos, a felicidade e a ventura dos povos.

DOCUMENTO 2

*Carta de Luís de Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro*²

Pela carta de V. Exa., de 12 de outubro de ano próximo passado, recebi a ordem de Sua Majestade para fazer promover e animar por todos os modos possíveis o novo ramo de comércio que alguns negociantes empreenderam destinando duas embarcações para transportarem do Rio Grande trigo e farinha para essa Corte, recomendando-me muito V. Exa. haja de passar as ordens necessárias para ficarem isentos de direitos e emolumentos de Entrada e Saída neste porto, nos de Santa Catarina e Rio Grande, os referidos gêneros pertencentes a esta primeira remessa e a aduela precisa para o transporte da mesma farinha; a fim de que sendo felizes estas primeiras tentativas possam servir de estímulo a outros para as prosseguirem pelas grandes utilidades, que delas podem resultar tanto a esse Reino como aos habitantes daquele Continente.

Ainda que estava muito bem persuadido de que no Rio Grande e Santa Catarina não pagam direitos e emolumentos alguns os referidos gêneros igualmente a aduela para o barrilame, cobrando-se somente na alfândega desta capital os da farinha vinda de quaisquer portos: contudo, devendo executar as ordens de S.M. e como me são determinadas, passei imediatamente as que se faziam necessárias para se observar em todo o caso a referida isenção, ordenando particularmente ao comandante da vila de S. Pedro na ausência do governador daquele Continente, donde depende o feliz êxito desta negociação, que a haja de auxiliar com toda a atividade e diligência, a fim de se verificarem em tudo as Reais Ordens

2) A.N. Rio, cod. 104, vol. 11.

de Sua Majestade ainda que devo expor a V. Exa. quanto receio que os ditos negociantes tenham motivos de se arrependem de um negócio feito sem toda a ponderação e sem precederem as informações necessárias, fiados talvez em aparências, que enganam.

Logo que tomei posse deste governo, entrei a figurar-me a grande utilidade que poderia resultar ao nosso Reino, e aos comerciantes dele, da exportação dos trigos do Rio Grande necessários nesta Corte, para evitar a excessiva entrada destes estrangeiros, e por consequência a preciosa saída do grosso do cabedal que lhes corresponde. Não obstante saber que não faltavam discursos mais filosóficos que políticos, que se opunham a este projeto, estava eu persuadido neste e em outro caso semelhante da regra de que sempre será útil um projeto por meio do qual se diminua em parte muito considerável a saída do nosso dinheiro para fora aumentando-se muito ao mesmo tempo o nosso comércio interior, e segurando-se melhor a abundância de um gênero da primeira necessidade, parecia-me que esta regra era bem aplicada àquele projeto, e que nela tinha o mais sólido fundamento e não achava razão alguma de duvidar, e só a acharia de decidir o contrário em alguma Real Ordem de Sua Majestade, que assim mo determinasse.

Por isso, o meu primeiro cuidado foi saber qual era a produção naquele tempo e qual seria ou poderia ser para o futuro; achei que era muito raro naqueles primeiros anos chegar ao número cincoenta mil alqueires de trigo, e que pela vastidão dos terrenos e grande fertilidade deles não podia duvidar-se do aumento extraordinário futuro, havendo zelo nos governadores, possibilidade nos colonos e aumento na povoação. Tudo isto procurei animar, exortando os governadores com repetidas ordens e recomendações para que usassem de toda a indústria necessária para aquele fim favorecendo os colonos e ajudando-os em tudo o que era possível, especializando os pagamentos das suas dívidas enquanto as maiores despesas o não fizeram de todo impraticável e aproveitando quantos casais aqui chegavam em embarcações das ilhas dos Açores para novos povoadores com a esperança de sua felicidade e com o princípio do seu estabelecimento naqueles terrenos, que se lhes mandavam repartir conferindo-lhes as mais graças que V. M. lhes concede pelas suas Reais Ordens, compreendendo igualmente nelas os habitantes da Colônia do Sacramento (gênios ativos e industriosos, capazes de fazerem com alguns meios grandes progressos), que então se vinham recolhendo na mais triste indigência de Buenos Aires.

Igualmente, considerei que não seria tempo de pôr em prática o mesmo projeto senão quando a abundância de trigos no Rio Grande fosse tanta que pudesse fornecer amplamente os portos do Brasil, com que este tem freqüentemente comunicação e que seria notável desordem

se acontecesse o esquisito jogo e encontro de embarcações carregadas de trigos do Rio de Janeiro ou do Rio Grande para Lisboa com outras carregadas de farinha de Lisboa para a Bahia, Pernambuco ou Santos, ao mesmo tempo que fornecidos estes portos daquele modo já crescia tanto em Portugal a quantidade de trigos quanto diminuía a exportação deles para uma tão considerável parte do Brasil, como já algum tanto tem diminuído.

Para poder fazer uma tal ou qual estimativa destas quantidades necessárias no Brasil e conhecer juntamente pela produção do Rio Grande, quando com as que superabundassem, se podia fazer um comércio do Rio de Janeiro para Lisboa tão vantajoso ao Estado, me antecipei tanto a pedir os documentos possíveis das alfândegas deste Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santos, como V. Exa. verá das datas das respostas copiadas debaixo dos n^{os} 1^o, 2^o, 3^o, e 4^o, a cuja estimativa se devem ainda acrescentar as reflexões seguintes: 1^a) que se a produção do trigo no Rio Grande se tem aumentado, ali e nos mais lugares para onde se transporta, tem diminuído à proporção a plantação da mandioca, a qual todos preferem ao trigo, por gosto e até por atentação; 2^a) que ainda que a povoação se não tenha aumentado tanto, quanto convinha e devia ser, sempre tem crescido, quanto basta para o consumo do trigo ser muito maior do que o era no tempo em que a farinha do mesmo trigo vinha indispensavelmente do Reino; 3^a) que não basta muita abundância, é necessária alguma superfluidade, para o preço ser tal que convide e convenha aos comerciantes a longa exportação de um gênero tão corruptível; e 4^a) que não bastará alguma superfluidade para ser conveniente o preço, se os fretes forem excessivos como o hão de ser, enquanto não houver gêneros de importação permutáveis no Rio Grande pelo que se pretende exportar por um preço também acomodado e que igualmente convide e convenha aos lavradores.

Feitas estas considerações de que a produção anual do Rio Grande não costuma exceder de cem mil alqueires de trigo, bem se vê que não pode ainda sobejar para se transportar para a Europa, nem ter um preço próprio para este fim, pelo que, tendo tanto na lembrança este vantajoso comércio e outros do Rio Grande, que segundo entendo pouco podem adiantar-se no estado atual em que ele se acha, manifestei a V. Exa. o mesmo estado na carta de 2 de outubro de 1784, pedindo as providências necessárias para melhorar de fortuna aquele fertilíssimo país exauridos já todos os meus esforços e praticadas todas as diligências que cabiam nas minhas forças a este respeito.

E ainda que a produção do ano passado chegou a 106.794 alqueires como mostra o mapa que remeto debaixo do n^o 5^o, foi um ano de rara abundância, e por esta razão, e por concorrerem juntas neste porto muitas embarcações carregadas de trigo, desceu aos preços de 800, 760 e 750 réis,

buscando-se todo o modo de lhe dar saída, bem como succede com todos os gêneros que vêm de Portugal, e que são de dificultosa conservação, que entrando alguns navios juntos chegam a dar perda, porque se vendem por um ínfimo preço; quando não havendo esta concorrência costumam dar grande utilidade. Já este ano tem sucedido bem pelo contrário a respeito dos trigos do Rio Grande, porque, sendo muito diminuta a produção por causa das demasiadas chuvas, o seu preço aqui tem sido presentemente a 1\$650 e 1\$600 réis e não se espera que se diminua muito, antes se receia que aumente o dito preço, o qual se o acaso da concorrência, e não a certeza da abundância, tem feito descer ao que às vezes aqueles mais diminutos; por isso tem sido tal a variedade de preços como mostra o apontamento que vai debaixo do n.º 6.º.

Estas são as razões por que até agora não tenho (escrito) a V. Exa. este novo comércio, e por que receio que os negociantes que principiam a pô-lo em prática, mandando para isso duas embarcações ao Rio Grande intempestivamente, sintam um prejuízo, que devem atribuir à sua precipitada resolução.

Deus guarde a V. Exa.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1788
Luís de Vasconcelos e Sousa

Exmo. Sr.
Martinho de Melo e Castro

DOCUMENTO 3

Regulamento para a conservação dos animais das fazendas e estâncias dos particulares³

Pertencentes ao gado

NOTAS

Não há naquele Continente fazendeiro ou estancieiro algum que não saiba o que se deve praticar na criação e conservação dos animais das suas fazendas; mas, como vivem entregues ao ócio e indolência, abusam dos seus próprios conhecimentos para se voltarem para outros comércios proibidos, desprezando os grandes interesses que podem tirar dos seus estabelecimentos.

ARTIGOS que deve conter o regulamento:

1) Devendo cada um dos fazendeiros ou estancieiros ser o mais zeloso administrador das suas fazendas, ou estâncias, e aplicar melhor os meios que parecem mais ajustados a fim de conseguir as suas próprias utilidades, se faz desnecessário estabelecer regras seguras pelas quais se haja de reger a criação de gado, que deve e pode fazer o seu principal rendimento por vezes ser muito conhecida pela experiência a especulação e prática deste importantíssimo objeto, mas como as maiores vantagens do Estado e daquele Continente não consistem unicamente naquele referido princípio mas também no modo de conseguir a sua principal conservação em que até o presente se não tem cuidado com aquele devido zelo e eficácia necessária; por isso atendendo unicamente a esta segunda circunstância, se não devem deixar de estabelecer outras regras, que, destruindo

³ A. H. U. Rio Grande, caixa 3.

o antigo abuso, hajam de reprimir tanto o descuido, que se conhece nos mesmos estancieros, como as desordens, que são evidentemente prejudiciais aos interesses, que o Estado em comum pode tirar das suas próprias utilidades.

Sem esta proibição é impraticável conseguir-se o fim da multiplicação, pois ordinariamente dão mais preferência aos seus apetites e aos seus regalos do que à conhecida utilidade de conservar semelhantes animais, e consequentemente dali procede a falta que sempre se experimenta de maior abundância, ainda nas ocasiões de menos necessidades.

2) Consistindo porém a falta de maior abundância do gado, e consequentemente nenhuma regularidade, que há para a sua conservação no repreensível sistema de manterem indiscretamente vacas e vitelas, sem se lembrarem de que a maior multiplicação depende essencialmente da conservação de semelhantes animais. Nenhum estancieiro ou fazendeiro de qualquer qualidade, ou condição que seja, poderá matar vaca ou vitela, para o sustento das suas vacas e famílias, ou para qualquer gênero debaixo da pena pecuniária de pagarem para a Fazenda Real o anovelado do valor das que matarem, ou constar que permitiram se matassem nas suas próprias fazendas ou estância, além da pena de prisão, e das mais, que o tempo for mostrando serem necessárias para a mais pronta execução deste artigo, e para esse fim dará as providências mais oportunas, para que pelos seus fâmulos domésticos se faça praticar efetivamente esta regularidade, de modo que todos uniformemente cooperem para sua melhor observância, fazendo-se esta proibição pública por um bando a som de caixas, para se não poder alegar a menor ignorância a esse respeito.

Este é o meio de reprimir a liberdade dos estancieros que pretendendo alugar semelhante permissão se farão despóticos para transgredir a execução de uma proibição tão necessária para a maior multiplicação que se pretende.

3) Ficam, porém, excetuadas desta proibição as vacas velhas, e inteiramente estéreis, que não podendo produzir se fazem inúteis e prejudiciais aos campos das suas fazendas. Mas para que não aconteça o caso de se matarem outras que não estejam nestas circunstâncias, a sombra desta exceção de hoje de transgredir o que se acha determinado no artigo antecedente logo que qualquer fazendeiro ou estancieiro tiver vacas velhas e estéreis nos pastos de sua estância requer ao provedor da Fa-

zenda Real a permissão de as poder matar; o qual precedendo a este respeito a mais escrupulosa informação e exame que forem suficientes para melhor se capacitar da verdade, que se alega, e dará a permissão para poder matar as vacas que se acharem naquelas circunstâncias, e de nenhum modo vitelas, por não ser possível conhecer-se ainda neste estado se podem ou não ser estéreis e incapazes para a propagação.

A experiência tem mostrado que nenhum meio será bastante para reprimir a malícia e fazer observar qualquer determinação, e por isso se estabelece a pena pecuniária como a mais eficaz a este respeito.

Este meio é muito necessário, tanto para o tempo da paz como da guerra, de que tem sido ameaçado e muitas vezes invadido aquele Continente.

Este método é muito necessário para obviar os obstáculos, que se costumam mover sobre esta matéria, facilitando

4) Para se proceder em tudo sem as fraudes e enganos que a malícia pode inventar a este respeito, no requerimento que fizerem os ditos estancieros para alcançar a sobredita permissão relatarão o número das vacas que se acham nas referidas circunstâncias com as suas competentes marcas, para se notar em um caderno volante, que deve haver na provedoria, e na ocasião em que se quitarem ou despacharem os couros para se exportar por conta dos particulares, se farão as precisas combinarem com o número de vacas que se encontrarem nos mesmos couros à vista do que se conhecer qualquer transgressão sobre este artigo, se impor a pena acima estabelecida contra os culpados confiscando-se imediatamente para a Fazenda Real os couros que excederam ao referido número que lhes foi concedido.

5) Sendo muito conveniente que se não ignorem em um país fronteiro todas as circunstâncias individuais que podem concorrer para o melhor conhecimento desta importantíssima matéria, todo estancieiro será obrigado a apresentar no fim de cada ano na provedoria da Real Fazenda sua relação circunstanciada, que mostre o estado em que se acha a multiplicação do gado da sua fazenda ou estância e todas as mais alterações que tenham ocorrido dentro daquele tempo a este respeito.

6) E para que em tudo se proceda com um método claro e abreviado, e se possa conhecer o estado de todo este

tanto a conta dos estancieros como a forma de se conhecer na provedoria a maior observância do presente regulamento.

negócio, declarará o estancieiro na referida relação do primeiro ano o número do gado que existe em ser, o qual fica servindo de fundo, entrada, e princípio de criação, com a distinção das vacas de ventre, touros, e pastores, e bois mansos, e do serviço da lavoura, vitelas, bezerras, e gado de reserva para extração dos couros, com a precisa circunstância da marca, contramarca, ou quaisquer outras divisas de que usar na sua fazenda. No ano seguinte, abaterá o número do gado com as referidas distinções que se matou, tanto para o consumo da sua fazenda como para o giro de seu negócio, do que vendeu a outros, do que morreu por qualquer acidente etc., e ao resto que ficar passará à conta da entrada do ano seguinte com a multiplicação que houve naquele tempo. No terceiro ano, seguindo a mesma formalidade, já a multiplicação do ano antecedente se deve unir à entrada do gado existente, ficando a multiplicação deste terceiro ano em coluna e declaração separadas, para no ano seguinte passar por entrada a adição e declaração do gado existente; e deste modo se irá sempre praticando em todos os mais anos inviolavelmente, como se acha acima determinado.

Este é outro igual meio para despertar os estancieros ou fazendeiros do ócio em que vivem, pois há tais que deixam abandonados os seus próprios interesses para viver sempre na maior necessidade.

Deste modo, se pode ir gradualmente calculando o maior aumento que vai tendo o comércio, que só pode ser mais vantajoso com a exportação dos couros daquele país, os quais ainda que não são tão grandes como os da Espanha, nem por isso deixam de ser os mais procura-

7) Além das sobreditas relações, serão obrigados os referidos estancieros ou fazendeiros a exhibir anualmente na provedoria os róis das suas marcações e castrações, pelas quais se possam fazer constantes as vitelas, e os bezerras que foram reservados para a propagação e os touros, que no mesmo tempo se castrarão por não servirem para pastores, e foram incorporados com a boiada mansa.

8) Do mesmo modo, serão obrigados os sobreditos estancieros a apresentar na provedoria da Fazenda Real outra relação separada dos couros, que foram exportados, ou por sua conta, ou de outros, a quem os vendessem para sucessivo giro do seu comércio dentro

dos e de mais pronta saída entre os comerciantes.

Com esta providência, se previne não só o descuido que pode haver nas pessoas encarregadas naquele Continente da pronta observância deste regulamento, mas ainda o desmazelo dos povos, que vendo a eficácia com que se trata todo este negócio procurarão melhor adiantar os seus estabelecimentos.

À vista da pretendida relação, se poderá conhecer o aumento que vai tendo aquele Continente no tempo da paz, para na ocasião de qualquer acidente de guerra se tomarem as precisas providências com menos incertezas e maior conhecimento do estado atual do mesmo Continente. Além disso, este meio será o único que pode servir de estímulo para haver maior atividade no trabalho e menor negligência no pretendido aumento dos estabelecimentos dos particulares.

daquele ano prefixo, que lhe é determinado com as distinções e declarações, que mostrem os que são de touro, novilho ou vaca com as suas competentes marcas, contramarcas, ou quaisquer outras divisas de que usarem nas suas fazendas, especificando os que foram exportados por sua conta, os que se venderam a outros e os nomes dos compradores.

9) As sobreditas relações serão apresentadas impreterivelmente até quinze do mês de Janeiro do ano seguinte, precedendo a esse fim no mês de novembro do ano antecedente. Editais públicos que se devem afixar em cada um dos distritos separadamente para que venha a notícia de todos os estancieros ou fazendeiros a obrigação que têm de apresentar até aquele dia determinado as sobreditas relações. E logo que estas forem exibidas se procederá na provedoria a um exame à vista do livro que ali deve existir de todas as estâncias, e fazendas de gado daquele Continente com a distinção e declaração dos possuidores e lugares dos seus estabelecimentos, para a vista de tudo se conhecer da menor falta que houver a este respeito, e por ela se proceder contra os culpados, com a pena de se lhe quintar o gado que existir nas suas fazendas ou estâncias para a Sua Majestade.

10) Depois de se apresentarem todas as sobreditas relações, se deve formalizar tão bem na provedoria outra geral, e bem circunstanciada, com as alterações que forem mostrando o diverso estado das estâncias, ou fazendas daquele Continente para se remeter ao vice-rei do Estado, e com ela se fazer presente a Sua Majestade a diminuição, ou aumento, que se for conhecendo deste importantíssimo objeto, pois no caso de qualquer estancieiro ou fazendeiro não procurar adiantar e engrossar os seus estabelecimentos na forma que lhes foram concedidos, se lhes poderão tomar como devolutos os próprios

terrenos, para se concederem a outros que tenham mais atividade e indústria, e saibam melhor satisfazer as condições com que se constituem proprietários das suas grandes possessões.

O avanço que podem dar os couros de touros nunca pode corresponder ao da boiada mansa e mais bem domesticada, pois além das razões insinuadas neste artigo por um cálculo menos incerto é maior o número dos touros que se desgarram e largam o próprio terreno do que daqueles que seguindo o seu instinto natural se fazem acostumados no próprio lugar em que nasceram.

Não se prescrevem outras regras, que aliás vão notadas no regulamento das Fazendas Reais de Sua Majestade, porque não há ali fazendeiro ou estancieiro algum que não saiba desempenhar as melhores providências, que são necessárias a este respeito, pelo meio dos frequentes rodeios e vaquejadas, em que são muito eminentes.

11) Ainda que os couros da tourada sempre foram mais vendáveis pelo excesso de dois tostões do seu valor, contudo sendo estes animais sujeitos a maior rebeldia e ferocidade, se faz muito necessário que os estancieiros ou fazendeiros apliquem os maiores esforços para conseguir o fim de terem sempre nas suas estâncias ou fazendas boiadas mansas, que dando fácil extração se fazem capazes de se transportar para qualquer arbitrário destino, ou se vendam aos proprietários que negociam nesta qualidade de animais, ou seja, aplicadas para o comércio dos couros, da carne, graxa ou sebo, e ainda para a fatura de atanados, pois em ocasião de qualquer intempestivo acontecimento exportam-se em breve espaço de tempo de uns para outros campos, recolhendo-se com mais facilidade ao centro do Continente. Além disso, por este meio sem mais embaraços pode cada um distinguir o número, qualidade e classe de animais que possui, ter princípios certos para bem calcular as suas vendas, doações, ou trocas, sem vexame ou perigo de enganar ou ser enganado.

12) Para esse fim, se há por muito recomendado aos ditos estancieiros e fazendeiros o cuidado e vigilância com que devem procurar reduzir o gado aos seus currais, já por meio dos continuados rodeios e vaquejadas, que são muito conhecidas naquele país, já pelo ensino e regularidade com que se deve procurar atraí-los ao interior das suas estâncias, separando-os e desviando-os das restingas, capões e matos cerrados em que ordinariamente se acham embrenhados e abandonados inteiramente à providência e à liberdade do terreno. Devem, porém, os sobreditos rodeios praticar-se dos limites da fazenda para dentro dela, e

de nenhum modo de dentro para fora, para se não afugentar o gado, retrocedendo para a parte oposta, para onde são impelidos.

É esta outra providência para mover aqueles povos a praticarem e seguirem o plano de haver sempre naquele Continente maior número de boiadas mansas do que de touros bravos e ferozes, pelos motivos acima referidos.

A intolerância e a preguiça têm ali tais raízes que não deixaram de haver muitos, que nem a saibam nem pretendam saber, o que devem executar em benefício do Estado e dos seus particulares interesses.

13) E para que se conheça eficaz exação a este respeito, serão obrigados os ditos fazendeiros ou estancieiros a declarar nas suas relações anuais os animais que se acham mansos e sujeitos aos currais, para todo o tempo com melhor conhecimento se tornarem oportunas providências em benefício e utilidade dos seus próprios e particulares interesses.

14) Terá cada um dos estancieiros ou fazendeiros um exemplar do presente regulamento, para o seu governo e conhecimento, que deve praticar, pois à vista dele se há de distinguir a sua atividade da sua negligência para se dar toda a oportuna providência, que for necessária, em utilidade do Estado e daquele Continente.

Pertencente à cavahada dos particulares

Artigos que deve conter o regulamento

1) Primeiro que tudo deve cada um dos estancieiros ou fazendeiros introduzir nas suas fazendas ou estâncias por entrada e princípio de criação o número de éguas mansas que parecerem suficientes e poderem abranger os campos das suas divisas, conforme as possibilidades de cada um, contanto que não sejam de má condição, alçadas e ferinas, mas sim sujeitas aos rodeios com que ali se costumam domesticar semelhantes animais.

2) Do mesmo modo, para o mesmo princípio de criação, procurarão introduzir nas suas fazendas os potros correspondentes para servirem de pastores, regulando-se conforme o número das éguas, contanto que sejam de boa raça e mansas para da sua multiplicação poderem tirar proporcionados interesses.

3) Todos os referidos animais e todos os que forem havendo das produções serão marcados com a marca, contramarca ou quaisquer outras divisas de que costumam usar nas suas fazendas.

4) Como cada um dos fazendeiros ou estancieiros deve ser o mais zeloso administrador das suas fazendas ou estâncias para melhor aplicar os meios que parecerem mais ajustados ao fim das suas próprias utilidades, não se prescrevem as regras mais seguras que eles devem praticar a este respeito, ficando, por isso, ao arbítrio dos mesmos fazendeiros ou estancieiros as providências que lhes parecerem mais conformes com a sua indústria, atividade e particulares interesses. Mas como descansando sobre o seu irregular desmazelo e adormecendo cada vez mais na sua repressível e voluntária ignorância, nem as mesmas providências podem ser as necessárias em utilidade do Estado, nem este pode ter os precisos conhecimentos de todas as circunstâncias de que deve ter a mais pronta informação em qualquer tempo e em toda a ocasião. Logo que qualquer estancieiro ou fazendeiro tiver regulado o número de éguas e potros para princípio de criação, será obrigado a declará-lo na provedoria da Fazenda Real para se descrever em um livro próprio o número dos referidos animais marcados pelos sinais que correspondem às suas fazendas.

5) No fim de cada ano apresentarão naquela repartição uma relação circunstanciada que mostre o estado em que se acha a multiplicação da cavahada com todas as mais alterações que tenham ocorrido dentro daquele tempo a este respeito, praticando-se, conseqüentemente, o que se acha determinado nos artigos 6º, 7º, 9º e 10º do regulamento do gado naquela parte que for aplicável a este importantíssimo objeto.

6) E para que os sobreditos fazendeiros ou estancieiros hajam de proceder em tudo com a devida regularidade, farão praticar inviolavelmente as três necessárias operações que concorrem entre si para o importante fim deste regulamento. A primeira atende à necessidade de se apartarem os animais que já têm sustância e força. A segunda pertence à precisão de os fazer marcar e castrar. E a terceira respeita ao meio de os amansar para qualquer serviço.

7) Quanto à primeira, darão a providência que lhes parecer necessária para no fim de cada ano se separarem não só as éguas que já não necessitam acompanhar as mais para serem incorporadas com a manada de outras éguas que andam sujeitas ao pastor para o fim da multiplicação como também os potros que igualmente podem ser tirados das mães para se aplicarem a qualquer destino.

8) Quanto à segunda, darão igualmente as providências que lhes parecerem próprias para marcar todos os animais indistintamente e castrarlos conforme acharem ser mais vantajoso aos seus particulares interesses, pois em umas fazendas poderá parecer mais útil o maior número de cavalos castrados e em outras ser mais proveitoso o maior número de potros que à força do ensino e por meio da indústria se façam mais vendáveis e alcançam maior preço poderiam ter por outro diferente modo.

9) Quanto à terceira, posto que esta manobra deve ser arbitrária a cada um dos estancieros ou fazendeiros conforme os interesses que dela podem conseguir contudo sendo aquele país quase sempre sujeito aos diversos acontecimentos da guerra que devem sempre prever-se ainda no tempo da paz, todos os sobreditos estancieros ou fazendeiros serão obrigados indefectivelmente a ter sempre de reserva aquele número de cavalos mansos de boa raça que o governador do Continente lhes arbitrar, segundo a largueza e extensão de seus terrenos e as proporcionadas possibilidades de cada um, contanto que nunca hajam de exceder mais de 15 anos, bem entendido, que neste artigo só se trata do número certo dos cavalos mansos, pois se aos ditos fazendeiros se oferecer ocasião de vender, trocar ou traspassar algum, ou alguns dos sobreditos cavalos mansos, o poderão fazer contanto que hajam de preencher imediatamente aquele determinado número que lhes foi estabelecido.

10) E para que a respeito do artigo antecedente se possa conhecer a mais pronta e fiel execução, terá o sobredito governador e a seu cargo fazer este arbítrio, olhando em tudo para o interesse público e particular, e para esse fim determinará aos comandantes das fronteiras que nos distritos que pertenciam a cada uma delas façam toda a precisa averiguação a este respeito remetendo-lhe relações anuais de todos os cavalos mansos que separadamente existem nas fazendas ou estâncias dos particulares, com distinção das marcas, contramarcas ou quaisquer outros sinais com que são assinalados, para das sobreditas relações se formar outra geral, que deve ser remetida também todos os anos ao vice-rei do Estado para a fazer presente a Sua Majestade.

11) No caso porém de achar que os sobreditos fazendeiros ou estancieros não têm nos seus terrenos aquele número de cavalos mansos que lhes foi estabelecido e deve constar do caderno volante que precisamente há de existir na provedoria, mandará quintar irremissivelmente todos os cavalos e éguas que houver na fazenda ou estância do fazendeiro ou estancieiro que se achar compreendido na falta desta geral determinação, para se confiscar o sobredito quinto para Sua Majestade. O mesmo fará praticar em todos os anos em que se conhecer ou for continuando a sobredita falta de observância desse importantíssimo artigo, dando conta ao vice-rei do Estado de tudo o que for ocorrendo a este respeito para haver de dar todas as providências que lhe parecerem convenientes, segundo as circunstâncias do caso que forem ocorrendo.

12) Nas relações anuais que deve apresentar na provedoria, cada um dos fazendeiros ou estancieros, como lhes é determinado no artigo 5º e nos outros arts. 6º, 7º, 9º e 10º do regulamento do gado, que fazem uma parte essencialíssima do presente regulamento, declararão igualmente todas as circunstâncias que se incluem nas três necessárias operações acima

indicadas nos artigos 7º, 8º e 9º, pois à vista delas se poderá conhecer com mais facilidade tanto a multiplicação da cavalhada como a sua principal conservação.

13) Terá cada um dos estancieiros ou fazendeiros um exemplar do presente regulamento para o seu governo e conhecimento do que deve praticar, pois à vista dele se há de decidir a sua negligência para se dar toda a oportuna providência que for necessária em utilidade do Estado e daquele Continente.

NOTA GERAL

Além das notas particulares que vão referidas no regulamento do gado e pertencem naquela parte em que for aplicável ao presente regulamento, da prática e observância dos seus artigos se seguem felizes conseqüências.

Primeiramente, o chefe e governador de toda aquela vasta provedoria fica tendo um fundo conhecido para poder decidir o número das cavalhadas particulares do continente que governa, além das cavalhadas de Sua Majestade, conhecimento este muito indispensável para as manobras econômicas da paz e da guerra. Depois disto, é este um meio pelo qual se pode conseguir o cortar-se a servil dependência que sempre ali permaneceu das cavalhadas inimigas para os diferentes serviços daquele Continente. Do mesmo modo, se pode conseguir irem se despertando os fazendeiros e estancieiros do desacordo em que têm vivido até o presente, de não amansarem os seus potros, criados por isso à lei da natureza, sem ensino, sem ordem e sem economia. Igualmente, abre-se-lhes uma nova porta para a venda dos seus animais por uma circulação anual, por meio da qual podem duplicar os lucros nos cavalos que saírem excelentes, tirando também outras utilidades dos que forem ordinários que muito bem podem compensar o trabalho que terão de os amansar, além do interesse das vendas dos potros. Ultimamente, esta providência não só facilita o meio de terem a todo o tempo os estancieiros as reservas das melhores cavalhadas e sempre novas, mas ainda vêm a fazer mais vendáveis aqueles animais que podem ser empregados no sucessivo giro dos transportes para os sertões, para onde sempre se escolhem e procuram cavalhadas mansas; servindo conseqüentemente este método como de uma espécie de curadoria e feitoria sobre os bens de uns vassallos que até agora desprezaram os meios para se porem à salva de uma dependência danosa e de um abuso prejudicial, tanto dos seus particulares interesses como aos que em comum podem contribuir para a maior abundância e felicidade do Estado.

DOCUMENTO 4

Memória sobre o Porto de São Pedro do Rio Grande⁴

O estabelecimento do Rio Grande deve interessar a Portugal pelo dobrado respeito de ser uma colônia cujas produções são especiais às necessidades da Metrópole e por ser a sua posição mui importante em política, como limítrofe das possessões espanholas sobre o Rio da Prata.

As produções que dali se podem tirar em abundância e com pouca demora são couros, sabão, linho-cânhamo, lãs, tabuletas de caldo e carnes salgadas. Podem-se estabelecer alguns engenhos de açúcar a um grau ao norte do Rio; enfim também ali se pode fabricar biscoito de mar que dura muitos anos e que não custa mais de 2\$800 até 3\$200 réis o quintal. A pesca da baleia e do lobo-marinho deveria também ser animada, e é notável que as nações do norte da Europa e da América venham a estas regiões do sul exercer este ramo de indústria tão desprezado pelos legítimos proprietários destas paragens.

Os couros se acham no Rio Grande na maior abundância, tanto pela multidão de gados que há como pela quantidade de peles que são importadas em contrabando dos estabelecimentos espanhóis. Há neste ramo de comércio uma parte que se poderia estender com um imenso benefício que são os couros dos cavalos e principalmente das éguas.

Os espanhóis por um prejuízo absurdo não fazem uso algum dos jumentos, do que resulta que estes animais excessivamente multiplicados se vendem a um preço tão baixo que o seu couro preparado viria a custar pouco mais de 2 tostões; dizem ser o couro dos jumentos sujeito a avariar-se no mar, porém este inconveniente se poderia prevenir curtindo

⁴ Cod. 807, vol. 10, Arquivo Nacional.

o couro na América. Esta precaução seria também vantajosa a todas as outras espécies de couro, porque os couros curtidos não são sujeitos a serem comidos pelos insetos e ocupam um espaço três vezes menor e diminuem de peso na mesma proporção.

O sabão, de muito boa qualidade, pode vir a ser nesta colônia um ramo interessante das rendas reais, porque o governo pode comprá-lo na América à razão de 65 réis o arratel; as pequenas embarcações da marinha real o transportariam para o Rio de Janeiro, de onde poderia ser conduzido para a Europa sobre as naus de Sua Majestade ou sobre navios mercantes, e neste último caso pagando Sua Majestade o frete, à razão de dez mil réis o tonel, o sabão viria a custar na Europa 70 réis o arratel, do que se vê que se vendendo ao público a 6 vinténs (que é o preço dos contrabandistas) chegar-se-ia por uma parte a aniquilar-se o contrabando sobre este objeto e por outra o governo ganharia pelo menos meio tostão em cada arratel, e em consequência destes princípios (e da consumação aparente do sabão no Reino) o Estado ganharia sobre este artigo uma renda de um milhão de cruzados e os vassallos seriam aliviados de um sétimo sobre o preço atual do sabão.

A utilidade do linho-cânhamo está tão demonstrada que é supérfluo dizer coisa alguma sobre este artigo. Observarei somente que este gênero poderia também fazer parte das rendas reais, pois que a marinha real poderia aprovisionar dele a marinha mercante, e deste modo ganhar o desembolso da sua própria consumação, e no caso de ficar ainda algum resto, haveria certeza de lhe dar boa saída em Espanha, porque esta última potência compra anualmente 37 milhões de reais (3.700.000 de cruzados) de linho-cânhamo ao estrangeiro.

As carnes podem ser salgadas de três modos: as carnes em salmoura, salgaduras secas e carnes fumegadas. Os espanhóis não sabem fazer senão as salgaduras secas, a que eles chamam *tapaco*; para os outros modos de salgar as carnes, seria necessário fazer vir oficiais de Irlanda e Hamburgo; as salgaduras secas são de um grande gasto em todas as ilhas das Antilhas.

Vossa Excelência conhece as tabuletas como caldo, que eu fabriquei na América. As que lhe foram apresentadas eram feitas havia mais de 2 anos e estiveram 5 vezes no mar — eu fico por fiador que elas durarão 5 anos, e poderei vendê-las ao governo a 6 tostões o arratel e se Vossa Majestade quiser comprar-me todas as que eu puder fabricar em 5 anos. As tabuletas inglesas se vendem a 10 shillings a libra; elas são menos substanciais porque são adulteradas pela goma de peixe, e que além disso são feitas da pior qualidade de carnes. Assim o rebate é quase de dois terços e na verdade o governo poderia também nesta parte ganhar o seu consumo fazendo vender no estrangeiro pela via dos cônsules o resto destas tabuletas, com benefício da metade.

As lãs são de um comprimento e de uma elasticidade notáveis, nesta região da América, e os carneiros estão ali tão prodigiosamente multiplicados e conseqüentemente são tão baratos que algum cuidado sobre estes animais, principalmente tendo cautela de os tosquiar todos os anos e de lavar os carneiros no tempo da tosquia, bastaria para elevar este ramo de exportação ao mais alto grau de prosperidade. O artigo do biscoito dependeria do estado da agricultura nos arredores do Rio Grande; quanto ao padeiro que o fabrica, ele reside em Buenos Aires e eu faria diligência com que viesse ao Rio Grande.

Vossa Excelência pode ver que, exceto este último artigo e o do linho-cânhamo, todos os outros vêm de uma mesma origem que é a abundância dos gados, porque as suas peles fornecem couros e lãs; a sua carne, as salgas e as tabuletas de caldo; a sua gordura, o sabão. Nada aqui há que seja especulativo ou exageração, e operações bem dirigidas podem consideravelmente aumentar as rendas do Estado e os bens dos particulares.

O governo não necessita fazer grandes adiantamentos de dinheiro; esta colônia vindo a ser rica, populosa e forte, formará uma barreira muito necessária na época *pouco distante* da subversão das colônias espanholas, e será então nesta época que eu servirei de maior utilidade a Portugal. Há bastante tempo que eu me aplico ao estudo e à reflexão sobre os interesses do comércio e sobre os meios da prosperidade das colônias. O ministério francês tinha concebido grandes esperanças nos meus conhecimentos nesta parte, quando quis confiar-me um cuidado de reparar três tentativas infrutuosas, que se tinham feito no estabelecimento de uma colônia em Madagascar, e eu estava destinado a conduzir e a dirigir uma grande povoação para esta ilha e para as Ilhas Comores, em conseqüência de um plano que eu fiz adotar quando a Revolução* deitou por terra a um tempo este projeto e a monarquia.

A experiência e os conhecimentos locais retificaram depois as minhas idéias e iluminaram a minha memória, e é nestas circunstâncias e sem pedir coisa alguma exclusiva que eu ofereço a consagrar os meus bens e a minha existência ao serviço de Sua Majestade Fidelíssima. Pois, a honra de dizer a V. Exa. que logo que eu tivesse a decisão do Soberano e a admissão do que eu proponho, a minha intenção era de chamar para cá a minha família, e de transportar para aqui os capitais que nos restam, e que podem montar a 100.000 cruzados. Creio não poder dar uma melhor prova da minha lealdade e do meu desejo de obrar bem que pondo nas mãos do governo tudo o que tenho de mais precioso no mundo: minha

* Trata-se da Revolução Francesa, de 1789, que pôs fim à Monarquia e instituiu a República. (N. do R.)

mulher, meus filhos e os restos da minha fortuna . . . porém para assegurar a minha sorte, e de pôr-me no caso de servir bem o Estado sem sacrificar, nem desprezar a minha fortuna — suplico a V. Exa. de me obter de Sua Majestade as concessões seguintes: 1^o) a naturalização; 2^o) a agregação nas tropas das colônias ou da marinha de Sua Majestade no posto de coronel, que tinha em França e que tenho na Espanha; 3^o) não pedindo privilégio exclusivo nem fundos para os diferentes estabelecimentos que vou formar, suplico a Sua Majestade de me querer dar uma pensão anual de cinco mil cruzados; esta soma é o equivalente do ordenado de um coronel espanhol na América e é além disso o juro vitalício a 5% dos capitais que trago de França para Portugal.

As minhas funções no Rio Grande devendo ser as de um diretor de colônia e por assim dizer de um chefe de oficina, em grande seria necessário que Sua Majestade me fizesse dar uma casa conveniente e abastecida dos instrumentos necessários para estabelecer no mesmo lugar uma fábrica de sabão e outra de tabuletas de caldo; esta última teria o título de Fábrica Real, a propriedade pertenceria a Sua Majestade e serviria de modelo às construções de outras do mesmo gênero que os particulares pudessem fazer. Os instrumentos poderiam ser fabricados aqui debaixo da minha direção, que seriam depois facilmente imitados pelos oficiais do Rio de Janeiro ou do Rio Grande.

O mesmo navio que me transportar para a América poderia transportar também 4 camponeses inteligentes na cultura do linho-cânhamo, além de dois curtidores ingleses; estes oficiais seriam soldados pelo governo até o tempo em que eu pudesse estabelecê-los sobre o terreno que V. Exa. me disse que me seria concedido, e esta concessão em que eu pretendo reunir todos os gêneros de exploração de que o país é suscetível serviria, assim como a fábrica, de modelo aos habitantes do país.

Tive a honra de dizer a V. Exa. que todos os oficiais de que me servia em Buenos Aires eram portugueses, transportados da Colônia do Santíssimo Sacramento ou do seu território; eu tenho quase uma certeza de os poder desinquietar em grande parte, assim como de fazer vir um grande número de artífices que vegetam na colônia espanhola. Por pouco que o governo me ajude, estas gentes formarão uma coleção interessante para o novo estabelecimento.

Quanto aos colonos emigrantes da Ilha de França, Portugal jamais poderia fazer uma aquisição mais preciosa do que esta, porque além de trazerem consigo grossos cabedais eles nos procurariam também as produções as mais preciosas, quais as plantas de todas as árvores de especiaria, e as canas-de-açúcar de uma beleza e de um produto muito acima do que nós conhecemos neste gênero; eles trazem consigo os seus escravos escolhidos e particularmente os seus chefes de oficina de todas as profissões,

que são por todas as razões as gentes as mais consideráveis da colônia da Ilha de França, e não pedem senão terreno e naturalização, e não emigram senão para assegurar a sua tranqüilidade e poder professar sossegadamente a religião católica. Duas famílias chegaram já a Montevidéu e não esperam para fazerem vir os seus parentes e amigos senão o sucesso da negociação de que eu estou encarregado da sua parte junto da Corte de Espanha. Um dos chefes das duas famílias que estão em Montevidéu, Mr. Ogorman, se encarregaria das salgas e, como ele faria vir à sua custa os officiaes necessários, seria justo assegurar-lhe o fornecimento da marinha real.

Eis aqui, Senhor, o que eu creio poder se fazer de maior utilidade para a prosperidade dos estabelecimentos ao sul do Brasil. Este plano simples, no seu todo, exige poucas despesas na sua execução e me parece prometer os mais felizes resultados. Ele deve aumentar a riqueza do Estado, assegurar a tranqüilidade da colônia, tornar felizes e ricos os colonos e conseqüentemente excitar neles o desejo de conservar a sua propriedade, de desviar dela as inovações que poderiam perturbar-lhe a posse e lhes inspirará o desejo de a defender contra os inimigos que a quizerem atacar. É finalmente um meio de unir o vassallo ao soberano pelo sentimento da felicidade, que se reconhece dever a uma proteção iluminada e benfeitora. O meu mais vivo desejo é de concorrer com todos os meus meios à perfeição desta bela obra. Porei, eu o afirmo, toda a minha atividade e se a ocasião se apresentar espero desenvolver também a energia de um militar, que não desprezou ainda o estudo da sua arte e que será animado pelo dobrado motivo da honra e do reconhecimento.

Belém, 12 de julho de 1798.

Conde de Liniers.

Ao Ilmo. Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

A) *Manuscritas*

I - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

1. Correspondência com o governador do continente do Rio Grande. Cod. 104, vols. 2 a 11.
2. *Relatório do vice-rei marquês do Lavradio*. Cod. 71.
3. *Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa*. Cod. 72.
4. LINIERS, Conde de - *Memória sobre o porto de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cod. 807, vol. 10.
5. Fazenda Real. Correspondência, caixa 486.
6. Fianças de embarcações. Cod. 156 - vols. 3, 4, 5, 6, 8, 9, cod. 157, vols. 6 a 17.

II - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

1. ROSCIO, João Francisco - *Compêndio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro até o distrito de Santa Catarina*. Seção de manuscritos 22, 1, 28.

III - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

1. *Correspondências do bispo do Rio de Janeiro*, de 1754 a 1800. Lata 125.

IV - Biblioteca Nacional de Lisboa.

1. BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz - *Observações relativas a agricultura, comércio e navegações do continente do Rio Grande de São Pedro*.

V - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

- Seção do Rio de Janeiro, caixas 4, 10, 14 (1784-85) e (1797); seção do Rio Grande, caixas 2 - 10.

VI – Archivo General de Indias de Sevilla – Espanha.

1. Correspondências dos vice-reis de Buenos Aires. Leg. Charcas 211; Buenos Aires, 70, 102, 333, 550.

VII – Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico da cidade do Rio de Janeiro.

1. Registro de entrada de embarcações. Cod. 57-3-5; 57-3-6 e 57-3-8.

B) *Impressas*

BETAMIO, Sebastião Francisco – “Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 21. Rio de Janeiro, 1858.

“Correspondência Passiva do general João Henrique de Bohm”, *Boletim do Centro Rio-grandense de Estudos Históricos*. Ano I, Rio Grande, 1939.

Correspondência do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa com os governadores das capitanias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. VI, 1907.

CORTESÃO, Jaime. (Introdução, notas e sumário por) – *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969.

“Documentos relativos à ocupação do Rio Grande pelas tropas castelhanas”. *Boletim do Centro Rio-grandense de Estudos Históricos*. Rio Grande, vol. II, 1940.

Devassa sobre a entrega da vila do Rio Grande às tropas castelhanas. Rio Grande, Biblioteca Rio-grandense, 1937.

“Documentos relativos à capitania depois província de São Pedro do Rio Grande do Sul, copiados por ordem do barão Homem de Melo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 42, 1878.

LINIERS, Conde de – “Memória sobre o porto de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1798”. *Boletim do Centro Rio-grandense de Estudos Históricos*. Rio Grande, vol. III, 1941.

“Relatório do vice-rei do Estado do Brasil Luís de Vasconcelos ao entregar o governo ao seu sucessor o conde de Rezende”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RJ, t. 23, 1860.

“Relatório do marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil de 1769 a 1779, apresentado ao seu sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa” – in CARNAXIDE, Visconde de – *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1940.

BIBLIOGRAFIA

A) *Artigos*

ALMEIDA, Alufcio de – “Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 186, 1945.

ALMEIDA, Marino J. de – “O município de Triunfo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n^{os} 43/44. Porto Alegre, 1931.

ANTUNES, De Paranhos – “Porto Alegre no século XVIII”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 3^o vol., 1940.

BARRETO, Abeillard – “Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul”. *Funda-*

- mentos da cultura rio-grandense.** Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1962.
- CALDAS, Jaci Antônio Lousada Tupi – “Porto Alegre. Síntese histórica – de estância a capital”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 3^o vol., 1940.
- CIDADE, Coronel F. de Paula – “Rio Grande do Sul, explicação da história pela geografia”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 2^o vol., 1940.
- DOCA, E. F. de Sousa – “Gente sul-rio-grandense”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Prefeitura Municipal, 2^o vol., 1940.
- CORTESÃO, Jaime – “O território da Colônia do Sacramento e a formação dos Estados platinos”. *Revista de História*, n^o 17. São Paulo, 1954.
- FREITAS, Amadeo de Oliveira – “Ensino sobre a causalidade histórico-geográfica de Porto Alegre”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 4^o vol., 1940.
- JAEGER, S. J. Luís Gonzaga – “História da introdução do gado no Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n^o 90, 1943.
- LAYTANO, Dante de – “Colonização açoriana no Rio Grande do Sul”. In *Colonização e imigração. Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo, 1969.
- LAYTANO, Dante de – “O negro no Rio Grande do Sul”. *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Porto Alegre, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1957.
- LAYTANO, Dante de – “História da propriedade das primeiras fazendas do Rio Grande do Sul (Fronteira do Rio Pardo)”. *Anais da Faculdade de Filosofia da UFRGS* Porto Alegre, 1945.
- MACHADO, Antônio Carlos – *Aspectos políticos da sociogênese do Rio-grandense*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1943.
- MELO, F. J. M. Homem de – “Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história da capitania, depois província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 42, parte II, 1879.
- MORITZ, Gustavo – “Resumo da história político-militar do Rio Grande do Sul”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 4^o vol., 1940.
- NEIS, P. Rubem – *Porto dos Casais*. Porto Alegre, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1972.
- OHLWEILER, Oto Alcides – “Sobre o processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul”. *Revista Brasiliense*, n^os 18 e 19. São Paulo, 1958.
- PACHECO, Maria Facundes de Sousa Doça – *Colonização no Rio Grande do Sul*. Separata do Boletim Geográfico, n^o 1. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, 1956.
- PEREIRA, Maria Mendes – “Estudo do povoamento do Rio Grande do Sul e divisas do Rio Grande do Sul com os povos vizinhos”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 3^o vol. 1940.
- PORTO, Aurélio – “A Real Feitoria do Linho-Cânhamo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano II. Porto Alegre, 1922.
- PORTO, Aurélio – “O elemento africano na formação étnica do Rio Grande do Sul”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15/11/1942.

- RAU, Virgínia (e outros) – “Dados sobre a emigração madeirense para o Brasil no século XVIII”. *Actas, vol. I-V. Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiro*. Coimbra, 1964.
- REIS, Artur César Ferreira – “Casais, soldados e degredados na Amazônia”. *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1940.
- REIS, Artur César Ferreira – “O governo de Gomes Freire de Andrade”. *Estudos Históricos* nº 3. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1965.
- ROSA, Otelo – “A formação do Rio Grande do Sul”. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1957.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos – “Relações de Angola com o Rio de Janeiro (1736-1808)”. *Estudos Históricos* nº 12, Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos – “El tráfico de esclavos entre el Brasil y el Rio de La Plata”, *Res-Gesta* nº 8, Rosário, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, julio-diciembre, 1980.
- SCHILLING, P. R. – “O trigo e o latifúndio no Rio Grande”. *Revista Brasillense* nº 18. São Paulo, 1958.
- SOUSA, José Antônio Soares de – “O tráfico de negros no Rio da Prata”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 244. 1959.
- SPALDING, Walter – “Pecuária, charque e charqueadores no Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 91/92. 1943.
- SUPLEMENTO RURAL DO CORREIO DO POVO**, anos de 1973, 1974, 1975 e 1976.
- VELLINHO, Moysés – “Os jesuítas no Rio Grande do Sul”. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1960.

B) Obras

- ABREU, Florêncio de – *Ensaio e estudos históricos*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1964.
- ABREU, J. Capistrano de – *Ensaio e estudos*. Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu e Livraria Brigueit, 1938.
- ALMANAQUES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA OS ANOS DE 1792 e 1794**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1940.
- ALMEIDA, Eduardo de Castro e – “Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no arquivo de marinha e ultramar”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 39, 1921.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de – *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. Coimbra, vol. I, 1957.
- ALMEIDA, José de. *Vice-reinado de D. Luís de Almeida Portugal*. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1945.
- AMARAL, Luís – *História geral da agricultura brasileira*, vol. II. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.
- ANTUNES, Duminiense Paranhos – *Rio Pardo*. Porto Alegre, Editora Globo, 1946.
- ÂVILA, Affonso – *Resíduos Seiscentistas em Minas*, 2 vols. Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967.

- BARCELOS, Rubens – *Estudos rio-grandenses*. Porto Alegre, Editora Globo, 1955.
- BARROS, Gilberto Leite de – *A cidade é o planalto*. São Paulo, Livraria Martins Editora, t. 1, 1967.
- BOXER, C. R. – *A idade de ouro do Brasil*. Tradução de Nair Lacerda. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963.
- BRANDÃO, Sousa – *Rio Grande do Sul, a terra, o homem e o trabalho*. Rio de Janeiro, Gráfica Sauer, 1930.
- BRASILIANO, Rúbio – *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina*. Porto Alegre, Globo, 1935.
- BRITO, Paulo José Miguel de – *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina*. Lisboa, Academia de Ciências, 1829.
- CABRAL, Oswaldo R. – *Santa Catarina*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.
- CALMON, Pedro – *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939.
- CANABRAVA, Alice P. – *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo, 1944.
- CANABRAVA, Alice P. – “A grande propriedade rural”. In *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, t. 1, 2^o vol., 1960.
- CARDIM, Fernão – *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- CARDOSO, Fernando Henrique – *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARNAXIDE, Visconde de (Antônio de Sousa Pedrosa Carnaxide) – *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.
- CASAL, Padre Manuel Aires de – *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. São Paulo, Edições Cultura, t. 1, 1943.
- CÉSAR, Guilhermino – *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- CÉSAR, Guilhermino – *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Edições da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s/d.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves – “Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano II, Porto Alegre, 1922.
- COUTINHO J. J. da Cunha de Azevedo – *Obras econômicas* (Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.
- DIAS, Manuel Nunes – *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.
- DIEGUES JR., Manuel – *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.
- DOCA, Coronel Sousa – *O bicentenário da colonização de Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Gráfica Laemert Ltda. e Biblioteca Militar, s/d.
- DOCA, E. F. de Sousa – *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Edição Organização Simões, 1954.
- DREYS, Nicolau – *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio de Janeiro, Villeneuve, 1939.
- DRUMOND, Vítor – *Rio de Janeiro, capital do Brasil*. Rio de Janeiro, Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Guanabara, s/d.
- ELIS JÚNIOR, Alfredo – *A economia paulista no século XVIII*. São Paulo, 1950.
- ERECKSEN, Nestor – *O negro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1941.

- FERREIRA FILHO, Artur** – *História geral do Rio Grande do Sul (1503-1957)*. Porto Alegre, Editora Globo, 1958.
- FERREIRA, Tito Lívio** – *História de São Paulo*, 2 vols. São Paulo, Gráfica Biblos Ltda. Editora, 1973.
- FORTES, Amir Borges** – *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1960.
- FORTES, João Borges** – *O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. Porto Alegre, Editora Globo, 1933.
- FORTES, João Borges (general)** – *Rio Grande de São Pedro*. Rio de Janeiro, Gráficos Bloch, 1941.
- GARCIA, Rodolfo** – *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956.
- GOULART, Jorge Salis** – *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1933.
- GOULART, José Alípio** – *O ciclo do couro no Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1966.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de et al.** – *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, t. 1, 1^o e 2^o vols., 1960.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de** – “A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul”. In *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, t. 1, 1^o vol. 1963.
- ISABELLE, Arsène** – *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1949.
- ISABELLE, Arsène** – *Imigração e colonização na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Uruguai e Bacia do Prata*. Rio de Janeiro, Graf. Ed. Souza, 1950.
- JACQUES, João Cezimbra** – *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Gundeach, 1883.
- LAYTANO, Dante de** – *A estância gaúcha*. Rio de Janeiro, Ministério da agricultura, 1952.
- LEOPOLDO, Visconde de São (José Feliciano Fernandes Pinheiro)** – *Anais da Província de São Pedro*. Rio de Janeiro, INL, Imprensa Nacional, 1946.
- LUCCOCK, John** – *Aspectos sul-rio-grandenses no 1^o quartel do século XIX*. Tradução de Nelson C. de Melo e Sousa. Rio de Janeiro, Record, 1935.
- LUCCOCK, John** – *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais*. São Paulo, Livraria Martins Editora.
- MAGALHÃES, Manuel Antônio de** – “Almanak da vila de Porto Alegre com algumas reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 30, 1867.
- MARTINS, Romário** – *História do Paraná*. São Paulo, Editora Rumo, 1939.
- MAWE, John** – *Viagens ao interior do Brasil*. Tradução de Solema Benevides Viana. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- MONTEIRO, Jônatas da Costa Rego** – *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777)*. Rio de Janeiro, Imprensa Estado-Maior do Exército, 1936.
- MORAIS, Carlos Dante de** – *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre, Editora Globo, 1959.
- OLIVEIRA, J. J. Machado de** – “Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéu”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 16, 1853.
- ORNELLAS, Manoelito** – *Gaúchos e beduínos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956.

- ORNELLAS, Manoelito – *A gênese de gaúcho brasileiro*. Rio de Janeiro, MEC Serviço de Documentação, 1956.
- PETRY, Leopoldo – *São Leopoldo, berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Prefeitura Municipal, 1964.
- PIZARRO e ARAÚJO, José de Sousa Azevedo (monsenhor) – *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1820, t. IV, V, IX.
- PORTO, Aurélio – *História das missões orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.
- PRADO JÚNIOR, Caio – *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967.
- PRUNES, Lourenço Mário – *O trigo*. Porto Alegre, Livraria Globo, 1939.
- RAMBO, P. Balduino (S. J.) – *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria Selvach, 1956.
- ROCHE, Jean – *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1969.
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira – *Estudos históricos sobre o Rio Grande do Sul*. Rio Grande, Livraria Americana, 1897.
- RODRIGUES, José Honório – *O continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1954.
- RUDIGER, Sebalt – *Colonização e propriedades de terras no Rio Grande do Sul, Século XVIII*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1965.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste de – *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Tradução de Leonam de Azeredo Pena, 2ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos – *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- SARMIENTO, Domingos Faustino – *Facundo*. Tradução de Carlos Maul. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- SEPP, Padre Antônio (S. J.) – *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1951.
- SILVA, João Palma da – *As origens de Canoas*. 2ª edição, Canoas, Editora La Salle, s/d.
- SILVA, João Pinto da – *A Província de São Pedro*. Porto Alegre, Edição da Livraria Globo, 1930.
- SILVA, Riograndino da Costa e – *Notas à margem da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1968.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
- SOARES, Teixeira – *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1973.
- SPALDING, Walter – *Tradições e superstições do Brasil Sul*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1955.
- TAPAJÓS, Vicente – *História administrativa do Brasil*. Brasília, DASP, Serviço de Documentação, vol. 2, 1966.
- TAUNAY, Afonso de E. – *Relatos sertanistas* (Coletânea, introdução e notas de). São Paulo, Livraria Martins Editora, 1953.
- VIANNA, Oliveira – *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- VIEIRA FAZENDA, José – “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 93. Rio de Janeiro, 1923.

- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de – *História geral do Brasil*, tomo IV. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1956.
- VÁRIOS – *Rio Grande do Sul, terra e povo*. Porto Alegre, Editora Globo, 1964.
- VARELA, Alfredo – *Rio Grande do Sul, descrição física, histórica e econômica*. Porto Alegre, Livraria Universal, 1897.
- VARZEA, Virgílio – *Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Centro Catarinense, 1900.
- VELLINHO, Moysés – *Capitania d'El-Rei, aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre, Editora Globo, 1964.

CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS

Licenciado em História pela Universidade de São Paulo, lá iniciou seu doutoramento, sob a orientação do Prof. Sérgio Buarque de Holanda; defendeu sua tese, em 1973, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, instituição onde mais tarde veio a lecionar e de cujo Museu Histórico foi diretor.

Transferiu-se em 1975 para a Universidade de Brasília, onde implantou o curso de pós-graduação em História, do qual foi coordenador durante três anos.

É autor de diversos trabalhos, entre os quais se destacam: *Brasil e Angola: afinidades e aproximações*; *O trabalho escravo numa grande propriedade rural: a Real Fazenda de Santa Cruz*; *A invasão espanhola no Rio Grande e a reação portuguesa*; e *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa, 1763-1808*. Sobre este último, afirma Eulália M. L. Lobo: "Um livro de grande importância pelo levantamento e descoberta de fontes, revisão bibliográfica e sobretudo pela importância de temas fundamentais da História do Brasil".

O mesmo e mais se poderá dizer de *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul (século XVIII)*, resultado do minucioso trabalho de pesquisa empreendido por este historiador mineiro.

ECONOMIA E SOCIEDADE DO RIO GRANDE DO SUL — Século XVIII

Os estudos sobre o Rio Grande do Sul recebem com esta publicação uma contribuição considerável. Não se trata da ocupação militar da região, nem dos episódios bélicos abundantes que agitaram a história local, nem mesmo da bem-sucedida colonização, que fez do Rio Grande um dos Estados mais harmônicos do Brasil. Estuda-se de um modo amplo e superior, isento e imparcial, a formação histórica da capitania, da província e do Estado gaúcho.

A pesquisa não podia ser mais apurada. Arquivos do Rio Grande, do Rio de Janeiro, de Lisboa e de Sevilha foram conscienciosamente percorridos. A bibliografia ampla e, tanto quanto possível, completa revela a extensão dos estudos conscienciosos do autor na elaboração sintética de um tema extensíssimo.

Houve quem, por momentos, entendesse que o Brasil cometera um erro ao timbrar a manutenção do território rio-grandense na união brasileira. É bem verdade que o mais respeitável defensor dessa infeliz doutrina refugou-a posteriormente e estreitou profundos laços de amizade e admiração com altas figuras da mentalidade gaúcha.

Não é um livro que interesse somente a sul-rio-grandenses, que nele encontrarão a summa da formação de sua terra. É um livro para os brasileiros em geral, que nele sentirão os laços que se vão formando na incorporação daquela região abençoada ao conjunto luso-brasileiro. O comércio interno entre as capitanias e com os países da América Espanhola apresenta aspectos surpreendentes.

A *Brasiliãna* segue rigorosamente seu plano inicial, oferecendo ao público tão útil e elevado instrumento para melhor compreensão do Brasil.

Corcino Medeiros dos Santos é autor de excelentes estudos na revista *Estudos Históricos*, da Faculdade de Filosofia de Marília, bem como na tradicional *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Este livro representa a maior contribuição para se compreender o Brasil colonial.

A.J.L.